

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ANTONIEL ASSIS DE OLIVEIRA**

**FORMAÇÃO E TRABALHO NO MOVIMENTO SEM TERRA  
(MST): PROCESSOS DE RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO.**

**BELO HORIZONTE**

**2014**

ANTONIEL ASSIS DE OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: Política, Trabalho e Formação Humana.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima de Almeida Martins

BELO HORIZONTE

2014

## **BANCA EXAMINADORA**

### **Titulares:**

Profa. Dra. Maria de Fátima de Almeida Martins - Orientadora  
Faculdade de Educação – UFMG

Profa. Dra. Maria Isabel Antunes Rocha - Examinadora  
Faculdade de Educação – UFMG

Profa. Dra. Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo - Examinadora  
Departamento de Educação - UNEB

Prof. Dr. Antônio Júlio de Menezes Netto – Suplente  
Faculdade de Educação – UFMG

Profa. Vândiner Ribeiro – Suplente  
Departamento de Educação – UFVJM

## PROCISSÃO DOS RETIRANTES

LETRA: MARJIN CÉSAR R. GONÇALVES  
MÚSICA: PEDRO MUNHOZ

Terra-Brasilis, continente  
Pátria-Mãe da minha gente,  
Hoje eu quero perguntar:  
Se tão grandes são teus braços,  
Por que negas um espaço,  
Aos que querem ter um lar?

Eu não consigo entender,  
Que nesta imensa nação,  
Ainda é matar ou morrer  
Por um pedaço de chão!

Lavradores nas estradas,  
Vendo a terra abandonada,  
Sem ninguém para plantar.  
Entre cercas e alambrados,  
Vão milhões de condenados  
A morrer ou mendigar.

Eu não consigo entender.  
Achar a clara razão  
De quem só vive pra ter  
E ainda se diz bom cristão!

No Eldorado do Pará,  
Nome Índio: Carajás  
Um massacre aconteceu.  
Nesta terra de chacinas,  
Essas balas assassinas  
Todos sabem de onde vem.

É preciso que a justiça  
E a igualdade sejam mais  
Que palavras de ocasião.

É preciso um novo tempo,  
Em que não seja só promessa  
Repartir a terra e o pão  
(A hora é essa, de fazer a divisão!)

Eu não consigo entender,  
Que em vez de herdar um quinhão  
Teu povo mereça ter  
Só sete palmos de chão!

Nova leva de imigrantes,  
Procissão dos retirantes,  
Só há terra em cada olhar.  
Brasileiros feito nós,  
Vão gritando, mas sem voz  
Norte a sul, não tem lugar.

Eu não consigo entender,  
Que nesta imensa nação  
Ainda é matar ou morrer,  
Por um pedaço de chão!

Pátria Amada do Brasil,  
De quem és mãe gentil?  
Eu insisto em perguntar:  
Dos famintos das favelas,  
Ou dos que desviam verbas  
Pra champagne e caviar?

Eu não consigo entender,  
Achar a clara razão  
De quem só vive pra ter,  
E ainda se diz bom cristão

O48f  
T

Oliveira, Antoniel Assis de, 1983 -  
Formação e trabalho no Movimento Sem Terra (MST): processos de  
resistência do campesinato / Antoniel Assis de Oliveira. - Belo Horizonte,  
2014.

237 f., enc., il.

Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Educação.

Orientadora: Maria de Fátima de Almeida Martins.

Bibliografia: f. 218-226.

Apêndices: f. 227-231.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra -- Teses.  
2. Educação -- Teses. 3. Trabalhadores rurais -- Educação -- Teses.  
4. Educação rural -- Teses. 5. Educação para o trabalho -- Teses.  
6. Camponeses -- Teses. 7. Sociologia rural -- Teses. 8. Reforma agrária --  
Teses. 9. Posse da terra -- Teses.

I. Título. II. Martins, Maria de Fátima de Almeida. III. Universidade  
Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19346



## DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que **Antoniell Assis de Oliveira**, defendeu a dissertação intitulada "Campesinato e suas formas de resistências: formação e trabalho no MST", que foi aprovada no dia 25 de julho de 2014.

Para completar os requisitos exigidos pelo curso o estudante deverá encaminhar à Secretaria do Programa a versão final em 04 (quatro) exemplares, sendo um impresso na capa do Programa, um em capa dura e três últimos em CD (formato PDF), no prazo de **30 (trinta) dias**.

Declaramos, ainda, que a banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Maria de Fátima Almeida Martins - Orientadora, Maria Nalva Rodrigues de Araujo Bogo e Maria Isabel Antunes Rocha.

Belo Horizonte, 25 de julho de 2014.

**Profa. Dra. Daisy Moreira Cunha**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação:  
Conhecimento e Inclusão Social - FAE/UFMG

### Faculdade de Educação da UFMG

Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação - Av.: Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - Sala 405  
Caixa Postal 1703 - CEP: 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Fone: (31) 3499-5309 - Fax: (31) 3499-5488 - E-mail: colpgsec@fae.ufmg.br



À memória de CIDONA, e das muitas CIDONAS espalhadas por aí, que representam os/as Sem Terras, em especial as mulheres Sem Terra do MST.

Companheira que representou, na prática cotidiana, o potencial de uma mulher camponesa, a força e a resistência de uma mãe, militante, amiga, animadora social, entre outras características - moradora de um assentamento.

Representou a superação e a possibilidade de encarar os desafios como mecanismo de melhorar a prática e a vida dos sujeitos do campo.

Às CIDONAS que permanecem vivas: sujeitos que lutam, vivem e trabalham no campo, e nesse contexto, resistem para verem efetivados seus direitos e alcançarem a dignidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que, de alguma forma, contribuíram para o “fazimento” desta dissertação. As pessoas amigas que me ajudaram diretamente no desenvolvimento deste trabalho, desde o projeto à escrita, e indiretamente, sendo solidários e por compreender a minha ausência em muitos momentos importantes.

Agradeço imensamente aos sujeitos do MST, que conseguiram descobrir e me ensinar a importância do saber/conhecer e de empunhar a bandeira do acesso à educação e, com isso, promover o acesso aos trabalhadores e trabalhadoras rurais: “só o conhecimento liberta”.

Aos companheiros e companheiras das Regionais do MST, principalmente às pessoas dos assentamentos pesquisados e seus familiares que me acolheram em suas casas com tanto carinho para que eu pudesse desenvolver esta pesquisa. Vale mencionar Seu Manoel, D. Maria e Marcelo (Sul de Minas) e Dona Fiiinha, Natal e Mara (Aruega) pela recepção, apoio nas andanças pelos assentamentos e esclarecimentos de muitas questões.

Aos companheiros e companheiras que gentilmente cederam entrevistas para nossa pesquisa. Sei que acreditam em um projeto de transformação social, que leva um período longo, mas é o nosso projeto: com nossas forças e fraquezas, limites e superações, amor e ódio... Valeu pela gentileza de cobrar e de contribuir!

Aos meus colegas da FAE/UFMG, aos bolsistas do LECAMPO e do mestrado, sobretudo, os da Linha: Trabalho, Política e Formação Humana, que estiveram compartilhando de muitos conhecimentos e cuidados na nossa pesquisa. Em meio a avalanche de tarefas e dúvidas frente às decisões a serem tomadas na condução da pesquisa, conseguimos identificar e mesmo superar os obstáculos, resistindo e insistindo - como parte dessa caminhada.

À CAPES, pela oportunidade de ser professor bolsista REUNI e pelos aprendizados compartilhados e amizades construídas em decorrência desse trabalho.



À minha família, em especial ao meu pai Antônio, minha mãe Hilda, meu irmão (Reginaldo) e minhas irmãs (Edilene e Iralde), com suas famílias, que me suportam nos meus momentos de fragilidades e ausências, mesmo sem compreenderem direito o porquê de tanta insegurança e inquietação; a certeza de poder contar com eles me garante mais tranquilidade. Sei, também, da confiança que tem em mim como referência para que meus sobrinhos mirem na busca por trilharem um caminho no ensino superior. Não vou decepcioná-los.

À família de Marília, que agora considero como minha também, por ter me acolhido e por estarem sempre acessíveis. Desejo que as energias de vocês possam contagiar nossas vidas e, assim, compreendermos a riqueza dessa relação e a importância da dedicação ao outro.

À minha professora e orientadora Maria de Fátima, que se preocupou, dedicou e disponibilizou tempo para que eu sofresse menos no decorrer desse processo. Tudo me serviu de mais aprendizado! Essa dissertação é obra dessa parceria.

Às professoras que aceitaram compor a banca examinadora desta dissertação: Profa. Maria Isabel Antunes Rocha e Profa. Maria Nalva Rodrigues de Araújo Bogo e aos suplentes Antônio Júlio de Menezes Netto e Vândiner Ribeiro por compartilharem nesse momento das suas experiências e, assim, me possibilitar enxergar mais e melhor esse caminho.

Agradeço as pessoas que, mesmo não tendo seus nomes citados, fizeram parte dessa caminhada, ou pelo empenho e esforço direto no auxílio dessa pesquisa, ou mesmo pela capacidade de desejar que eu tivesse sorte na mesma.

A Marília Gaia, minha constante companheira - de todas as horas e minutos. Você e o Pedro sentiram de mais perto a tensão e os conflitos do desenvolver dessa pesquisa! Muito obrigado! Quando a insegurança aumenta é na família que a gente busca firmeza... Pode contar comigo sempre!

Em especial, ao **Pedro**, meu filho que mudou completamente minha vida e me faz mais feliz cada dia. Essa é a experiência mais fantástica que posso vivenciar. Minha concepção de liberdade foi modificada em função da convivência com você e com sua autonomia. Espero ser o pai que você merece e para isso sei que preciso me dedicar a você, futuro lutador do povo. Aprendo cada dia mais vivendo ao seu lado.

## RESUMO

Os sujeitos camponeses se constituíram uma categoria imprescindível na formação social brasileira. Desde a época colonial até os nossos dias, o campo foi marcado por conflitos, manipulações, mortes, resistências, conquistas, etc., em diferentes momentos das atuações desses sujeitos, havendo sempre luta pela posse da terra. Já no século XX iniciaram-se organizações camponesas para a luta por direitos, entre eles a Reforma Agrária, e ao se organizarem conforme suas necessidades, esses sujeitos criaram sindicatos, partidos, movimentos sociais, etc., visando manter uma articulação maior para o fortalecimento das suas lutas. E assim, no bojo das mobilizações ocorridas a partir da década de 1970, surgiu o Movimento Sem Terra - MST, que se constituiu nas décadas seguintes um dos movimentos sociais mais expressivos de luta pela terra e por Reforma Agrária em todo o mundo. Com objetivos, organização interna e estratégias de lutas muito sofisticadas, permitiu ao MST se adaptar aos variados momentos que a política voltada para esse segmento vivenciou no decorrer de seus 30 anos de existência. Assim, essa pesquisa buscou investigar em dois assentamentos do MST de Minas Gerais, os processos de formação e de trabalho como recursos que qualificam a resistência dos sujeitos do campo, em especial moradores dos assentamentos de reforma agrária, e em que medida alteram o modo de vida e de trabalho desses sujeitos. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, cujas técnicas de investigação utilizadas foram entrevistas semiestruturadas, observação participante e estudos de documentos dessas comunidades. Optou-se por selecionar os sujeitos em grupos com diferentes funções na estrutura do MST, indagando sobre a importância da formação e do trabalho no cotidiano desses sujeitos, bem como sobre suas táticas para a formação dos demais Sem Terras, com o objetivo de identificar se de fato possíveis mudanças encontradas se devem ao processo empreendido pelo MST. Os resultados da análise evidenciaram a importância dos processos de formação do MST para a conscientização das pessoas na perspectiva de coletivizar as relações sociais de trabalho/produção, objetivando alterar as condições materiais da vida, humanizando-as, bem visualizar a necessidade de implementação de um projeto de campo sob os interesses dos camponeses e camponesas. E ainda, que as mudanças nas relações da vida e de trabalho decorrem: das práticas coletivizadas adotadas desde o início; dos estudos direcionados para atender demandas diferenciadas da formação dos Sem Terras; do envolvimento dessas pessoas nas mobilizações, reuniões, encontros, seminários, viagens, etc.; das práticas educativas escolares e não escolares nos assentamentos; do valor dado ao trabalho produtivo, sobretudo, à coletivização e cooperação dessas práticas - somadas à "filosofia" da participação efetiva do MST, entre outras. Assim, sob a orientação do MST, a luta de resistência dentro dos Assentamentos, a aquisição de infraestrutura, bem como a melhoria das condições de vida e de trabalho desses sujeitos, estão condicionadas ao nível de organização coletiva que se estabelece, daí a importância da formação em diversos aspectos da vida.

**Palavras-chave:** luta pela terra, reforma agrária, educação e trabalho.

## ABSTRACT

The subjects peasants constituted an essential category in the Brazilian social formation. Since colonial times to the present day, the field was marked by conflicts, manipulations, deaths, resistors, achievements, etc., at different times of the performances of these subjects, there always fight over land. In the twentieth century began peasant organizations in the struggle for rights, including land reform, and to organize themselves according to their needs, these guys have created unions, parties, social movements, etc., in order to maintain greater coordination to strengthen their struggles. MST, which was constituted in the following decades one of the most significant social movements struggling for land and agrarian reform in the world - And so, in the wake of protests that occurred from the 1970s, the Landless Movement emerged. With objectives, internal organization and strategies of very sophisticated struggles allowed the MST adapt to varied moments the policy for this segment has experienced during its 30 years of existence. Thus, this research investigates two MST settlements of Minas Gerais, the processes of formation and job resources that qualify as the resistance of the subject field, especially residents of agrarian reform settlements, and to what extent change the mode life and work of these individuals. This is a qualitative research nature, whose investigative techniques used were structured interviews, participant observation and document studies of these communities. We opted to select individuals into groups with different functions in the structure of the MST, inquiring about the importance of training and work in the daily life of these subjects, as well as their tactics to the formation of other No Lands, aiming to identify if indeed possible changes found are due to the process undertaken by the MST. The analysis results showed the importance of the processes of formation of the MST for the awareness of people collectivize the perspective of the social relations of work / production, aiming to change the material conditions of life, humanizing them, and see the need to implement a field project in the interests of peasants. And yet, that changes in the relations of living and working result: the collectivized practices adopted from the beginning; targeted to meet the different demands of training Without Lands studies; the involvement of these people in demonstrations, meetings, meetings, seminars, trips, etc .; of school and non-school educational practices in settlements; the value given to productive work, especially into collectivization and cooperation of these practices - added to the "philosophy" of effective participation of the MST, among others. Thus, under the guidance of the MST, the resistance struggle within the Settlements, the acquisition of infrastructure as well as improving the conditions of life and work of these individuals are conditioned to the level of collective organization that is established, hence the importance of training in various aspects of life.

Keywords: struggle for land, agrarian reform, education and work.

## LISTA DE SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária  
ANL – Aliança Nacional Libertadora  
ANVISA – Agência de Vigilância Sanitária  
ARMICOPA - Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores  
ASCOPAFA - Associação Comunitária do Projeto de Assentamento Fazenda Aruega  
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base  
CF – Constituição Federal  
CGC – Cadastro Geral de Contribuintes  
CIMI - Conselho Indigenista e Missionário  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CONSEA/MG - Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPMI – Comissão Mista Parlamentar de Inquérito  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos  
ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária  
FAE - Faculdade de Educação  
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais  
IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IFTS - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia  
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
JST – Jornal Sem Terra  
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MG - Minas Gerais  
MIRAD - Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
NB – Núcleos de Base  
ONG – Organização Não Governamental  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PEC – Proposta de Emenda à Constituição  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária  
PRONAF – Programa Nacional da Agricultura Familiar  
PROSAN - Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
UDR – União Democrática Ruralista  
UFLA – Universidade Federal de Lavras  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros  
VRD - Vale do Rio Doce

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	16
METODOLOGIA.....	22
1- O CAMPO E SEUS SUJEITOS EM DIFERENTES MOMENTOS DO PROCESSO DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA .....	25
1.1 – A presença dos trabalhadores nas atividades agrícolas.....	25
1.2 - A luta pela terra e a organização dos camponeses.....	40
1.3 - Reforma Agrária, Agricultura Familiar e os desafios dos pobres do campo.....	45
2 – MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E O SURGIMENTO DO MST.....	60
2.1 - Organicidade interna do MST.....	70
2.2 - Ascensão e resistência do MST .....	75
3 - A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DO MST .....	88
3.1 – A consciência como processo e os desafios para o MST.....	88
3.2 - A Escola Nacional Florestan Fernandes.....	101
3.3. A concepção de Formação ampliada do MST .....	107
4 - ESCOLA E TRABALHO NA EDUCAÇÃO DO MST .....	132
4.1 – As formas e as relações de trabalho dentro dos assentamentos do MST .....	133
4.2 - A concepção de escola e de educação do MST.....	135
4.3 - O trabalho como princípio educativo para o MST.....	139
5 - A ORGANIZAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS DO MST ..	143
5.1- Assentamento Aruega e Assentamento Santo Dias.....	149
6 - O COTIDIANO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS: A RELAÇÃO DOS CONHECIMENTOS EMPÍRICOS COM A FORMAÇÃO DOS SEM TERRA.....	161
6.1 - O Assentamento Aruega .....	161
6.2 – O Assentamento Santo Dias.....	182
7 - A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO POLÍTICA DOS ASSENTAMENTOS E A FORMAÇÃO COMO PARTE DAS SUAS RESPONSABILIDADES.....	197
7.1 – Assentamentos Aruega e Santo Dias .....	197
8. APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS DE MAIS ESTUDOS.....	212
09. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....	218
APÊNDICES.....	227

## INTRODUÇÃO

O campo brasileiro é considerado um lugar de resistência, dadas às circunstâncias e diversidade que forjou o modo de apropriação das terras e do poder e, conseqüentemente, a impossibilidade dos camponeses e camponesas obter seu pedaço de terra para trabalhar. A luta e as disputas que se sucederam pela terra no Brasil, que sempre foram intensas desde a chegada dos colonizadores europeus, tem uma vasta bibliografia a esse respeito. Ao longo desses anos, foram inúmeras as manifestações de indignação pela imposição dos dominadores, que se refletiram no surgimento de levantes, movimentos, insurreições, etc., da outra parte - os dominados (GOHN, 2000; p.15).

E grande também foi a força do Estado para reprimir e aniquilar esses “focos” de insatisfações evidenciadas. Muitos fatos presentes na história oficial do Brasil explicitam a participação e organização dos trabalhadores e trabalhadoras subjugados pelos interesses dos “donos” do poder no campo, nas insurreições que ferem os interesses da classe dominante economicamente (GOHN, 2000; GOHN, 2011; RIBEIRO, 2010; MORISSAWA, 2001; MARTINS, 1981; STÉDILE & FERNANDES, 1999; entre outros).

Como são normais na história da humanidade, os processos de desenvolvimento são repletos de contradições, os quais permitiram a articulação e estruturação de grupos com demandas semelhantes, criando movimentos de resistência, adquirindo conquistas diversas para a classe trabalhadora. Portanto, vale aqui ressaltar que, as conquistas obtidas pela classe trabalhadora são frutos dessa luta travada pelas classes sociais em disputa, ao longo dos séculos.

Visto por essa ótica, pode-se dizer que os movimentos sociais são a base das conquistas da classe trabalhadora, e, como protagonistas dessas vitórias, precisam ser compreendidos dentro da luta de classes, com toda sua diversidade e contradições que os envolvem.

Para Gohn (2011), esses movimentos sociais são:



Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.) até às pressões indiretas (GOHN, 2011, p. 335).

O MST, que surgiu visando dar maior unidade e fortalecer a luta pela terra e pela Reforma Agrária, afirma que houve momentos em que esta apareceu com destaque como programa de governo (MST, 2005, p. 78). Mas, na concepção desse Movimento, para fazer a Reforma Agrária e enfrentar os históricos detentores do poder no campo, o governo (e o Estado) precisa mobilizar forças políticas e recursos financeiros, ter vontade e decisão política de fazê-la, enfrentando o velho latifúndio e/ou o novo agronegócio, conforme a região onde esses modelos atuam.

Como mecanismos para fazer a luta pela terra e pela Reforma Agrária, o MST adotou a prática de ocupações de fazendas, expondo a situação social das famílias sem terra e da concentração da propriedade, colocando em xeque o exercício dos direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988. E como mecanismos de pressão para a efetivação desses direitos, esse Movimento também adotou como práticas as mobilizações com grande quantidade de pessoas, marchas pelas ruas e estradas do país, ocupações de prédios públicos, trancamento de rodovias, etc.

Dentro dos acampamentos e dos assentamentos coordenados pelo MST, a palavra de ordem é a elevação do nível de consciência de sua base social, a partir da participação em todos os espaços organizativos desse Movimento, buscando nos estudos e nas práticas desses sujeitos, no gesto do “fazer novo” (FREIRE, 1983), a transformação necessária para a construção de uma sociedade justa, igualitária, que valorize o ser humano e a vida.

Assim, muitos são os elementos e instrumentos que compõem a estratégia de massificação dessa “pedagogia do MST” (CALDART, 2004). E, nesse sentido, as relações presentes na escola, no trabalho, na comunidade, nos círculos de vizinhança, entre outros espaços/territórios, cumprem com o objetivo de coletivizar tais relações, buscando a humanização da vida.

Para o MST, o trabalho junto à sua base social, de mobilização das famílias para a luta pela terra e pela Reforma Agrária, de conscientização para o exercício de trabalho coletivo e/ou cooperado determina o nível da aquisição e incorporação de novas relações sociais, políticas, culturais, ambientais, de gênero, etc., que farão parte do novo modo de vida das famílias e da comunidade (MST, 2005, p. 89/103).

Neste aspecto, é preciso reconhecer o potencial das pessoas moradoras de assentamentos como produtoras de sua existência, mas também como agentes do desenvolvimento econômico, social, cultural, político, no exercício de suas tarefas cotidianas, inclusive no meio rural.

Conhecendo o campo e sua problemática, as condições de vida e de trabalho, as relações sociais, as manifestações culturais, e que são facilmente perceptíveis, propomos nesta pesquisa, verificar em que medida a formação proporcionada pelo MST à sua base social modifica as relações de trabalho em áreas de Reforma Agrária. Assim, através desta pesquisa busca-se confirmar se a formação empreendida pelo MST consegue alterar o pensamento do jeito de organizar a produção se relacionando com a coletividade (alterando do individual para o coletivo); se muda a forma de pensar essa coletividade e suas articulações morando nesse lugar social.

Por outro lado, a atuação direta em áreas de acampamentos e assentamentos do MST, e como educador em uma escola de um Acampamento, revelou-me alguns problemas que parecem extrapolar as questões daquele lugar específico. Esses problemas internos das áreas do MST, revelados na prática da (não)organização das escolas e dos acampamentos/assentamentos, normalmente estavam vinculados à não “valorização” da proposta de organização e o pouco envolvimento e inserção dos sujeitos dessas áreas nos projetos das escolas, se estendiam para as comunidades circunvizinhas (que passavam a usar tais problemas como justificativas para não assumirem suas responsabilidades com a escola), colocando em xeque a proposta de formação do MST para os sujeitos dessas (suas) áreas.

Também no Trabalho de Conclusão do Curso de graduação de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, em 2010, foi possível compreender o “deslocamento” dos povos do campo, na região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, na luta pela terra, em busca de melhores condições de vida e de trabalho (OLIVEIRA, 2010). Mas, essas experiências de pesquisa não deu conta de responder as perguntas surgidas sobre os processos de formação dos sujeitos dos assentamentos e acampamentos e suas “repercussões” nas práticas de trabalho produtivo. Desta forma, surgiram então as questões para esta nova pesquisa.

Uma hipótese anteriormente formulada diz respeito aos processos de conscientização política implementados pelo MST, que possibilitam elevar o nível de formação para aquisição coletiva dos meios de produção, coletivização ou cooperação da produção agropecuária das famílias acampadas e assentadas, visando melhorar as condições de vida e de trabalho das mesmas.

Propomos-nos nessa pesquisa a discutir as relações da vida e do trabalho que se estabelecem nos assentamentos, abordando a significativa preocupação do MST com a prática dos sujeitos, objetivando mudanças nessas relações. Assim, buscaremos identificar se a formação proporcionada pelo MST permite avançar nas relações cooperadas de produção, construídas no cotidiano de áreas de Reforma Agrária, considerando que são intensificadas as relações estabelecidas entre essas famílias, como já analisado por Oliveira (2010). Além disso, buscamos identificar as relações de trabalho existentes nessas áreas de Reforma Agrária; investigar a contribuição dos espaços de formação política na organização do trabalho e no desenvolvimento sócio econômico das famílias acampadas e assentadas; compreender como são socializados os saberes sobre o trabalho apreendidos a partir da formação e discutir a dimensão educativa do trabalho e sua relação com a formação humana dos sujeitos da Reforma Agrária.

Essa pesquisa busca trazer, ainda, uma contribuição para a sistematização e divulgação, e conseqüentemente, o fortalecimento dos processos de formação dos sujeitos dos assentamentos e acampamentos de Reforma Agrária, identificando possíveis mudanças nas relações sociais e de trabalho nos

mesmos. Com esses estudos, ampliaremos a reflexão sobre questão agrária, trabalho, educação e formação dos Sem Terra. Essa articulação pode ser compreendida tendo como perspectiva de como o trabalho na Reforma Agrária pode ser influenciado pela formação, ou seja, o princípio educativo do trabalho nos assentamentos e acampamentos, que tem como pano de fundo o papel da Reforma Agrária na emancipação do trabalho.

Por se tratar de assentamentos organizados pelo MST, movimento com destaque na formação técnica-política dos seus militantes, espera-se ainda, dar uma contribuição para este movimento na disponibilização das informações sistematizadas, resultado da pesquisa, para suas reflexões, análises e avaliações que possivelmente serão usadas na elaboração e planejamento de atividades ligadas à formação de trabalhadores/as rurais (formação técnica e política) de outras áreas de assentamentos e acampamentos.

Alguns estudos já foram feitos sobre a formação dos Sem Terra. Em um levantamento bibliográfico feito, analisando e situando a proposta de pesquisa, foi possível identificar que, embora estudos apontem para uma intensidade da conscientização da base social do MST, pouco se tem registrado ainda sobre os resultados dessa formação nas relações de trabalho. Como o objetivo dessa pesquisa é verificar as mudanças nas relações de trabalho, em acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária, à partir da formação dos sujeitos, torna-se necessário lançar mão de autores e autoras que se debruçaram sobre essa questão e ousar ir além.

O referencial teórico que proporcionou o desenvolvimento dessa pesquisa foi norteado pelos estudos sobre a formação dos sujeitos pertencentes ao MST (FREIRE 1982; FREIRE, 1983; IASI, 1999; BOGO, 2005; SANTOS, 2007; BOGO, 2011); da relação trabalho e educação (MARX & ENGELS, 2001; MST, 2005; SAVIANI, 2007; VENDRAMINI, 2007; PISTRAC, 2007; LESSA, 2008; MENEZES NETO, 2009) e relações de trabalho e Reforma Agrária (FERNANDES, 2001; BRENNEISEN, 2002; PAIVA, 2003; MST, 2003; FERNANDES & MOLINA, 2004; CALDART, 2004; CALDART, 2008), entre outros autores/as.

Assim, nós descrevemos nos primeiros capítulos que se seguem, um esboço da histórica luta pela terra no Brasil e a presença dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura nessa história, fazendo referências às diversas situações e conflitos que esses sujeitos sempre estiveram inseridos, bem como fazendo referências às estratégias utilizadas por esses grupos sociais no decorrer de suas lutas.

Um pouco adiante, descrevemos sobre os movimentos sociais, suas características conceituais e destacamos o MST como um “representante” dessa articulação social, localizando sua importância e habilidade de atuar na luta pela terra e pela Reforma Agrária, perpassando momentos, políticas e táticas diferentes.

Ao abordarmos os procedimentos utilizados pelo MST para prosseguir com essa luta, reservamos alguns capítulos para analisarmos a importância da conscientização da sua base social, visando coletivizar as relações que se estabelecem nessas áreas da Reforma Agrária, mesmo estando no contexto de hegemonia das relações capitalistas de produção, almejando a transformação das relações sociais. Nesse ponto, destacamos o papel imprescindível que tem o trabalho e a educação como instrumentos de mudanças sociais e, portanto, localizados no centro da disputa da luta de classes.

Posteriormente, nos capítulos seguintes, tecemos algumas reflexões a partir dos dados e informações coletadas junto aos sujeitos pertencentes ao MST. Essas informações estão relacionadas ao valor atribuído à formação como estratégia para dialogar com esses sujeitos, bem como ao trabalho e suas relações no contexto da humanização da vida, na perspectiva desse Movimento que visa promover a transformação social.

Esses dados nos revelam e evidenciam as disputas de modelos que são inerentes aos processos e vivências dos sujeitos dos assentamentos, calcados, principalmente, de um lado no resgate e propagação dos valores na relação com os seres humanos e com a natureza em geral, e, do outro lado, com as relações marcadamente capitalistas, que visam aspectos econômicos em

detrimento dos outros aspectos da vida – e essa disputa se faz presente também no interior dos assentamentos.

## **METODOLOGIA**

Considerando a natureza da questão pesquisada aponta-se como suporte metodológico a abordagem qualitativa. Sendo os sujeitos da pesquisa moradores de assentamentos de Reforma Agrária, acreditamos que é necessário lançar mão de várias estratégias metodológicas para coleta de dados, pela diversidade de relações de trabalho e socializações de conhecimentos desses sujeitos, com a intencionalidade de apreender a realidade em sua especificidade e globalidade. E, nesse caso, é necessário que o pesquisador venha a imergir nesse contexto explorado (ALVEZ-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1999; p. 147).

Para testemunhar as relações cotidianas de trabalho e produção, parte das informações foram levantadas a partir da Observação Participante. Entendemos que Observação Participante se refere ao fato de observar sistemática e criticamente a realidade, o dia-a-dia, todas as formas de escuta e de observação não codificadas, não estruturadas, todos os lugares habituais de encontro, ou seja, o “lugar do acontecimento”, propícios à escuta interessante. Observação Participante é, por excelência, um encontro social e é oportuna a participação do pesquisador nas atividades mais frequentes: oficinas, cursos, seminários, festas, refeições, rituais religiosos, esportes, etc. (GAIA, 2005, p. 65).

As observações e demais coletas de dados foram relatadas no caderno de campo. Também estivemos cientes da necessidade de identificar pessoas que estiveram em vários momentos nesses processos de formação política; podendo habitar atualmente no local ou fora dele, sendo da coordenação do MST ou parceiros/as desse Movimento, a fim de relatar como se deram os diversos processos de formação que envolvem as famílias assentadas. Além de fazer um levantamento dos materiais didáticos e recursos metodológicos utilizados nesses assentamentos.

Também para coleta de dados foram realizadas entrevistas, considerando que estas são bons mecanismos que permitem uma maior interação com os sujeitos da pesquisa, possibilitando acesso a informações que poderiam “escapar” ou não serem exploradas por outras ferramentas de coleta de dados (ALVEZ-MAZZOTTI & GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 147).

Portanto, foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas individuais ou em grupo com as famílias participantes, tendo participado desse processo 22 pessoas. Eram 5 representantes das famílias assentadas em cada assentamento pesquisado (representantes dos Núcleos de Base<sup>1</sup> e dos Setores<sup>2</sup>), 4 pertencentes à coordenação/diretoria desses assentamentos e outros 4 componentes da direção nacional do MST (1 do coletivo da Escola Nacional Florestan Fernandes, 2 integrantes do Setor de Formação e 1 da Direção Nacional pelo estado de Minas Gerais).

Foram realizadas com um público diversificado, envolvendo homens, mulheres e jovens, com a intenção de envolver diferentes faixas etárias. Também utilizamos fotografias de determinados momentos considerados pelos sujeitos como importantes para a formação dos mesmos. Além disso, foram usados documentos elaborados no/pelo assentamento, tais como: Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA, planilhas de cursos, relatórios de reuniões, oficinas, seminários, entre outros.

Os dados coletados sobre as relações de trabalho e produção nos Assentamentos foram analisados buscando identificar e comparar as mudanças e permanências advindas do trabalho, nas relações humanas e sociais, na aquisição de novos conhecimentos/tecnologias, na socialização dos conhecimentos/saberes, na comercialização/consumo, renda, etc..

E discutiremos, imersos no bojo desse debate, a concepção ampliada de formação (política, social, humana, cultural, etc.); os espaços e tempos da/para

---

<sup>1</sup> Os Núcleos de Base são espaços de discussões, debates, estudos, encaminhamentos. São formados por grupos de famílias inteiras, por proximidade de relacionamento ou aproximação de moradias. Estes constituem o principal espaço de discussão na base social do MST.

<sup>2</sup> Setores são as frentes de atuação e organização coletiva que debatem, planejam e encaminham as questões relacionadas aos problemas dos Sem Terras dos assentamentos e acampamentos.

a formação da consciência dos sujeitos, considerando a inserção e o nível de formação dos mesmos; o cultivo de valores humanos e socialistas nos processos formativos empreendidos pelo MST; as dimensões ética, profissional e relacional dos sujeitos envolvidos nos processos de formação do MST; as representações artísticas e culturais e a socialização dessas práticas, bem como a criação/fusão/ reconfiguração das práticas, nos assentamentos de reforma agrária, etc.



# **1- O CAMPO E SEUS SUJEITOS EM DIFERENTES MOMENTOS DO PROCESSO DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA**

## **1.1 – A presença dos trabalhadores nas atividades agrícolas**

Como introdução ao debate sobre os sujeitos do campo, é importante compreendê-los no movimento histórico de constituição do espaço agrário no Brasil. Nesse sentido, propomos aqui elencar em que situação aconteceu a movimentação dispensada em torno da ocupação do território brasileiro, ancorando-nos, especialmente, em alguns historiadores, antropólogos, sociólogos e economistas políticos, como: Mitsue Morissawa, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, João Pedro Stédile, José de Souza Martins, Darcy Ribeiro, entre outros.

A leitura que se pretende fazer nesta pesquisa será de compreender as ações e as reações dos diferentes sujeitos envolvidos neste processo, tanto dos comandantes que impunham determinadas condições, quanto dos comandados que recusavam tais ordens e se rebelavam. Essa movimentação entre grupos social e economicamente diferentes possibilitou reescrever vários capítulos da história brasileira, e formou uma sociedade diversa, mista, desigual.

Partimos do pressuposto que a diversidade étnica que consolidou a formação do povo brasileiro, tão bem analisada e descrita por Darcy Ribeiro (2006), não foi imposta ou transportada de um lugar somente. Surgiu da fusão das etnias, das formas de enfrentamento ao dominador, da necessária readaptação geográfica, cultural, religiosa, etc., sobretudo, no que refere à resistência como meio para se manter vivo e apto para o trabalho, ao longo da história do Brasil.

O sentido desse debate será o de elucidar essa movimentação constitutiva do espaço agrário brasileiro, com o propósito de compreender e analisar como e qual foi a participação desta parcela da população, insatisfeita com a forma de como o processo de constituição do espaço agrário estava sendo produzido. O que se pode evidenciar de antemão é que havia vários meios de resistência, com lutas e conquistas desses sujeitos como forma de afirmação de suas

diversidades, bem como através de suas apropriações, e assim, na luta, algumas conquistas foram alcançadas ao longo da história do campo brasileiro.

Na verdade, essas disputas entre dominados e dominadores, sobretudo por uso e posse das terras, começaram quando desembarcaram nas “terras de Pindorama” os europeus que, viajando para comprar alguns produtos na Índia, se depararam com essas terras. E logo perceberam que era uma terra paradisíaca, com valiosas fontes de recursos naturais, não havia cercas e, portanto, as riquezas encontradas “estavam disponíveis”. Mas, diferente do que diz essa versão dominante da história, aqui era um continente habitado e essa “chegada” pelos portugueses, financiada pelo nascente capitalismo comercial europeu, se baseou e só foi possível pela supremacia econômica, que chegou impondo as leis e vontades políticas da monarquia portuguesa (STÉDILE, 2005).

Desde o início da “invasão” das terras brasileiras, a Coroa Portuguesa esteve preocupada com a apropriação e domínio dessas terras. Depois de constatar que não se tratava de uma “ilha” somente, decidiu por fazer concessões aos nobres portugueses a fim de explorar as terras e estes pagar-lhes impostos. Estes titulares receberam, com isso, poderes e regalias para investirem no desenvolvimento e apropriação desse território (PRADO JUNIOR, 2004, p. 32).

As chamadas Capitânicas Hereditárias, como ficaram conhecidas as imensidões de terras concedidas, eram na verdade, a divisão da costa brasileira em doze faixas lineares, com extensões que variavam entre 30 e 100 léguas, objetivando estender o domínio de Portugal – o interior continuava completamente desconhecido até então (PRADO JUNIOR, 2004, p. 32). Vale ressaltar que, apesar de serem exploradas pelos nobres portugueses, essas terras continuaram sendo de domínio de Portugal até a independência do Brasil, em 1822 (e depois até 1850, no período monárquico). Eles não podiam vender as terras, mas podiam repassar parte das mesmas (as sesmarias) à pessoas que quisessem produzir nelas.

Os habitantes desse paraíso viviam em comunidades e não conheciam a propriedade privada, diferente dos colonizadores portugueses e, por isso, a

relação desses sujeitos com os outros e com a terra era muito diferente. Embora, segundo Darcy Ribeiro, fossem cerca de cinco milhões de pessoas, divididos em mais de trezentos grupos tribais (RIBEIRO, 2006, p. 209; STÉDILE, 2005, p. 21), os nativos eram caçadores/coletores nômades que viviam da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres e raízes. Existiam também os seminômades que já praticavam a agricultura de forma rudimentar. Segundo Darcy Ribeiro (2006), cultivavam “*mandioca, milho, batata doce, cará, feijão, amendoim, tabaco, abóbora, urucu, algodão, carauá, cuias e cabaças, pimentas, abacaxi, mamão, erva mate, guaraná, entre muitas plantas*” (RIBEIRO, 2006, p. 28). O trabalho era executado pelo grupo, dividindo também o que era coletado, pescado, caçado, produzido – forma de organização do trabalho próxima do que denominamos hoje de coletiva. Desta nossa população originária, do total da população brasileira em 1950, em um censo que considerou os indígenas a partir dos hábitos próprios das tribos, estes estavam reduzidos a cerca de 100 mil (RIBEIRO, 2006, p. 209).

Este autor acrescenta, ainda, que esses grupos se subdividiam a cada vez que cresciam. O afastamento da tribo-matriz possibilitava a expansão e readaptação dos novos grupos. Assim se deu o povoamento das terras, bem como a diversidade de “*línguas originadas de um mesmo tronco, dialetos de uma mesma língua*”, costumes, etc.; e que, se “*afastando umas das outras, iam se tornando reciprocamente mais diferenciadas e hostis*” (RIBEIRO, 2006, p. 29). Para o autor, se houvesse mais tempo para a continuidade desse processo no tempo da História, é possível que algum grupo se sobrepusesse sobre os demais e, assim, acabasse com a diferenciação, resultando, pelo contrário, em uma “uniformidade” por imposição (Ibidem, p. 26). O que foi interrompido com a invasão/chegada dos europeus.

Esse processo pode ser dialogado com outros autores, quando afirmam que assim que chegaram, a tática usada pelos portugueses era (sempre) a de cooptar os líderes indígenas, convencendo-os a ceder e se “juntar” aos brancos, e estes se encarregavam de trazer seus companheiros da tribo (MORENO, 1998, p. 103). Houve ainda o processo chamado de *cunhadismo*, que se refere ao hábito de um estrangeiro ser incorporado à comunidade

indígena, e por esse fato, fazer parte da família, podendo contar com uma multidão de índios ao seu dispor (RIBEIRO, 2006, p. 72). E/ou o uso da repressão, para arregimentar um exército de trabalhadores para o transporte de cargas ou pessoas, cultivo de gêneros alimentícios, preparo de refeições; para participação nas guerras contra os outros índios e negros quilombolas (Ibidem, p. 88); visando atender a demanda da exploração da nova terra (STÉDILE, 2005), entre outros meios de dominação. Apesar disso, não se pode atribuir aos indígenas, pela dualidade de comportamento e de suas ações, como sendo índios submissos ou insubordinados, considerando as circunstâncias tão hostis em que o processo de dominação se deu.

Esses índios que perderam em parte seus referenciais de vida social, com todos os seus valores, não estavam acostumados com o regime de trabalho escravo (trabalho pesado, jornada muito extensa, pouca alimentação, maus tratos, forçado por seus “senhores”, etc.), que era exigido pelos “invasores europeus” e, portanto, como afirma Ribeiro, como forma de protesto usavam formas e meios para resistir, como por exemplo, muitos se deitavam em redes e se deixavam morrer de tristeza (Ibidem, p. 38), além de outras formas de lutas. Não supriam a demanda imposta pela Coroa Portuguesa.

Como solução para o demanda de mais mão-de-obra, sobretudo a especializada, os europeus partiram rumo à África para comprar trabalhadores para explorar as terras brasileiras, como escravos. Os africanos, segundo Darcy Ribeiro, vieram aos milhares - seis milhões até 1850 (RIBEIRO, 2006, p. 209), emprestaram uma vasta e riquíssima contribuição para a “brasilidade”, fruto da mistura de várias tribos africanas, com dialetos, expressões artísticas e religiosas locais, somadas à necessidade de se adaptar aos costumes de indígenas e europeus recém-chegados ao Brasil. Portanto, as diferenças étnicas, culturais, religiosas, etc. foi o ponto de fusão para a riqueza multicultural que se estabeleceu no Brasil, como observado por Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 2006, p. 103).

Depois de quase três séculos de tráfico de africanos para o trabalho forçado no Brasil, por força de uma oposição internacional, sobretudo uma pressão inglesa, visou-se à extinção dessa prática e sua substituição pelo trabalho

assalariado (STÉDILE, 2005, p. 24). Os ingleses, que no século XVIII eram os maiores interessados no tráfico humano, chegando a dominar nos últimos anos deste século mais da metade de todo o comércio, mudaram (gradualmente) de posição e passaram a liderar o movimento contra o tráfico de escravos e a escravidão. Eles queriam, na verdade, era expandir o mercado para seus produtos, daí a exigência tão veemente de assalariamento dos trabalhadores, até então escravizados (PRADO JUNIOR, 2006, p. 145).

Essa pressão foi fortalecida no Brasil pelo movimento abolicionista e culminou na criação de algumas leis, que gradualmente, somadas à pressão e resistência antiescravista nacional, acabou oficialmente com o trabalho escravo no Brasil. Primeiro foi assinada a Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico de escravos, em 1850 – apesar de outras tentativas anteriores de por fim à escravidão no Brasil, sem sucesso (Ibidem, p. 148). Esta foi seguida por outras: a Lei do Ventre Livre, em 1871, que libertaria os filhos das negras escravas, apesar de muitas vezes esses filhos serem abandonados a mando dos fazendeiros (RIBEIRO, 2006, p. 213); a Lei dos Sexagenários (ou Saraiva-Cotegipe), de 1885, que libertaria os escravos com mais de sessenta anos, na verdade os pouquíssimos que obtinham a façanha de atingir tal idade. E por último, a Lei Áurea, que legalmente consolidou aquilo que já vinha acontecendo na prática (STÉDILE, 2005, p. 24).

Segundo Stédile (2005), todas as atividades produtivas e extrativistas exercidas pelos europeus no período colonial visavam lucro e tudo era enviado para a metrópole europeia. Primeiro com a extração de madeiras, depois do ouro, para em seguida começarem a transformar outros bens materiais também em mercadorias, como o ferro, a prata e outros minérios. Mas, percebendo o potencial de produção agrícola das nossas terras, resolveram investir em produtos agrícolas tropicais, para atender a demanda da Europa (até porque o comércio com a Índia, país que comercializava produtos tropicais com os europeus, estava esgotando). Assim, começaram a cultivar cana-de-açúcar, algodão, café, pimenta do reino, gado bovino, entre outros produtos. E aproveitaram algumas plantas nativas como o cacau e o tabaco (STÉDILE, 2005, p. 22).

Esse cultivo foi intensificado e se estendeu por grande parte da costa brasileira. Estava inserido dentro de uma lógica baseada na monocultura, ocupando grandes extensões de terra, para exportação (chegando, naquela época, a mais de 80% dos produtos), com o uso de mão de obra escrava, fazendo surgir o que foi denominado posteriormente pelos historiadores e sociólogos de modelo agroexportador, organizado em unidades de produção – chamadas de *plantation*. Para Stédile (2005) e Prado Junior (2004), a denominação *plantation* é uma palavra de origem inglesa, usada para resumir o funcionamento do modelo utilizado nas colônias (STÉDILE, 2005, p. 23; PRADO JUNIOR, 2004, p. 166).

Outro autor que também evidencia como esse modelo de constituição da sociedade brasileira era de subjugação aos padrões europeus foi Jacob Gorender (1976) e, na tentativa de romper com essa imposição, o mesmo se esforçou para aporuguesar o termo, sugerindo o vocábulo “*plantagem*” em vez “*plantation*”. Para ele, essa foi a forma de organização dominante no escravismo colonial. Ela se expandiu para outros ramos da produção e da vida social, modelando todas as formas econômicas, inclusive as não escravistas.

Gorender (1976) citado por Stédile (2005, p. 149-156) descreve detalhadamente como se estruturou esse modelo agrícola, chamado de *plantation* ou *plantagem*, bem como as relações de trabalho desse modelo, qual seja:

a) produção agrícola especializada e que tivesse receptividade no mercado mundial: ou seja, determinada monocultura, que não se destinava a abastecer o mercado interno e consumo imediato dos brasileiros produtores. Esse abastecimento se dava pelo cultivo alternativo, permitido pelo sistema *plantagem* aos escravos, para consumo da própria unidade produtora.

b) trabalho por equipes sob o comando unificado: aqui havia uma combinação rigorosa entre tempo de trabalho, quantidade de mão de obra, dimensão do cultivo, integração de todas as tarefas, etc., podendo efetuar grandes colheitas, beneficiamento em tempo hábil, com menores perdas de matéria prima, sob o

comando de um chefe. Tudo isso visando produção unificada no tempo e no espaço, para exportação.

c) unidade entre produção agrícola, beneficiamento e comercialização: nesse ponto, é possível perceber o controle sobre as fases da produção, visando a colheita, a agregação de valor monetário, preparação para transporte e comercialização dos produtos. Isto é, para atingir esse sistema, muitas vezes complexo, com uso de instalações e instrumentos, em diferentes fases do produto, se fazia necessário estabelecer um rígido controle, bem como manter uma sintonia nesse processo.

d) divisão do trabalho sob aspectos qualitativos e quantitativos: nesse quesito, a *plantagem* apresentava aspectos avançados da divisão do trabalho (em relação à Europa, no século XVI), com muitas tarefas executadas por equipes. Ou em função da organização cooperativa empregada para a potencialização de uma tarefa (quantitativa), ou pela necessidade de haver etapas diferentes desde a produção até o beneficiamento (qualitativa), fato é que, sem especialização individual, sob a lógica de trabalho conjunto/cooperado, todas as tarefas eram desempenhadas pelos mesmos escravos, com as mesmas capacidades e emprego de forças.

Esse autor, ao dar essa definição “aportuguesada” para o termo, descreve a produção e beneficiamento de alguns produtos agrícolas (cana, algodão, tabaco e café), ressaltando a pluralidade do modelo, podendo ser adotado tanto em pequenas, médias e grandes propriedades, envolvendo dezenas ou centenas de escravos; consorciadas com outras plantações ou na forma de monocultivos. Enfim, um sistema muito adaptado ao regime colonial escravista, agregando todos os proprietários. Esse regime sucumbiu após a abolição da escravatura (STÉDILE, 2005, p. 26).

Com as pressões que a Coroa Portuguesa vinha sofrendo pela substituição do trabalho escravo por trabalho assalariado, ficara insustentável aquele regime, sendo inevitável a abolição da escravidão, que ocorreria em 1888. E é nesse contexto que se faz necessário mencionar a Lei nº 601, de 1850, criada por Dom Pedro II, também conhecida como a Lei de Terras, como sendo um dos

mecanismos utilizado pelas elites nacionais daquela época para manter os elementos de domínio sob suas rédeas. Alguns autores consideram essa Lei como o marco na história da apropriação privada da terra no Brasil. Essa estratégia foi implementada no sentido de coibir a posse aos homens/mulheres que se tornavam livres e, com medo que estes trabalhadores/as, ainda escravos, depois de libertos pudessem tomar posse de parcelas de terras, sem passar pela mediação do mercado. Criaram, portanto, a Lei de Terras para impedir que houvesse apropriação de terras pelos escravos, proporcionando por outro lado, fundamento jurídico para a mercantilização da terra: a partir de agora somente seria possível adquirir terras por meio da compra. Até então algo novo na história do Brasil (STÉDILE, 2005, p. 25).

Essa Lei, mais do que garantir mais recursos para a Coroa com a venda da terra, impediu que os trabalhadores escravizados, despossuídos de bens, pudessem se tornar camponeses, donos de um pequeno pedaço de terra, muito antes pelo contrário, deveriam continuar trabalhando como assalariados para os fazendeiros, outrora seus senhores.

Para substituir a mão de obra escrava, os colonizadores articularam uma campanha de propagação das terras brasileiras, na Europa. Com a promessa de terra fértil e barata, vieram para o Brasil cerca de 1,6 milhões de camponeses, no período de 1875 a 1914, sobretudo da Itália, Alemanha e Espanha.

Segundo Stédile (2005), uma parte desses camponeses teve como destino a região Sul do Brasil, onde receberam entre 25 a 50 hectares de terra, com o objetivo de pagá-las depois, obrigando-os a integrarem-se rapidamente ao mercado. A outra parte foi trabalhar nas fazendas de café nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, e parte do Espírito Santo. Estes se inseriram no regime de colonato<sup>3</sup>, obrigatoriamente, já que não receberam terras. Esse

---

<sup>3</sup> Colono é uma palavra muito utilizada no sul do país como sinônimo de pequeno agricultor. A origem vem dos primeiros camponeses que chegaram como imigrantes da Europa, no final do século XIX e início do século XX. Cada camponês imigrante recebeu do governo uma área de terra correspondente a 25 hectares, que foi denominada de “colônia”. Por isso seu ocupante passou a ser chamado de colono. No estado de São Paulo, “colono” foi uma designação sociológica para a relação social estabelecida nos cafezais entre os grandes proprietários e os camponeses imigrantes. Colonato era uma forma de parceria, em que o camponês imigrante recebia determinado número de filas de café para cuidar. Em



regime/sistema, primeiro e único no mundo, se baseava no recebimento de lavouras de café prontas (formadas pelos escravos), casa para moradia e cerca de dois hectares de terra para cultivar produtos de subsistência e criar pequenos animais. Recebiam em produto, ou seja, em café, pela mão de obra exercida, que era medida por pés de café cuidados. Essa migração de camponeses europeus serviu para o surgimento e fortalecimento do campesinato brasileiro.

O campesinato brasileiro, ao que afirma Stédile (2005), nasceu nesse período de crise da produção cafeeira. Para ele, há duas vertentes para esse surgimento, uma delas é exatamente a chegada ao Brasil dos camponeses europeus. A outra vertente é a população composta por camponeses mestiços (originados da mistura diversa entre índios, negros e brancos), durante quase 400 anos, que não eram escravizados, e, portanto, adentraram no interior do país ocupando o território e desenvolvendo a agricultura de subsistência, já que as terras da região litorânea estavam ocupadas com as grandes fazendas dedicadas à exportação.

Ancorado nos posicionamentos de Stédile (2005) pode-se afirmar que as duas vertentes (camponeses europeus chegados ao Brasil e mestiços que adentraram no interior desocupado) são fundantes para o surgimento do campesinato brasileiro. Da mesma forma Stédile discorda da posição de Caio Prado Júnior (PRADO JUNIOR, 1960) (e de outros autores), quando afirma que no Brasil não existiu um processo histórico de formação camponesa, tendo as relações de trabalho no campo passado imediatamente de escravidão para o trabalho assalariado.

Já o sociólogo José de Souza Martins observa o questionamento de Prado Júnior e nos ajuda a compreender melhor a questão. Para Martins (1981), Prado Júnior ao questionar o caráter metodologicamente insustentável dessa apropriação conceitual mecanicamente transportada do feudalismo para as relações de trabalho no campo brasileiro, observou as diferenças existentes entre o referido sistema e a realidade brasileira. Nas palavras de Martins,

---

troca, recebia do patrão uma casa e autorização para cultivar para seu próprio uso uma pequena parcela de terra (STEDILE e FERNANDES, 2005; pág. 48).

Prado Júnior menciona o camponês como “personagem de uma estrutura feudal ou dos restos do feudalismo” o que para Martins, não tem cabimento fazer essa relação com trabalhadores brasileiros, já que em nada se parecem com o camponês das concepções políticas referidas. Para esse autor também, as diferenças características dessas sociedades são notórias e facilmente perceptíveis no campo: “as chamadas relações feudais ou semifeudais – como as várias formas de parceria – assimilam-se antes ao assalariado” (MARTINS, 1981, p. 23).

Martins (1981) afirma que não está de acordo com nenhuma das duas formulações, a saber, aquela que não admite o trabalhador do campo brasileiro como camponês, ou com aquela que o coloca nessa categoria mecanicamente. Para Martins, além de esse debate ser de ordem mais política que teórica, chama a atenção para não esquecermos as situações específicas das diferentes classes abordadas nesse debate, bem como não se deve esquecer suas determinações. E vai além, argumentando as diferenças entre os sujeitos do regime feudal em relação ao Brasil, evidenciando e deixando claro quem detém a propriedade dos meios de produção, ou seja, em ambos os sistemas há relações entre trabalhadores e proprietários muito complexas, que não devem ser classificadas arbitrariamente, com fins de classificação conceitual.

Essa questão acerca do campesinato no Brasil também é utilizada por Maria das Graças Cunha (2012) no artigo em que descreve as origens e ressignificações do campesinato brasileiro. Essa autora aponta três formas como sendo originárias do campesinato, sendo que elas estão de acordo com aquelas levantadas por Stédile, mesmo à que se refere ao cultivo de produtos de subsistência no entorno das *plantations* (CUNHA, 2012, p. 04; STÉDILE, 2005, p. 23).

Para a autora, uma forma que possibilitou esse surgimento foi o uso das terras marginais das *plantations* e das grandes fazendas de gado, também chamadas de “terras livres”, apossadas pelos camponeses e camponesas. Nesse caso, a autora menciona que o campesinato era também alternativa aos negros fugidos das grandes fazendas. Mesmo assim, se baseava em arranjos feitos entre esses camponeses e camponesas e os grandes proprietários de terras, para o

uso das mesmas. Outra forma foi o campesinato de fronteiras, que ocupava as áreas distantes, muitas vezes expulsando os indígenas desse local, implantando núcleos camponeses. E a terceira forma é a que se refere ao estabelecimento do campesinato mais parecido com o modelo europeu, ocorrido no sul do país, sob a forma de concessões de terras públicas a imigrantes assentados em colônias (CUNHA, 2012, p. 04).

Foi nesse longo período que apareceram as primeiras manifestações contrárias ao domínio exacerbado do uso e posse das terras, bem como contestações dos abusos exercidos pela Coroa (MORISSAWA, 2001, p. 67). Até porque, com aquela divisão do território brasileiro em sesmarias, caracterizadas desde o início pela imensidão das glebas concedidas e pela imprecisão de seus limites, era inevitável que o processo de apropriação das terras brasileiras acabasse dando origem, com o tempo, a uma série de conflitos.

Aliás, conflitos e insatisfações que surgiram desde o início da chegada dos europeus ao Brasil. Há registros de conflitos já no início da segunda metade do século XVI, como a Confederação dos Tamoios, por exemplo, que foi uma guerra travada entre os europeus e os nativos, entre os anos de 1554 e 1567, na região que hoje corresponde ao município de Bertioga (SP), se estendendo até Cabo Frio (RJ) (DELPHINO, 2010). E também com a Guerra Justa, decretada por D. João VI aos índios Boruns, na região do Vale do Jequitinhonha (MG), em 1808, dizimando toda a população indígena que não se submeteu à “civilização” (OLIVEIRA, 2010, p. 33).

Assim, esses exemplos, apesar de serem representativos de uma vasta literatura que aponta abusos do domínio europeu frente ao território e habitantes nativos, demonstram o plano de ação a partir da concepção de ocupação das terras brasileiras, as formas de dominação e de resistências, bem como as consequências da “desobediência”, o tempo em que se deram, elucidando o caráter conflituoso no apossamento das terras brasileiras pelos europeus.

Os índios lutaram desde a época do descobrimento e lutam até hoje para não perder suas terras. Mesmo assim, assistem à investida dos grandes

proprietários de terras, inclusive, no Congresso Nacional e no judiciário, a fim de mudar a legislação que assegura alguns direitos a esses povos, conquistados a duras penas e muito sangue.

Os negros lutaram na época da Colônia para ter seu pedaço de chão e deixar de ser escravos. Fugiam e formavam os quilombos. Hoje, passadas várias décadas, apesar de legislação existente para efetivar o reconhecimento desses quilombos, permanece a omissão do Estado, seguida pela burocracia e subserviência aos interesses dos grandes proprietários.

Além desses sujeitos, os mestiços e brancos pobres e livres, que constituíam em grande parte os que ocupavam terras as margens dos latifúndios ou entrando para matas não habitadas (posteriormente chamados de camponeses) passaram situações semelhantes de necessariamente estabelecer processos de resistências para continuarem cultivando suas terras e produzindo seus meios de vida, à revelia da atenção do Estado brasileiro.

Baseada nesses elementos é que se evidenciam a trajetória conturbada de dominação do território brasileiro, com a tentativa de silenciamento dos habitantes nativos, é possível afirmar que, os trabalhadores brasileiros nunca aceitaram com naturalidade o processo de exclusão, de nenhum tipo, tanto exclusão racial, social, econômica, política, etc., apesar de esta estar presente em toda a nossa história.

Darcy Ribeiro (2006), antropólogo que estudou muito e conheceu de perto a vivência do povo brasileiro, depois de descrever sobre duas modalidades de conflitos, a saber, sobre os conflitos de ordem entre as etnias (inter étnica) e entre as raças (inter-racial), quando esse autor quis jogar luzes sobre os diversos conflitos e ilustrar as múltiplas divergências frente ao modelo prescrito de dominação, apresenta uma terceira modalidade, muito abrangente e definidora:

Uma terceira modalidade que envolve as populações brasileiras é de caráter fundamentalmente *classista*. Aqui se enfrentam, de um lado, os privilegiados proprietários de terras, de bens de produção, que são predominantemente brancos, e de outro lado, as grandes massas de trabalhadores, essas majoritariamente mestiças ou negras (RIBEIRO, 2006, p. 158).

Nesse sentido, dialogando com esse autor, precisamos evidenciar que havia modalidades de conflitos e estes se davam de formas diferentes, mas, vale ressaltar que esses conflitos não se davam simplesmente pelo fato de haver contatos e relações de ordens étnicas e inter raciais (ainda que elas sejam fortes no país), mas pela lógica de dominação que estava sendo imposta, da qual se originavam as “insurgências” das raças, das etnias e das classes diferentes. E em se tratando do campesinato, é preciso levar em conta a expressiva população branca e pobre que veio para o Brasil, e na sequência os mestiços, principalmente entre brancos e negros. Nem por isso é possível associar os conflitos à chegada e aumento dessa população. E nosso autor continua (...) “*a distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos*” (RIBEIRO, 2006, p.202).

Percebe-se que historicamente as raízes da desigualdade constituída no âmbito econômico, político e social fomentaram os conflitos, em muitas regiões do Brasil. Desde os lugares mais distantes ou até mesmo do lado dos grandes centros urbanos. Em alguns momentos eles acirraram, em outros, estiveram menos explícitos.

Durante muito tempo os trabalhadores vêm enfrentando as armas da polícia, do exército e dos grandes proprietários, pelo direito de viver e trabalhar na terra. E isso continua na atualidade, como no recente caso do massacre em Eldorado dos Carajás, ocorrido em 1996, no estado do Pará, onde 19 sem terra em marcha pela rodovia foram mortos pela polícia militar, em cumprimento a uma “solicitação” da mineradora Vale do Rio Doce para desobstruir a via e liberar a passagem de seus caminhões, para citar apenas um exemplo (sobre isso ver VIRISSIMO, 2013).

Para os trabalhadores rurais, até hoje, a vida se confunde com a luta. E a questão da divisão, posse e uso da terra no Brasil continua sendo uma questão de interesse econômico, social e político. Encarada como sinônimo de “problema agrário” (FERNANDES, 1997, p. 21). Para Otávia Fernandes,

“A questão agrária não é, pois, um problema meramente técnico, que se resolve com medidas técnicas. É uma questão política de fundo, que envolve decisões e ações políticas que estão na base da

orientação que se pretenda dar ao desenvolvimento da sociedade. Não é, assim, um problema só do campo, só dos trabalhadores rurais. É um problema de toda a sociedade.” (FERNANDES, 1997, p. 21).

E longe de receber o tratamento conveniente, o campo se perpetua vivendo a dualidade: pobres e miseráveis *versus* grandes proprietários e produtores, como tem demonstrado toda a história brasileira. Esse mesmo campo se tornou objeto de disputa de interesses e é muito evidenciado quando suas práticas atendem a determinados grupos, ligados aos grandes proprietários de terra. Em outras palavras, a realidade do campo, nua e crua, não é objeto de interesse se não está dentro da campanha de valorização ou depreciação adotada pela elite brasileira e encampada pela grande mídia. E assim, sob esses interesses escusos, é bastante explorada quando lhes é conveniente, sobretudo, no que diz respeito ao “desenvolvimento” econômico e produtivo para justificar mais investimentos públicos, ou, ao contrário, tem seus conflitos omitidos quando tornam públicas as divergências e contradições desse modelo adotado pelos governos, principalmente nas questões sociais, jurídicas e ambientais, colocando em xeque suas políticas.

E como exemplo de “problema agrário”, os históricos conflitos no campo (envolvendo sem terras, índios, quilombolas, etc.) tem recebido o tratamento mais injusto possível do Estado brasileiro: justamente o contrário do que seria plausível onde se fala de diminuir desigualdades. Usa-se da brutalidade e ignorância. Em nenhum momento as mobilizações ocorridas no meio rural foram tratadas sob a ótica dos amplos direitos humanos (da inserção social a partir do acesso à terra e aos meios de produção), pensando nas questões humanas e sociais, para além das questões econômicas, onde seria explicitado o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais no campo, no atendimento de toda a sociedade.

Basta retomar as experiências das lutas e, do outro lado, a intervenção do Estado brasileiro para constatar o seu posicionamento. Exemplos que marcaram nossa história como o tratamento dispensado a Zumbi dos Palmares, no Quilombo dos Palmares, situado no estado de Alagoas - quando o Estado contratou o bandeirante Domingos Jorge Velho para acabar com o

Quilombo, matando centenas de pessoas - e se estendendo por várias regiões e épocas até o século XX (e XXI!). Desde Sepé Tiaraju, dos povos Guaranis; Canudos, no interior da Bahia; passando por Contestado, na fronteira do Paraná com Santa Catarina; Trombas e Formoso, no estado de Goiás; Cangaço, no sertão brasileiro; Ligas Camponesas, que iniciaram em Pernambuco, e indo a muitas lutas localizadas de trabalhadores rurais nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo (CALDART, 2004, p. 108; MARTINS, 1981, p. 41). Muitos desses grupos foram extintos pelo Estado brasileiro.

Mas, como afirma José de Souza Martins (1981), a História do Brasil é

A história de um campesinato progressivamente insubmisso – primeiramente, contra a dominação pessoal de fazendeiros e ‘coronéis’; depois, contra a expropriação territorial efetuada por grandes proprietários, grileiros e empresários; e já agora, também contra a exploração econômica que se concretiza na ação da grande empresa capitalista (MARTINS, 1981, p.10).

Para Martins (1981), houve “progressiva insubmissão” dos trabalhadores frente ao processo histórico de dominação, exploração e exclusão. O campesinato sempre reagiu. Aqui ou acolá, sempre houve brados de resistência. As lutas por emancipação política, não só no Brasil, que proporcionaram aprendizados aos trabalhadores, aconteceram em uma escala (do ponto de vista da libertação), também progressiva.

Esse autor que tem uma vasta obra relacionada aos trabalhadores rurais e seus modos de vida e de trabalho, bem como suas formas de lutas e de resistências, afirma categoricamente que “a história do Brasil é a história de suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes” (Ibidem, p. 26).

Assim, ressaltamos que em toda a história do Brasil desde a colonização, as relações entre o sujeitos trabalhadores do campo e os patrões assumiram formas que herdaram elementos diversos vindos da Europa, África e dos indígenas, apesar da predominância europeia e da imposição do seu modelo de produção agro exportadora no Brasil. Em todas essas relações, a imposição/coerção com o intuito de dominar e sobrepor aos trabalhadores

nessas relações de trabalho foi elemento chave para a perpetuação desse modelo até aos nossos dias. A sequência de relações de parceria, arrendamento, meeiros, aforamento e agregados, etc. constituíram as principais formas e relações de trabalho entre o campesinato e os proprietários de terras e, tais relações caracterizaram desde sempre as relações entre os trabalhadores e senhores de terras no Brasil, com todas as contradições dessas relações.

As muitas formas adotadas de organização do trabalho, dos modos de vida e de luta, o enfrentamento à violência e repressão que fizeram parte da história da maioria dos movimentos citados e que muitas vezes são omitidas pelos veículos e história “oficial” do Brasil (e esquecidas por parte da imprensa atual), são aqui referenciadas na tentativa de compreender como estes sujeitos lutaram pelo seu direito à terra nos seus tempos e espaços e, sobretudo, resistiram no campo.

### ***1.2 - A luta pela terra e a organização dos camponeses***

Já nas primeiras décadas do século XX, a evolução da produção agrária no Brasil (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 225) e sua crise – especialmente do café que atingiu seu ápice em 1929 com a quebra da Bolsa de Nova York - foram determinantes para “arruinar” a vida e a (super)produção dos cafeicultores brasileiros. E, beneficiada com essa crise mundial, a nova classe hegemônica, formada por setores do empresariado industrial, deu um golpe de Estado e conduziu Getúlio Vargas ao poder, em 1930, tomando o governo das oligarquias rurais mineiras e paulistas, que ficou conhecida como a política do café com leite - em alusão à principal produção desses dois estados. O primeiro mandato de Vargas, também ficou conhecido como Estado Novo ou Projeto Nacional Desenvolvimentista (STÉDILE, 2005, p. 30), que durou de 1930 a 1945, momento em que os trabalhadores experimentaram algumas conquistas reais e legais.

Esse governo foi caracterizado, como bem demonstrou Florestan Fernandes na obra *a Revolução Burguesa no Brasil* (FERNANDES, 2006) como parte do modelo de capitalismo dependente, já que não houve rompimento das relações



de dependência mantida com os países desenvolvidos, bem como não houve um completo rompimento com as oligarquias rurais, de onde despontavam essa nova elite golpista. Nas palavras de Fernandes “uma revolução dentro da ordem” (Ibidem, p. 76).

Neste momento, a classe surgida desse processo (a nova elite golpista), por sua vez, teve que apostar no modelo novo, porém com estruturas velhas. Aqui, pela primeira vez na história brasileira, a agricultura passa a se submeter à indústria, também porque o Brasil precisava importar máquinas (e até operários), o que somente era possível a partir da continuidade das exportações de produtos agrícolas. Nesse momento os camponeses, recém-surgidos, cumprem o papel importante de fornecer matéria prima para a indústria, oferecer mão de obra operária barata, produzir alimentos a preços baixos para as cidades e manter nivelado, por baixo, os salários dos operários, já que aumentou a oferta de trabalhadores para as indústrias alimentando um fluxo de trabalhadores para os centros urbanos, compondo o fenômeno da migração (leia-se êxodo rural) (MARTINS, 1981, p. 66; STÉDILE, 2005).

No âmbito político, segundo Marlene Ribeiro (2007), surge um novo quadro apontado para o campo brasileiro, em 1935, onde o Partido Comunista Brasileiro - PCB, baseado em decisões internacionais do partido, criou uma frente popular, que ficou conhecida como Aliança Nacional Libertadora – ANL (RIBEIRO, 2007; p. 30). A tarefa dessa frente era organizar trabalhadores urbanos e rurais sob as bandeiras da Reforma Agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização de empresas e a defesa das liberdades individuais, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, principal membro do PCB e que se recusou a apoiar a eleição de Vargas, em 1930. (MORISSAWA, 2001, p. 79).

Vargas, percebendo que essas demandas tinham como pano de fundo sua destituição do poder, como represália a um discurso de Prestes pela sua derrubada, tornou a ANL ilegal, fechando suas centenas de sedes no país. Desse momento em diante, Vargas acirrou a repressão aos movimentos populares, momento em que o governo ficou marcado pela política de caráter muito similar ao fascismo (RIBEIRO, 2007, p. 80). Isso pareceu muito

contraditório já que Getúlio ficara conhecido como o “pai dos pobres”. Esse apelido se deve ao fato de, no período precedente à decisão de reprimir às organizações dos trabalhadores, esse político ter sido muito habilidoso na relação com a população, pois, vendo aumentar as mobilizações dos trabalhadores, tratou de “entregar alguns anéis para ficar com os dedos”, ou seja, fez algumas concessões reivindicadas pelos trabalhadores, mas se garantiu com força suficiente para reprimir quando julgasse necessário, sem comprometer seu governo.

O que se tornou a principal base de sustentação popular de Vargas, em detrimento do movimento operário, mas demonstrando sua habilidade política foi que, além de ter chamado o povo à participar da política, criou leis trabalhistas como a redução da jornada de trabalho para oito horas; proibição do emprego de crianças menores de quatorze anos; férias remuneradas; salário mínimo; aposentaria; (MORISSAWA, 2001, p. 80); também criou o Ministério do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Entretanto, essa legislação efetivamente trouxe proteção apenas para os setores organizados da classe média urbana, permanecendo sem cobertura amplos setores da população, tais como os trabalhadores rurais, domésticos, autônomos, profissionais liberais e outros trabalhadores sem vínculo empregatício (Ibidem, p. 80).

Nesse sentido, Vargas não conseguiu estender sua política aos trabalhadores rurais. Primeiro porque não podia fazer a Reforma Agrária, reivindicada por parte de seus apoiadores para não ferir os interesses dos grandes proprietários de terras. Segundo, porque essa categoria não estava organizada suficientemente para apresentar suas reivindicações, o que veio a acontecer somente a partir da década de 1950 (Ibidem, p. 81).

Os trabalhadores urbanos e rurais recuperam suas organizações no segundo mandato do governo Vargas, de 1950 a 1955. E continuam no período de Juscelino Kubitschek e de João Goulart, sendo interrompidos pelo golpe militar, em 1964.

Em 1954, foi criado também pelo PCB, na maioria dos estados brasileiros, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros – ULTAB, com o objetivo de coordenar as associações camponesas (FERNANDES, 2001, p. 33; MARTINS, 1981, p. 84). No Rio Grande do Sul, em vez de ULTAB, a organização recebeu o nome de Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master, criada no final da década de 1950, “*pelas mãos do então governador Leonel Brizola*” (MARTINS, 1981, p. 91). Com grande potencial de mobilizar trabalhadores, esses movimentos representaram significativa inovação na apresentação coletiva das demandas dessa categoria junto aos governantes. O Master, com suas ações, viria a inspirar as lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na década de 80 e 90, com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, defendia a criação de acampamentos para assumir a posse da terra. Tinha como base social, considerado sem-terra, os trabalhadores assalariados rurais, os pequenos proprietários, os peões, os parceiros (MORISSAWA, 2001, p. 94).

Foi nesse contexto, que em meados do século XX, a classe trabalhadora no Brasil, como em outras partes do mundo, experimentava conquistas sociais resultantes de mobilizações populares – não que tenha iniciado nesse período, mas a organização dos trabalhadores em alguns países alavancou essa esperança – e isso viria a ser uma fagulha na luta por direitos, e logo em seguida, por reformas de base no país.

É importante reafirmar que na década de 1950, após a segunda Guerra Mundial, com a promessa de expansão desenvolvimentista e o retorno de Getúlio Vargas ao poder, os trabalhadores rurais e urbanos recuperaram suas organizações. O governo passou a utilizar também, a promessa do pleno emprego como meio para garantia de integração nacional. Essa promessa consistia, essencialmente, em disponibilizar mão de obra qualificada para a indústria, onde todos os trabalhadores qualificados pudessem ingressar numa vaga, atingindo o pleno emprego, resolvendo problemas históricos do povo brasileiro. A escola foi a instituição incumbida de preparar a mão de obra para o desenvolvimento industrial e tecnológico, seguindo na direção do que estava apontado para os países em desenvolvimento (FRIGOTO, 2004). Mas, até

aqui, o rural foi contemplado parcialmente nessa discussão, já que não houve a concretização dos direitos no sentido de massificar a oferta escolar.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek à presidência da República, em 1955, inaugurou-se o período da aposta desenvolvimentista sob a égide do capital internacional. Esse período foi marcado por construções de grandes obras ferroviárias, rodoviárias, hidrelétricas, da construção da capital federal, etc. e aumento da dívida externa do Brasil.

Foi um período marcado, também, pelo avanço do capital na agricultura. No campo, lugar tão abandonado pelas políticas públicas até aqui, esse desenvolvimentismo chegou mantendo a preocupação com o atendimento das demandas das cidades, isto é, de novo o campo se via na condição de fornecer mão de obra e matéria prima para as cidades. Dessa vez, essa corrida foi seguida pela movimentação da classe trabalhadora que, reivindicando direitos trabalhistas sinalizados na Era Vargas, viam a possibilidade de adquirirem a efetivação e conquistas de mais direitos. Segundo Ribeiro (2007), a criação e expansão das Ligas Camponesas, ULTAB, Master são representações dessa movimentação dos camponeses que, inclusive, levantavam a bandeira da reforma agrária radical.

Neste contexto, é preciso reconhecer os avanços que foram adquiridos no campo das manifestações, aos grupos minoritários; da mesma forma que é importante evidenciar o sofrimento, morte e tragédias causados por governos autoritários com o cerceamento às manifestações dos coletivos em lutas. E os trabalhadores camponeses permaneceram com a carência da efetivação e garantias de direitos, pelo contrário, sentiram a força do projeto de modernização da agricultura sob os interesses da expansão do capital, sem melhorar suas reais condições de vida e de trabalho. E assim, os processos de resistência dos trabalhadores continuam para se manter no campo, garantindo sua “autonomia”, mesmo em condições muito adversas - decorrentes da investida dessa “modernização” e do extensivo êxodo rural.

### **1.3 - Reforma Agrária, Agricultura Familiar e os desafios dos pobres do campo**

A Constituição Federal (CF) de 1988 foi importante para a garantia dos direitos dos trabalhadores do campo, pois a mesma trouxe avanços significativos relacionados à (mudanças na) estrutura fundiária do Brasil, com elementos suficientes para possibilitar o acesso da classe trabalhadora aos seus direitos. Apesar de essas leis serem desrespeitadas frequentemente, ou mesmo, não são “observadas” pelos juristas brasileiros ao fazer os julgamentos (ANPUH – RJ, 2008); tal como foi denunciado pelo Jornal Sem Terra, acerca da parcialidade em julgamentos dos processos envolvendo Sem Terras e proprietários, em Minas Gerais (JST, 2013).

Neste sentido, a Reforma Agrária é ainda um sonho ou utopia de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais, apesar de garantida pela CF de 1988, que estabelece como propriedades passíveis de serem desapropriadas para assentamento de famílias, os imóveis rurais que não cumprirem sua função social (artigo 184). No artigo 186, apresenta quatro pontos que identificam tais propriedades (econômica, ambiental, trabalhista e social), especificando que a atuação dessa normativa se aplica onde não há: (i) aproveitamento racional e adequado; (ii) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; (iii) observância das disposições que regulam as relações de trabalho e, (iiii) exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (CF – BRASIL, 1988).

Apesar dessas garantias dispostas na CF, ainda se mostram insuficientes pois essas mesmas leis não são “aproveitada” para os fins propostos. Do ponto de vista dos movimentos sociais de luta pela terra e por outros direitos no campo (tais como de luta pela Reforma Agrária, dos atingidos por barragens, dos atingidos pela mineração, dos catadores de castanhas, dos pequenos agricultores, dos agricultores familiares, das mulheres camponesas, etc.), a Reforma Agrária é ainda nos dias de hoje, mesmo com o atual estágio de desenvolvimento econômico do campo, necessária para possibilitar melhores condições de vida e de trabalho desses sujeitos, junto à Agricultura Familiar. Uma alternativa ao modelo hegemônico capitalista, que é o Agronegócio.

Como visto, a Reforma Agrária deve ser entendida como uma reestruturação da propriedade, da posse e do uso da terra, possibilitando aos trabalhadores acesso aos meios de produção, tecnologias, créditos, etc. E não como instrumento paliativo de resolver conflitos fundiários (MST, 2007). Embora tão necessária e almejada por uma parcela da sociedade, esta nunca foi feita no Brasil.

Os artigos 184 e 186 da CF de 1988 incontestavelmente contêm os principais avanços no quesito terras passíveis de desapropriação. Mas há pessoas que contestam a mesma, alegando que esta preservou a propriedade produtiva, impossibilitando a desapropriação de imóveis considerados como produtivos, além de não revalidar o dispositivo do Estatuto da Terra, de 1964, que previa a desapropriação de latifúndio por extensão. Portanto, partindo desse pressuposto, há um retrocesso em relação ao que já estava disposto no Estatuto da Terra, elaborado pela Ditadura Militar, que já estabelecia esses e outros avanços naquela época, marcada pelo cerceamento de direitos individuais e coletivos, mas que agora foram retirados da CF de 1988; e segundo Martins, os militares não só criaram as leis para a desapropriação por interesse social, como demonstravam na prática os seus feitos, *“ao contrário do que é comum dizer-se, vem executando sistematicamente desde então”* (MARTINS, 1981, p. 95).

Nos anos de 1986 e 1987, no bojo dos debates em torno da criação desta nova Constituição, houve intensa mobilização dos movimentos sociais de luta pela terra que apresentaram emendas populares sobre a Reforma Agrária, a serem incorporadas à CF. Por outro lado, a União Democrática Ruralista – UDR representou uma importante força política na produção do texto constitucional. Todos esses sujeitos interessados comemoraram, apesar de pertencerem a classes opostas (ANPUH – RJ, 2008). No entanto, os trabalhadores rurais, mesmo depois de 1988, no que diz respeito ao atendimento dos seus direitos, continuam à mercê dos interesses capitalistas, que relegam tais garantias de direitos e colocam o lucro acima da vida, da natureza, das leis, etc., nas cidades ou no campo.

Passados muitos anos desde a aprovação do texto final da CF de 1988 e com o acirramento da disputa do território camponês - que atualmente se intensifica apresentando aspectos diferenciados e envolvendo sujeitos novos, inclusive estrangeiros (tais como no controle das terras, dos recursos naturais, dos insumos agrícolas, do financiamento, etc.) - e também pelo cumprimento das leis, os trabalhadores camponeses se veem num conflito constante com o sistema de produção vigente, que recebe o nome de Agronegócio.

Esse sistema de produção e desenvolvimento do campo exclui parte da sociedade, concentra terras e outras riquezas e perpetua os conflitos sociais. Impõe muitas derrotas aos trabalhadores do campo (STÉDILE, 2013). Por outro lado, investiu e disseminou a plantação de sementes geneticamente modificadas; o uso de tecnologia de ponta na produção agrícola e pecuária; de máquinas de última geração nas lavouras; possibilitando grande representatividade do Brasil no comércio internacional de produtos agrícolas. É preciso mencionar a atuação desses novos sujeitos também junto ao Congresso Nacional criando e modificando as leis visando à expansão de suas fronteiras de lucros e do poder.

Concomitantemente, levantamentos do INCRA nos indicam que cada vez mais tem diminuído a quantidade de decretos de desapropriações expedidos pelo Governo Federal – sendo que, o número de famílias assentadas em 2012 atingiu a taxa mais baixa registrada desde 1994 e representou apenas 36% da meta prevista pelo Governo em 2012, que era de 30 mil famílias. Aliás, o Governo Dilma é o que menos desapropriou terras nos últimos 20 anos, perdendo apenas para o Governo Collor (GARCIA, 2013). Nesse contexto, aumenta a violência no campo, intensifica o êxodo rural, concentra a propriedade da terra, centraliza o desenvolvimento em algumas regiões (normalmente próximo dos grandes centros), além de aumentar a devastação do meio ambiente, o esgotamento das reservas naturais em benefício de algumas empresas exportadoras, a diminuição da área destinada à produção de alimentos, etc.

Esse modelo de produção adotado e financiado pelos governos brasileiros – Agronegócio - representa uma política onde o campo é um negócio/mercadoria,

e a agricultura “predominante” é praticada em monocultivos, ocupando enormes extensões de terra, com vasto uso de agrotóxicos, uso de tecnologias de ponta, para competições no mercado internacional. Nesses casos, dispensam mão de obra, degradam o meio ambiente, submetem os trabalhadores a regimes e situações degradantes no trabalho, entre outras situações.

A terra é um recurso natural, mas é também a própria natureza. É um meio fundamental para a produção, e sem ela não se produz, sobretudo no campo. Como outros disputados recursos naturais, é limitada e, por isso, monopolizável. Nessa queda de braço, os pobres ficaram à margem da apropriação que assegurar-lhes-ia liberdade e autonomia para a produção de sua sobrevivência no campo. Por isso, a (in)submissão dessa categoria aos desejos dos donos do poder, justificando suas “insurreições”. Pois foi justamente quando, na História da humanidade, a terra começa a ser monopolizada ou concentrada como propriedade de alguns que se dá origem aos conflitos e problemas relacionados à estrutura fundiária. Passa a ser a base de poder no campo.

E é desse modo que as lutas sociais no campo se desenvolvem pela defesa dos interesses das classes sociais. E essas classes se organizam como podem em defesa de seus objetivos. Para Maria do Glória Gohn (2012), existem movimentos de trabalhadores e de proprietários de terra, por exemplo, lutando em defesa de seus interesses. Os movimentos dos trabalhadores têm em comum a defesa de direitos anteriormente garantidos, a reivindicação de novos direitos para essa classe, a resistência frente às concessões permitidas para os seus inimigos de classe, além de bandeiras de ordem política-ideológica, etc.

Esses movimentos representantes da classe trabalhadora lutam também contra a concentração e a exploração do homem pelo homem e da natureza de maneira irracional, buscando a inserção dos homens e das mulheres no sistema de produção. Já a outra classe, também chamada de classe dominante, se organiza como pode, inclusive em movimentos sociais, para garantir a manutenção de seus ideais porque quer concentrar cada vez mais terras, capital, todo o sistema de produção, etc., elevando a taxa de lucros em



detrimento da sociedade e da natureza. Pois, para essa classe, o modo de produção capitalista que se baseia na propriedade privada deve “dirigir” as forças produtivas, subjugando a terra e o trabalho às suas próprias leis (OLIVEIRA, 2010).

Não iremos desenvolver aqui quais as armas que são utilizadas por essas classes, nesse campo de batalha, na disputa pelo poder. Essa disputa e esse poder que podem ser evidenciados em todas as esferas das representações democráticas da sociedade brasileira. Do Congresso Nacional ao Supremo Tribunal Federal, ou até mesmo e passando pelos Sindicatos, é possível encontrar representantes dessas forças sociais em disputas. Mas também podem ser vistas nas igrejas, nas escolas, nas universidades, na grande mídia, etc.

Então, na concepção dos movimentos sociais, a luta pela Reforma Agrária é uma luta política pela transformação da estrutura fundiária, buscando mudanças no acesso à terra, nas relações de trabalho, nas condições de vida, nas relações de poder, para o fortalecimento da agricultura camponesa, familiar, de pequeno porte. É a luta da classe trabalhadora contra os interesses da classe dominante, contra a dominação. Através de uma Reforma Agrária (verdadeira), seguida de outras reformas necessárias, seriam incorporados à vida econômica e política do país milhares de trabalhadores e trabalhadoras que hoje vivem miseravelmente no campo e na cidade – ou seja, estes teriam acesso aos seus direitos. Assim, a luta pela Reforma Agrária deveria ser a luta do povo brasileiro pela democracia no país.

Esses movimentos sociais, sobretudo os que lutam diretamente contra a concentração desenfreada da posse da terra e dos recursos naturais, defendem a Reforma Agrária como condição necessária para possibilitar melhores condições de vida no campo e na cidade (alguns diretamente, outros indiretamente), tanto do ponto de vista da economia, mas também a partir de referenciais sociais, ambientais, jurídicos, culturais – na expectativa da formação humana calcada em valores coletivistas, humanistas, socialistas.

E ainda, como mecanismo para democratizar o acesso à terra e às riquezas, para diminuir as diferenças socioeconômicas, para promover a justiça social. Se não cumpre a função social de propriedade, segundo a Constituição Federal, a fazenda deverá ser desapropriada para o assentamento de famílias pobres, que dependem da posse para a produção de seu sustento e sua libertação. Não é exigir que se faça muito, ou que se exponha diante de injustiças e ilegalidades, muito pelo contrário, é somente ter a seriedade para cumprir a Lei que, aliás, deveria ser “dever” do Estado (OLIVEIRA, 2010).

Para o MST, movimento que surgiu e expandiu-se a partir da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil a partir da década de 1980, houve momentos em que a Reforma Agrária apareceu com destaque como programa de governo (MST, 2005, p. 78). Mesmo assim a efetivação desse programa nunca aconteceu. Na verdade, o que tem acontecido são enormes tentativas de deslegitimação (por parte da mídia e muitos “setores” do Estado) da luta que o MST desenvolve em favor da erradicação da pobreza, da dignidade humana da população pobre do país, do direito humano fundamental à alimentação adequada e da Reforma Agrária. Em outras palavras, ao contrário, o modelo de produção capitalista adotado em detrimento da efetivação da Reforma Agrária tem se revelado a causa profunda da vulnerabilidade do planeta (SILVA, 2013).

Para esse Movimento, a prioridade do governo brasileiro continua sendo a grande produção capitalista para a exportação, mantendo-se desde a época colonial nesse caminho, e carregando junto o título vergonhoso de um dos países com maior concentração de terras do mundo (MST, 2009). E a continuidade dessa política “agroexportadora” é vista e se explica, por exemplo, pelos volumes de recursos destinados ao Ministério da Agricultura, frente aos recursos destinados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, nos Planos Safra, sendo simplesmente uma demonstração do tratamento diferenciado ao setor ao longo dos anos. Da mesma forma, é possível estender essa comparação proporcionalmente (ou desproporcionalmente), tendo como base os números, o que faremos mais adiante neste texto, ao tratarmos da agricultura de pequeno porte.

O que houve até então por parte dos governos brasileiros foi uma política vergonhosa de criação de assentamentos, muito a partir das tensões na disputa pela terra. Por outro lado, os latifundiários, conhecendo a situação de descaso do estado com a situação, agem com a maior brutalidade possível (inclusive com milícias armadas em despejos, massacres, etc.), certos de que “estão defendendo o direito de propriedade”, garantido pelo Estado. Como afirma Fernandes (1997, p. 55), *“na verdade, as propostas governamentais de Reforma Agrária, todas elas têm como objetivo a proteção da grande propriedade e incentivam a concentração da terra”*.

E é preciso fazer referências às dificuldades quanto ao acesso das parcas políticas públicas destinadas aos assentados. Tal burocracia, transvestida de legalidade, além de dificultar o acesso aos que realmente precisam, também acrescenta o problema de falta de continuidade nos casos onde já acessaram. Ou seja, o fato de levar muito tempo para tramitar e aprovar os projetos para investimento na produção dos assentamentos dentro dos órgãos públicos afins, os investimentos anteriores sofrem desgastes e até se tornam inviáveis, dependendo da linha de produção agrícola adotada.

E assim, mesmo depois de morar muito tempo debaixo de lonas, sonhando conquistar um pedaço de terra para trabalhar e produzir seu sustento com autonomia, quando acontece a desapropriação e assentamento dos Sem Terra, é necessário um tempo ainda mais longo até que se tenha acesso às estruturas e aos créditos (casas, energia elétrica, água encanada, estradas, crédito investimento, PRONAF, entre outros).

Para prosseguir a luta pela Reforma Agrária no Brasil é importante que se tenha conquistas concretas das famílias envolvidas na agricultura camponesa. Tal importância se dá porque isso motiva, dá consistência à “importância” política, socioeconômica, etc., exemplifica, traz à tona a viabilidade da Reforma Agrária. No entanto, o que se observa é que diante da demora para conclusão dos assentamentos, há uma desmoralização e descrédito na luta pela Reforma Agrária, impactando, inclusive, a produtividade agrícola dos assentamentos. Sem mecanismos e alternativas para os investimentos necessários, os próprios assentamentos e acampamentos fazem a “contra propaganda” da Reforma

Agrária, quando refletem o grau dos conflitos, da vida árdua debaixo das lonas, do descaso dos órgãos públicos, da dificuldade para produzir na agricultura (sem tecnologias novas), etc. - usualmente tão bem explorados nos grandes veículos de comunicação.

E os pequenos agricultores, mesmo diante de todas as dificuldades já demonstradas para continuar morando, trabalhando e produzindo no campo, ainda se veem envolvidos em um debate de cunho político econômico. Aqui, além das comparações com os grandes proprietários, um campo naturalmente perverso pela natureza economicista, há também a discussão em torno do nível de associação ao mercado, com maior ou menor integração, atendendo às demandas ligadas ao capitalismo muito mais do que ao modo de vida e de trabalho dos camponeses. Fernandes e Molina (2004), ao contestarem a comparação injusta que constantemente é feita entre esses dois modelos, afirmam que:

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja, produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e, por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores (FERNANDES & MOLINA, 2004, p. 18).

E nesse debate, a forma dos pequenos agricultores produzirem na agricultura recebe denominações, que são na essência idênticos e imbricados, porém chegam até mesmo a divergir conceitualmente. Nessa discussão (mas sem aprofundar nesse item), a Agricultura Camponesa é aquela agricultura produzida por pessoas que desenvolvem o trabalho com base na estrutura familiar e que são denominados de pequeno agricultor, pequeno produtor, agricultor familiar, camponês, entre outras palavras e conceitos, usando essencialmente, a família nos trabalhos agrícolas (FERNANDES, 2001). E assim, são os responsáveis por garantir 70% do que os brasileiros consomem, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010).

Também, vale ressaltar, contribuíram com esse debate autores como Frank (1964), Wright (1977), Maestri (2003), entre outros. Esse último adota o termo

“comunidade camponesa” e “núcleo familiar camponês” para caracterizar os sujeitos que vivem e produzem nesse modelo de agricultura, além de pontuar algumas experiências desempenhadas historicamente pelos povos que sempre lutaram e defenderam esse modelo de agricultura, se preocupando com outras dimensões da vida e da política.

Fernandes & Molina (2004) chamam à atenção para as ideologias do Agronegócio que tem a incumbência de trabalhar combinando diferentes tipos de relações sociais ou colocando-as em oposição, conforme a sua conveniência, aproveitando de sua diferenciação interna. Esse é o cerne da questão entre a “separação” da agricultura familiar e agricultura camponesa:

A oposição é feita por meio da fragmentação da agricultura camponesa. Para enfraquecê-la, alguns intelectuais procuram fracioná-la por meio da diferenciação econômica. Nesta visão, os pequenos agricultores empobrecidos seriam camponeses e os remediados (ou capitalizados) seriam agricultores familiares. O primeiro seria atrasado, o segundo seria moderno. Desse modo, o empobrecimento e a capitalização dos camponeses não aparecem como resultados da desigualdade gerada pela renda capitalizada da terra, mas como diferentes tipos de organização do trabalho (FERNANDES & MOLINA, 2004, p. 19).

Resumidamente, nessa discussão de cunho político ideológico, também pode ser chamada de Agricultura Camponesa aquela que é praticada de forma simples e rudimentar. Assim como pode ser chamada de Agricultura Familiar àquela que emprega maior uso de tecnologias e está mais integrada ao mercado (FERNANDES, 2001, p. 29-30).

Na verdade, Bernardo M. Fernandes - esse geógrafo que tem se debruçado a estudar a questão agrária do Brasil, tendo publicado diversas obras - cita outros estudiosos para demonstrar que estes destacam como identificação da agricultura familiar como sendo fatalmente a consequente evolução do campesinato: a integração ao mercado, o papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias. E nesse sentido, a também consequente transformação do camponês em agricultor familiar ou seu desaparecimento. Mas nesse debate teórico, de cunho ideológico, Fernandes nos apresenta esses autores a partir dos seus trabalhos, criticando-os e demarcando a necessidade do posicionamento sob a ótica da

política que permeia esse debate, conceito necessário, mas nem sempre presente em outros autores. Para Fernandes (2001):

Esses trabalhos são essenciais para entender, entre outras questões, a destruição do campesinato no processo de diferenciação, e, por essa razão, estão também entre as principais referências para compreender que o espaço da luta e da resistência - para que os camponeses continuem sendo produtores familiares - não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital (FERNANDES, 2001, p. 04).

Esse autor afirma ainda que os teóricos da agricultura familiar, por falta de referencial, ignoram o essencial e o que mantém a formação do campesinato no Brasil nas últimas décadas, qual seja, a luta pela terra - é essa sim que recria o campesinato a partir da luta política das ocupações de terra, não sendo, portanto, obra do mercado. Esse autor nega a diferenciação existencial entre essas definições (apesar das distintas discussões ideologicamente orientadas), ao afirmar que é necessário resgatar o conceito de camponês.

Seguindo nesse debate, o autor faz a crítica aos teóricos que apregoam a desintegração do campesinato ou sua integração ao mercado, ambos apontando o fim dessa categoria e desse conceito. Fernandes afirma que “*a construção teórica da agricultura familiar tem construído a compreensão e a percepção que o camponês representa o velho, o arcaico e o atraso, enquanto o agricultor familiar representa o novo, o moderno, o progresso*” (FERNANDES, 2001, p. 07). E isso custa caro aos camponeses e camponesas, sendo empurrados/as a adotar um conceito que nada mais é que um modelo político ideologicamente orientado, nos quais percebemos os riscos engenhosamente contidos, presentes nesse debate.

Continuando esse debate, citamos aqui alguns números que justificam a eficiência desse modelo de agricultura (associada ao conceito de Familiar ou Camponesa, de acordo com as posições ideológicas dos sujeitos que os discutem), ou seja, ela efetivamente constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros. Esses dados dão conta de que ele responde por 35% do Produto Interno Bruto – PIB nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país. Além disso, é responsável pela produção de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz,

21% do trigo, no Brasil. Na pecuária, se responsabiliza por 60% da produção de leite, e ainda por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país (IBGE, 2010; MST, 2009). Apesar de essas informações serem muito utilizadas e citadas pelos defensores da Agricultura Familiar, é inegável a participação dos Agricultores “Camponeses” na produção que esses dados apontam, bem como em tantas outras produções não categorizadas e/ou não categorizáveis.

Segundo dados do Censo Agropecuário realizado em 2006, eram 84,4% do total de propriedades rurais brasileiras pertencentes a grupos familiares. Somando aproximadamente 4,4 milhões de unidades produtivas, sendo que a metade delas está na Região Nordeste. Esses estabelecimentos representavam 84,4% do total, mas ocupavam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área destinada a estabelecimentos agropecuários brasileiros. Já os estabelecimentos não familiares representavam 15,6% do total e ocupavam 75,7% da área de produção (IBGE, 2009).

Para os pesquisadores Mauro Eduardo Del Grossi e Vicente Marques (2010), respectivamente do MDA e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), enquanto a agricultura familiar gera R\$ 677,00/hectare - ha, a não familiar gera apenas R\$ 358,00/ha. Também na ocupação da mão de obra, a agricultura familiar é mais intensiva: ocupa mais de 15 pessoas por 100 ha, enquanto que a não familiar ocupa menos de duas pessoas por 100 ha. E, cada vez mais, vem se destacando na produção de outros bens. O documento afirma que:

Os estabelecimentos familiares têm importante participação nas receitas totais geradas pela venda de húmus (64%), de produtos não agrícolas como artesanato e tecelagem (57%), de produtos da agroindústria (49%), da prestação de serviços (47%) e do comércio de animais (43%) (GROSSI & MARQUES, 2010).

Mas, apesar de contar com a família em todo o processo produtivo, essa agricultura ainda permanece tendo a figura paterna como a “parte” imprescindível. Assim, ainda hoje, as políticas não contemplam a agricultura de pequeno porte nas suas demandas em geral, como também não acolhe os membros das famílias em particular. As crianças, jovens, mulheres e idosos

que são partes complementares desse modelo, ao lado dos pais, não se veem contemplados com políticas públicas e/ou acesso. Aliás, segundo os Cadernos do Ministério da Educação, denominados Cadernos de Conselho Escolar (MEC, 2006), apurou-se que, quase 38% das crianças do campo começam a trabalhar aos nove anos de idade. Então, não há porque ignorar a participação desses sujeitos na produção familiar.

Não queremos com isso transparecer que os homens, pais de famílias, são beneficiados com tais políticas ou que são os culpados por essas injustiças. Mas queremos reforçar que há pessoas com “especificidades naturais” trabalhando na agricultura familiar, precisando dobrar o sacrifício para dar conta do trabalho na roça, na casa, de estudar, etc., e é o que acontece com as crianças, as mulheres, os jovens e os idosos, que em função de atribuições e características desses grupos, tem o tempo (e as energias) mais limitado para as atividades produtivas, em comparação com os pais, e conseqüentemente, menos direitos.

Hoje, são relativamente comuns e identificáveis as transformações sociais que a vida e o trabalho no campo sofreram, sobretudo dos últimos 40 anos. Mas isso não representou a superação dos problemas que há muito tempo assolam o campo. E como afirmam Fernandes e Molina (2004), em um texto bastante elucidativo das relações estabelecidas no campo, mas que aproveitam e tecem algumas comparações com as relações das cidades, que:

O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade (FERNANDES & MOLINA, 2004, p.15).

No que diz respeito ao acesso ao que é produzido e consumido pelos moradores das cidades (das tecnologias dos eletroeletrônicos cada vez mais modernos aos produtos industrializados/importados, etc.), como a “cultura” da cidade – a que fomenta o consumismo e a ostentação, incentiva a mudança para as cidades - há a desvalorização dos modos de vida, da identidade e dos valores camponeses. O que se observa é que neste processo de superioridade



e subordinação destes valores evidencia-se que o maior problema que se apresenta é quando os moradores do campo querem consumir aquilo que já é habitualmente consumido pelos moradores das cidades – o que é muito justo – mas as condições econômicas limitam e impossibilitam esse acesso: ou por conta do valor do produto a ser comprado (e isso acontece também com os moradores das cidades), ou por falta de torná-lo funcional no meio rural. Para além das impossibilidades constituídas e próprias da forma de ter acesso aos bens, na sociedade produtora de mercadorias, há a mimetização das formas de relações como condição de pertencimento. Associada a esta questão, o que se evidencia é ausência de condições estruturais que possa minimizar as diferenças entre campo e cidade.

No caso dos jovens do campo, em especial, é lamentável a demora para acessar, ou os resultados depois de acessado, e mesmo a falta de oferta de políticas públicas destinadas especificamente a esta parcela dos moradores do meio rural. A irregularidade/escassez de trabalho e renda tem contribuído para o abandono ostensivo desse público, somando-se a isso a falta de recursos tecnológicos (celular, internet, por exemplo), bem como tecnologias para diminuir o emprego de força física nos trabalhos da agricultura. Em função disso, em 2011, foi constatado que o público jovem no meio rural sofreu uma baixa de 835 mil sujeitos, por falta de perspectivas, em apenas 10 anos (FREITAS, 2011).

E em se tratando da escolha feita pelos jovens, tendo a cidade como lugar de conseguir aquilo que eles não encontram no campo, é preciso que essa situação seja compreendida no contexto da valorização da cidade em detrimento do campo, da campanha de incentivo ao abandono desse espaço, em busca de melhores condições de vida. Fernandes e Molina (2004) afirmam que:

Todavia, ainda a visão que ainda prevalece na sociedade é a que considera o campo lugar atrasado, do inferior, do arcaico. Essa falsa imagem consolidou um imaginário que projetou o espaço urbano como caminho natural único do desenvolvimento, do progresso, do sucesso econômico, tanto para indivíduos como para a sociedade. De certa maneira esta foi a visão-suporte para o

processo de modernização da agricultura implementado no país (FERNANDES & MOLINA, 2004, p.27).

E aos jovens que teimam em permanecer no campo resta-lhes a dureza da prática laborativa cotidiana, para obtenção de pouca renda – tal como os residentes das cidades. Apesar de muito demandada, a capacitação da juventude do campo, a partir de políticas de governo, para acessar o mercado de trabalho tem sido insuficientes, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo. Ou seja, os jovens que são contemplados pelos programas públicos de capacitação, visando sua inserção no mercado de trabalho, não conseguem se inserir, muito menos permanecer e expandir-se na profissão. Esse problema é acrescido de outro que é a quantidade de jovens (demanda) e os atendidos pelos programas (oferta). E ainda, muitos são os cursos que nada tem a ver com a vida/realidade do jovem, apesar de estar sendo oferecido como "única alternativa" (FRIGOTTO *et al*, 2005).

E, imersos nesses dilemas, chegamos ao século XXI com as consequências desse novo e intenso processo de desvalorização da vida do campo e de suas diferentes formas de se organizar. Polarizando com a intensa propaganda do Agronegócio, o que via de regra, intensifica o abandono do campo rumo às “melhores condições”, nas cidades. E assim, nas palavras de Fernandes e Molina (2004), isso é mascarar um problema social:

Essa distribuição desigual da população gera um grande problema para o país. A concentração da população nas cidades vem sendo informada como sinônimo de progresso. Na realidade, concentrar as pessoas na cidade é uma forma de não mexer na estrutura fundiária, de não se fazer a reforma agrária, de não desenvolver a agricultura camponesa (FERNANDES & MOLINA, 2004, p. 25).

Concordamos com esses autores quando afirmam que urbanização nem sempre é sinônimo de progresso, pelo contrário, *“muitas vezes são resultados de políticas de controle social e de concentração de riquezas e, portanto, de poder”* (Ibidem, p. 25). Talvez isso explique o “caos” que se tornaram as grandes cidades brasileiras, e porque muitos são os que moram nas cidades e que procuram no interior/zona rural um repouso, ar fresco, belas paisagens, etc.; como também a alternativa para fugir da correria, da violência, da poluição, dos engarrafamentos, etc., típicos das cidades grandes.

E, de novo, recorreremos a esses autores para reafirmarmos a necessidade de entender a Reforma Agrária como alternativa, inclusive para os problemas próprios das grandes cidades:

Este é outro debate em que os números são diversos, pois a questão da reforma agrária hoje não é apenas uma questão rural, é também urbana, pois muitas famílias de origem urbana participam de ocupações de terra e são assentadas. Com o aumento da pluriatividade, o desempregado rural também é desempregado urbano. A reforma agrária não é apenas uma política para amenizar os problemas do campo, é também uma forma de moderar parcialmente os problemas urbanos (FERNANDES & MOLINA, 2004, p. 25).

Apesar de identificarmos ali naquele espaço, também, muitas dificuldades, situações de miséria e sofrimento, e é onde se encontram os maiores percentuais de dificuldades no acesso, tanto aos recursos tecnológicos, quanto aos programas públicos nas áreas da saúde, educação, saneamento, transporte, etc., assistimos frequentemente a associação desse lugar (e seu modo de vida) à tranquilidade e vida prazerosa, sobretudo, por quem mora nas cidades grandes e convivem com o ritmo agitado dessas cidades.

## 2 – MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E O SURGIMENTO DO MST

A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todos são iguais perante a lei (art. 7º) (ONU, 1948). Seria natural, portanto, atribuir aos seres humanos as mesmas condições de vida e trabalho. Mas, o que conhecemos, na história da civilização, é a negação dos direitos – sobretudo, econômicos e sociais: aqueles direitos das classes ou grupos despossuídos, sem poder econômico, sem autonomia cultural, sem poder político. Diante desse paradoxo em que se transformou a aquisição (igualitária) dos direitos, cabe aos menos favorecidos se organizar em grupos/coletivos e manifestar interesses por mudanças que significassem mais igualdade de acesso.

Isso perpassou toda a história brasileira. Não está associada à institucionalização da democracia ou expansão dos direitos, estabelecidos recentemente. Aliás, Marx e Engels iniciam o Manifesto do Partido Comunista dizendo: “*A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classes*” (MARX & ENGELS, 2008, p. 08). A democracia e expansão dos direitos, portanto, já são conquistas de organizações sociais populares, ou movimentos sociais.

Então, o que são os movimentos sociais? Muitos autores, de diversas áreas do conhecimento (historiadores, sociólogos, cientistas políticos, geógrafos, etc.) tem se debruçado aos estudos dessas “*diferentes formas de organização social*” (FERNANDES, 2000, p. 60).

Nesse sentido, apresentaremos brevemente a definição de movimentos sociais que mais se aproxima da nossa concepção, ressaltando a existência de muitas definições, concepções, correntes, etc. Vale ressaltar, também, que muitos autores como Tarrow (1982 *apud* GOHN 2012); Oliveira (1991); Fernandes (2000); Gohn (2003; 2012); entre outros, apresentam algumas reflexões para uma conceituação dos movimentos sociais sugerindo e ampliando o ponto de vista que extrapola o imediato das mobilizações, permitindo explorar o todo dos movimentos sociais, para além de suas bandeiras mais avançadas ou conservadoras, de suas formas de lutas mais radicais ou de negociações, etc. algo muito reproduzido pela imprensa cotidiana para designar a ação de grupos

na defesa de seus interesses. Assim, o fato de estar em movimento, não se autodenomina movimento social. Pois se fosse, teríamos milhares de siglas para representar todas as manifestações sociais, classistas, ambientais, de gênero, religião, políticas, etc., e não estaríamos conceituando esse sujeito coletivo.

Em uma definição precisa de Maria da Glória Gohn (2012), depois de descrever diferentes enfoques que devem ser observados ao conceituar os movimentos sociais, afirma que:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes camadas sociais, articulados em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelos grupos na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta e indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças políticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles tem como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam (GOHN, 2012, p. 251).

Para esta autora que tem se debruçado aos estudos dos movimentos sociais desde a década de 1970, é preciso considerar alguns “níveis conceituais” ao estudar os movimentos sociais. Ela e outros autores que se debruçam sobre essa temática enfatizam que é preciso entendê-los teoricamente. Ou seja, apesar de que na teoria e/ou na prática todas as pessoas têm uma maneira de descrever os movimentos sociais, quando são perguntados, é necessário esclarecer e compreender a definição desses sujeitos. A maioria das respostas dessas pessoas gira sempre em torno de uma concepção formulada de que

são grupos que, envoltos em interesses/problemas comuns, se organizam para reivindicar algum bem material ou simbólico. Mas, segundo Gohn (2012), as respostas dessas pessoas se baseiam em exemplos de fatos históricos bastante distintos – *“processos sócio-políticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito”* (GOHN, 2012, p. 242). Essas pessoas não apresentam o rigor necessário, como ao contrário, fazem os cientistas sociais, que precisam ir além das imagens projetadas por esses movimentos na sociedade, investigando outras dimensões, tais como suas crenças, seus valores, diferenças internas, etc.

Ainda segundo essa autora, é importante destacar, primeiro, que a ação de um grupo não configura um movimento social, apesar de suas características. Ser movimento social é preciso preencher outros requisitos.

Segundo, o frequente dimensionamento das lutas sendo atribuído (não somente) à classe trabalhadora. Isto é, em muitos casos se refere a mobilização de categorias ou de fragmentos da classe trabalhadora, e não de toda a classe. Ou mesmo de restrição ou diminuição das lutas feitas por esses grupos. Da mesma forma, nem todas as conquistas são resultado de ações dos movimentos sociais.

Terceiro, que as ações coletivas desses movimentos não, necessariamente, os caracterizam como movimentos. Formas de lutas estão relacionadas às táticas e estratégias dos grupos – podendo ser desta ou daquela natureza, mais ou menos radicais, visando atingir esse ou aquele alvo, etc. Mas, não é possível associar o conceito de lutas sociais (mobilizações dos movimentos sociais) aos movimentos sociais, como sinônimos.

Quarto, que os movimentos sociais deixam de o ser quando se institucionalizam. Isto é, o campo de atuação dos movimentos são espaços de luta não institucionalizada, fora da esfera estabelecida pelas instituições oficiais.

Outra característica dos movimentos é que eles são específicos, concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado. Para Fernandes (2000), eles são sócio espaciais e sócio territoriais.

Assim, muitos são os autores que realizam suas pesquisas sobre os movimentos sociais, em diferentes áreas do conhecimento e em diferentes localizações geográficas e temporais, urbanas e rurais, nacionais e internacionais (mas não é nosso objetivo aqui detalharmos tais estudos). Eles são plurais e suas formas de organização social, espacial, territorial, cultural são do mesmo modo, amplas.

Concordamos com Gohn (2012, p. 267), quando ao referir-se às categorias de movimentos sociais e seus diferentes tipos, ressalta que corremos alguns riscos, quais sejam: desde a simplificação e tipificação em termos de modelos ideais; ou até de generalização, podendo atribuir todos os fenômenos sociais a movimentos sociais. Para isso, essa autora descreve o que entende ser mais ético na conceituação científica dos movimentos sociais, contemplando algumas categorias científicas.

Há registros, principalmente nos livros de História, de uma série de movimentos. São chamados de insurreições, sublevações, revoltas, motins, revoluções, etc. São as “*perturbações à ordem pública*” (GOHN, 2012, p. 270). Mesmo a Bíblia faz referência à várias rebeliões a partir das diferenças de raças e de ordem social.

No Brasil, pode-se elaborar uma lista das lutas mais famosas, desde o Brasil Colônia, passando pelo Brasil Império e se estendendo até hoje. Algumas dessas manifestações tomaram dimensões gigantescas, e também por isso, tem um capítulo na História oficial do Brasil. No livro de Mitsue Morissawa, “A história da luta pela terra e o MST” (MITSUE MORISSAWA, 2001) traz com riqueza de detalhes a história de vários grupos que atuaram contra diversos tipos de dominação, no Brasil. Entre esses estão: Zumbi dos Palmares (1630-1695), Inconfidência Mineira (1789), Conspiração dos Alfaiates (Minas Gerais, 1798), Revolução Pernambucana (1817), Balaiada (Maranhão, 1830-1841), Revolta dos Malés (Bahia, 1835), Cabanagem (Pará, 1835), Revolução Praieira

(Pernambuco, 1847-1849), Revolta de Ibicaba (Estado de São Paulo, 1851), Revolta de Vassouras (Estado do Rio de Janeiro, 1858), Quebra-Quilos (Pernambuco, 1873), Revolta Muckers (Rio Grande do Sul, 1874), Revolta do Vintém (Rio de Janeiro, 1880), Canudos (Bahia, 1874-1897), entre outras.

Talvez por essa longa ficha na historicidade brasileira, os movimentos sociais, já na nossa época, receberam de alguns autores os rótulos de “velhos e novos movimentos sociais” (FRANK & FUENTES, 1989). Fugindo dessa argumentação, é inegável a atribuição de movimentos sociais a muitos grupos que se mobilizam em torno da busca de novas conquistas ou de conquistas anteriormente garantidas e agora ameaçadas, mas isso somente ainda não se configura movimento social. Apesar de os movimentos surgirem em torno dessas bandeiras, essa categorização precisa ser expandida a fim de contemplar muitos outros elementos.

Nas nossas relações e intermediações sociais, influenciados pelo cotidiano, somos levados a confundir movimento social e grupo de interesses, como sinônimos - bem como formas de ação coletiva, tais como protestos ou manifestações, e movimento social propriamente dito (GOHN, 2007). Precisamos compreender que estes aspectos de forma isolada (protestos, manifestações, etc.) não configuram um movimento social, embora todo movimento social é organizado de forma parecida, sendo a partir de um programa, de objetivos e ideologia em comum, consenso nas pautas de reivindicações e de formas de lutas, etc. Não podemos também, ao nos referir aos movimentos sociais, transparecer a ideia de homogeneidade, confundindo unidade com uniformidade, deixando de observar os conflitos e disputas internas dos movimentos.

Afastando-nos do debate teoricamente elucidativo sobre quem são e como comportam as organizações coletivas e os movimentos sociais na sociedade de classes, destacaremos um movimento social de trabalhadores/as rurais como um recorte dessa discussão.

O campo brasileiro na última metade da década de 1970 e início da década de 1980 foi marcado por ocupações de fazendas, a partir da instalação de



acampamentos nessas fazendas ocupadas. A compreensão da unificação dessas ocupações de terras, bem como de outras formas de luta e resistência, fez nascer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (CALDART, 2004, p. 101); de várias lutas que já ocorriam, simultaneamente, nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (STEDILE & FERNANDES, 2005, p. 19).

Foi nesse período, também, que as lideranças identificaram que fazer assembleias, enviar cartas de reivindicação ao INCRA, abaixo-assinado para o governo, audiência, etc., somente, não resolveria. Era preciso fazer lutas de massas. Vale ressaltar que instalar acampamentos dentro das fazendas ocupadas foi uma forma de luta defendida pelo PCB, com a criação do Master, no final da década de 1950. E, apesar de ter adotado a tática desse movimento, o MST não se assume como sendo uma “continuação do Master”, mas uma confluência de várias lutas ocorridas em vários lugares (STEDILE & FERNANDES, 2005, p. 19).

Essa “inovação” tática começou a ser testada no final da década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980, com as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul; Itaipu, no estado do Paraná; Naviraí, no estado do Mato Grosso do Sul; bem como com a concentração no acampamento montado na Encruzilhada Natalino, no município de Ronda Alta, também no Rio Grande do Sul (STEDILE & FERNANDES, 2005, p. 22-23; 46). Nesse momento, a análise feita pelos trabalhadores compreendia a necessidade da retomada da luta pela Reforma Agrária, pela urgência de resolver os problemas das famílias expulsas do campo nas últimas décadas, pelo nível elevado de violência praticada contra esses trabalhadores (intervenção do coronel Curió no acampamento em Ronda Alta, por exemplo) (Ibidem, p. 22). Em um momento de declínio da ditadura militar, portanto, a correlação de forças favoreceu a expansão dessa forma de luta.

Para Caldart (2004), o surgimento do MST se deu pela soma de três fatores: a condição socioeconômica das famílias trabalhadoras rurais; um conjunto de elementos socioculturais e políticos que fez aumentar a reação dos trabalhadores frente a sua situação objetiva; e, a expansão nacional das lutas,

fazendo crescer a possibilidade de uma articulação nacional (CALDART, 2004, p. 102).

Essa autora descreve como aumentou a situação de miséria no campo brasileiro nas décadas de 1970 em diante, obrigando grandes contingentes populacionais a saírem em busca ou das cidades ou dos projetos de colonização, já que não era mais necessária aquela quantidade de mão de obra que foi substituída pela mecanização (CALDART, 2004; p. 103). Foi um período em que a indústria também entrou em declínio. A indústria que vinha de um processo de crescente desenvolvimento, a partir do chamado milagre brasileiro (CALDART, 2005, p. 102. STEDILE & FERNANDES, 2005, p. 16), deixa de ser alternativa para os camponeses expulsos do campo. Seu declínio se estende por toda a década de 1980 (STEDILE & FERNANDES, 2005, p. 16).

Essa investida do capitalismo no campo brasileiro ficou conhecida como modernização conservadora ou modernização dolorosa (sobre isso ver Graziano da SILVA, 1982). E foi configurada por um rápido e intenso processo de mecanização da agricultura, expulsando grandes contingentes populacionais do campo, impedindo-os de trabalhar a terra para dela retirar o sustento da sua família. Foi “feita” sem que a propriedade da terra fosse desconcentrada, com um gradual aumento da disparidade de renda, com um aumento acentuado da exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, piorando de modo significativo a qualidade de vida das populações do campo.

Os governos militares, apoiados pelo capital internacional, forneceram crédito subsidiado para as grandes propriedades, entregaram terras públicas para as grandes empresas. A construção de barragens e de rodovias, também contribuiu para o crescente êxodo rural desse período (CALDART, 2004; p. 102).

Esse processo desigual de implementação da política empurrada para o campo brasileiro, apresentou grandes contradições, obviamente, resultando, inclusive,

na pressão dos movimentos sociais, que nasceram como contraponto desse processo de modernização da agricultura.

Assim, paralelamente, soma-se a essa explosão de trabalhadores expulsos do campo, o apoio recebido e, em alguns casos, até mesmo a articulação assumida por instituições e entidades, que contribuíram massivamente com a luta desses trabalhadores, como é o caso da Central Única dos Trabalhadores - CUT, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Operários, Pastoral Operária e Conselho Indigenista e Missionário – CIMI (CALDART, 2004; 102).

Alternativas foram sendo reforçadas para prosseguimento da luta dos trabalhadores camponeses, como por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), criadas no início da década de 1960 e, que se tornaram, na primeira metade da década de 1970, um importante foco de resistência à ditadura militar e um dos poucos lugares sociais onde os trabalhadores encontravam condições para se organizar e lutar contra as injustiças e pelos seus direitos; e a CPT, que surgiu em 1975, passou a contribuir com a organização e na luta dos trabalhadores (CALDART, 2004, p. 105).

Neto (2012) descreve com relevante profundidade o papel, a importância e o grau de vinculação do recém-criado MST e suas formas de luta com a Teologia da Libertação<sup>4</sup>, através da CPT. Esse autor, após descrever o carácter e influência dessa aproximação que marcaram o MST, descreve também o carácter autônomo desse movimento, ao que chama de laicismo (e marxismo) do MST (NETO, 2012, p. 88).

O autor aborda a incorporação da luta pela terra pela igreja católica, mesmo que como autocrítica da igreja ao apoio emprestado ao Golpe Militar de 1964 (NETO, 2012, p. 82), ressaltando o que é reconhecido por lideranças do MST como sendo fundamental para o surgimento desse movimento, naquele

---

<sup>4</sup> Corrente pastoral das Igrejas cristãs que aglutina agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. Essa corrente ficou conhecida assim porque, do ponto de vista teórico, procurou aproveitar os ensinamentos sociais da Igreja a partir do concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo, incorporou metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo. (...) A maioria dos precursores é da América Latina (STÉDILE & FERNANDES, 2005, p. 20).

momento. Aliás, o fato de não ter sido aprovada a proposta de criação de uma comissão de sem-terra interna da CPT, mas sim (foi aprovada) a criação de uma entidade autônoma, possibilitou ao MST não ser vinculado à igreja (Ibidem, p. 85).

Portanto, o MST surgiu em um período peculiar da história da luta pela terra – com o surgimento do sujeito Sem Terra no campo. É fruto da correlação de forças de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil, que nesse momento favoreceu a organização desses sujeitos. Este movimento identificou-se como prosseguidor das lutas camponesas travadas em todo o Brasil ao longo da história e busca refletir sobre o contexto em que ocorreram.

O MST foi buscar a ponta do novelo que ficou perdida desde o aniquilamento das Ligas Camponesas pelos militares em 1964. Podemos dizer que a história das Ligas tem uma continuidade no MST. Por quê? Essencialmente porque elas, tal como o MST, constituíam um movimento independente, nascido no próprio interior das lutas que se travavam pela terra. Mas, principalmente, porque defendiam uma reforma agrária, para acabar com o monopólio da terra pela classe dominante (MORISSAWA, 2001, p. 120).

Nesse período, os conflitos próprios da resistência dos camponeses continuaram, mesmo que de forma localizada. Mas, havia a necessidade de expansão da unidade dessas lutas, no aspecto territorial, visto que estavam vulneráveis à repressão da ditadura, exatamente por serem localizadas. Haja vista que muitos movimentos foram extintos pela mão repressiva do Estado brasileiro.

No Rio Grande do Sul, após a expulsão de 1200 famílias de agricultores das terras de reservas indígenas, foram feitas ocupações de terras em locais diferentes, em 1979. O motivo das ocupações era sempre o mesmo: falta de terra para trabalhar. E como a opção que restava (a não ser ir para as cidades) era ir para ocupações de terras, não demorou para que elas pipocassem. Houve outras lutas e ocupações posteriores em outros estados, como Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul (CALDART, 2004, p.110).

Um encontro foi realizado pelos representantes dessas organizações (localizadas) em janeiro de 1984: nesse encontro surge o que ficou conhecido como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

O MST reconhece que, como movimento social organizado, surgiu das lutas travadas a partir da expropriação e expulsão de trabalhadores e trabalhadoras rurais pelos proprietários de terra, com o objetivo de ceder espaço para o avanço do Capitalismo no campo, em um momento que a luta pela terra no Brasil voltou em evidência, inclusive com a disputa de terra provocada pela investida na Revolução Verde (sementes híbridas, fertilizantes e agroquímicos), fazendo surgir várias ocupações de terras em diversos lugares do país.

Assim, a fundação do MST foi apoiada por três grandes motivos. Em primeiro lugar pelo esgotamento do modelo agroindustrial que foi implementado no país entre 1930 e 1970 - através do qual muitos camponeses foram incentivados a deixar o campo para ir trabalhar nas fábricas que proliferavam nos meios urbanos -, que entram em plena crise na década de 1970 por não haver emprego que satisfizesse a demanda de mão de obra.

Por outro lado, pela necessidade de implementar uma Reforma Agrária no Brasil. Apesar de historicamente sempre ter havido gente que lutou por essa Reforma, o Brasil demandava um movimento social organizado que a reivindicasse e lutasse pela mesma.

O terceiro motivo que contribuiu para o surgimento do MST foi a busca de melhoria das condições de vida da população camponesa brasileira. A Reforma Agrária era também, nesse sentido, um instrumento para elevar o nível cultural e de qualidade de vida dessa população, nos aspectos econômicos e sociais.

Para o próprio MST, sua gestação se deu nas organizações camponesas localizadas, onde a luta se configurava como espaço de resistência no período de 1979 a 1984, quando ele foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou no período de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 24 estados, e segue com os mesmos objetivos gerais definidos neste Encontro de 1984 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores (CALDART, 2004, p.101).

Este Movimento assumiu como suas as características de movimento popular, sindical e político: isso significa dizer que cabem todos e todas na luta pela Reforma Agrária - o homem, a mulher, a criança, o idoso, mas também o padre, o pastor, o professor, etc. As lutas se concretizam por conquistas econômicas e corporativas, sem deixar de discutir as questões da sociedade de classes com seus conflitos permanentes (STEDILE & FERNANDES, 2005, p. 34).

Para Stédile e Fernandes, o MST incorporou em sua doutrina o caráter sindical e, por isso pode definir-se como movimento sindical, na medida em que luta por conquistas econômico-sociais e pela melhoria da qualidade de vida dos agricultores, no sentido corporativo. Como um movimento popular, se caracteriza pela abertura “onde todos podem entrar” (STEDILE & FERNANDES, 2005, p. 32). Mas também pela ampla base de apoio que constituiu como um movimento autônomo, independente dos partidos políticos, das igrejas e dos sindicatos. E como movimento político, porque o MST soube associar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe (Ibidem, p. 35). Não no sentido de partido político que tradicionalmente lhe associa, mas no sentido de reivindicar as mudanças sociais e políticas que a sociedade brasileira demanda (STEDILE & FERNANDES, 2005, p. 36).

O MST obedece a três grandes princípios desde seu surgimento: democratizar o acesso à terra no Brasil; implementar uma Reforma Agrária - que seja mais do que uma simples conquista de terra e implique políticas públicas orientadas para o meio rural -; e lutar por uma sociedade diferente e igualitária, o que implica necessariamente romper e impedir o avanço das políticas neoliberais no Brasil, já que elas não trazem nenhum benefício para a maioria da população brasileira, tal como não beneficiam a maioria da população mundial.

### **2.1 - *Organicidade interna do MST***

Ao se “formalizar” como movimento social de aspiração nacional em 1984, o MST se preocupou também com uma estrutura organizativa que pudesse dar conta dessa dimensão. Era necessário deliberar conjuntamente, visando manter a unidade desse mosaico diverso. E isso se faz ao longo do tempo.

Stédile e Fernandes (2005) afirmam que a metodologia e forma de organização do MST foram construídas como um processo. E foram incorporadas experiências de outras organizações (STÉDILE & FERNANDES, 2005, p. 83).

Esses autores descrevem os processos internos do MST para deliberações das suas linhas políticas, bem como para as indicações de seus dirigentes (p. 84). Para eles, o importante é ter representatividade da base do Movimento (p. 84); implementar o que é um sentimento generalizado (p. 85); respeitar as diferenças regionais, deixando para os estados decidirem como implementar as linhas políticas do Movimento, decididas nacionalmente (p. 83).

As instâncias do MST não surgiram com a sua formalização. No seu início eram realizadas atividades que eram planejadas com início, meio e fim (STÉDILE & FERNANDES, 2005, p. 86). Havia sim, no início, uma Comissão Nacional que era uma instância nacional deliberativa, que contava com o Jornal Sem Terra e a Secretaria Nacional para dar encaminhamento às decisões tomadas. Os estados também tinham seus pontos de referências locais (ibidem, p. 87).

A estrutura organizativa do MST foi se definindo ao longo dos seus 30 anos. Hoje, tem representações nos 24 estados do Brasil onde está organizado. Em alguns momentos contou com instâncias que hoje não existem mais, bem como instâncias que existem atualmente que não existiram no passado. Em linhas gerais, a estrutura do MST é composta, em ordem de importância, da seguinte maneira: Coordenação Nacional, Direção Nacional, Coordenação Estadual, Direção Estadual, Coordenações Regionais, Brigadas e Coordenações dos Assentamentos e Acampamentos. A eleição em uma instância “superior” e depende dos delegados da instância imediatamente “inferior”. Articula-se horizontal e verticalmente. Dado o seu tamanho, número de militantes e por estar presente em praticamente todo o território nacional, seu desafio é não reproduzir uma estrutura burocrática criticada por esse movimento (MACHADO *apud* MAYA *et al.*, 2008, p. 46).

O MST está organizado a partir de comissões de frente que programam suas propostas na prática do dia a dia de forma concreta. Cada comissão é

responsável pela execução de ações concernentes à sua característica, e que são chamados de Setores, sendo estes: Setores de Saúde, Direitos Humanos, Gênero, Educação, Cultura, Comunicação, Formação, Projetos e finanças, Produção, Cooperação e Meio Ambiente e Frente de Massas. As necessidades das famílias são atendidas de acordo com o Setor à que ela (a demanda) está diretamente relacionada, e conforme as condições dessa comissão. Isso não significa que exista trabalho de Setores dissociados; muito pelo contrário, é imprescindível que haja harmonia entre esses Setores.

Além de Setores (com abrangência regional, estadual e nacional), existem as Equipes<sup>5</sup> de trabalhos (que são específicas de cada área de acampamento ou assentamento, conforme a necessidade local), e existem ainda, os Núcleos de Base em cada área. Os Núcleos de Bases são espaços de discussões, debates, estudos, encaminhamentos, etc. São formados por grupos de famílias, por proximidade de relacionamento interpessoal ou aproximação de moradias. Estes constituem o principal espaço de discussão na base social do MST, visto que nestes são postas as questões para a discussão e estas são permeadas tanto por questões que ocupam as outras instâncias (mais gerais), como também as do dia a dia local e suas especificidades.

As pessoas que compõem os Núcleos de Base também o representam nos Setores e nas Equipes de trabalho, conforme suas habilidades, formação profissional ou disposição. Estes espaços organizativos elegem as pessoas, sendo duas (de preferência um homem e uma mulher) para constituírem a chamada Coordenação Política da Área. A Coordenação da Área tem como objetivo centralizar as discussões, mantendo a unidade nos encaminhamentos. É um espaço de debates, estudos e análises; as decisões devem ser remetidas para os Núcleos de Base a fim de envolver todos e todas, tanto na discussão como na decisão. Esta Coordenação se confunde com um espaço de tomada de decisão. E por frequentemente se confundir, algumas decisões são tomadas com rapidez, sem uma disseminação para os outros espaços. Isso implica em

---

<sup>5</sup> Equipes são coletivos destacados para cumprimento de tarefas pontuais e imediatas, buscando resolver problemas objetivos do assentamento/acampamento. Se diferenciam de Setores por atenderem às demandas locais, estritamente práticas, normalmente provisórias – quando aqueles tem uma abrangência regional, estadual e nacional.



encaminhamentos chamados “de cima para baixo”, em que muitas famílias têm resistência para se envolver, já que não ajudaram a decidir.

Seguindo o percurso da história, chegou um dado momento que a discussão era de como seria mais viável para o MST compor as instâncias diretivas. As dúvidas principais eram se os dirigentes, para coordenar corretamente, aplicando os princípios de vinculação com as massas e de direção coletiva (onde todas as pessoas são importantes e tem direito a dar opiniões e ajudar na condução dos processos), deveriam atuar tendo como referência o território ou número de famílias. A situação posta tinha como questão as formas de representação. Se esta seria por uma região ou uma quantidade de famílias, na direção do MST.

A diferença é que por representação de região tem-se a impressão de um estilo de trabalho de base na forma de “visitas”, convivendo com as grandes dimensões geográficas entre as áreas, onde as principais preocupações são com as questões gerais. Por outro lado, sendo a representação por número de famílias, a preocupação seria com a situação objetiva e imediata das famílias e com a organicidade do Movimento – encurtando a distância, já que seria o “ajuntamento” das áreas mais próximas. A opção foi que o dirigente deveria atuar na representação de uma determinada quantidade de famílias, dando o nome de Brigadas (MST, 2005, p. 84).

De acordo com Bernardo Mançano Fernandes (2001), citado por Morissawa (2001)

Processos de mudanças são elementos importantes na dinâmica dos movimentos sociais. Essas são fortes características do MST, de modo que, quando se estabelece uma atividade, ela está sendo praticada há tempos, porque a forma surgiu da práxis, e não de um projeto previamente elaborado (FERNANDES, 2001 *apud* MORISSAWA, 2001, p. 204).

Isso significa que o passo seguinte seria expandir a ideia de Brigadas, onde fosse aplicável, tendo em vista o enfrentamento aos inimigos da Reforma Agrária e a necessidade de mobilização e organização permanentemente.

Conforme descrito por Oliveira (2010), baseado em uma orientação do MST em nível nacional, o MST de alguns estados da federação optou por se organizar político-geograficamente em Brigadas. Resumidamente, Brigadas representa o funcionamento de todos os espaços organizativos do MST, visando à ampliação da participação dos seus sujeitos em todos os seus processos, bem como objetivando incorporar mais força política na sua luta pela Reforma Agrária, ou expandir-se. Para o MST, Brigadas *“quer dizer a soma das partes de uma organização, para desenvolverem atividades diferentes, mas com o mesmo objetivo”* (MST, 2005, p. 05) e que é uma maneira de:

- a) Contemplar as áreas de acampamentos e assentamentos ligados ao MST a partir da proximidade da região, nas várias regiões dos estados, considerando aspectos políticos, econômicos, culturais, ambientais, etc.
- b) Garantir um acompanhamento e unidade da discussão política interna da organização do MST.
- c) Aumentar o número de pessoas envolvidas, sobretudo nos espaços de discussão e instâncias de decisão, observando os princípios de direção e normas gerais do MST.
- d) Facilitar a comunicação e a presença de mais pessoas nas reuniões, estudos, oficinas, seminários, mobilizações, etc., elevando o nível de consciência da base social do MST.
- e) Aumentar a possibilidade de ampliação da produção com acompanhamento técnico, com cooperação e respeito ao meio ambiente; como também a industrialização e comercialização dos produtos.
- f) Promover o funcionamento dos núcleos de base, setores e equipes de trabalho dentro das áreas de acampamentos e assentamentos.
- g) Garantir a auto sustentação da organização, a partir da contribuição da base social organizada pelo MST.
- h) Estabelecer uma melhor política de alianças com a sociedade civil, parceiros, entidades jurídicas, etc.

Enfim, nesse momento as Brigadas tinham como propósito principal garantir a viabilidade da organicidade do MST e a melhoria das condições de vida das

famílias acampadas e assentadas. Isso faz parte do caráter popular, sindical e político que tem o MST: não se restringe a um foco da luta pela terra (CALDART, 2004, p. 116).

A decisão para essa forma de organização foi tomada depois de um longo processo de discussão, tanto nos acampamentos e assentamentos, quanto nas instâncias de decisões. Ao final dessas discussões, foi então implementada a proposta de nova organicidade do MST, que até então contava com a organização em grandes regiões ou regionais, sendo então subdividida em Brigadas.

Nas discussões que precederam a decisão, elegeram como critério principal para definição de criação de uma Brigada, o número de famílias com proximidade, organizadas em acampamentos e assentamentos. A orientação pelo MST a nível nacional tem como referência o número de quinhentas famílias para constituição de uma Brigada. Nos estados, esse número foi rediscutido, considerando o critério de proximidade, como sendo o que representaria melhor e não exatamente a quantidade de famílias, respeitando as condições existentes pela localização geográfica das áreas de acampamentos e assentamentos (OLIVEIRA, 2010).

## ***2.2 - Ascensão e resistência do MST***

O MST afirma que, na sua origem contou com muitas parcerias, principalmente de organismos vinculados às Igrejas que se identificavam com a bandeira da Reforma Agrária, como já demonstrado anteriormente. Além disso, entidades, personalidades, partidos, etc., também contribuíram para a consolidação do que viria a ser o MST. No entanto, por definição, deveria ser um movimento autônomo. Autonomia para o MST é entendida como sendo as pessoas diretamente vinculadas ao Movimento, quem são os que deverão decidir o que fazer, quem, como, onde, quando, porque, etc., sendo estes os sujeitos construtores do seu destino e da sua própria história (STEDILE & FERNANDES, 2005).

Desde sua origem em 1984 até os dias de hoje, o MST se articula e busca expandir o relacionamento com diversos setores da sociedade, com o objetivo de adquirir novos parceiros na luta pela terra e pela Reforma Agrária. Padres, pastores, professores, advogados, sindicalistas, agentes sociais, entre outros, se destacam no apoio e defesa de um novo modelo de se organizar a agricultura e a sociedade brasileiras.

Nessa trajetória de cerca de três décadas, o MST se deparou com muitos obstáculos para conduzir a luta pela Reforma Agrária no Brasil. Estes obstáculos se apresentaram e se alternaram no plano político, ideológico, econômico e social, pelo menos. Logo após seu nascimento, o MST decidiu encarar a batalha de se expandir no território até então completamente dominado por fazendeiros, remanescentes dos coronéis. Esse foi, também, o período pós ditadura militar que, por um lado serviu para “arrebancar” os camponeses que haviam perdido as possibilidades de sobreviverem no campo e, por outro lado, apresentar novas formas de lutas que viabilizasse seus objetivos. E é preciso lembrar sempre a constante batalha contra os latifundiários nas trincheiras propriamente ditas da luta pela terra, ou seja, a violência dos fazendeiros, cometendo crimes, assassinando centenas de trabalhadores no campo.

A história do MST também é relatada a partir dos debates feitos e definições tomadas por ocasião de seus Congressos Nacionais. O MST afirma que essa é a principal instância do Movimento, que acontece na forma de evento, a cada cinco anos, e que refletem as discussões e deliberações, as lutas e projetos do movimento do período anterior e rumando para o próximo. Refletem também o momento e a situação da classe trabalhadora camponesa e seus desafios. Os lemas desses Congressos resumem bem tudo isso. Estaremos, nos próximos parágrafos, sintetizando a história desse Movimento, a partir desses eventos.

Utilizando de textos publicados no Jornal Sem Terra – JST, retomados de algumas edições antigas, é possível analisar a luta dos camponeses e suas articulações (JST, Número: 269 – Janeiro de 2007; entre outras edições).

É possível verificar que, tanto o surgimento de ocupações de terras quanto a realização de encontros e congressos desses trabalhadores, aconteceu exatamente no fim do período do governo militar - que teve sua atuação no campo voltada para a repressão das organizações dos camponeses; onde seus líderes foram assassinados, presos ou exilados; o debate e a elaboração teórica sobre a questão agrária no Brasil foram sufocados; é daí que ressurgem um movimento social de luta pela terra. Segundo o JST, e reforçado por alguns autores já demonstrado em trechos anteriores, o governo militar impôs uma política de modernização da agricultura, para atender a demanda urbano-industrial e do mercado externo, sem fazer as reformas necessárias e demandadas pela sociedade brasileira, entre elas a Reforma Agrária. A modernização adotada por esses governos serviu para aprofundar a exclusão social, elevar a números exorbitantes o êxodo rural, intensificar as desigualdades tecnológicas e nas relações sociais no campo. Apesar disso, mesmo diante de todas as formas de repressão utilizadas pelo regime militar, a luta pela terra continuou ocorrendo em muitas regiões do país.

Nas páginas daquele Jornal verifica-se que, desde meados da década de 1970, as lutas populares e sindicais, principalmente dos grandes centros urbanos, exigiam o fim do regime militar e liberdade democrática. Essas lutas, além de expor as atrocidades do governo ditatorial, criaram condições para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT – em 1980) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT – em 1981), ampliando o leque de organizações que organizavam trabalhadores para as lutas que deveriam ir além da superação do regime militar e que teve na campanha pelas Diretas Já (1984) a sua melhor expressão da capacidade de mobilização popular.

Como o momento conjuntural era de agitação política e de expectativa de crescimento da organização da classe trabalhadora, aconteceu o 1º Congresso Nacional do recém-criado MST, em janeiro de 1985, em Curitiba, Paraná. Contou com a participação de 1600 delegados de todo o Brasil (STEDILE & FERNANDES, 2005, p. 51). Naquela ocasião, visando o crescimento desse Movimento e da luta pela Reforma Agrária, refletiram, resumiram e assumiram como seus principais desafios: colocar a Reforma agrária na agenda do país;

consolidar a organização do MST nacionalmente; buscar a unidade dos camponeses e das lutas isoladas pelo país; definir e implementar uma forma de luta eficaz no combate aos latifúndios (JST, 2007).

Por isso, no bojo das mobilizações pela redemocratização do país, a palavra de ordem escolhida no primeiro Congresso foi “Sem Reforma Agrária, não há Democracia”. Assim sendo, o Congresso do MST chamou a atenção da sociedade para o fato de que somente com a realização da Reforma Agrária seria possível dizer que o país se tornava uma democracia. Nesse Congresso ficou definido também que a ocupação de terras era o principal instrumento para fazer avançar a democratização da terra. Os debates e definições neste momento serviram para balizar a atuação do Movimento no conturbado período posterior.

Segundo Morissawa (2001), apesar do balanço positivo no final de 1988, o MST reconhecia que ainda estava longe de “constituir um movimento de massas pela reforma agrária” (MORISSAWA, 2001, p. 144). O desafio continuava.

O segundo Congresso Nacional do MST aconteceu em maio de 1990, em Brasília (DF), com a presença de cinco mil delegados dos 19 estados onde o MST já estava organizado. Esse Congresso aconteceu em outro período também muito peculiar da história do Brasil. No Jornal Sem Terra (JST, 2007), lê-se:

A elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, da Constituição Federal (1988), os enfrentamentos com a União Democrática Ruralista (1986-90) e com o Centrão (agrupamento dos parlamentares mais conservadores do Congresso Nacional) e a eleição presidencial de 1989 foram atividades políticas que retrataram a efervescência política da segunda metade da década de 1980 (JST, 2007).

Aqui, o MST já estava geograficamente consolidado em várias regiões do país, ocupando latifúndios improdutivos sob o respaldo da recém aprovada Constituição Federal (1988) que estabelece essas propriedades como passíveis de desapropriação. Também contava com 114 áreas, espalhadas em

15 estados; já tinha 300 associações e 10 cooperativas, de diversas atividades produtivas (MORISSAWA, 2001, p. 146).

Nessa ocasião, a palavra de ordem adotada como síntese desse momento foi “Ocupar, Resistir e Produzir”, por compreender a realidade que estava sendo apontada para o MST no próximo período.

Os anos posteriores foram dolorosos para o MST. O Brasil estava vivendo o descenso do movimento de massas no decorrer da década de 1980. Já em 1990, o MST, que havia apoiado a eleição de Lula na campanha eleitoral de 1989, por considerá-lo “o candidato mais identificado com suas posições a respeito das questões agrárias” (MORISSAWA, 2001, p. 145), apesar de saber que precisava prosseguir na luta mesmo com a eleição desse candidato, precisou enfrentar difíceis investidas contra a expansão do movimento. Segundo o JST (2007),

Para os trabalhadores rurais esse foi um período marcado por uma violenta repressão. Foi o governo que menos desapropriou terras. O Estado estava determinado a acabar com o MST. A polícia federal invadiu secretarias, levou documentos, processos judiciais foram instalados. Foram momentos de terror para a militância em vários estados (JST, 2007).

O ano de 1991 foi dos mais difíceis para o MST em função da conjuntura política agrária vivenciada no país (MORISSAWA, 2001, p. 148). O ano de 1992 começou com a proposta do governo de esvaziar a luta do MST, fazendo promessas “mirabolantes” como a de assentar 500 mil famílias (Ibidem, p. 148). Com a saída de Collor do governo, o MST pode respirar durante a gestão de Itamar Franco, mas este não cumpriu as promessas de assentar o número de famílias prometido (STEDILE & FERNANDES, 2005, p. 70; p. 106).

Fernando Henrique Cardoso (FHC) assumiu o mandato sem apresentar novidades, além dos nomes que compunham o seu mandato, em relação ao governo anterior. O MST compreendia quais foram as condições que conduziram ao resultado daquela eleição, o que significava continuar sem alterações na estrutura e legislação agrárias do país, e o apontamento para o prosseguimento de suas formas de lutas.

O terceiro Congresso Nacional do MST aconteceu em julho de 1995, também em Brasília (DF), com a presença de 5.226 delegados, representantes de 22 estados do Brasil, além de apoiadores internacionais (MORISSAWA, 2001, p. 151). Aqui a palavra de ordem defendida pelos Sem Terra era “Reforma Agrária, uma luta de todos”. A partir de agora aconteceria muitas alterações na luta do MST.

Stédile e Fernandes (2005) afirmam que o governo FHC interpretava a realidade agrária brasileira sob dois aspectos: dizendo que já não precisava mais realizar Reforma Agrária, por considerar que já não havia mais um problema agrário (Stédile & Fernandes, 2005, p. 70, p. 106). Isso justifica a atuação do início desse governo ao tentar ignorar os conflitos, transferindo o assentamento das poucas famílias para fazendas onde não havia acampamentos e/ou para regiões muito distantes (MORISSAWA, 2001, p. 150). A outra interpretação desse governo se baseia no fato de estar em vigor a política econômica de adoção do capital financeiro, isto é, aqui a agricultura é marginalizada e os produtos importados sobrepõe-se aos nacionais. Nesse sentido, não era necessário investir na Reforma Agrária, pelo contrário, era preciso investir em grandes propriedades produtoras de grãos (STÉDILE & FERNANDES, 2005, p. 70, p. 106).

Mas foi a partir de 1996, com alguns acontecimentos envolvendo os sujeitos do campo, que o MST alcançou seus maiores números. Em uma mistura que envolveu grande resistência à política mercadológica e econômica do governo; os massacres de trabalhadores rurais (Corumbiara, 1995; Eldorado dos Carajás, 1996); a dimensão que esses fatos tomaram na mídia (inclusive com uma novela da Rede Globo exibindo o dia a dia dos Sem Terra), somados à exposição “Terra” de Sebastião Salgado, acompanhada do CD contendo quatro músicas de Chico Buarque e com apresentação de José Saramago. E ainda a Marcha Nacional à Brasília, de 1997, que pôs em evidência a existência de um movimento social de luta pela Reforma Agrária, bem como obrigou o governo a criar novos assentamentos (MORISSAWA, 2001, p. 155; STÉDILE & FERNANDES, 2005, p. 136).



A respeito desse período Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) afirma que o governo FHC adotou estratégias diferenciadas para coibir o avanço da luta pela terra, mas esse autor descreve e apresenta os avanços dessa luta, superando esses entraves governamentais.

Para Oliveira (2001), a primeira tática era a de criminalizar as lideranças políticas do MST. Mas não parou por aí,

A segunda estratégia são as mudanças legais que vêm sendo realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Primeiro fez-se a securitização das dívidas dos ruralistas, depois criou-se o ITR [imposto territorial rural] progressivo, mas até hoje nada se sabe sobre sua implantação. Posteriormente criou-se o Projeto Cédula da Terra e o Banco da Terra visando a implantar uma autêntica Reforma Agrária de mercado, como gostam de afirmar as lideranças dos movimentos sociais. Por fim, mais duas medidas coercitivas: a MP 2109, que proíbe a vistoria por dois anos em imóveis ocupados (155 imóveis estão nessa condição) e a Portaria MDA nº 62 de 27/3/2001, que exclui os assentados da Reforma Agrária devido "a atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais". A última medida foi a inscrição para assentamentos da Reforma Agrária pelo correio, veiculada com propaganda televisiva e impressa, afirmando que a 'porteira está aberta para a Reforma Agrária, é só entrar e inscrever-se' (OLIVEIRA, 2001 p. 202-203).

Esse autor aponta ainda que, como terceira estratégia, o governo FHC estimulou a criação de novos movimentos que não tem a ocupação de terras como forma de luta, oriundos de centrais sindicais aliadas do governo. Assim, o governo justifica a criminalização dessa forma de luta. E Oliveira (2001) aponta outras formas utilizadas por esse governo para eliminar com sua principal oposição no Brasil.

A reportagem do Jornal Sem Terra (JST, 2007), que menciona as articulações em torno do quarto Congresso Nacional do MST, aponta as medidas neoliberais e antinacionais aplicadas por FHC, que já não podia esconder mais as lutas sociais.

No primeiro mandato (1995-1998), o governo tucano promoveu privatizações, desnacionalizações e sucateamento da estrutura do Estado, sem precedentes na história do nosso país. A riqueza do povo brasileiro, construída nas cinco décadas de industrialização, foi transferida ao capital privado e internacional (JST, 2007).

Esse foi um momento de embates. Houve muitas manifestações onde o MST se propunha a explicitar as contradições e fragilidades do governo. Por outro

lado, em meio às acusações feitas ao MST pelo governo e a propaganda que falsificava os números reais de sua política para a Reforma Agrária, a luta do MST prosseguiu e foi se fortalecendo (MORISSAWA, 2001, p. 163). Em agosto de 2000, esse Movimento realiza seu quarto Congresso Nacional, em Brasília. Presentes mais de 11 mil delegados, vindos dos 23 estados onde o MST estava organizado, além de seus apoiadores estrangeiros (Ibidem, p. 165).

Com a palavra de ordem “Por um Brasil sem latifúndios”, esse Congresso refletiu a nova fase da luta pela terra. Dele foram encaminhados doze pontos que reafirmavam a necessidade de atuação contra o modelo neoliberal adotado pelos governos brasileiros, além de levantar novos pontos que direcionavam o Movimento para aumentar suas alianças, bem como preparar mais e melhor seus militantes e suas frentes de atuação, visando enfrentar o imperialismo (MORISSAWA, 2001, p. 166). Vale lembrar que o governo FHC iria até o final do ano de 2002.

Como afirma Bernardo Mançano Fernandes (2008), no artigo que descreve as mudanças na questão agrária brasileira nos anos iniciais do século XXI, os movimentos enfrentaram com intensidade às multinacionais, mais do que ao latifúndio (FERNANDES, 2008, p. 03). Essa inversão se deu pelo fato de, nesse momento histórico conjuntural, “lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato” (FERNANDES, 2008, p. 04). Para o autor, aqui a Reforma Agrária passa a ter uma dimensão além da distributivista de lotes, assumindo esse novo caráter, já mencionado.

Fernandes (2008, p. 06) elenca alguns elementos para explicitar que a Reforma Agrária foi marginalizada pelos governos da “nova república”, mostrando que em alguns momentos foi “substituída” por regularização fundiária, sobretudo na região Amazônica. Assim, nem sempre os números de famílias beneficiadas apresentados pelos governos representam desapropriações de terras para criação de assentamentos. Fato é que, quanto mais o agronegócio quis dominar o território agrícola brasileiro, mais o governo

Lula o fizera concessões, sem nunca o enfrentá-lo, pelo contrário, explicitando sua admiração por esse modelo agrícola (Ibidem, p. 06).

O MST diante da possibilidade de emplacar sua reivindicação nos planos desse governo expandiu significativamente sua base social acampada. Posteriormente encarou uma maior decepção com esse governo, quando viu que a proposta de Reforma Agrária foi derrotada. Sem mencionar o fato de os anos de 2001 e 2002 terem sido “acalorados” por uma agitação no campo de atuação da esquerda brasileira, em torno da possibilidade de eleição do candidato do PT, Lula, e por esse momento ser marcado também pela possibilidade de mudanças no plano político em relação ao campo brasileiro, o que generalizou as frustrações com o mandato desse candidato.

Como visto, o governo FHC tinha como linha de condução o desenvolvimento do campo subordinado aos interesses das grandes empresas, sendo perceptível seu posicionamento contrário à Reforma Agrária. O governo Lula, ao contrário, era oriundo da classe trabalhadora e havia prometido fazer essa Reforma. E, além de um vasto histórico nas lutas sindicais, contou também com o apoio do MST para a eleição de seu primeiro mandato presidencial. O que tornou maior a decepção para os camponeses sem terra diante da inversão no modo de assentamento dos Sem Terra adotado como política desse governo, somados à sua política compensatória (Bolsa Família), e a decisão velada de não desapropriar áreas de interesse do Agronegócio. Aos Sem Terra, coube aumentar o tempo de espera embaixo das lonas nas ocupações, levando à desistência de muitas famílias, o que causou um esvaziamento nos acampamentos e o enfraquecimento do MST (FERNANDES, 2008, p. 09).

Em maio de 2005, dois anos de mandato e sem muitas conquistas, o MST decidiu por fazer uma Marcha de Goiânia à Brasília, com cerca de doze mil militantes marchando. As insatisfações por falta de desapropriações se somavam à desaprovação dos Sem Terra da posição tomada pela adoção da política de investimento no Agronegócio, sinalizadas pelo governo. Além dos grandes volumes de recursos para esse setor, os movimentos sociais

contabilizavam também a derrota frente aos transgênicos, bem como ao patenteamento de sementes geneticamente modificadas.

Na chegada dessa Marcha em Brasília, o governo anunciou o II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA, que apresentava a promessa de um grande salto no número de desapropriações, além de outras metas. Sob a recomendação de Plínio de Arruda Sampaio para esticar as desapropriações visando atender um milhão de famílias, o governo Lula estabeleceu no II PNRA a meta de assentar 430 mil famílias no primeiro mandato de seu governo (JST, 2007).

Os anos posteriores do governo Lula (tanto do final do primeiro, quanto do segundo mandato presidencial) foram marcados pela intensificação da política agrária adotada no início do seu governo, já descritas anteriormente. Os movimentos sociais passaram a contabilizar derrotas políticas e econômicas.

No caso específico do MST, foi nesse momento que este se viu relacionado em algumas investigações, tais como na CPI da Terra (2003-2005), CPI das ONGs (2007-2010) e CPI do MST (2009-2011), que visavam notadamente a perseguição de seus militantes e dirigentes (SAUER, 2010).

É preciso ressaltar que, embora o governo federal tenha optado pelos investimentos vultosos no agronegócio, em detrimento dos investimentos nas áreas de reforma agrária, e por ser acusado de ter abandonado essa política, é preciso estender as responsabilidades aos poderes legislativo e judiciário nessas acusações. Aliás, as CPI's e CPMI's estão diretamente vinculadas ao poder legislativo, que é pouco mencionado (inclusive no nosso texto). Assim, para ser justo, dá-se mais ênfase aos processos ligados ao governo federal, quando na verdade, devem ser divididas as responsabilidades pelo abandono da política de reforma agrária, pela criminalização dos movimentos sócias, pelo avanço do agronegócio no campo (sobre os pequenos agricultores), etc., entre os três poderes constituídos.

Assim, o MST passou a sofrer uma campanha midiática e jurídica intensa que pretendia, inclusive, a sua “dissolução”. Houve um superdimensionamento da

“radicalidade” das suas formas de lutas, atacando-as, fazendo repercutir negativamente a sua imagem junto à sociedade. E tudo isso se deu dentro de um contexto onde os Sem Terra estavam envolvidos numa situação de poucas conquistas concretas, com números de famílias decrescendo nos acampamentos e assentamentos. Foi também um período em que as desapropriações estavam submetidas ao interesse do agronegócio pelas fazendas e/ou pela região. Em uma conjuntura de aprovação das leis de patenteamento de sementes, da liberação do cultivo e comercialização dos transgênicos, do aumento criminoso do uso de agrotóxicos nas lavouras, etc.

Em 2010, com o fim dos dois mandatos do presidente Lula, sua popularidade era muito alta, chegando em 70% de aprovação dos brasileiros que o consideravam como governo ótimo ou bom, segundo Cruz (2008). Nesse contexto, a sua aposta para sucessão estava calcada na continuidade do seu jeito de governar, elegendo Dilma Rousseff para o cargo.

Já no seu pronunciamento de posse, a primeira mulher a assumir o cargo de presidenta do Brasil, não fez referência à Reforma Agrária, bem como não se comprometeu com políticas direcionadas para os Sem Terra.

Assim, a avaliação feita pelos movimentos sociais de luta pela terra, especialmente o MST, é que o governo Dilma é o pior desde a redemocratização do país, em se tratando de política de assentamento de famílias. Isso ficou demonstrado no nível decrescente de desapropriações de terras e número de famílias assentadas, apesar do número de famílias acampadas no Brasil.

Segundo João Paulo Rodrigues, integrante do MST, a avaliação feita por esse Movimento é que, além de não ter acontecido assentamento de famílias, contraditoriamente avançou em outras questões que representam perdas para a classe trabalhadora e para a sociedade brasileira:

Podemos pegar desde o estrangulamento do Código Florestal, passando pela alteração da PEC [proposta de emenda à Constituição] do Trabalho Escravo, o retrocesso sobre a legislação referente à demarcação de terras indígenas, a criação de uma comissão especial para liberar com maior facilidade novos agrotóxicos – ignorando o trabalho de avaliação da ANVISA e do

IBAMA – e a liberação de novas sementes transgênicas. Nenhuma dessas propostas é de interesse da sociedade brasileira (RODRIGUES, 2014 – sem pág.).

Diante da constatação que não será mais possível a realização da Reforma Agrária nos moldes convencionais no Brasil, o MST ousa ir além. Essa constatação se baseia nas evidências explicitadas nos números de assentamentos criados, de famílias assentadas, de recursos destinados, mas também na intensidade de forças que hegemonizaram o debate e o combate a essa política de estado. Além da falta de vontade política dos governantes para fazer a Reforma, existe ainda a força do Agronegócio representada na Câmara dos Deputados e no Senado pela bancada ruralista. Para Rodrigues (2014), o governo está completamente refém da bancada ruralista - *“a maior frente parlamentar do Congresso Nacional contando com 162 deputados e 11 senadores, e mais uma legião de adeptos de última hora”*. E é preciso mencionar ainda o papel do judiciário frente aos processos de assentamentos de Reforma Agrária.

Assim, no momento em que a Reforma Agrária atravessa um dos seus períodos mais delicados, com a propagação da sua inviabilidade e superioridade do Agronegócio no campo brasileiro, é que o MST apresenta a sua proposta de manter a bandeira da Reforma Agrária levantada, mas com outros mecanismos para enfrentar esse novo ciclo.

Do ponto de vista clássico da Reforma Agrária, esta se deu na história por dois longos processos. Um, em períodos pré-revolucionários ou revolucionários, em que as massas foram para as ruas, como em Cuba, China, Vietnã, México e Chile. Outro, pela via institucional, em que houve uma demanda da classe dominante e do modelo capitalista de se desenvolver o interior para produzir matéria prima para a indústria. Ao que afirma Rodrigues (2012), no Brasil, não existe nenhuma dessas duas situações hoje, nem força organizada e muito menos uma burguesia que defenda que é necessário distribuir terras. O agronegócio resolveu a demanda por matéria prima (RODRIGUES, 2014).

Na concepção desse Movimento, portanto, em ambos os casos, a possibilidade de isso acontecer no Brasil é negada. Na atualidade, segundo o MST, as

condições objetivas permitem afirmar que não é mais possível esse formato de Reforma Agrária no Brasil, apesar da constatação que continua havendo um grande número de pobres no campo, bem como existe milhões de hectares de terras agricultáveis ociosas, o que justifica a continuidade da luta.

Continua porque tem sem-terra e tem terra. Você tem hoje ocupados pelo agronegócio 160 milhões de hectares de um total de 400 milhões de terras agricultáveis. Uma pequena parcela, menos de 40 milhões, está com pequenos agricultores. O MST controla 8 milhões de hectares. Mas temos 150 milhões de terras agricultáveis improdutivas. Não são terras do agronegócio, são terras completamente ociosas, que poderiam ser destinadas para as lutas de reforma agrária (RODRIGUES, 2014).

O problema é que a hegemonia do Agronegócio impôs ao país uma forma de produzir e comercializar a produção, a partir do uso intensivo de insumos químicos, tecnologias de ponta, máquinas pesadas, etc., em uma escala que só pode ser comercializada na bolsa de valores. Isso significa que, para além da sensação de ter resolvido o problema da (im)produtividade das terras, há a falsa imaginação de ter avançado no desenvolvimento do campo, bem como ter melhorado a imagem do país no *ranking* mundial de produção agropecuária.

Nesse cenário, os investimentos públicos escorrem para os cofres dos grandes produtores. A cada vez que a safra não supera as expectativas garante a renegociação das dívidas ou mesmo a sua amortização. Resumindo: esse novo modelo de produção na agricultura, hegemônico na sociedade, no governo e no judiciário, é financiado pelo Estado e impede toda e qualquer possibilidade de avanço no processo de Reforma Agrária, por serem modelos antagônicos.

Portanto, na nova formulação do MST, a Reforma Agrária que se faz necessária nesse momento conjuntural demanda terras a ser distribuídas aos Sem Terra, mas também informação, cultura, acesso às tecnologias, garantias de direitos, etc., visando mudar o modelo agrícola. Mas, sem distribuição de terra, não há Reforma Agrária. Atualmente, é necessário pensar em uma Reforma Agrária que aponte um novo modelo agrícola para produzir de uma forma diferente, que respeite o meio ambiente e que valorize as pessoas, subjugando o mercado aos interesses da sociedade.

### 3 - A CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO DO MST

“Até que ponto a classe em questão cumpre ‘conscientemente’,  
até que ponto ‘inconscientemente’,  
até que ponto com uma consciência ‘justa’,  
e até que ponto com uma consciência ‘falsa’,  
as tarefas que lhe são impostas pela história?”  
*Georg Lukács (1920)*

A formação da consciência das pessoas, para o MST, é inerente ao processo da vida cotidiana desses sujeitos. Surgiu como parte dos “objetivos” do MST a partir da necessidade apresentada de avançar na formação dos seus sujeitos, para que desenvolvessem a autonomia desse movimento nos diferentes Estados, assim como métodos de organização próprios e de direção política diferentes dos praticados por organizações brasileiras, como sindicatos e partidos políticos, por exemplo, até então.

Na perspectiva de buscar a unidade dessas ações, criou-se o setor de formação, em 1988, como resultado da organização de atividades formativas e de cursos direcionados para a Coordenação Nacional e para a juventude militante, que surgiram em 1987 (com a Turma de Monitores). Vale ressaltar que se deu em um momento de expansão do MST em várias regiões do país, o que lhe apontou novas necessidades e desafios organizativos.

Não iremos nos ater à historicidade desse setor, embora reconhecemos a importância dessas informações nessa discussão por se tratar de uma leitura política da conjuntura e uma adequação da formação ao período vivenciado. Fato é que o MST nunca se descuidou dos processos de formação da sua base, pelo contrário, conseguiu estabelecer uma referência na área da formação, no campo da esquerda brasileira.

Assim, sugerimos a leitura de Silva (2005), que descreve a época e os “tipos” de formação, ou as táticas adotadas pelo MST em cada período, até o ano de 2005, visando alcançar os seus objetivos, superando as dificuldades e se afirmando como novo “sujeito” propulsor de formação - na “esquerda” política brasileira.



### **3.1 – A consciência como processo e os desafios para o MST**

O MST, desde que surgiu como movimento social, mobiliza famílias de trabalhadoras e trabalhadores camponeses na luta pela Reforma Agrária, organizando e coordenando acampamentos e assentamentos rurais. Para este Movimento, há duas condições diferentes de vivências no mesmo. Uma que é em situação de “acampadas”, ou seja, são as pessoas que, no processo de luta pela conquista da terra, moram nos acampamentos. Da mesma forma, “assentadas” são aquelas famílias que já conquistaram a terra e estão em busca de infraestrutura no assentamento, com condições para produzir e comercializar seus produtos. Portanto, os acampamentos são a fase inicial da luta pela terra e os assentamentos a fase posterior, ou seja, após a conquista da terra e de condições de vida e trabalho.

Ao se projetar no âmbito nacional, o MST precisou reinventar formas e táticas de lutas para garantir a coesão de suas propostas, bem como seu caráter organizativo de movimento sócio territorial, no nível nacional. E, concordando com Mauro Iasi (1999), o MST vê nas articulações desenvolvidas na “coletividade” o potencial de alterar as estruturas historicamente estabelecidas na sociedade, objetivando mudá-las a partir da luta concreta dos trabalhadores e trabalhadoras. Iasi (1999) faz ainda referência a este processo de mudanças pelo despertar da consciência dos trabalhadores e trabalhadoras despojados de seus direitos, citando esse romance:

Aqui está o nó, ó tu que odeias mudanças e temes revoluções. Mantém estes homens apartados; fazes com que eles se odeiem, receiem-se, desconfiem um do outro. Porque aí começa aquilo que mais temes. Aí está o germe. Porque aí transforma-se o “Eu perdi minhas terras”, uma célula se rompe e dessa célula rompida brota aquilo que tu tanto odeias, o “Nós perdemos nossa terra”. E desse “nós” nasce algo mais perigoso. “Eu tenho um pouco de comida” e “Eu não tenho comida nenhuma”. Quando a solução deste problema é “Nós temos um pouco de comida”, aí a coisa toma um rumo, aí o movimento já tem um objetivo. Apenas uma pequena multiplicação, e esse trator, essas terras são nossas (...) Sim, é aí que tu deve lançar a tua bomba. É este o começo... do “Eu” para o “Nós” (IASI, 1999, p. 05).

Vê-se, expresso nesse romance, como “surge” uma força social, sendo revelador de como o processo social daí derivado constitui-se a partir do ajuntamento de pessoas que tem demandas semelhantes e, portanto, traçam

os mesmos objetivos. Coube ao MST se preparar pedagógica e metodologicamente para essa coletivização da luta pela terra no Brasil, e esse “aprender a fazer, fazendo” tem como fundamento principal a conscientização dos participantes desse, nesse Movimento.

Assim, a formação política ideológica é uma marca do MST; é formar para a ação e em ação, sendo que essa ação é transformadora da realidade. Essa ação nasce junto com a luta pela terra, nos acampamentos e assentamentos, e se torna vital para as famílias. No primeiro momento, nos acampamentos, surge para atender e suprir as necessidades organizativas imediatas de como coordenar os coletivos e produzir nesse formato, para a preparação para negociar com políticos/governo, para entender as condições imediatas, bem como a forma de luta, etc. Este primeiro momento permite refletir e elevar a consciência acerca da questão agrária e política, nacional e internacional. Essa ação política é conduzida através da participação, na recriação da vida cotidiana, na cooperação em seus diferentes sentidos e no resgate dos valores humanos (MST, 2009).

Assim, a formação se torna imprescindível para o MST, na perspectiva de elevar o nível de consciência (sobre isso ver BOGO, 2007) da sua base social organizada. Por isso, é entendida como um processo que pressupõe uma relação direta entre a prática e a teoria, visando uma ação transformadora, buscando formar homens e mulheres novos, sujeitos de sua própria história e construtores de uma nova sociedade, sendo praticada em todos os espaços desse Movimento e divulgada em todos os materiais elaborados pelo mesmo. Assim, em seus documentos são revelados que: *“O MST compreende o processo de formação, em uma primeira instância, enquanto vinculado à prática, isto é, conhecer é participar como ator da construção da luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social”* (SANTOS, 2007, p. 71).

A concepção de formação do MST sempre esteve vinculada à sua estratégia geral, ou seja, fazer mudanças na sociedade, mobilizando forças e recursos a partir da luta pela terra e pela Reforma Agrária, objetivando a transformação do atual modelo de sociedade. A sua concepção de formação é de contribuir com/para que sua base, seus militantes e seus dirigentes adquiram os

conhecimentos necessários para o desenvolvimento da luta, possibilitando mudanças objetivas nas relações de vida e de trabalho nos assentamentos, sempre na perspectiva de que eles possam exercer ao máximo a definição de caminhar rumo à sua estratégia geral, qual seja, a construção de uma sociedade justa, igual, calcada na valorização do ser humano.

Nessa perspectiva, os processos de formação do MST compreendem e tratam de forma diferente as “etapas” da consciência, que não está em cada indivíduo de forma nivelada (BOGO, 2011, p. 25), porque também os objetivos que o MST almeja são diferentes, embora, não haja uma separação acentuada entre um objetivo e outro. Assim, a formação está vinculada aos objetivos específicos e gerais do MST, mas é diferenciada de acordo com os níveis de conhecimento de sua base social, respeitando seus estágios, sem pular etapas, correspondendo a diferentes níveis de consciência e diferentes processos organizativos dentro da estrutura do Movimento. Estando de acordo com as tarefas assumidas nessa estrutura - que legitimam e credenciam os sujeitos a participarem de outros espaços e momentos de formação locais, regionais, nacionais e internacionais.

Mauro Iasi (1999) descreve a consciência como:

(...) a consciência seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção). Dito de outra maneira, uma realidade externa que se interioriza (IASI, 1999, p. 10).

E para esse autor, cada pessoa tem suas particularidades que precisam ser compreendidas e respeitadas nesse processo de formação da consciência:

Este processo é ao mesmo tempo múltiplo e uno. Cada indivíduo vive sua própria superação particular, transita de certas concepções de mundo até outras, vive subjetivamente a trama de relações que compõe a base material de sua concepção de mundo (IASI, 1999, p. 09).

Analisando as práticas formativas do MST, percebe-se que o seu objetivo de fazer a luta pela transformação social é um desafio muito mais amplo, mais complexo e exige muito mais aprofundamento e elaboração do que fazer a luta especificamente pela terra ou pela Reforma Agrária. Nesse sentido, constatado o estágio da formação do Sem Terra pela sua posição nos processos de luta e

de formação anteriores (ou a formação da vida), a formação proporcionada pelo MST precisa possibilitar a elevação progressiva do nível da consciência, ou seja, precisa promover a formação dessas pessoas envolvidas (base, militantes e dirigentes) respeitando o grau de conhecimento que esses sujeitos já alcançaram, para que compreendam a necessidade de avançar na busca de outros conhecimentos, considerando que uma coisa é fazer a formação de base, outra coisa é fazer a formação de militantes e dirigentes, e assim ocupar lugares diferentes no percurso da luta desse movimento.

Como nos afirma Iasi (1999), a consciência é um processo, e como tal, não pode ser imaginada como algo estático:

Neste sentido procuraremos entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ela se tornou o que é; assim é também com a consciência, ela não “é”, “se torna”. Amadurece por fases distintas que superam-se, através de formas que se rompem, gerando novas que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando aparentemente, as formas que abandonou (IASI, 1999, p. 09).

Ademar Bogo (2008) nos chama a atenção para a “movimentação” dos processos da consciência. Para este, sendo a consciência um movimento, pode seguir “acumulando conhecimentos ou retroceder ignorando-os”. Exemplifica esse movimento em três direções, conforme as situações apresentadas: de progressão da consciência; estagnação da consciência e regressão da consciência (BOGO, 2008, p. 03).

Ao descrever os procedimentos de como essa movimentação acontece, Bogo (2008) afirma que, no caso de progressão da consciência:

*Nesse momento, o movimento está voltado para frente. Conflita consigo próprio; busca sempre novos elementos para fundamentar o seu crescimento nas diferentes formas, como: política, econômica, histórica, jurídica, pedagógica, etc. (BOGO, 2003, p. 03).*

E continua:

No momento de estagnação da consciência, não significa que ela não esteja em movimento, apenas deixa de acumular conhecimentos complementares. Passa longos períodos sem acrescentar nada de significativo naquilo que já sabia. Essa situação é prejudicial para

a luta de classes, pois o indivíduo de consciência estagnada, pela sua posição de classe, ou por falta de elementos, passa a justificar aquilo que antes negava. Como o movimento das contradições na realidade seguem em frente, a tendência é este indivíduo se desatualizar e, para se manter no posto que está, ou alcançar outro, utiliza-se de vários artifícios (...) (BOGO, 2003, p. 03).

E, para este autor, o processo de regressão da consciência é um estágio que os indivíduos passam quase a “desaprender”:

Já há acúmulo de determinados conhecimentos, mas retrocede-se como se a consciência não tivesse avançado até aquele nível. O indivíduo passa a ter outro comportamento, reações estranhas e atitudes às vezes inexplicáveis. O comportamento individual pode variar entre a ingenuidade, onde as pessoas tomam atitudes não críticas, se deixando manipular como se nunca tivessem participado de determinados espaços de politização. Uma segunda possibilidade na regressão da consciência é cair na criminalidade, como método e meio para atingir os fins (...). Neste sentido, a regressão da consciência adota um caminho diferente e contrário ao que prega a organização. Para que isto seja possível, inverte-se a compreensão e aplicação dos métodos e dos princípios (BOGO, 2008, p. 03).

Essa abordagem descrita por Bogo justifica, por si só, a necessidade constante dos processos de formação nos tempos e espaços de lutas, mobilizações e estudos, dos sujeitos pertencentes aos movimentos sociais, como no caso do MST.

Quanto aos “estágios da consciência” (BOGO, 2007), a formação da base do MST, em um primeiro momento, é projetada na perspectiva de conscientização e clareza de como se deve lutar gradual e constantemente para alcançar seus objetivos, bem como para enfrentar os desafios apontados para cada objetivo em particular.

Dessa forma, o terceiro e maior objetivo desse Movimento, qual seja a transformação social, não é um recurso tático e estratégico para a conscientização dessa base – simplesmente porque ela (a base) não se move, no primeiro momento, pela transformação social ou o socialismo. As famílias que entram para o MST, que vão acampar, vão em busca do primeiro objetivo do MST: lutar por um pedaço de terra. Então, a formação precisa responder este primeiro anseio. Precisa contribuir para que as limitações desse primeiro objetivo fiquem claras para os sujeitos que estão lutando, fazendo sempre a conexão dessa conquista imediata com a necessidade da implementação da

Reforma Agrária, já que somente um pedaço de terra é insuficiente para a garantia da sobrevivência no campo.

O avanço para “estágios posteriores” da formação dos Sem Terra, longe de ser uma continuidade mecânica e automática, pode ser comparada a um espiral, que tem um começo localizado ao centro e, à medida que vai avançando em circunferências maiores (estudando, participando de lutas e espaços de formação, da vida orgânica do MST, etc.), vai ampliando sua dimensão e alcançando outros círculos, seguindo em direção ao objetivo estratégico. Portanto, a formação, em um primeiro momento tem a função de responder à demanda dessas famílias que entram para o MST, permeados por aspectos de agitação e propaganda da luta pela terra, para a partir daí avançar na direção de outros objetivos, nos momentos oportunos e apropriados para tal fim.

Nesse primeiro estágio no MST, a formação está vinculada e tem características mais orgânicas e imediatas, sendo associada, desenvolvida e caracterizada muito mais pela forma como é feita e menos pelo conteúdo utilizado. Enquanto a formação inicial da base exige mais atenção à forma (como preparar uma reunião, como organiza um núcleo de base, como organizar os acampamentos e assentamentos, como organizar as lutas, com a divisão das tarefas, etc.); paralelamente, a formação de militantes e dirigentes exige mais apropriação, sistematização, compreensão teórica dos conteúdos sistematizados.

Essa formação dos militantes e dirigentes requer mais atenção e rigor para a importância da organização das equipes e coletivos nos acampamentos e assentamentos, porque essa forma organizativa (BOGO, 2011) forma a consciência das pessoas e, aqui, a formação não se encerra somente na forma, mas também pelo conteúdo que essa forma carrega. Concordando com Bogo, compreendemos que:

A formação da consciência está ligada às questões organizativas, dos núcleos, setores e instâncias do movimento, quanto mais elevada a consciência mais consistência orgânica teremos internamente. A formação e desenvolvimento da consciência, portanto, está ligada ao meio e as relações que se estabelecem entre as pessoas, em vista de algo a ser alcançado ou construído, individual ou coletivamente (BOGO, 2007 – sem página).

Assim, é importante ressaltar que, ao afirmar que a formação da base inicialmente se dá mais pela forma e menos pelo conteúdo, não significa diminuir a importância do conteúdo nesse nível de formação; muito antes pelo contrário, é importante assinalar os aspectos metodológicos que esses conteúdos embasaram para completar a conscientização dos sujeitos, objetivo da formação inicial. Da mesma maneira que não é possível abrir mão do caráter formativo da forma organizativa – que sempre é formativa -, no segundo estágio da formação (formação dos militantes e dirigentes). A diferença, no entanto, é que, como esses militantes e dirigentes já assimilaram metodologicamente a condução dos espaços orgânicos, bem como o caráter formativo dessa forma organizativa, o desafio agora é se debruçar sobre os conhecimentos socialmente acumulados, marchando para outra fase da formação da consciência.

E nesse sentido, o MST compreende como fundamental para a formação do ser humano a necessidade de conhecer outras realidades, de sair desse “mundo rural” imediato, pois somente ali, as circunstâncias se apresentam insuficientes para alargar a visão de mundo que a luta dos camponeses e das camponesas exige. E, para isso, o MST proporciona aos seus sujeitos situações para que aconteça esse afastamento do seu cotidiano aprisionador, com formas e objetivos que variam desde manter uma regularidade nos estudos (formais e informais, da escola básica à educação superior), ou colocar esses sujeitos em contato com vários conhecimentos científicos culturais, ou até mesmo viajar para fora do país (algo normalmente não é comum aos trabalhadores Sem-Terra). Geralmente o agricultor não costuma sair do lugar onde mora, pois vive ali na sua propriedade e dali tira o sustento, empregando suas forças e seu tempo nas suas atividades produtivas - e aqui está o desafio maior do MST.

E sobre isso, Marx e Engels (2001) afirmam que o ambiente estreito e limitado das relações sociais não possibilita que os processos de consciência avancem na direção de sua ampliação:

A consciência, portanto, de início, um produto social é e o será enquanto existirem homens. Assim, a consciência é, antes de mais nada, apenas a consciência do meio sensível mais próximo e de uma

interdependência limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência; é ao mesmo tempo a consciência da natureza que se ergue primeiro em face dos homens como uma força fundamentalmente estranha, onipotente e inatacável, em relação à qual os homens se comportam de um modo puramente animal e que se impõe a eles tanto quanto aos rebanhos; é, por conseguinte, uma consciência da natureza puramente animal (religião da natureza) (MARX & ENGELS, 2001, p. 25).

Mesmo com os desafios postos para o MST, no âmbito da formação, este se diferencia de outras organizações sociais por estabelecer mecanismos para aquisição de conhecimentos vinculados às situações em que esses precisam ser “aplicados”, porque para o MST, se as pessoas que compõem essa organização não participarem do processo, também não farão a transformação necessária que objetiva o Movimento.

E, para o MST, essa transformação só acontece mediante um necessário desenvolvimento dos níveis de consciência ou o desenvolvimento da consciência mesma, em níveis diferentes. E para que isso aconteça, é preciso usar táticas diferenciadas para o envolvimento desses sujeitos e utilizar diferentes mecanismos adaptados ao público alvo, como o empoderamento dessas pessoas nas suas comunidades, participação sistemática em estudos, mobilizações, reuniões, encontros, etc., possibilitando a participação direta e a emissão das opiniões dessas pessoas, mostrando que elas têm “vez e voz”, um mecanismo de formação pela experimentação no seu dia a dia.

Outra tática pode ser descrita pela prática de colocar essas pessoas (em processos de formação da consciência) sempre em contato com os conhecimentos sistematizados, para que deles se apropriem. E, no MST, esse contato se dá em grande medida pela contribuição e presença de pessoas que já adquiriram maior nível de conhecimentos (sobretudo, a partir dos cursos e estudos organizados pela Escola Nacional Florestan Fernandes – a ser abordada no capítulo seguinte deste texto); pela socialização de livros, documentos orgânicos próprios do MST, relatórios de reuniões, etc. E sobre isso, Iasi (1999) atribui como outra forma de aquisição do processo de consciência:

Outras informações chegam ao indivíduo, não pela vivência imediata, chegam já sistematizadas na forma de pensamento elaborado, na forma de conhecimento, que busca compreender ou justificar a



natureza das relações determinantes em cada época (IASI, 1999, p. 11).

Assim, além das atividades político-organizativas e produtivas que são demandadas e ressignificadas pelos processos de formação do MST, no dia a dia dos seus assentamentos, também é muito intensiva a criação de cursos de formação política e técnica como elemento complementar essencial para garantir a solidez da estruturação desse Movimento.

Essa ação não se restringe à educação de caráter escolar; há também mudanças no cotidiano e no comportamento desses sujeitos. A terra, assim como as formas da vida social e cultural do assentamento, necessariamente precisa ser compreendida como uma extensão dos diferentes laços e relações humanas da comunidade, explicitando o amor e zelo à terra, da mesma forma que amor à vida e cuidado para com os demais sujeitos desse lugar. E, por isso, essas comunidades constroem elementos e valores muito importantes para a humanização da vida, valorizando a cultura, o trabalho, o lazer, a religiosidade, as relações sociais comunitárias, a educação, etc. Não apenas agem para ganhar dinheiro com a terra, mas também atuam ressignificando várias questões da vida, em várias dimensões, sempre com o interesse na humanização da sociedade.

Nesse sentido, Ademar Bogo (2011) nos afirma que:

Os movimentos sociais e as lutas de massas resgataram nas últimas décadas o que a humanidade produziu de mais sensível nos métodos de fazer a história, que é o reconhecimento do valor do companheirismo. Quando a competição toma conta das fileiras de uma organização, é sinal que o seu tempo de vida está se encerrando: divide-se em partes; estraçalha-se como um trapo velho que somente serve para ficar nos cantos da história (BOGO, 2011, p. 204).

Essas dimensões subjetiva, pedagógica e política podem ser atribuídas à filosofia do MST quando este orienta para o avanço e estabelecimento de relações de amor com a natureza e com os demais, como mecanismo de humanização da sociedade, na sua prática educativa-formativa. É no processo contraditório do cotidiano que essa prática emerge, ou seja, cotidianamente há muitos conflitos com o próprio capital que interfere dentro do assentamento, em maior ou menor medida, conforme o estágio do seu desenvolvimento local,

mercantilizando o trabalho e os produtos deste, bem como as formas de vida das pessoas.

Dessa forma, tanto os processos produtivos, como outras questões da vida, podem corroborar para reproduzir a lógica do capital dentro dos assentamentos. Mas isso não significa que não existam construções alternativas sendo gestadas no seio desse sistema, como por exemplo, a adoção da Agroecologia - que é uma forma alternativa de produção e organização da vida no campo, uma estratégia de resistência, uma ação contra hegemônica à lógica do Agronegócio (GAIA, 2008). Da mesma forma pode se atribuir à questão da propriedade privada, que é muito complexa dentro dos assentamentos. E isso não quer dizer que são os camponeses que optaram por esse modelo, mas sim que é uma lógica que perpassa a nossa vida como um todo. Como afirmou Marx: *“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”* (MARX, 1951, p. 04).

Portanto, compete aos processos de formação revelar essa realidade e instrumentalizar os trabalhadores e trabalhadoras, proporcionando-lhes mais conhecimentos para entender a realidade e o funcionamento da sociedade nesse sistema de produção, mostrando que não depende somente da formação por si só para dar conta de alterar essa realidade, na totalidade. Mas é a própria prática dos trabalhadores e trabalhadoras, a partir do momento que tomam consciência disso, que buscam alterar algumas questões do seu cotidiano e ampliando essas mudanças para o seu entorno. Em se tratando dos assentamentos, alguns apontam avanços importantes em vários sentidos da vida social, rumo a um processo mais articulado e mais coletivo, que não somente aquele na forma individualizada, onde impera a lógica da propriedade privada, em concordância com a afirmação de Iasi (1999):

A ação coletiva coloca as relações vividas num novo patamar. Vislumbra-se a possibilidade de não apenas revoltar-se contra as relações pré-determinadas, mas de alterá-las. Questiona-se o caráter natural destas relações e, portanto, de sua inevitabilidade. A ação dirige-se, então, à mobilização dos esforços do grupo no sentido da reivindicação, da exigência para que mude-se a manifestação da injustiça (IASI, 1999, p. 23).

O desafio do MST, portanto, é envolver os camponeses nos processos de formação, dentro de um planejamento de médio e longo prazos, dadas as condições materiais da produção que demandam a presença desses sujeitos no lote, para garantir a sustentação. E assim, permanece o desafio para a organização do MST de adequar sua formação às condições objetivas dos Sem Terra, visando dar esse salto para adquirir conhecimentos mais elaborados e “desgrudar” das questões ligadas do imediato cotidiano do lote, ousando projetar e criar novas possibilidades de resistência e autonomia.

Outro elemento a ser acrescentado na questão da formação da consciência está diretamente relacionado ao fato do MST lidar com famílias que são excluídas historicamente do acesso a muitos direitos (apesar de incluídas pelo capital para a produção de mercadorias), daí sua preocupação em formar novos valores humanos, trabalhando a partir de outros elementos como a mística, a relação entre homem e mulher, da relação com as crianças (para que sua educação seja assumida pela coletividade), etc. Então, nessa busca por novos valores humanos, aprende-se que é diferente de “cada um por si” (como, normalmente, acontece nos centros urbanos).

Nos acampamentos, torna-se imperativo a coletivização das ações como forma de e estratégia de permanência, pois, ou se coletiviza as relações ou não se mantém na terra devido à dificuldade de adaptação, que se dá na efetivação das tarefas elementares do cotidiano desses acampamentos. Cria-se, assim, o valor e a conscientização de se valer da luta coletiva como condição para obter conquistas de direitos, desde a terra ou outros direitos, em consequência desta. E, chega-se à compreensão que, somente coletivamente se alcançam outros objetivos, como a Reforma Agrária e a transformação social.

Há ainda uma preocupação recorrente com a formação da consciência dos Sem Terra e que está relacionada à questão política cultural. Para o MST, se não se consegue atingir o mínimo de desenvolvimento cultural dos sujeitos em formação, para daí avançar para a formação da consciência, essa última não é possível. Assim, sem perceber a necessidade de se apropriar dos códigos culturais da sua classe, esses sujeitos continuam à mercê do que é oferecido pelos meios que reproduzem a cultura dominante. E, nesse caso, haverá um

choque de concepções entre os (novos) valores culturais apregoados pelo MST e a bagagem cultural trazida por esses sujeitos. E, nesse diálogo, é necessário evidenciar sempre o questionamento do que ou de quem essa arte ou expressão cultural está servindo- se faz a crítica ao modelo atual de sociedade ou visa reproduzir esse mesmo modelo -, já que muitas vezes essas concepções se opõem frontalmente e, sendo bruscamente confrontadas, não dialogam com a formação da consciência dos Sem Terra, ainda em desenvolvimento. Nas palavras de Iasi (1999), esse desafio permanece colocando em xeque o caráter das mudanças que esse sujeito está objetivando:

Na verdade, a vida cobra da pessoa uma postura para qual não foram internalizadas estruturas prévias para a sua realização. Pelo contrário, toda a bagagem psíquica, cultural e moral está estruturada para agir contra a postura exigida pela nova consciência, que tenta impor-se. O indivíduo está apto a aceitar a realidade, assumindo sua impotência diante de relações estabelecidas e pré-determinadas. Por isso o indivíduo que torna-se consciente é, antes de tudo, um novo indivíduo em conflito (IASI, 1999, p. 29).

Para o MST, além de satisfazer esteticamente aos indivíduos, a arte e a cultura precisam fazer a crítica ao modelo de sociedade atual. E essa característica cultural presente nos processos de formação dos Sem Terra também é trabalhada a partir da identidade dos sujeitos *“que, obviamente, se encontram marcadas pela ideologia dos grupos dominantes da sociedade global de que fazem parte”* (FREIRE, 1981, p.27). Tanto os conteúdos, como as formas utilizadas nos processos de formação que veiculam tais mensagens do MST, estão relacionados ao fortalecimento do pertencimento a esse *“grupo social”* (BOGO, 2000, p. 22).

Esse recurso de cunho político-ideológico, com caráter pedagógico-metodológico, pode ser constatado a partir da prática desse Movimento na entoação do seu hino, das músicas criadas por seus artistas ou das paródias feitas de músicas popularmente conhecidas, das palavras de ordem incansavelmente repetidas, da reprodução da estrutura organizativa adaptável ao território, do uso de “seus” bonés e bandeiras, etc. Assim, ao se sentir pertencente a essa organização da sua classe social, os sujeitos em processo de formação compreendem a necessária negação dos elementos culturais de

dominação e reprodução da sociedade atual, podendo usar a forma antiga, mas com novo conteúdo, ressignificando-o. E, se as pessoas se identificam com a causa, normalmente a defendem e conseguem contribuir na perspectiva da proposição, elaboração e inovação – porque assumem o “fazer parte”.

E assim, como pilares de sustentação dessa organização do MST, são apontadas: a unidade em torno dos objetivos coletivos e comuns; a pertença à organização visando a participação ampliada dos sujeitos; e a disciplina consciente (esta no sentido de cumprir com os combinados estabelecidos coletivamente, sendo as responsabilidades individualizadas). Sendo a formação a corrente que amarra estes pilares.

### ***3.2 - A Escola Nacional Florestan Fernandes***

Como já descrevemos, para o MST, os processos de luta em geral formam a consciência das pessoas. Em uma ocupação de terra, à medida que a pessoa se depara com essa nova experiência, ao constatar o grau de legitimidade da luta frente às situações conflituosas, ela começa a compreender o porquê desta sociedade, tão desigual e injusta, se sustentar por séculos a fio. Esse ato faz com que as pessoas tomem consciência das estruturas sociais e da dimensão do processo de luta pela terra. Começa nesse momento de luta objetiva e segue por toda a trajetória dos integrantes do MST.

Neste sentido, entretanto, somente a luta prática não basta; é preciso estudar, literalmente. Para lidar com essa demanda, o MST incorporou o estudo como um dos seus princípios gerais de direção, visando possibilitar um salto de qualidade na vida dos camponeses e camponesas Sem Terra. O MST apresenta e toma para si a necessidade da criação de vários cursos sobre temas e formações diversas, em parceria com instituições de ensino públicas e privadas, além da criação de institutos, centros de formação e da Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, entre outros feitos, para garantir a viabilidade deste princípio.

E foi nesse bojo de debates que se criou a ENFF, de enorme significado político formativo para o MST e para a classe trabalhadora em geral. A edificação da Escola pode ser resumida nas palavras de Pizetta (2007):

O processo de construção da ENFF compreende o período de 22 de março de 2000 a 23 de janeiro de 2005, configurando-se em torno de 12 mil horas trabalhadas por 1.000 pessoas (927 homens e 63 mulheres), representando 112 assentamentos e 230 acampamentos, os quais foram organizados em 25 Brigadas de Trabalhadores e Trabalhadoras Voluntários, representando 20, dos 23 estados, nos quais o MST se faz presente (PIZETTA, 2007, p. 25).

Essa experiência foi possibilitada e é fruto de um longo processo de articulação e solidariedade dos sujeitos do MST e seus apoiadores, que ao longo de cinco anos, se deslocavam e permaneciam por cerca de 60 dias no canteiro de obras (PIZETTA, 2007, p. 25).

Marcelo Princeswal (2007) descreve e resume com significativa objetividade o que a ENFF representa para a formação do MST:

Inaugurada em janeiro de 2005, a ENFF representa a síntese histórica da formação engendrada pelo MST durante os 23 anos de atuação no cenário político brasileiro, com o principal objetivo de formar quadros para o constante desenvolvimento da organicidade interna, bem como para o conjunto dos movimentos sociais brasileiros e da América Latina. A ENFF é responsável por centralizar as diversas experiências no campo de formação superior desenvolvidas pelo Movimento, sejam elas em convênios com as universidades brasileiras ou nos cursos livres realizados na própria sede da Escola (PRINCESWAL, 2007, p. 07).

Assim, essa Escola tem como tarefa estabelecer a relação política de classe com demais movimentos e organizações sociais, ampliando e massificando a estratégia da formação de dirigentes e quadros dessas organizações da classe trabalhadora. Outro objetivo (entre outros) para a construção dessa Escola pode ser observado nas palavras de Geraldo Gasparin (2009):

(...) a ENFF se reserva em complementar temas e aprofundar debates que, geralmente, nas universidades não ocorrem e que para nós são fundamentais. Principalmente na área da filosofia, sociologia, economia política, agrária. E não buscamos a diplomação por diplomação. Consideramos que a universidade tem acúmulo na metodologia, na pesquisa, mas não deixamos de aprofundar e adequar o conteúdo à nossa realidade (GASPARIN, 2009, sem página).

O cotidiano da ENFF se diferencia por suas características de trabalho que se dá sempre em coletivos, sendo que esses coletivos são também os espaços de

organização, de planejamento dos cursos de formação política que serão desenvolvidos pelo Movimento, etc. A partir daí busca-se fazer um plano geral e discutir o programa, as ementas do que vai ser estudado. E assim, organizar os cursos.

Nessa Escola, além de pensar o conjunto de cada curso, é preciso encaminhar a vinda dos educandos de outros estados da federação. A chegada dessas pessoas se dá após a coordenação da ENFF ter traçado o perfil do curso, aí elegem-se os critérios e estes são encaminhados aos estados para indicarem seus militantes para estudar nesse curso (PRINCESWAL, 2007, p. 140).

Além disso, quando o curso começa, os coletivos organizativos da ENFF precisam estar presentes, em um processo de acompanhamento desses educandos (Ibidem, p. 141), desde às aulas, como também nos momentos fora da sala de aula, de trabalhos práticos (como matriz pedagógica importante para os estudos), na ideia da formação como uma totalidade.

Entendida como uma tarefa de fazer a formação política ideológica dos militantes, não só do MST, como também de várias organizações da classe trabalhadora, a ENFF precisa refletir na sua prática a filosofia de seus estudos. E assim, o trabalho se constitui como um dos pilares pedagógicos da Escola. Sendo que o sentido educativo do trabalho não se resume em cada um dos participantes exercer uma atividade prática diária isoladamente, mas, sim, em cada um se perceber como uma peça dentro de uma engenharia maior e ter consciência daquilo que realiza fazer parte de um coletivo; e que, enquanto se cumpre uma etapa ou fração dessa atividade prática, sabe-se que outras pessoas estão exercendo outras atividades, em outras partes da Escola.

O trabalho, para unir as pessoas e não para cumprir hierarquias que colocam as pessoas umas contra as outras, é um caminho para que todos os trabalhadores tenham o seu sustento dignamente, no qual o conhecimento é símbolo de libertação, de exercício de valores humanistas e socialistas na construção das relações pessoais e sociais (PIZETTA, 2007, p. 31).

E, com isso, o trabalho se faz educativo não pela execução de uma tarefa individual, mas pela promoção de uma nova cultura, buscando não reproduzir a lógica da sociedade dominante nos cursos de formação da ENFF. Nessa lógica

dominante, o trabalho sempre é a exploração de outros e a apropriação privada do que os outros produzem. A formação política proposta pela ENFF constrói basicamente o contrário: desenvolver formas coletivas de execução do trabalho, para que o resultado dessa atividade seja também apropriada de forma coletiva e não privada.

E o MST parte desse princípio: na construção de um novo homem e uma nova mulher é preciso pensar em várias dimensões da formação humana. Não só na dimensão técnica ou restrita às questões cognitivas, como se vê nas escolas convencionais, mas, trabalhar a formação humana implica entender que o ser humano é complexo e, por isso mesmo, é preciso trabalhar as várias dimensões inerentes à sua formação.

E, por isso, é preciso avançar nas questões político organizativas como parte do processo de formação dessas dimensões. É preciso que se façam as mudanças nas relações entre as pessoas, como nas relações de gênero, por exemplo, sendo construídas no cotidiano das mesmas. E também por isso, nas áreas do MST, como também nos demais espaços de formação e mobilização desse Movimento, as relações que são estabelecidas ali estão permeadas de traços notadamente de caráter socialista, podendo ser exemplificadas nas práticas de solidariedade, de respeito, de resgate dos valores humanistas, etc. (PIZETTA, 2007, p. 33).

Nesses ambientes formativos são incentivadas as práticas que expressam estas relações mais humanizadas da vida, quando os sujeitos dividem até mesmo o que os falta, ou na confiança que se expressa entre os membros da comunidade, nas trocas, nos empréstimos, no cuidado com as coisas e pertences dos companheiros/as, etc. Ou quando uma família confia em deixar seus filhos com seus vizinhos porque, além da convivência diária permitir essa confiança, haverá o momento de ela ser solicitada também por outros vizinhos, numa relação de corresponsabilidades, por exemplo.

Outro exemplo de valores humanos pode ser representado pela contribuição de centenas de profissionais, que estão, inclusive, em espaços acadêmicos, de várias áreas de formação, que atuam como educadores e educadoras nos



cursos formais organizados pelo MST na ENFF (PRINCESWAL, 2007, p. 142). São militantes intelectuais de esquerda, que se identificam e acreditam que a ENFF tem cumprido um papel importante do ponto de vista da formação, servindo de referência para os movimentos sociais de diversos países.

Tais educadores/as compreendem que a universidade sempre serviu para a formação de quadros dirigentes da burguesia. Este é um espaço que precisa ser disputado pela classe trabalhadora, mas essa não pode esperar que a universidade forme os seus quadros dirigentes e militantes políticos. São os próprios trabalhadores e trabalhadoras que precisam construir ferramentas específicas e seus espaços para a formação dos seus quadros, como a ENFF.

Na atuação desses educadores e educadoras na ENFF, estes veem muito significado político ao encontrar os militantes em seus processos de formação. Diferentemente da universidade convencional, que, em geral, o indivíduo se forma com a finalidade de cumprir determinada função técnica; na ENFF, esses educadores e educadoras sabem perfeitamente as características dos sujeitos que estão encontrando, qual o perfil desses educandos e educandas: que fazem a luta concreta, pessoas que tem experiência na organização dos trabalhadores e trabalhadoras, que realizam trabalho de base, ou seja, acessam um público que tem ação política, experiência de vida, acúmulo de lutas e, talvez, menos domínio teórico, tal como na Academia.

Nesses processos de formação estão muitos militantes com baixa escolaridade, mas que, na maioria das vezes, têm uma vasta noção da realidade, uma apropriação e abstração da mesma, o que torna esse encontro fundamental para o estabelecimento de diálogos de saberes. E, se esses conhecimentos dizem respeito e interessam aos trabalhadores e trabalhadoras, são esses sujeitos que precisam se apropriar destes.

Neste sentido, os cursos de formação política ideológica da ENFF são compreendidos como um momento de um processo de formação bem maior, afinal de contas, a formação é um processo permanente, contínuo, sistemático, que não está circunscrito apenas às atividades formativas que são realizadas na ENFF - embora essas atividades sejam fundamentais e importantes para o

processo de apropriação dos conhecimentos estratégicos para os trabalhadores e trabalhadoras. E, nas palavras de Pizetta (2007):

Fica evidente que o trabalho foi o elemento “chave” na construção da ENFF, alicerçado por outros elementos que proporcionaram a reflexão e, conseqüentemente, o avanço rumo à construção dos seres humanos, como é prática no conjunto do MST. Ficou patente mais uma vez, que ele, o trabalho, não pode ser uma espécie de “apêndice” nos processos de formação, pelo contrário, deve permear o todo da organização, a fim de ir forjando sujeitos sociais com consciência e capacidade de fortalecer o processo organizativo nos acampamentos e assentamentos e, conseqüentemente, a luta por condições dignas de vida para as organizações de trabalhadores do Brasil, da América Latina e por que não, do mundo (PIZETTA, 2007, p. 45).

Portanto, as ações e formas organizativas propostas, utilizadas, recuperadas e assumidas pelo MST são elementares para a viabilidade da continuidade de sua luta, na busca por alcançar seus objetivos. Como já dito, a formação da consciência de sua base social, que se dá de diversas formas, é imprescindível para o projeto de sociedade defendido pelo Movimento, estando a serviço da sua estratégia geral, qual seja, a transformação social a partir das mudanças concretas impetradas pelas pessoas que adquiriram novas formas de ver o mundo e novas relações entre as pessoas, no seu cotidiano.

### **3.3. A concepção de Formação ampliada do MST**

A concepção de formação ampla e abrangente do MST pode ser percebida na leitura de Bogo (2011), quando este, ao descrever a importância da educação escolar para a formação do MST, aborda nessa discussão o caráter de classe e, portanto, humanizador-desumanizador que é inerente à educação. Nesse texto, o autor ao reafirmar a vinculação da educação aos interesses de classe, sugere que as escolas produzidas pelos movimentos sociais “*devem assumir o papel de instrumento de classe para libertar os camponeses/trabalhadores da ignorância, do atraso cultural, da ingenuidade mitológica (...)*” (BOGO, 2011, p. 186). Por outro lado, as escolas que servem aos interesses da classe dominante buscam fortalecer e reproduzir as relações de dominação de classe (Ibidem, p. 184).

Assim, para o MST, a formação política ideológica, técnica, humana, etc., tem como objetivo capacitar as pessoas e instrumentalizá-las para o enfrentamento diário da luta de classes, sem estar condicionada ao ambiente em que esse indivíduo desenvolve sua atividade laborativa. No MST:

Procuramos sempre considerar que há conhecimentos que estão monopolizados, e que sem estes conhecimentos não conseguimos transformar a realidade. A realidade é concreta: as pessoas precisam se cuidar, ter boa saúde, ter vivência de aspectos culturais em suas comunidades, precisam cuidar do aspecto econômico, e também precisam construir novas formas de organização social, novas formas de produzir, de vender seus produtos, de cuidar do meio ambiente, estabelecer novas relações sociais. É por meio do estudo e da apropriação dos conhecimentos que vamos intervir na realidade. Algumas intervenções são técnicas, porém impregnadas com a dimensão política: porque intervir, a quem irá favorecer, a que projeto irá fortalecer, quais serão os resultados, que entendimento será construído, como vai impactar a vida no assentamento, a luta. (...) Os cursos só ajudam as pessoas a se sensibilizarem do tamanho de sua tarefa política (JST, 2010 – sem página).

Alguns questionamentos foram direcionados aos dirigentes do MST buscando identificar quais os fundamentos teóricos e metodológicos de formação desse movimento que orientam suas práticas formativas. Através das entrevistas, identificamos que, segundo esses dirigentes, o processo do conhecimento deve estar articulado com os objetivos estratégicos da organização, ou seja, o conhecimento só serve e será incorporado à organização se ajudar a entender e transformar a realidade social. Esse é um aprendizado adquirido de Marx,

quando afirma que: “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo” (MARX & ENGELS, 2009, p. 126), e persiste nas práticas e sistematizações do MST.

Nesse sentido, os processos de formação do MST têm como pano de fundo buscar sempre conciliar a história da humanidade à transformação da realidade social, entendendo tal transformação como um legado da classe trabalhadora. Iasi (1999) nos adverte dizendo:

Partindo de uma compreensão marxista, o processo de consciência é visto, de forma preliminar e introdutória, como um desenvolvimento dialético, onde cada momento traz em si os elementos de sua superação, onde as formas já incluem contradições que ao amadurecerem remetem a consciência para novas formas e contradições, de maneira que o movimento se expressa num processo que contém saltos e recuos (IASI, 1999, p. 08).

É com esses referenciais, quais sejam, o do materialismo histórico e dialético, que a atuação do MST, a partir das análises desenvolvidas por Marx, se embasam: se voltando à história da humanidade, nas suas diversas formações sociais, e identificando o trabalho como o elemento que perpassa todas essas formações sociais. E, do ponto de vista da teoria política marxista, o MST se orienta pela ideia do trabalho como o processo da criação humana; um sentido geral da expressão histórica de formação da humanidade (ARAÚJO, 2011).

Outras referências são também importantes para o movimento, como as desenvolvidas por Moisey Pistrak, no período de estruturação da União Soviética, no início do século XX, entre outros autores. Extrai desse autor os ensinamentos do trabalho como princípio educativo (PISTRAK, 2003, p.48), mas também deve a ele a formação escolar profissional de sujeitos que possam compreender essa sociedade e construir uma nova ordem social.

Mas o MST também se identifica com outras fontes e teorias, dialogando com várias formulações da classe trabalhadora. Para esse movimento, se as lutas é resultado da união dos trabalhadores e trabalhadoras, os processos de conhecimento também precisam ser. E reconhece como sendo importante que os trabalhadores e trabalhadoras elaborem e sistematizem sobre o que fazem – tarefa que foi desempenhada sempre pela elite, que sempre “contou” a história dos trabalhadores (BOGO, 2011, p. 184). Do mesmo modo, entende

que a classe trabalhadora não pode deixar seu destino nas mãos da classe dominante, “fazendo” a história em seu lugar.

Tanto do ponto de vista teórico, quanto metodológico, é possível afirmar que o MST, já no primeiro momento após sua formalização, buscou e se apropriou de ensinamentos de uma ala da igreja católica (Teologia da Libertação); do movimento sindical que se referenciava (pelo menos inicialmente) na experiência organizativa da ex. União Soviética; de autores que defendiam o trabalho de base (como Paulo Freire), entre outros, isto é, se referenciou nas experiências que tiveram lugar de destaque na construção da história do movimento dos camponeses e camponesas, e que puderam contribuir com suas experiências organizativas no processo de mobilização e organização social, tais como as vivenciadas na Revolução Chinesa, Cubana e Nicaraguense, além das experiências da ex. União Soviética, do Vietnã, etc. (sobre isso ver STÉDILE & FERNANDES, 2005, p. 59-62).

No momento seguinte à sua formalização (década de 90), o MST amplia a apropriação, também, da contribuição teórica ideológica dos autores marxistas, tais como Rosa Luxemburgo, Lênin, Pistrak, Gramsci, Engels, Che Guevara, etc., e um pouco mais adiante, indo à busca na “fonte direta”, qual seja, a obra do próprio Karl Marx, apesar da opção pela linha adotada que passou a ter um *“discurso menos radical e o socialismo passou a ser redefinido em termos de justiça social”* (GONH, 1998, p. 208).

É possível afirmar que o método adotado pelo MST nos processos de formação e práticas organizativas de maior ênfase é o método materialista histórico e dialético. Vale ressaltar que, para este movimento, esse não é o único método. Ele considera que a realidade não muda somente a partir de boas ideias - ensinamento advindo do método materialista histórico e dialético - mas que dependem fundamentalmente da criação das condições objetivas e subjetivas apontadas para tal fim, pois essa realidade é contraditória; e considera que a história é feita pelos homens e pelas mulheres e que essa história pode ser construída de maneira diferente, pois essa realidade é dialética. Assim, para o MST, é possível criar as condições objetivas e subjetivas e ir construindo as mudanças gradualmente (sem uma brusca ruptura), a partir das brechas

apontadas pelas contradições do sistema dominante, e nesse sentido, ir acumulando conquistas rumo à derrocada desse sistema dominante.

Sobre isso, nos relatou um dirigente do MST, em tempo de nossas entrevistas para levantamento de dados dessa pesquisa:

Tivemos a capacidade de fazer formação buscando os vários campos teóricos. Então, nós reunimos no MST desde a formação cristã que, aliás, muita gente do início do MST e que continua hoje (né?) tem uma formação da Teologia da Libertação, que veio do cristianismo (né?). E, nós temos dentro do movimento o marxismo muito forte. (...) Nós temos uma grande divergência porque temos uns que são cristãos marxistas e outros que são marxistas cristãos (risos) (Entrevistado A14, maio de 2013).

Em suma, o MST se preocupou sempre em se apropriar de ensinamentos acumulados e sistematizados, bem como das práticas organizativas, desenvolvidas por vários autores e organizações, independente de sua vinculação política ideológica ao marxismo ou não, considerando a tática do aproveitamento daquilo que será útil na luta e organização do MST.

Ainda do ponto de vista teórico, além do estudo de muitos autores já considerados clássicos, o MST tem intensificado muito os estudos dos autores brasileiros: estudar a realidade brasileira. Nos seus cursos de formação sobre a realidade brasileira, são estudadas as obras de teóricos brasileiros: Florestan, Darcy Ribeiro, Furtado, Prado Junior, Paulo Freire, entre outros. Então, como elemento teórico da realidade brasileira, o MST utiliza o estudo de quem mais aprofundou suas análises sobre as questões do Brasil. É importante dizer que independente de eventuais erros políticos, eles acumularam teoricamente, e é o que o MST está buscando nesses autores, separando o que o interessa e descartando a outra parte.

E somos criticados por isso, por certos setores da esquerda brasileira, nos acusando de nacionalistas, mas entendemos que esse elemento teórico é fundamental porque não dá para transportar o marxismo que estudou o capital europeu diretamente para o Brasil (Entrevistado A14, maio de 2013).

No sentido metodológico, segundo os dirigentes do MST, não é fácil de definir por se tratar de um campo muito amplo. É possível afirmar que tem uma dedicação muito grande aos estudos, da mesma forma que tem essa dedicação também às questões práticas. Estar sempre no ligar o campo teórico

com as ações práticas. Os dirigentes também fazem aquilo que orientam à base fazer.

Os cursos do MST têm que ser construídos e conduzidos com a participação dos integrantes dessas turmas. Obviamente tem definidos a ementa, os princípios, o regimento, o cronograma, etc., mas a turma é quem gerencia o curso. Da mesma forma como, metodologicamente, isso é aplicado nos acampamentos e assentamentos do MST. Os estudos, a disciplina, as agroindústrias, etc. precisam ser criados e conduzidos pela própria turma, tais como pelas famílias dos acampamentos e assentamentos: *“Também é possível presenciar essa metodologia da participação nos encontros dos Sem Terrinha, por exemplo, que se organizam e criam suas equipes e elaboram sua pauta”* (Entrevistado A14, maio de 2013).

E esses dirigentes nos relataram que a formação do MST que se dá também na prática de envolver as pessoas da base do movimento em todos os processos desse movimento, precisou de uma tomada de definição na sua origem, para que se tornasse isso o que é hoje. Naquele período, foi posta diante do MST a polêmica de quem seriam os mentores e condutores do movimento. Após muitos debates, optou-se pela premissa de quem iria dirigir esse movimento seriam os camponeses e camponesas, contrariando vontades de pessoas que não reconheciam nesse público a possibilidade de condução de um movimento de massas.

E com isso muita gente se decepcionou... tem gente na academia que se frustrou e por isso passou a criticar o MST. Para eles, esses camponeses “burros” não dariam conta de conduzir esse movimento. Mas a decisão do MST no início era ser um movimento de camponeses, portanto, não justificava ser conduzido por especialistas (Entrevistado A14, maio de 2013).

Para esses dirigentes, a instrumentalização da base social do MST, visando a luta efetiva pelas mudanças sociais, demanda uma imersão nos estudos e a prática seguida da reflexão, primeiro por conta da necessidade objetiva de conscientizar sua base social, mas também pelo fato que não se pode fazer luta política com um povo ignorante (com ausência de alguns conhecimentos; que desconhece), e assim, é necessário possibilitar formação para a base social do MST.

Nas nossas questões de pesquisa, procuramos descrever a importância da Formação para o MST, a partir dessas conversas feitas com os dirigentes entrevistados.

Para esses dirigentes, a formação da consciência dos sujeitos do MST possibilitou a sustentação de sua organização, bem como possibilitou que a militância dessa organização sobrevivesse aos ataques da classe dominante, e ainda, propiciou o desenvolvimento de valores nesses militantes ao ponto de “se jogar de corpo e alma” nas atividades da organização, numa construção coletiva do MST (somadas às contribuições externas, vindas de distintas organizações da classe trabalhadora) em todo o território nacional e expandindo para além das fronteiras brasileiras.

A constatação que se chega é que, se o MST não tivesse priorizado a formação e a participação efetiva de sua base social, não teria sobrevivido até a fase que se encontra hoje. Isso não significa dizer que o MST deve seu surgimento à formação, mas sim que a formação sempre esteve presente à serviço da estratégia desse movimento, e que, optando por essa estratégia, garantiu a construção dessa organização tal qual é hoje.

Para a transformação social, o povo precisa ter consciência social. É preciso combater a ignorância. É ter conhecimento científico dos vários campos do conhecimento. E foi isso que o MST entendeu desde o início... não se trata de ter ou não a 4ª série ou o ensino médio. É preciso ter as condições para compreender os vários laços que permeiam as decisões tomadas e que nos diz respeito (Entrevistado A14, maio de 2013).

Fazendo uma analogia com uma árvore na natureza, os processos de formação estão para o MST assim como a raiz está para a árvore, ou seja, a sustentação dessa organização empreendida pelo MST é construída e mantida pelos permanentes processos de formação desse movimento. Tal como a árvore, essas raízes disponibilizam a seiva para sua sobrevivência e também a fixação dessa planta no chão.

É uma via de aprendizado de mão dupla também, porque, “sem teoria revolucionária, não existe organização revolucionária”. Portanto, não surgiu com o MST, mas também não se encerra nesse movimento.



A importância da formação para essa forma organizativa do MST é de tal modo vital que, sem ela, o MST seria nada mais que um agrupamento de pessoas, sem simbologia, sem identidade de classe, sem unidade na ação, sem mística, sem sistematização dos conteúdos, organicidade, etc. Ou seja, é a formação que garante ao MST “formar em ação”, a partir de sua forma organizativa construída ao longo de seus anos.

Além disso, a formação é a liga dos elementos da tríade de sustentação da forma organizativa do MST, ou seja, sem a formação (1) a unidade estaria comprometida; (2) a ação seria desqualificada e sob interesses diversos; e (3) a disciplina teria características de obediência dos seus seguidores. E sem a formação, nenhum desses pilares se sustenta sozinho na forma organizativa do MST.

Os trabalhadores e trabalhadoras que veem para o MST, geralmente, vêm em busca de um pedaço de terra, mas percebem que a luta pela terra não é suficiente, é preciso lutar pela Reforma Agrária para alcançar também dignidade, melhores condições de vida e de trabalho. Para o MST, e para alguns teóricos do campo da esquerda, não é possível fazer transformação do Brasil sem antes fazer a Reforma Agrária. E a Reforma Agrária somente será possível no contexto de uma transformação, aceitação e defesa social, em geral. E essa transformação geral só será possível se houver uma transformação social. Como afirma Plínio Arruda Sampaio (2002):

Tais relações derivam basicamente da condição de acesso da população rural à terra e são extremamente rígidas. Quando uma situação desse tipo se configura, ou se muda completamente a estrutura da propriedade da terra, provocando um desequilíbrio em todo o sistema, ou a organização econômica prevalecente no meio rural não tem como aumentar a produção e a renda da população rural em magnitude suficiente para atender às necessidades do conjunto da população e eliminar o desemprego e a pobreza rural (SAMPAIO, 2013, p. 93).

Como já salientamos em trecho anterior, as circunstâncias em que foram pensadas e definidas a formação política do MST, estão circunscritas no sentido de: formar os Sem Terra acerca de como se conduz uma reunião, como se coordena um acampamento, ou um curso, etc. Conhecer um pouco de direito penal, de direito civil, etc. Dominar noções da agronomia, engenharia,

etc. - para não ser manipulados ou dominados por esses “técnicos”, garantindo a autonomia e condução do movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, por eles próprios.

Então, assim, colocamos em prática nossa função de movimento social e sindical (de luta pela terra, pela casa, pelo crédito, etc.), e assumindo o papel de partido político (que em outras sociedades, assumiam a formação de quadros, a criação de escolas para formação política, etc.), fizemos também a função do Estado na formação de técnicos. Por isso criamos centros de formação política e de técnicos, fizemos muitas parcerias com universidades e temos vários cursos com essas parcerias, formando médicos, advogados, agrônomos, professores, geógrafos, historiadores, assistentes sociais, comunicadores, entre outros, isso tudo para buscar um acúmulo do conhecimento porque a ciência e o conhecimento não é invenção de sabidos, mas uma evolução e construção da humanidade e que todos deveriam ter acesso. E tudo isso que fizemos e articulamos era com o objetivo de galgar conhecimentos e criar uma dimensão de formação que ninguém tinha pensado, até então (Entrevistado A14, maio de 2013).

Talvez por isso, segundo os dirigentes, o MST assumiu para si um papel moral e político importante na sociedade brasileira, apesar de suas limitações, mas descartam a exclusividade desse movimento:

Mas não somos a esperança do mundo, como afirmam alguns: para não comprometer o futuro do mundo [risos]. Nem a Reforma Agrária temos condições de fazer sozinhos, mas isso não nos tira a vontade de realizar mudanças na estrutura social, o que somente será possível com a incorporação de outros setores da sociedade, não necessariamente na estrutura do MST, mas dentro dessa lógica de articulação, formação e lutas da classe trabalhadora (Entrevistado A14, maio de 2013).

Assim, a formação e a participação democrática nos coletivos das áreas do MST são características definidoras de seu fazer pedagógico, por exigir uma adaptação a essa forma organizativa e organicidade. Soma-se aí, outra característica marcante e que está relacionada à inserção de pessoas com perfis e vivências distintas dentro da mesma estrutura, mas com os mesmos direitos e acessos dos demais. No MST, mesmo os “pós-doutores” precisam atuar e se juntar aos demais Sem Terra, em termos de igualdade e respeito aos conhecimentos, já que eles são diferentes e complementares, mas não são superiores.

Outra questão apontada, nas nossas investigações, diz respeito ao como se dá a preparação e/ou qualificação das lideranças, dos futuros formadores do MST.

E, para os dirigentes que participaram de nossas entrevistas, a formação dos sujeitos do MST se dá em participação em reuniões, cursos de formação em diferentes níveis (conforme o estágio), estudos dirigidos, nas lutas concretas, nos encontros, congressos, na sistematização, etc. Promovida em diversos espaços e tempos, em níveis diferentes. Vale ressaltar que esses níveis não são superiores aos outros, mas se distinguem pelas etapas que a consciência em formação precisa perpassar, ou seja, conforme a imersão das pessoas, elas estarão aptas a participarem de todos e quaisquer processos de formação do MST.

Os processos de formação começam mesmo antes da ocupação, mas é ela que é um marco importante na consciência desses sujeitos. Já nos acampamentos, esses processos se intensificam com a organização coletiva interna, a agitação e propaganda, a preparação para as mobilizações, etc. contribuindo com a formação em/para a ação. Nesse período, são utilizados espaços massivos, como assembleias, mobilizações e núcleos de base que ao final dão resultados imediatos mais expressivos que os estudos sobre os mesmos temas dirigidos em salas de aulas (Entrevistados A15 e A16, junho de 2013).

Além disso, o MST desenvolve os cursos de formação com especificidades apresentadas pelas demandas da sua base social (para militantes, dirigentes e quadros) e que, atualmente, estão concentrados na Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF, no estado de São Paulo. Como já demonstrado, esses estudos direcionados resguardam as etapas necessárias para a formação da consciência e devem contemplar determinado grupo de participantes.

A formação inicial acontece na base, nos assentamentos e acampamentos, e aqui a preocupação se dá a partir das questões mais elementares do cotidiano da comunidade, pensando sempre na coletividade e participação das pessoas.

Essa formação inicial se volta para preparação das pessoas para atuação em um movimento social, buscando a formação das lideranças locais. Vai desde a capacitação para pensar e fazer as reuniões e assembleias (considerando que os resultados das reuniões dependem muito da preparação e condução das mesmas), dentro e fora da comunidade. Mas também, essas pessoas aprendem noções de conjuntura política, como fazer e desenvolver a participação das pessoas nas diferentes atividades, criando uma organicidade (Entrevistado A17, junho de 2013).

Esses dirigentes entendem que um grande desafio do MST é possibilitar a formação dos sujeitos que se esgotam, tanto seu tempo, como suas energias

no trabalho árduo da roça, retornando para suas casas cansados e exauridos e, nos finais de semana e feriados, também tem seus afazeres normalmente ligado à sua lida diária ou atividades religiosas e/ou de lazer

Outro nível de atuação da formação do MST, podendo ser chamado de nível intermediário, se destina à formação de militantes (BOGO, 2005; PELOSO, 2012). Aqui já se distingue da formação inicial pelo objetivo proposto, mas também pela possibilidade de reunir no mesmo local (espaço formativo) pessoas de localidades diferentes, com vivências distintas, visando avançar nos estudos de como funciona a sociedade. Para nosso dirigente entrevistado: *“A formação empreendida nesse nível também se destina às pessoas que cumprirão as tarefas que exigem deslocamentos de militantes, entre regiões, estados ou países”* (Entrevistado A17, junho de 2013).

Há ainda, outro nível de formação proporcionado pelo MST, também chamado de formação de dirigentes, que se destina aos sujeitos que estarão à frente dos processos de proposição e encaminhamentos, da direção do movimento. São também os formadores, que assumem tarefas específicas e determinadas da organização, aqueles que seguirão com a tarefa de multiplicar e disseminar a formação para os militantes e a base do MST. Não é um processo linear e/ou etapista, mas contínuo, permanente e sequencial.

Na visão desses dirigentes entrevistados, a formação também desenvolve a capacidade dos quadros dirigentes do movimento. Esses quadros dirigentes se identificam pela capacidade de analisar, interpretar e sistematizar sobre a realidade social. Sobre isso, vejamos o que Bogo (2011) nos diz:

A grande vantagem que o materialismo histórico e dialético leva sobre as demais formas de conhecimento é que este não pode ser assimilado passivamente como simples teoria. Muito ao contrário, esta “ciência da história” obriga que se raciocine criativamente e se formule métodos para intervir sobre a realidade analisada. Desta forma, ao dominar o conhecimento, está se formando uma nova personalidade com capacidade de intervir na realidade para transformá-la, e somente assim uma pessoa poderá ser considerada um quadro. A grande questão a ser resolvida é: como se chega a isso? (BOGO, 2011, p. 183).

Esses sujeitos (quadros) precisam exercitar a atualidade das táticas e estratégias do movimento, numa conjuntura que se movimenta

constantemente. Precisam dar conta de superar o desafio de envolver os sujeitos do campo nos processos de formação do MST, por exemplo, que tanto para a formação política ideológica como para a formação técnica, esse desafio está posto.

E, quando foram indagados sobre onde se percebe as dificuldades de apropriação da formação por parte das famílias pertencentes ao MST, registramos dessas entrevistas que, como sujeitos do movimento estão inseridos numa sociedade dividida em classes sociais, sob a hegemonia do modo de produção capitalista, e, uma dificuldade (talvez a maior) colocada para eles, é a apropriação dos novos conhecimentos pelos sujeitos em formação, com formas e conteúdos diferentes proporcionados por esse processo, justamente porque parece que suas práticas estão cercadas e ilhadas junto à sociedade capitalista, e que por destoarem do convencional, causa espanto e insensibilidades.

O resultado desse confronto de projetos é perceptível pelo fato de, o entorno dessas práticas formativas (diferenciadas) “jogar contra” os processos de formação desenvolvidos nas áreas do MST, que vão na direção da valorização do ser humano, se contrapondo à histórica luta do capitalismo pelo ter bens e adquirir poder, individualmente. Assim, tais práticas diferenciadas, encontram nesse campo de batalhas condições de lutas muito diferentes, pondo em xeque aquilo que está sendo defendido nos processos de formação dos Sem Terras porque, na verdade, a sociedade em geral está moldada também para restringir espaços, não valorizar e/ou não reconhecer as pessoas pelos que essas defendem e realizam, mas pelo que representam materialmente.

Um exemplo que pode contribuir para esse entendimento é o debate da agroecologia como alternativa ao modelo capitalista de produção de alimentos, no campo. Apesar do apelo social pela produção agroecológica, que produz alimentos saudáveis, respeita as pessoas e o meio ambiente, não é submetida às leis do mercado, desenvolve a diversidade de cultivos e biodiversidade, etc. enfrenta resistência por questões políticas e econômicas para se manter resistindo e possibilitando melhores condições de vida para os trabalhadores e trabalhadoras que a desenvolvem (Entrevistados A15 e A16, junho de 2013).

Portanto, até aqui é notável que um limite da formação do MST não está no interior dos seus processos de formação, mas sim no fato de esses mesmos

processos de formação se darem no interior dessa sociedade sob a hegemonia do capitalismo, que prega e desenvolve o conservadorismo, o reacionarismo, o individualismo, o egoísmo, a manutenção das classes sociais, etc. Nesse sentido, é muito difícil desenvolver essa conscientização no seio dessa sociedade, que joga contra, remetendo para a formação do MST desafios de distintas naturezas, tornando a formação da consciência um processo permanente e contínuo, para não regredir ao seu estágio inicial. Essa constatação não significa, no entanto, que não é possível avançar no desenvolvimento da consciência social, aproveitando as contradições existentes no sistema capitalista, mas sim que é necessária uma resistência maior e mais articulada para atingir tais objetivos.

Outro limite encontrado para o desenvolvimento dos processos de formação da base social do MST, apontado nas entrevistas feitas com seus dirigentes, está ligado às questões objetivas para a garantia da sobrevivência desses sujeitos. Em outras palavras, esse desafio está relacionado ao fato de esses sujeitos dependerem, assim como toda a classe trabalhadora, de garantia da sua sobrevivência, ou seja, diante da necessidade cotidiana imposta para tal garantia, esses sujeitos se submetem ao trabalho extenuante, degradante, com a carga horária que consome todo o seu tempo no trabalho e em função dele, entre outras coisas. Assim, nessas condições, não sobra tempo para os trabalhadores e trabalhadoras participarem de estudos, reflexões, lazer, religiosidade, etc.

Os principais desafios estão relacionados à massificação da formação. Quem tem mais acesso a formação em geral, ainda é um grupo bem restrito – em relação ao todo da base do movimento. Os princípios que defendemos exige o tempo integral, do sujeito em formação, mas como se faz formação com um camponês que trabalha 70 horas por semana na sua produção? Ele não tem tempo de refletir, para pensar... nem para o lúdico, as artes, etc. (Entrevistado A14, maio de 2013).

Em menor medida há também os camponeses e camponesas que, mesmo tendo suas forças sugadas na luta pela sobrevivência diária, dependendo da atividade produtiva que desenvolvem, ainda precisam “inventar” tempo e espaço na sua vida para buscar sua capacitação em cursos técnicos direcionados e exigidos por determinados setores do “mercado”, numa explícita

intenção de competir em melhores condições com seus concorrentes diretos, que estão em perfeitas condições de produzir mais e melhor ou de assumir o seu posto de trabalho, mas estão à espera de uma vaga e, mesmo indiretamente, mantem a pressão sobre os que estão engajados nas suas atividades produtivas.

Por outro lado, essa falta de tempo “livre” para os processos de formação, causada pela necessidade de garantia da sobrevivência, abre espaço para a desvalorização das relações sociais, passando a adotar, aceitar e confiar nas informações (muitas vezes sorrateiras) veiculadas nos programas de televisão, bem como em músicas de vários estilos, estrategicamente massificadas, dissimuladas e infiltradas nessa camada social, servindo antes à manutenção e fortalecimento desse modelo de sociedade, reproduzindo valores do sistema capitalista e distanciando esses trabalhadores e trabalhadoras da possibilidade de adquirir outras informações e condições para pensar e agir diferente.

Assim, os sujeitos vinculados ao MST também enfrentam no seu cotidiano a produção culturalmente e ideologicamente orientada para se posicionarem contrária aos interesses libertários da classe trabalhadora, ou seja, como nos alerta Marx e Engels (2001), nessa sociedade, *“Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes (...)”* (MARX & ENGELS, 2001, p. 48).

E, em se tratando desses sujeitos vinculados ao MST, as consequências dessa falta do tempo consumido em função da garantia da sobrevivência, apresentam-se também como desafios constantes e que precisam ser encarados como sendo um poderoso instrumento estratégico do sistema dominante para a garantia e permanência desse modelo de sociedade, assim como dentro dos acampamentos e assentamentos reproduzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras. E esses processos de formação do MST, em contraposição ao hegemonicamente adotado pela sociedade, que apontam para a superação desse modelo de sociedade e dos seus limites, buscam fugir da premissa de atender às ordens e demandas impostas pelo mercado, seguindo na busca da emancipação humana.

Portanto, fica evidente que as ações desenvolvidas por organizações da classe trabalhadora enfrentarão sempre os “inimigos de plantão” defensores das ideias da classe economicamente dominante. E essa disputa é real e concreta, vivenciada no cotidiano e em todos os segmentos da sociedade, nos lugares próximos ou distantes dos grandes centros.

Ao viver o trabalho alienado, o ser humano aliena-se da sua própria relação com a natureza, pois é através do trabalho que o ser humano se relaciona com a natureza, a humaniza e assim pode compreendê-la. Vivendo relações onde ele próprio coisifica-se, onde o produto de seu trabalho lhe é algo estranho e que não lhe pertence, a natureza se distancia e se fetichiza. Num segundo aspecto, o ser humano aliena-se de sua própria atividade. O trabalho transforma-se, deixa de ser a ação própria da vida para converter-se num “meio de vida”. Ele trabalha para o outro, contrafeito, o trabalho não gera prazer, é a atividade imposta que gera sofrimento e aflição. Alienando-se da atividade que o humaniza o ser humano se aliena de si próprio (auto alienação) (IASI, 1999, p. 17).

Por outro lado, aquilo que envolve uma formação de caráter mais técnico, as dificuldades enfrentadas pelas pessoas dentro das áreas de acampamentos e assentamentos normalmente são menores. É também mais tranquilo de ser realizado nesses espaços porque, depois de definido qual será a capacitação proporcionada pelo curso/estudo, as pessoas que se identificam com o tema têm mais interesse, considerando também sua motivação com o retorno econômico, vendo essa formação como investimento de/para o futuro, que mudará e desenvolverá aspectos relacionados ao modo de produção propriamente dito.

Mas, em se tratando da classe trabalhadora frequentar regularmente à escola básica, Bogo (2011) afirma que a mesma “foi destituída” desse direito. Esse autor aborda como tem sido decrescente a escala de oferta para atender esse público, apesar da demanda. E para as populações do campo a situação é ainda mais complexa, e também por isso, aumentam e agravam os problemas, como nos afirma Bogo (2011):

Para os camponeses esta situação é ainda mais perversa, e a busca de formação, quando acontece, obriga a juventude a migrar para os centros urbanos, afastando-os do trabalho e da convivência de sua comunidade, desenraizando-os culturalmente e urbanizando-os (BOGO, 2011, p. 184).



Então, mais um dos desafios apontados para o MST, é saber dialogar as demandas dos processos de formação, casando aspectos da formação política com as questões relacionadas ao processo de produção da vida material das pessoas dos assentamentos (formação técnica), porque em se tratando dos cursos de caráter mais teórico, político ideológico principalmente, por nem sempre serem compreendidos como uma necessidade real dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, esses são considerados “mais desprezíveis” para esses sujeitos.

Por isso, segundo os dirigentes entrevistados, não é à toa que o MST desde o seu surgimento, tem uma preocupação especial com a educação e formação dos Sem Terras, promovendo inclusive campanhas de alfabetização, para que o povo domine as técnicas da escrita e leitura, mas também para que aprenda “a fazer a leitura do mundo”, se utilizando desses recursos e técnicas para conhecer outras coisas, ampliando seu universo cultural. Assim, o MST aprendeu articular cursos de formação técnica articulados com formação política, como nos cursos de cooperação, agroecologia, comunicação, etc.

A “pouca” importância dada aos cursos de caráter mais teórico não chega a parecer contraditório se recuperarmos como se dão os processos iniciais de formação desses sujeitos, ou seja, no início dos acampamentos e assentamentos, as pessoas são inseridas e envolvidas em situações do cotidiano, visando coletivizar e democratizar os processos e formar, com potencial político participativo, esses sujeitos. Para Bogo (2011):

É fundamental compreender que não existe uma única forma para organizar as massas. Inicialmente, isto pode ser feito através de mobilizações específicas para suprir as necessidades imediatas, com o objetivo pedagógico de criar algum grau de referência política e de consciência de classe. É possível perceber historicamente que os grandes contingentes de massas são fundamentais para o processo insurrecional no desfecho da revolução política e social, mas também possuem potencial de se organizarem antecipadamente por um período mais longo para a construção do que se passou a chamar “poder popular”, quando as massas se inserem no acúmulo de forças, como parte do sujeito coletivo (BOGO, 2011, p. 83).

As reuniões dessas áreas têm sempre na pauta pontos de discussões da vida cotidiana, geralmente permeados pelo viés econômico, o que mobiliza mais as pessoas: ou pela busca de saídas de situações adversas já apresentadas, ou

para propor alternativas e projetos de melhorias de futuro do Assentamento. Fato é que, as discussões não lhes são estranhas, pelo contrário, depende do envolvimento e participação direta das famílias acampadas ou assentadas para resolver seus problemas.

Essa condição permitiu aos Sem Terras se apropriarem de muitos conhecimentos que passaram a ser usados em benefícios de sua categoria, frente aos legalismos e burocratismos dos órgãos estatais, por exemplo. Ao dominar as leis, artigos e normatizações, os Sem Terras puderam apontar as alternativas para irromper com muitas dificuldades, até então inalteradas pelo poder público, criando com isso precedente legal na jurisdição brasileira, e irradiando a experiência do conquistar pela insistência e domínio técnico das políticas, a partir das brechas encontradas. E, mesmo porque se não se conhece a realidade e domina o funcionamento da sociedade, não se consegue propor mudanças para essa sociedade. Além da garantia das conquistas atuais, precisam avançar cada vez mais rumo a libertação das pessoas, da natureza, da vida.

Então, para o MST, o desafio é aproveitar os “espaços” já existentes nos acampamentos e assentamentos, tais como associações, coordenações, assembleias, grupos de jovens, igrejas, botecos, vizinhanças, jogos, etc., ou seja, existem várias agências no interior dos acampamentos e assentamentos que podem ser “utilizados” para proporcionar mais formação para seus sujeitos. Essas ações podem ser ancoradas no que ressalta Freire (2005). Para ele:

(...) A transformação social se faz com ciência, com consciência, bom senso, humildade, criatividade e coragem. É trabalhoso, não se faz na marra. O voluntarismo nunca fez revolução em canto nenhum, nem o espontaneísmo. Transformação social implica convivência com as massas populares, e não a distância delas (FREIRE, 2005 apud PELOSO, 2012, p. 26).

Seguindo nossas interrogações na pesquisa, os dirigentes do MST entrevistados expuseram suas concepções acerca de em que a Formação do MST consegue inovar, se adequando à realidade atual. Para eles, a luta social quando está sendo efetivamente realizada, pode ser caracterizada como continuidade do espaço de formação, pela possibilidade de serem utilizados e reconfigurados os seus momentos (planejamento da luta, com conscientização

da sua importância; envolvimento dos sujeitos, com a decisão coletiva e divisão das tarefas; etc.) para que a mesma se torne formativa, dando conteúdo estratégico à forma utilizada. Ademar Bogo (2005) adverte para a relação entre a ação e reflexão:

A formação é “forma de ação”, por isso não se pode imaginar teoria separada da prática. Onde as ações são poucas a formação é decadente. Justamente porque a formação é responsável para dar conteúdo às formas, sejam elas organizativas, propagandísticas, agitativas, artísticas ou de qualquer outra natureza que a organização proponha. Uma decisão não pode vir desacompanhada de formação. Alguma coisa precisamos aprender com o fazer que a decisão determinou (BOGO, 2005, p. 06).

A luta propriamente dita, como espaço de formação, por si só não representa uma inovação, independente de qual luta seja. Mas a adaptação do modelo orgânico ou das táticas, bem como a conscientização dos sujeitos em luta da realidade objetiva, tornando aquele momento continuação do processo formativo, pode sim representar a novidade, tanto metodológica quanto pedagógica. Em outras palavras, as técnicas utilizadas para juntar e concentrar as pessoas em processos de lutas e/ou para debates sobre temas diferentes, da mesma forma que é antiga como recurso formativo, pode representar a novidade por conter e incrementar metodologias e recursos diferentes, cabendo, portanto, ao formato pedagógico metodológico utilizado proporcionar e evidenciar tal novidade.

Assim sendo, a luta pode ser reduzida a um processo formativo somente a partir da participação dos sujeitos, não podendo ser muito restrita, para não acarretar em desperdício de oportunidades. Em outras palavras, somente o ato de participar ativamente pode configurar o indivíduo como inserido no processo de formação, mas o conjunto de momentos e situações que essa luta encerra pode propiciar aspectos muito mais abrangentes da formação dos seus participantes. E o fato de não estar inserido no processo de “condução” da luta, pode revelar problemas posteriores para a organização social, dependendo dos resultados da mesma.

Então a organização não é apenas o programa, táticas e estratégias estabelecidas, mas a também a prática de dar forma às ideias atualizadas na construção de ações e de seres humanos. Esta prática se manifesta no jeito de fazer, na distribuição de cargos e tarefas, no

desenvolvimento das habilidades individuais, na criação de hábitos democráticos e educativos (BOGO, 2005, p. 05).

Nesses procedimentos de investigação adotados por nós, não percebemos significativa inovação das ferramentas e/ou instrumentos utilizados pelo MST nos seus processos de formação, mesmo porque eles não têm sido significativamente alterados nos últimos tempos, tais como a sistematização, elaboração, participação, mística, etc. Em outras palavras, mudou o conteúdo, mas não a forma. Pelo contrário, usam-se menos recursos hoje, em comparação com épocas anteriores (as músicas, as místicas, os concursos de artes nas escolas, etc.).

Como nos relatou os dirigentes do MST, na entrevista:

Na verdade, o que se verifica é ainda um problema de massificação da estratégia geral na base do movimento, ou seja, coletivizar essa discussão e torná-la compreensível a todos e todas. Não se trata de conhecer os objetivos gerais do MST, mas sim de compreender o que representa a luta na atualidade para alcançar tais objetivos. Talvez isso explique o porquê da necessidade que os assentamentos têm de assistência de militantes e dirigentes e, sem eles, esses assentamentos sucumbem (Entrevistados A15 e A16, junho de 2013).

Assim, uma crítica que pode ser feita para o MST, é a diminuição das ações formativas, principalmente dos cursos de formação nos estados da federação, com a preocupação no atendimento aos diferentes níveis e estágios da consciência (base, militantes e dirigentes), tanto em quantidade quanto na diversidade de temas para a formação dos indivíduos pertencentes a esse movimento. E assim, sugere-se que, com a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes, foi transferida e localizada parte da responsabilidade da formação dos Sem Terra para esse espaço, o que é quantitativamente e qualitativamente limitado, dado o tamanho do MST (e aliados que articula) e os diferentes níveis de formação dos seus sujeitos.

E, pelo fato de não inovar nos processos visando a formação da consciência dos seus sujeitos, corre-se o risco de regredir daquele estágio que já avançou. Ao reproduzir algo que já existe na sua forma organizativa, não motiva os participantes a fazer “mais do mesmo”. Bem como não havendo sistematização nova e, portanto, não havendo apontamentos novos, e por se tratar da formação da consciência como um processo que se “aperfeiçoa” ou regride

conforme as situações apresentadas, significa dizer que a formação do MST, à serviço de sua estratégia, pode estacionar ou retroceder. E os militantes e dirigentes, conseqüentemente, passarão a operar em função da formação que receberam e que a desenvolvem junto aos trabalhadores e trabalhadoras, podendo estacionar e ficar inadequada frente à conjuntura oscilante.

Como tarefa para continuidade do desenvolvimento dos processos de formação da consciência da classe trabalhadora, suas organizações precisam ousar a fazer diferente, se propondo a romper com essas amarras, mesmo no momento de dificuldades de formação como forma de ação, de descenso das lutas de classes e lutas revolucionárias. Como a tendência é chegar a um contentamento e paralisia social, com a limitação de formação revolucionária dos seus sujeitos, em quantidade e qualidade, adota-se a justificativa de que “a maré não está para peixes”.

Outro ponto de nossa pesquisa está relacionado às questões que vinculam as escolas do campo, nos assentamentos de Reforma Agrária, à formação do MST. Por não se tratar de nosso objetivo nessa pesquisa, não descreveremos aqui a relação entre as escolas assentadas no meio rural e a política e debates feitos em torno da educação do campo, também para o MST. Fixaremos nossa breve reflexão sobre como esse espaço é concebido pelas lideranças do MST, do ponto de vista de servir à seu propósito de formação dos sujeitos do campo.

Assim, captamos de nossos entrevistados que esse movimento se utiliza do discurso apresentado por Vendramini (2007) quando essa autora nos alerta para o caráter da educação que veicula nas escolas do campo. Segundo essa autora:

As experiências educacionais (escolas, programas e currículos especiais, campanhas nacionais etc.) voltadas para a população rural – desde a década de 1920, quando a educação rural começou a ocupar espaço na problemática educacional – se pautam pela lógica da educação como mola propulsora do desenvolvimento social (sobre isso, ver CALAZANS, 1985, e BORDENAVE & WERTHEIN, 1981) (VENDRAMINI, 2007, p. 127).

Portanto, o MST compreende que as escolas do campo são uma totalidade inserida num processo maior de articulação e organização da sociedade atual. E precisa estar articulada com a sociedade em geral, e não fechada em si

mesma. Precisa promover o diálogo dos elementos dessa comunidade circunvizinha com elementos mais distantes das mesmas, ou manter as relações universais da escola. Com isso, essas escolas do campo precisam superar um problema recorrente e que está presente nas escolas das cidades, na atualidade, quando estas ignoram o campo, se relacionando de maneira “superior”, como se esse espaço não fosse constitutivo da sociedade brasileira.

Há no campo, como nos alerta Martins, Arroyo e Augusto (2012) uma disputa de modelos de projetos e de sociedade que tensiona e pressiona a escola para a abertura de mais e maiores espaços para uma educação abrangente, defendida pelos movimentos sociais, que ao final é a própria vida e organização desses sujeitos, com toda sua complexidade e contradições: “*Não há como pensar a educação e a escola do campo, indígena, quilombola, ribeirinha, das florestas ou do cerrado e do semiárido... sem vinculá-las a essas disputas por projetos de campo em outro projeto de sociedade*” (MARTINS *et al.*, 2012; p. 88).

Ou ainda, como nos alerta Freire (2005), a educação é essencialmente política:

A educação é tanto um ato político quanto um ato educativo. Não é possível negar, de um lado, a politicidade da educação e, do outro, a educabilidade do ato político (...) se educação é sempre um ato político e os/as educadores/as são seres políticos, importa saber a favor de quem fazemos política, qual a nossa opção (FREIRE, 2005 *apud* PELOSO, 2012, p. 29).

Dessa forma, as escolas fixadas nas áreas de assentamentos e acampamentos do MST, mesmo sendo escolas públicas estatais, esse movimento sempre buscou incidir sobre essas escolas, revelando que elas são o outro viés da formação empreendida pelo MST, além do caráter político de seus cursos e estabelecimentos formais e informais. Essas escolas convencionais tem a tendência de tratar dos conteúdos “oficiais”, e para o MST, ao buscar incidir sobre esses conhecimentos “oficiais” divulgados nas escolas dos assentamentos, ele questiona não somente os conteúdos, mas também a forma e a lógica desses conhecimentos e em que circunstâncias eles foram sistematizados, apresentando outras versões para essas “verdades oficiais”. Na compreensão de um dirigente entrevistado:

Por isso, o MST participa e organiza encontros de educadores e de escolas, na tentativa de disputar os conhecimentos que são veiculados nas salas de aulas, pelos veículos oficiais do estado, disputando o ideário de escolas e de educação, bem como os conhecimentos que estão postos para a sociedade (Entrevistado A17, junho de 2013).

Para estabelecer uma referência e identificar qual é a vinculação dessas escolas com a organização do MST, isso é possível a partir de algumas ações e atividades da comunidade externa à escola, demonstrando o nível de aproximação ou distanciamento que essas escolas mantem com a ideologia do MST. Como por exemplo, a participação das pessoas na organicidade do assentamento, que pode revelar o nível de organização interna da vida social e do trabalho produtivo coletivizado; ou ainda, se tem cooperativa em funcionamento; se as instâncias da comunidade mantem um planejamento regular de reuniões, assembleias, encontros, etc. Nesse aspecto, o dirigente quando entrevistado, respondeu:

As escolas, sobretudo, em alguns estados, conseguem incorporar essa metodologia e princípios do MST. Com a construção de hortas, de participação das crianças e dos adolescentes nas cooperativas, etc., mas, essas escolas não recebem incentivos de órgãos do Estado (Emater, IFETS, etc.). É um período de hegemonia do agronegócio. Por exemplo, para trabalhar no corte da cana precisa de um motorista para aquelas máquinas enormes: o problema que precisa de um profissional, com duração de 4 meses por ano (Entrevistado A14, maio de 2013).

Nessa perspectiva, há uma possibilidade maior da comunidade externa à escola dialogar mais e melhor com a escola, conferindo à essa o sentido de “fazer parte da comunidade” na sua prática cotidiana, que permeia e confunde os limites e espaços da escola e da comunidade - extrapolando o aspecto “do pertencimento” no sentido de posse. Por outro lado, permite à escola também dialogar em sua prática com a comunidade, ao introduzir na sua prática a vida comunitária, nos seus mais diferentes aspectos, e assumir também como sua a função de parte complementar da comunidade. Se constituindo como mais um lugar de encontro e de organização dos trabalhadores, tanto os espaços e estruturas físicas da escola, como no seu aspecto pedagógico e metodológico.

No geral, os espaços de mobilização e formação organizados pelo MST visam contribuir com os aprendizados da escola: ao participar dos momentos políticos e formativos do MST, dentro ou fora do assentamento, os educandos e

educandas entram em contato com o mundo exterior que reforça e aguça questões apreendidas e desenvolvidas na escola, bem como apresenta coisas e saberes novos aos sujeitos em formação. Nesse sentido, cabe à escola a sensibilidade de processar essas informações, saber canalizar essas “novidades” e as traduzir nos seus conteúdos pedagógicos ensinados em salas de aulas, se abrindo para um mundo de aspirações dos seus sujeitos, que em muitos casos são trazidos pelos alunos para a sala de aula, mas são sujeitados aos conteúdos e rigidez das escolas.

Como nos afirma Bogo (2011), a escola tem o dever de preparar a juventude para “uma nova sociedade”. Cabe à ela proporcionar o aprendizado, a apropriação da realidade, formando profissionalmente para o trabalho e desenvolvendo a consciência de classe. Apesar de “*a escola por si só não pode resolver os problemas da formação sozinha*” (BOGO, 2011, p. 183), segundo esse autor, ela é um meio que ajuda a organização política a alcançar seus objetivos. Cabe à organização estabelecer os vínculos necessários, respeitando as especificidades desse estabelecimento, atribuindo-lhe a função de suporte e de instrumento da política.

Esse espaço é, abertamente, um lugar central na disputa dos interesses das classes. Entendemos que este precisa cumprir o papel de instrumento da e para a classe trabalhadora, ou de outro modo, atenderá os interesses da classe dominante. Visando alterar a “visão” dos professores, segundo o dirigente do MST:

Outro aspecto a se levar em consideração é a participação dos professores nos momentos e espaços de formação do MST. Para esse movimento, ao participarem de suas atividades, espera-se que esses profissionais façam a diferença na sua prática de sala de aula, compreendendo a necessidade de imprimir mudanças também dentro das escolas na busca pela transformação, para que partir de uma nova escola, se construa seres humanos esclarecidos do seu papel social (Entrevistado A17, junho de 2013).

Portanto, para o MST, para além da socialização dos conhecimentos, a escola pode ajudar na formação geral do ser humano, e para isso, ela precisa dialogar com as práticas (no aspecto social, político, cultural, ideológico, etc.) que acontecem dentro e fora do assentamento, não muito distante do que é pregado pelo MST. É um desafio constante e é onde a escola acaba por se



tornar um campo de disputas, considerando que essas escolas são do Estado, seguem seu projeto e reproduzem seu modelo de escola e de educação (muitas vezes indo à contraposição ao MST e suas concepções de escola e de educação).

E nessa perspectiva, os processos formativos ganham um sentido mais amplo e que envolve várias dimensões, tais como a cognitiva, a afetiva, política-ideológica, formação pelo trabalho e não para o mercado, cultural, etc. Ou seja, o desafio é como não restringir a formação apenas ao âmbito do curso de formação política ou da escola ou da cultura somente. Mas perceber a formação integral em várias esferas da vida humana que, aliás, é a própria vida.

As escolas é quem dão conta de envolver as crianças e adolescentes nas tarefas que trabalham as várias dimensões da vida. Para construir, não aqueles camponeses rústicos, mas pessoas com a capacidade de refletir sobre essas questões (Entrevistado A14, maio de 2013).

A escola do campo, dentro das áreas de acampamento e assentamentos do MST, contém elementos da formação política ideológica desse movimento, podendo vivenciar dentro dessas escolas práticas próprias da formação do MST, tais como a preocupação com a identidade de sujeitos do campo e com o movimento social (cantar o hino, palavras de ordens, mística, etc.); a valorização do pertencimento do lugar e da classe social; a realidade objetiva e subjetiva da comunidade como conteúdos escolar; o incentivo à participação em lutas e a valorização das conquistas a partir dessas lutas; o aprendizado na prática cotidiana (por exemplo, as salas de aulas montadas em mobilizações feitas nas ruas, prefeituras, INCRA, etc.). Ou seja, a escola do campo reflete o momento da luta política do movimento que pertence, mesclando conhecimentos teóricos associados às ações práticas desses sujeitos.

Por outro lado, um desafio apresentado para o MST, de forma prioritária diz respeito à formação nas escolas localizadas em áreas sob sua coordenação, atendendo exatamente o público ligado à luta pela terra e pela Reforma Agrária. Isso representa um limite da tática política desse movimento quando sua visão estratégica não permite visualizar e alcançar o campo como um todo, e assim, havendo um alargamento da visão nesse quesito, suas articulações

estariam direcionadas para os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, os pequenos agricultores, os indígenas, os quilombolas, etc., ampliando seu leque de articulações com os povos tradicionais.

Assim, como consequência da estratégia do MST estar prioritariamente restrita ao público da reforma agrária que ele coordena, não dando prioridade à articulação com as escolas dos demais sujeitos do campo, a formação desse movimento dialoga com um número muito restrito de sujeitos do campo, na educação do campo. Se a estratégia do MST tivesse centrada nas escolas do campo como ferramentas e instrumentos da formação dos sujeitos do campo, obviamente, o diálogo seria ampliado com os demais sujeitos (Entrevistados A15 e A16, junho de 2013).

Por outro lado, baseado nos dados coletados em nossa pesquisa, mesmo nas escolas dentro das áreas de acampamentos e assentamentos sob a coordenação do MST, no estado de Minas Gerais (são poucas escolas que existem nessas áreas) carecem de acompanhamento de pessoas que conhecem a proposta pedagógica desse movimento, para essas escolas. Assim, essa formação proposta pelo MST para essas escolas, acontece efetivamente muito mais pelo perfil e formação anterior à chegada à escola, dos educadores e direção que atuam nessas escolas, do que propriamente do esforço dos militantes do MST em contribuir para que aconteçam mudanças significativas, a partir da implementação de suas propostas, com acompanhamento sistemático a essas escolas, como se faz necessário.

Tanto nas escolas localizadas nas áreas coordenadas pelo MST, mas que atendem estudantes vindos de fora dessas comunidades, como nas escolas das cidades que atendem aos educandos e educandas das áreas de Reforma Agrária, não foi possível identificar a partir dos dados coletados nos procedimentos usados nessa pesquisa, um tratamento direcionado, especialmente para a qualificação e ampliação daquilo que já é adotado como prática cotidiana, nos ambientes formativos, dentro dos acampamentos e assentamentos. Ou seja, tanto os estudantes que vêm estudar nas escolas localizadas dentro das áreas coordenadas pelo MST, quanto os estudantes que saem dessas áreas para estudar nas escolas fora daquele lugar, não há diferenciação no planejamento orgânico do MST para atuar junto à esses sujeitos, não havendo atenção voltada especificamente para esse fim.

Vale ressaltar, nessa discussão, as muitas dificuldades enfrentadas pelos militantes do MST para a efetivação dos encaminhamentos práticos visando a superação dessas dificuldades. Tais dificuldades estão relacionadas às distâncias e dimensões geográficas entre os municípios onde se localizam as áreas do MST - que impossibilitam a prática e atuação dos militantes do MST no cotidiano das escolas. Outra dificuldade está na ocupação dos professores do MST com as suas práticas relacionadas às escolas onde atuam, não dando conta de acompanhar os processos de outras escolas. Também tem a ocupação dos militantes que, não sobrando tempo para as tarefas de caráter político externo, os sufoca em razão das demandas imediata das famílias sem terra, e daí, o distanciamento desses militantes das práticas escolares.

Dessa forma, a perspectiva da formação do MST no estado de Minas Gerais em relação às escolas do campo se revela muito limitada pelo fato de se preocupar quase que exclusivamente com as demandas da sua base social, e não ousar a estabelecer um diálogo estratégico com os demais sujeitos coletivos do campo, daí perdendo a riqueza oriunda dessas articulações. E assim, conseqüentemente, o MST explicita as limitações de sua estratégia para as escolas do campo, não ousando “atingir” outros sujeitos do campo que não estejam vinculados às suas áreas de acampamentos e assentamentos, mas que são numerosas dado a proporção geral desses sujeitos e aqueles em particular organizados pelo MST.

Se essa ampliação das articulações estratégicas estivesse no horizonte desse movimento, ou se efetivasse nas suas práticas, além da garantia da defesa de seu projeto para o campo nessas escolas, haveria a massificação de apoios e das suas fileiras com outros sujeitos (posseiros, empregados rurais, agricultores familiares, geraizeiros, quilombolas, etc.) que extrapolam o público especificamente de luta pela terra, atuando também em diferentes espaços e situações.

#### **4 - ESCOLA E TRABALHO NA EDUCAÇÃO DO MST**

O MST se constituiu uma referência no debate da Educação do Campo no Brasil. Entretanto, nesse capítulo, vamos mencionar também a importância que as atividades em ambientes fora da sala de aula têm para a educação no MST, mais especificamente, o trabalho e suas relações.

O MST, além de discutir a necessidade da escola e de lutar para que esta seja “muito mais que escola”, atua dentro de uma perspectiva que considera a educação libertadora, se baseando nas leituras de autores reconhecidamente de formação socialista (Marx, Engels, Lenin, Pistrak, Makarenko, Paulo Freire, Krupskaya, José Martí, Florestan Fernandes, entre outros), na busca por aliar o trabalho - como princípio educativo - e a realidade da comunidade escolar na educação transformadora da sociedade.

Para isso, o MST elaborou ao longo de sua trajetória, algumas sistematizações teóricas, bem como alguns mecanismos e metodologias que serão comentados rapidamente nesse capítulo. Vale ressaltar que isso o tornou uma referência entre as organizações camponesas, tanto na luta pela Reforma Agrária, quanto no que se refere à Educação do Campo. O MST é referência também nos diversos espaços valorizados e compreendidos como importantes para a formação dos sujeitos, tais como as místicas, as marchas, as ocupações de terras, as atividades organizativas (seminários, assembleias, reuniões, etc.), entre outras (VENDRAMINI, 2007).

Nessa perspectiva, fica a indagação de como o MST consegue estabelecer uma relação mais humana entre os trabalhadores de sua base social, considerando a atualidade do capitalismo (que insiste na formação de profissionais para o mercado de trabalho e cada vez mais usa de mecanismos para tornar os trabalhadores competitivos e individualistas), e a luta pela Reforma Agrária e pela Educação do Campo, em um território cercado por demandas desse capitalismo contemporâneo?

#### **4.1 – As formas e as relações de trabalho dentro dos assentamentos do MST**

No início, nos acampamentos, as mudanças necessárias nas relações sociais e incorporação de novos valores tornam-se temas muito discutidos. Ser e praticar a solidariedade entre os membros da família e da comunidade - desde a distribuição igualitária das doações recebidas até no cuidado com os pertences alheios, na ausência dos companheiros e companheiras. Homens cozinham e cuidam das crianças, enquanto as mulheres fazem outras atividades, inclusive a segurança do grupo; trabalhar nas lavouras, estudar e exercer a militância são tarefas oferecidas e cumpridas por ambos os sexos; todos e todas devem participar de lutas e mobilizações. Para Bogo (2003, p. 161), *“assim se transforma, não só o espaço físico, mas também a conduta humana, e possibilita, através da convivência, o surgimento de um novo ser humano”*.

O trabalho, tanto nos acampamentos quanto nos assentamentos, mantém e ressignifica seu caráter socializador, pelo fato de fundamentar as formas de sociabilidade entre os seres humanos desse lugar social. No momento de realização e prática laborativa, os sujeitos aproveitam para estabelecer contatos e trocar informações sobre assuntos diversos. Nesse momento, pode haver uma socialização de saberes e conhecimentos adquiridos em outros espaços e momentos - podendo ser atribuídos ao MST ou não, bem como aos processos da experiência de vida desses sujeitos, anteriores à vinculação ao MST.

Mas ali (assentamentos) também se expressa a parte penosa e degradante do trabalho enquanto emprego de força física, por ser árduo, difícil por causa do calor, frio e demais dificuldades aliadas a baixos rendimentos, e isso se dá pelo fato de o avanço das tecnologias voltadas para o desenvolvimento da produção agrícola não ter permitido que os/as trabalhadores/as do campo, sobretudo, moradores/as de assentamentos de reforma agrária se livrassem da penosidade dessa atividade. Sobre esse assunto, ver Dalmagro e Vendramini (2010), entre outros autores. Não adentraremos nessa questão porque a mesma requer um aprofundamento e, para o qual, não temos condição de fazê-la nessa pesquisa. Assim, escolhemos citar as perspectivas de coletivização das relações sociais de produção nos assentamentos como meio para superação desses desafios.

Nesse sentido, apesar do trabalho na roça ser normalmente vinculado à força física (aparentemente mais apropriado para os homens), os homens contam com a participação (também chamada de “contribuição”) das mulheres e crianças o tempo todo. Nem sempre dispõem de instrumentos e máquinas que auxiliem e diminuam o aspecto brutal do trabalho nas lavouras, além de “sobrar” tempo para outras coisas, caso tivessem esses equipamentos.

Contam com alternativas práticas de trabalhos coletivos, solidários e/ou cooperados, executando-os na lida do dia a dia, demonstrando o nível de formação política e de coletividade adquirido ou não adquirido (se retomada a trajetória histórica e cultural das pessoas, é um desafio muito grande alterar a concepção da forma de produzir individual para coletiva, em um curto espaço de tempo). Mesmo assim, muitos se “adaptam” rapidamente, ora por concepção de desenvolvimento da produção e do assentamento a partir do coletivo, ora por necessidade concreta e objetiva de executar tarefas que pertencem ao todo da comunidade, como manutenção das cercas, galpões, casas para uso coletivo ou público, etc. Para as atividades coletivas são combinadas horas ou dias da semana onde as pessoas, tendo previamente discutido e feito o planejamento, trabalham e criam estruturas para o uso comunitário.

Nem sempre é possível funcionar coletivos que englobem a totalidade do assentamento no processo de produção. Nos casos onde não é possível, alternativas são experimentadas. Como por exemplo, nas áreas organizadas em Núcleos de Base, muitas delas preferem adotar o trabalho na agricultura também a partir desta instância organizativa, em coletivos menores (núcleos): a área de plantações é a mesma para todos e todas de um mesmo Núcleo, que decidem o que plantar e como cuidar da plantação. Na época da colheita, esta é dividida igualmente entre os trabalhadores e trabalhadoras ou vendida e dividida a renda obtida, ou ainda, doada para entidades e/ou instituições parceiras, conforme decisão das pessoas do Núcleo. Mas, mesmo com o coletivo total ou parcial, tem sempre uma parcela de terras destinada aos plantios individualizados, ou seja, mesmo fazendo parte do coletivo nas lavouras, as famílias ainda fazem seus próprios plantios. Aqui o produto pode ser destinado

conforme decisão da família, diferente do trabalho coletivo que está submetido às decisões do coletivo.

Além disso, também são formados grupos para desenvolvimento de trabalho cooperado: estes grupos cooperados são normalmente formados a partir da afinidade, ou das pessoas do grupo ou da atividade produtiva desenvolvida. Varia desde o mutirão<sup>6</sup> de trabalho na lavoura, até na aquisição dos instrumentos de trabalho ou na agroindústria; desde duplas ou trios, até grupos maiores. São também apropriados para trabalhos de criação de pequenos animais e de gado, assim como também nas experiências em cultivos de hortaliças e hortas medicinais, equipes de comunicação, cultura, etc.

#### ***4.2 - A concepção de escola e de educação do MST***

O MST surgiu em função da crescente demanda de terras para os trabalhadores camponeses sem-terra vitimados pelo grande êxodo rural das décadas anteriores. Não somente inovou na forma de fazer ocupações de terra, como também imprimiu unidade e radicalidade às mobilizações dessa natureza (CALDART, 2001).

Ao montar seus primeiros acampamentos se deparou com a grande quantidade de crianças que deixaram de frequentar as escolas das cidades (em função da distância, da falta de meios de transportes, etc.). Isso mobilizou o Movimento para criar uma frente de trabalho, que mais tarde ficou conhecido como Setor de Educação, com a tarefa de viabilizar “escola” para atender a demanda das famílias nos acampamentos (NETO, 2010).

A educação sempre ocupou um lugar de destaque na trajetória do MST que, aliás, tem o estudo como um dos seus princípios para a organização dos trabalhadores camponeses - categoria que apresenta ainda hoje, maiores e

---

<sup>6</sup> Mutirão é uma organização coletiva do trabalho, planejada para atender a demanda de um grupo de pessoas que se ajudam mutuamente. Baseia-se no rodízio dessas pessoas na execução das tarefas até que todos os participantes sejam beneficiados.

alarmantes números do déficit educacional no Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em estudo realizado em 2006:

De um total de 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários, 3,9 milhões (75,9%) eram geridos por proprietários, correspondendo a 69% da área total dos estabelecimentos. Desse contingente, 39% eram analfabetos ou sabiam ler e escrever sem terem frequentado escola e 43% não tinham completado o ensino fundamental. As mulheres, que respondiam por cerca de 13% dos estabelecimentos agropecuários, tinham a maior taxa de analfabetismo (45,7%), contra 38,1% dos homens (IBGE, 2006).

O MST foi além: passou a discutir a necessidade da escola no local onde a família está; a propor conteúdos curriculares socialmente úteis; o debate dos valores humanistas e socialistas para a transformação social, etc. (GALLERT, 2005).

Adotou a bandeira da educação não só de crianças e adolescentes, como também de jovens e adultos. Criou a Escola Itinerante, um modelo de escola que segue a mobilização das famílias acampadas, inclusive, com a flexibilidade e dinâmicas que a luta pela terra requer. *“Uma forma escolar diferente daquela escola, geralmente cercada pelas grades e localizada, fisicamente, distante da vida daquelas pessoas que a frequentam”* (CAMINI, 2011- sem página).

Para o MST – à luz dos ensinamentos de Paulo Freire, grande pensador brasileiro referenciado e apreendido nas escolas do MST – é preciso compreender que a educação pode ser libertadora, emancipatória, fazendo com que as pessoas deixem de ser o que são para serem mais conscientes ou, ao contrário, a educação pode ser domesticadora, opressora, alienante, tornando as pessoas menos humanas (FREIRE, 1987). Daí atribuir à sua forma de educação o caráter de classes, fazendo a defesa do projeto da classe trabalhadora também na escola.

Da mesma forma, baseando-se nas leituras e ensinamentos do educador russo Moisey Pistrak (1888-1940), o MST entende que para transformar a escola é preciso mudar o jeito da escola, suas práticas e sua estrutura de organização e funcionamento, tornando-a coerente com os novos objetivos de formação de cidadãos, capazes de participar ativamente do processo de construção da nova



sociedade. E lança mão na relação que esse autor faz entre a escola e o trabalho, que será discutida a seguir.

Como o homem/mulher não nasce sabendo e nem tem a sua existência garantida pela natureza, com a prática de agir sobre ela, modificando-a, ele/ela vai aprendendo, passando pelo processo produtivo/educativo e formando-se homem/mulher (ele/ela aprende a ser homem/mulher). A produção do homem/mulher é o seu percurso para a formação. A educação, assim como o próprio homem/mulher, é um produto do trabalho.

O MST apreende tanto a educação quanto o trabalho como elementos pedagógicos fundamentais - fazem parte da luta pela transformação social, objetivo do Movimento. Nesse sentido, trava enormes batalhas a fim de melhorar as condições de trabalho e educação das famílias acampadas e assentadas. Segundo Souza (2006, *apud* VENDRAMINI, 2007), a educação que se pretende como formação humana ocorre na prática social do MST. Isso significa que, sejam nas Brigadas ou nos Núcleos de Base, nos cursos, nas lutas, etc., os participantes desenvolvem atividades educativas, partindo do trabalho. Aliás, na sua trajetória, o MST foi incorporando o legado das organizações sociais que o antecederam. As marchas, as ocupações, as místicas<sup>7</sup>, as formas de cooperação, etc. são aprendizados, não reproduzidos literalmente, mas que foram recriados e acrescentadas características próprias do MST (STÉDILE & FERNANDES, 1999).

O MST assume que o trabalho não se configura apenas como um detalhe de sua proposta pedagógica, mas como um dos seus pilares fundamentais. O trabalho é percebido como elemento formador da consciência, como fonte de conhecimentos e habilidades, e como provocador das necessidades humanas superiores. Nesse sentido, aproximação entre a escola e trabalho justifica-se pelas potencialidades formadoras do trabalho e pelo potencial da escola em unir teoria e prática (MST, 1994). O trabalho é visto, ainda, como mecanismo

---

<sup>7</sup> “(...) a mística para o MST faz parte das práticas pedagógicas do movimento e orienta, também, os processos formativos dos sujeitos. Presumivelmente, constitui-se numa prática pedagógica bastante expressiva na formação dos participantes do movimento, tornando possível que os sujeitos nela inseridos encontrem suas convicções mais essenciais possibilitando imbuir-se do sentimento de pertencimento porque circunscreve a uma causa eminentemente social, consolidando sua participação ativa na ação de militância” (ROSENO & CAMPOS, 2012).

pedagógico potencialmente utilizável nas escolas e fora delas, nos processos de formação, que exercita as pessoas para a atuação do desenvolvimento do campo, melhorando as condições de reprodução da vida.

Com isso, o MST não nega o caráter deformador do trabalho no capitalismo, mas reafirma seu caráter contraditório. Nos documentos do MST sobre educação, encontram-se uma perspectiva de educação que considera como matriz formadora o trabalho, as práticas sociais e as lutas dos trabalhadores (MENEZES NETO & BRANDÃO, 2009), ou seja, o conjunto das relações sociais e condições materiais nas quais os Sem Terra produzem a sua existência. Tais perspectivas inserem-se em uma concepção que postula o trabalho como princípio educativo.

Para Canário (CANÁRIO, 2000 *apud* VENDRAMINI, 2007) a escola precisa estar em sintonia com as mudanças que acontecem no local, com as novas necessidades criadas e recriadas, objetivando atender às demandas ou, em outras palavras, cumprindo o seu papel social. Para isso, precisa estar inserida no contexto da produção material da vida. A Educação do Campo é um avanço na direção de uma educação em sintonia com as populações que vivem e trabalham no campo.

Vendramini (2007) afirma que as políticas de modernização subsidiadas pelo Estado promovem a capitalização dos processos de trabalhos rurais e a mercantilização crescente da agricultura de pequena escala. Acentuando ainda mais a concentração da propriedade da terra e a desigualdade social, expulsando trabalhadores e trabalhadoras do campo. As populações do campo convivem com o alto preço da destruição da agricultura familiar, devastação e degradação dos empregos rurais, miséria da população do meio rural e deterioração do meio ambiente. Como nas cidades, enfrentam o desemprego, a precarização, intensificação e informalização do trabalho e a carência de políticas públicas.

E a escola não pode ficar alheia a tudo isso. Precisa, como espaço de formação, desnudar a realidade, sobretudo para educar em/para a ação. Aliás, para o MST, a formação é uma forma de ação na busca de compreender a realidade nas

diferentes manifestações para entender o movimento da história. “A formação que desenvolvemos busca nos capacitar para não somente entender, mas também para intervir nesta realidade” (GASPARIN, 2009, sem página).

### **4.3 - O trabalho como princípio educativo para o MST**

O trabalho é um processo que ocorre mediado por escolhas éticas, intencionais, aspecto que diferencia o homem dos demais animais. “O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho, aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador” (MARX, 1975, p. 202).

Ao trabalho associamos a transformação da natureza pelo homem, para satisfazer seus interesses. O trabalho é, desse modo, o esforço realizado, e, também, a capacidade de reflexão, criação e coordenação (LESSA, 2008). Ao longo da história, o trabalho foi “imposto” de diferentes formas e assumiu diferentes modelos conforme a organização da sociedade. Fruto da relação do homem com a natureza, e do homem com o próprio homem, é o que nos distingue dos animais e move a História (MARX, 1975).

Marx afirma que temos, ao mesmo tempo, três distinções em relação ao trabalho humano: “por ele, diferenciamos-nos do reino animal; é uma condição necessária ao ser humano em qualquer tempo histórico; e o trabalho assume formas históricas específicas nos diferentes modos de produção da existência humana.” (FRIGOTTO 2009, *apud* PEREIRA, 2009, p. 399). Para esse autor, o mesmo não se reduz à ‘atividade laborativa ou emprego’, mas a toda a dimensão da vida humana, por ser determinante das relações sociais. Está em todos os espaços e momentos onde os humanos se relacionam, pelas necessidades que se apresentam no cotidiano desses, inclusive nos processos de trabalho e educação. “Com efeito, é inegável que toda a atividade laborativa surge como solução de respostas ao carecimento que a provoca” (LUKÁCS, 1978 *apud* FRIGOTTO, 2009, p. 400).

O MST em sua concepção de trabalho como meio pedagógico se baseia nas leituras de Pistrak, e de muitos outros autores. Esse autor, que escreveu sobre os processos de transformação da escola, colocando-a a serviço da transformação social, mediada pelo trabalho, deu importante contribuição à interpretação do papel e da estrutura da escola e do trabalho, associando a execução desse último através do processo de escolarização. Para Pistrak (2003, p. 48), *“O trabalho eleva o homem e lhe traz alegria; educa o sentimento coletivista, enobrece o homem e é por isso que o trabalho, e particularmente o trabalho manual de qualquer tipo, é precioso como meio de educação”*.

Por outro lado, uma observação mais detalhada e orientada para o trabalho no curso das relações sociais permite-nos perceber que o trabalho contém duas dimensões: uma “construtora, emancipadora”; outra “alienante, opressora”, conforme afirmam Aranha e Dias (2009):

(...) o trabalho pode conter duas dimensões, dependendo das condições de sua realização. Uma primeira dimensão construtora, emancipadora. É o trabalho concreto de Marx, voltado para a satisfação das necessidades humanas, contribuindo para a realização do indivíduo enquanto criador e transformador do seu meio. (...) outra dimensão alienante, opressora. Nas condições de existência da propriedade privada, “o trabalhador não tem condições de interferir sobre os objetivos e produtos do seu trabalho, e até mesmo de dominar o próprio processo de produção” (ARANHA & DIAS, 2009, p. 116).

É nesse contexto que a relação entre trabalho e educação (e o MST reafirma isso) se insere na dialética humanização/desumanização. Educar em uma perspectiva humanizadora é construir seres humanos históricos. É desenvolver a atualização histórica cultural, é potencializar a formação dos sujeitos. E, se pensarmos que os seres humanos se formam na experiência de serem sujeitos, a educação deve propiciar situações para que isso se desenvolva. Em se tratando do campo, os filhos e filhas dos trabalhadores têm a escola, normalmente, como principal espaço de socialização do conhecimento sistematizado. Portanto, a Educação do Campo, na perspectiva da transformação social, deve estar associada à formas alternativas e coletivas de produção da vida.

Se considerarmos a preocupação do MST com a formação de pessoas com valores humanistas e socialistas, visando a construção de uma sociedade mais humana e igualitária, essa transformação se faz muito necessária, tendo em vista a lógica perversa do capitalismo contemporâneo - que busca a elevação do lucro a custo de qualquer coisa, onde o ser humano é uma mera peça nessa engrenagem.

Segundo Menezes Neto (2009) o trabalho humano apresenta várias faces, e está submetido ao caráter de classes, isto é, tem funções diferentes, conforme a classe a que se refere: *“Preparação para o emprego [burguesia] ou formação pelo trabalho [trabalhadores], sendo que esta última é um importante passo para a superação do ensino tradicionalmente idealista e situa o conhecimento no mundo material da produção humana”* (MENEZES NETO, 2009, p. 32).

Arroyo (2001) afirma que *“Se toda ação formadora se dá em uma relação entre pessoas, se nela se expressam homens e mulheres, estes não podem ser vistos como meros pacientes da ação formadora ou deformadora das tecnologias, da reorganização dos processos de produção e de trabalho”* (ARROYO, 2001, p. 163). Neste aspecto, precisamos reconhecer o potencial das pessoas moradoras de assentamentos da Reforma Agrária como produtoras de sua existência, mas também como agentes do desenvolvimento social, cultural, político, etc., exercendo tarefas do cotidiano no meio rural.

O MST, acreditando nessa possibilidade, se preocupa com a formação que é “veiculada” dentro da sua base social. Daí a preocupação com a formação de profissionais que estão em contato direto com as famílias Sem Terra. Mas também, com a formação dessas famílias para que tenham a convicção necessária de discernimento de “intenções de classes” que frequentemente chegam aos assentamentos.

Por isso mesmo, Bogo (2003), ao comentar as formas que o MST utiliza para formar a consciência, afirma que *“(...) O MST desenvolve a filosofia da formação política dos militantes através da participação, na recriação da vida cotidiana, na cooperação em seus diferentes sentidos e no resgate dos valores com novo conteúdo”* (BOGO, 2003, p. 161). E essa deve ser a tática desse movimento:

uma vez convencidos da necessidade de se manterem organizados e mobilizados coletivamente, as propostas “capitalistas” serão facilmente notadas e expulsas.

O MST tem experiência e reconhecimento da sociedade para continuar discutindo a educação que se pretende “libertadora” para os povos do campo (e, quiçá, das cidades). E, baseado nas leituras feitas de documentos do Movimento, a relação entre a escola e o trabalho confere um avanço na perspectiva da qualidade de vida no campo, mas também na luta pelos direitos historicamente negados ao povo camponês. E crê na transformação social, construindo-a na prática de sua base social.

Considerando esses processos formativos do MST, na perspectiva de fortalecer e qualificar as formas de organização da vida e do trabalho dos sujeitos moradores das suas áreas, fica evidente sua preocupação relacionada à qualificação dos processos para a resistência e, portanto, a permanência dos camponeses no campo, com condições de continuarem seus processos rumo à autonomia. Assim, nas áreas do MST, tanto a formação pelo trabalho como a resistência dos camponeses para se manterem no campo, se misturam e se complementam.

## 5 - A ORGANIZAÇÃO DOS ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS DO MST

Os assentamentos são espaços e momentos de colheita daquilo que foi “plantado” nos acampamentos, ou seja, são espaços de dinâmica e agitação próprias da vida das famílias acampadas, sobretudo, nos acampamentos novos, estes, definidores da lógica organizativa futura. Isso se atribui também à formação que é proporcionada e o que circula nesses espaços.

Fugindo de determinações prévias, reafirmamos aqui a atenção necessária ao momento de coletivização (práticas que concentraremos mais atenção nesse estudo) no início dos acampamentos, que vieram a se tornar os assentamentos os quais nos propusemos a pesquisar neste estudo. A partir dos dados disponíveis, iremos aprofundar na historicidade dos assentamentos, buscando identificar em que e onde a formação da consciência se fez presente de forma explícita.

O MST, desde sua origem na década de 80, nunca teve muita preocupação quanto à rigidez do funcionamento de sua estrutura organizativa dentro dos acampamentos e assentamentos, isto é, estes tem a liberdade de adotar o formato que melhor lhes adaptar. Não devendo ser dogmática, pelo contrário, priorizando a adoção de formatos estruturais que estivessem de acordo com as necessidades de cada época e em consonância com as demais “partes” do MST. Para este Movimento, a estrutura organizativa não é simplesmente a hierarquia que compõe a organização. Compreende-se, além do formato pré-estabelecido, também as pessoas e a realização das mínimas tarefas, observando os princípios de direção e “*combatendo o burocratismo*” (BOGO, 2003, p.63).

Em última instância, se trata de por em funcionamento aquilo que foi planejado, considerando que é exatamente o grupo que planeja as ações e que cumpre também as tarefas, depois de tê-las dividido entre os participantes. Nesse percurso é necessário um pouco de empenho de cada membro da organização. Criar as condições para a execução da tarefa faz parte do planejamento, e isso inclui a formação e capacitação dos sujeitos menos capacitados para assumir

tais responsabilidades. Diminuir os custos operacionais pode ser (e normalmente é) uma tática desse grupo que planeja.

Roseli Caldart (2008) debate a formação dos Sem Terra na coletividade, reforçando a importância do movimento social para a formação dos sujeitos ou, nas palavras da autora, “um movimento pedagógico de formação de sujeitos sociais e de seres humanos”. A autora afirma que:

A trajetória do MST foi sendo desenhada pelos desafios de cada momento histórico. À medida que os sem-terra se enraízam na organização coletiva que os produz como sujeitos, passam a viver experiências de formação humana encarnadas nesta trajetória. Mesmo que cada pessoa não tenha consciência disso, toda vez que toma parte das ações do Movimento, fazendo uma tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir esta trajetória e a identidade Sem Terra que lhe corresponde; e está se transformando e se reeducando como ser humano (CALDART, 2008, p. 07).

Essa é uma prática dos movimentos sociais, considerando que a imersão desses sujeitos no fazer das atividades cotidianas já altera sua visão de mundo. Neste sentido, podemos ter como hipótese: havendo desenvolvimento dessas formas adotadas para a organização interna dos acampamentos e assentamentos, ganhando organicidade, facilita o trabalho na luta e nas reivindicações por direitos básicos, além de melhorar no desempenho de atividades relativas aos problemas imediatos das famílias. O raciocínio é simples e direto: se dá pelo fato de contar com muitas pessoas envolvidas, tendo o mesmo objetivo, “diminuindo” esforços individuais e atendendo as habilidades e campos de atuação das pessoas.

No entanto, quando não se alcança a “maturidade” suficiente de valorização da coletividade, neste nível de organicidade que é imprescindível para o MST, percebe-se que há uma tendência ao acúmulo de problemas e demandas. Daí em diante, o que se vê é uma concentração de muitas tarefas sobre poucas pessoas, deflagrando a ideia de facilidade (e não sendo combatida) da luta individualizada, e conseqüentemente, vícios e desvios de conduta e personalidade começam a brotar. A questão de superação do individualismo para a construção de novas formas de vida, de trabalho e de produção, combatendo os “desvalores” capitalistas entre os companheiros, perde espaço nesse cenário.



E a opção pelas questões de ordem pessoal e familiar, fora do coletivo da organização, tem muitas entradas. Ora por motivos de limites na formação individual de pessoas que sempre fizeram e decidiram tudo sozinhos; ou por falta de resultados econômicos satisfatórios em curto prazo. E ainda, pela dificuldade de planejar as ações, dividir as tarefas, criar as condições para a execução das mesmas e acompanhar os membros que tem mais dificuldades, etc., acabando por diminuir o “coletivo” cada vez mais, no sentido do fazer e compartilhar a vida e o trabalho, bem como os frutos deste. Para Bogo (1999):

[...] Pregar o coletivismo pelo simples fato de que é a propriedade social da terra que fará o avanço da consciência e do caráter da ideologia dos camponeses não é correto, se as condições para o desenvolvimento não estão criadas e se há resistências por parte dos camponeses à organização do trabalho coletivo. Buscam-se, neste caso, passos intermediários que levem ao objetivo desejado por caminhos menos conflituosos, e que garantam a unidade interna da comunidade e organização. (BOGO, 1999, p. 138).

Também, na luta individualizada as dificuldades são ainda maiores: as pessoas não conseguem avançar na aquisição das melhores condições que almejam, podendo até ter a satisfação mascarada na sensação do livre arbítrio. E, em se tratando de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária, menos assistidos por políticas públicas, a dispersão das pessoas compromete o resultado, que na sua maioria depende de coletivos conscientes do projeto de desenvolvimento da área. E, de novo, Ademar Bogo, ao comentar as formas que o MST utiliza para formar a consciência, diz: “(...) *O MST desenvolve a filosofia da formação política dos militantes através da participação, na recriação da vida cotidiana, na cooperação em seus diferentes sentidos e no resgate dos valores com novo conteúdo*” (BOGO, 2003, p.161).

Ao estudar alguns materiais que descrevem os momentos iniciais, tanto do Assentamento Aruega quanto do Assentamento Santo Dias, e somando à fartura de dados coletados nas entrevistas e observações realizadas no decorrer da pesquisa, é possível afirmar que, de fato, a organização coletiva no início dos acampamentos se fez presente nessas áreas e possibilitou a inserção e participação dos moradores e moradoras no todo e nas ações desses locais. Como não é possível descrever em poucas palavras os argumentos que

embasam essas afirmações, estaremos elencando e perpassando por várias áreas atendidas para justificar essa afirmação.

Dizer que é uma prática do MST formar comissões e equipes de trabalho visando atender as demandas imediatas das famílias, apesar de reafirmar o que de fato acontece na realidade, é simplificar a dimensão formativa dessas incorporações coletivas. Ao afirmar isso, é preciso esclarecer quais são os objetivos e a intencionalidade para a participação dos homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, idosas, em tarefas adequadas a esses sujeitos nas áreas do MST, para não parecer com um simples agrupamento de pessoas (porque assim sendo, somente pelo fato de estarem juntos na mesma comunidade já atenderia a esse requisito) - não basta estar juntos, é preciso dar sentido e intencionalidade para esse detalhe.

Nesse sentido, as comissões e equipes de trabalho criadas no Assentamento Aruega, bem como o seu funcionamento e a intencionalidade que as provocaram, foram muito bem descritas por Zangelmi e Sales (2008) e Carvalho (2000), autores do qual lançaremos mão para embasar nosso raciocínio.

Afirmam esses autores que revelou-se a presença de coletivos nesse Assentamento desde o primeiro momento de entrada na antiga fazenda (ZANGELMI & SALES, 2008, p. 08). Por nossa vez, sentimos necessário reafirmarmos aqui ainda, nossa compreensão da formação da vida anterior ao Movimento e a subjetividade dos sujeitos que se incorporam à luta pela terra, do MST. Essas pessoas já são portadoras de conhecimentos e saberes que contribuem para redimensionar a situação de cada local e momento conjuntural na luta pela terra. Ao se assumirem em coletivos no primeiro instante do acampamento, justificam, portanto, a compreensão da coletividade e da necessidade de unidade para resolver problemas comuns ao grupo, mas também a disposição para a fluidez de saberes diferentes e diversos.

Mas, apesar do trabalho ser executado em mutirão, no acampamento da Fazenda Aruega, os resultados inicialmente foram modestos (CARVALHO, 2000; p. 58). Somente depois de ter passado alguns meses e anos foi notável a importância. Embora deixasse de funcionar nessa forma de mutirão como fora

previsto, ficou a lição (Ibidem, p. 58). Mas, outras formas de coletividade estiveram presentes, tais como a criação de onze grupos de trabalho ou outro grupo criado com membros da mesma família, que substituíram o mutirão nas tarefas do trabalho agrícola (ZANGELMI & SALES, 2010, p. 11).

Carvalho (2000, p. 59) registrou causas diversas do insucesso dos grupos de produção coletiva do Assentamento Aruega. Entre essas causas está a pouca renda obtida da produção e/ou comercialização, a exploração de uns sobre os outros, as diferenças de interesses, a falta de união, etc. Mas além dessas causas, outro empecilho diz respeito à topografia do lugar - nas discussões para associações ao coletivo tinha sempre a questão da necessidade de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas de difícil conquista individualmente, em função dos altos preços. Todavia, diante da impossibilidade de usar máquinas nas terras agricultáveis por serem de difícil acesso, essa justificativa veio ao chão. Assim, as famílias optaram por decidir sobre sua produção: o que, onde, quando, como plantar, etc. (Ibidem, p. 60).

Mesmo com essa experiência difícil e tensa de trabalho coletivo no Assentamento, ficou a lição que serviu para fortalecer outras formas de trabalho no mesmo, tais como, a fábrica coletiva de produção de cachaça, a padaria, a rádio comunitária, etc., e mesmo a criação da associação dos moradores. Resta refletir, e o faremos mais adiante, sobre os processos de formação e suas intencionalidades, a partir desses espaços coletivos.

No Assentamento Aruega, Zangelmi e Sales (2010) afirmam que os grupos que atuam no Assentamento, são as equipes de liturgia, equipe médica, pastorais, etc., *“que têm nas mulheres sua base organizativa”* (ZANGELMI & SALES, 2010, p. 09).

Já no Assentamento Santo Dias, que também contou com formas coletivas de organização social e produtiva desde sua criação, tem-se o relato de maior predominância dos coletivos em comparação temporal com o Assentamento Aruega, ora com maior quantidade de pessoas, ora contando com menos participantes; fato é que existe ainda hoje essa marca dentro do Assentamento como resultado do período inicial.

Conforme descrito no PDA (2008), havia muitas formas de organização sócio-política no período desse levantamento/Plano. E aponta como sendo um reflexo da experiência e organização prévia das famílias, desenvolvida durante os anos de acampamento, tendo como parâmetro o processo histórico de organicidade implementado pelo MST desde o início.

Para os autores desse Projeto, ainda há as seguintes instâncias presentes no Assentamento sendo representações desses coletivos, mesmo depois do calor imediato próprio da novidade do Acampamento: (1) A Assembleia como sendo um espaço que possui um caráter deliberativo e informativo. Existindo a realização das assembleias ordinárias que ocorrem uma vez em cada mês e as assembleias extraordinárias que podem ocorrer de acordo com a necessidade da comunidade, sem definição prévia. (2) A Coordenação, afirmando que essa tem a representatividade dos assentados (a partir dos Núcleos de Base), e por isso mesmo, tem a função de levantar, discutir e deliberar sobre os problemas e demais assuntos de interesse geral do Assentamento, dando os devidos encaminhamentos após consulta coletiva aos Núcleos de Base ou assembleia. Em outro ponto do texto, os autores ressaltam que:

A Coordenação deve, também, investir na consolidação dos Setores para a construção de uma gestão descentralizada e relações horizontalizadas, que possibilitem maior participação e envolvimento das famílias nos processos decisórios e de execução das atividades (PDA, 2008, p. 165).

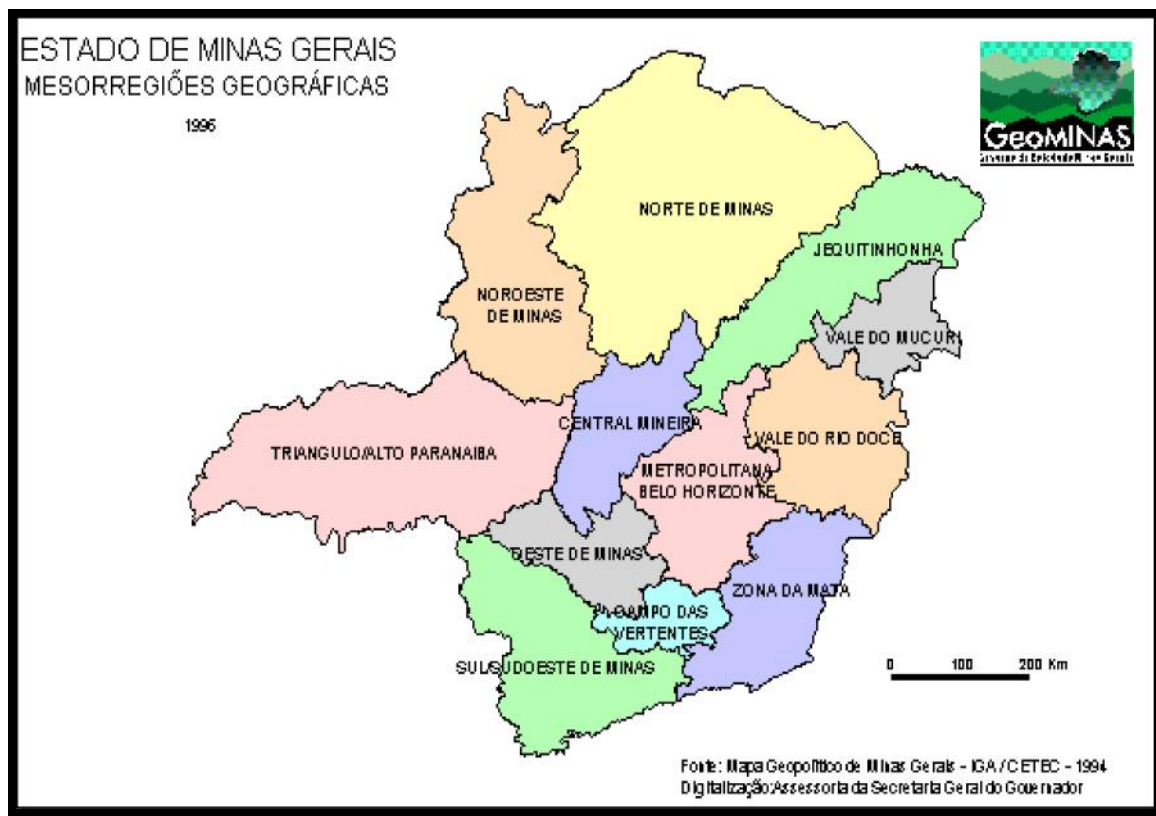
O texto ainda descreve outra instância de participação coletiva no Assentamento chamando de (3) Núcleo de Base, ou NB's. Para eles os NB's têm a função de reunir o conjunto das famílias assentadas, mas, em geral, estes enfrentam dificuldades com a participação de todos os membros das famílias (família inteira) nas reuniões e estudos, percebendo uma limitação na participação, que se reserva somente ao titular do cadastro junto ao INCRA, na maioria dos casos (Ibidem, pág. 63). Essa opção pela forma de se juntarem em Núcleos de Base se deu a partir dos interesses comuns de trabalho, afinidade e preferência por local de moradia.

No Assentamento Santo Dias, as famílias estão organizadas em quatro Núcleos de Base (que correspondem aos quatro Núcleos de Moradia): Núcleo Margarida

Alves (composto por 11 famílias), Núcleo Bartolina Sissa (composto por 13 famílias), Núcleo Sidney Dias (14 famílias) e Núcleo Florestan Fernandes (11 famílias) (PDA, 2008, p. 63). Todos esses nomes são homenagens póstumas às pessoas que lutaram e/ou apoiaram a causa dos trabalhadores em luta pela terra. E esse mesmo texto ainda faz referência aos setores de Saúde, Educação, Produção, Frente de Massa, Cultura e Comunicação; como também das equipes de Alimentação, Limpeza e Segurança (PDA, 2008, p. 63) afirmando a existência destes espaços coletivos e descrevendo a importância dos mesmos.

### ***5.1- Assentamento Aruega e Assentamento Santo Dias***

Imbuídos do propósito de refletir sobre as alterações na luta pela terra ocorrida no Brasil, nos modos de vida e de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras do meio rural, bem como da oscilação dos direitos individuais e coletivos desses sujeitos, tomaremos dois Assentamentos criados e coordenados pelo MST, no estado de Minas Gerais (ver Figura 01), para explorar um pouco mais a realidade desses sujeitos que permanecem em luta, objetivando identificar a partir da formação, as mudanças que ocorreram na vida das pessoas e nas formas de se organizarem.



**FIGURA 01: Mapa do estado de Minas Gerais, apresentando as mesorregiões sócio-políticas**

Inicialmente iremos contextualizar, mesmo que rapidamente, a história de criação e a luta desses Assentamentos, para em seguida aprofundarmos nas questões a que nos propusemos ao coletar os dados, que serão descritas posteriormente. Vale ressaltar nossa insistência e nosso objetivo de localizar os sujeitos camponeses e suas variadas atuações como trabalhadores e produtores das riquezas do país, bem como condutores dos processos de emancipação de suas vidas, para compreendermos as mudanças locais a partir da atuação desses sujeitos.

Para o MST, a ocupação de fazendas é a materialização da necessidade de organizar famílias de trabalhadores e trabalhadoras para lutar por terra e outros direitos, se tornando camponeses e camponesas (FERNANDES, 1999). E ainda, o MST identifica as ocupações de terras como mecanismo direto de pressionar os governos, apresentando a demanda concreta, mas também demarcando e expondo a contradição entre a carência de terras, a pobreza no campo, a ociosidade de terras e seu cercamento, além de ser um processo de formação

da consciência desses sujeitos sem-terra, tornando-os, no futuro, os Sem Terra (CALDART, 2004).

Nesse sentido, a participação intensa dos Sem Terra é imprescindível para a constituição do assentamento, tanto do ponto de vista comunitário, quanto da formação humana individual, dentro do coletivo, com caráter de classe. Como afirma Otávia Fernandes (1997),

Reforma Agrária não é uma questão técnica, por isso não se resolve com medidas puramente técnicas. É uma questão política fundamental, que envolve interesses de classes diferentes. De um lado, estão o poder e as forças dos latifundiários e empresários rurais (...) do outro lado, está o interesse dos trabalhadores de conquistar melhores condições de vida e de trabalho, através do acesso a terra (FERNANDES, 1997, p. 55).

Com o objetivo de atingir trabalhadores e trabalhadoras do Brasil inteiro, o MST chegou às Minas Gerais em 1988, com a ocupação da fazenda Aruega, no município de Novo Cruzeiro (ver Anexo, Figura 02 e 03).

**FIGURA 02:** Destaque para a Mesorregião do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais), indicando os principais municípios da mesma.



Fonte: <https://www2.ufmg.br/design/polojequitinhonha/images/mapa.gif>

**FIGURA 03:** Mapa com destaque para o município de Novo Cruzeiro



Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File: Minas Gerais\\_Municip\\_NovoCruzeiro.svg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Minas_Gerais_Municip_NovoCruzeiro.svg)

Esse acampamento contou com cerca de 400 famílias, vindas de municípios do nordeste de Minas, tais como: Catuji, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Novo Cruzeiro, Ouro Verde de Minas e Pavão, para participarem da luta concreta pela terra no Alto Vale do Jequitinhonha (CARVALHO, 2000).

Desde a década de 1970, alguns membros da Igreja Católica e de sindicatos de trabalhadores rurais do nordeste mineiro organizavam discussões relacionadas às injustiças na região (RIBEIRO, 1996). Para a ocupação da fazenda Aruega, a mobilização das famílias contou com o apoio de pessoas ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e, principalmente, do MST - as primeiras lideranças do MST que se assumiram como tal, e que se deslocaram para o município/região.

No dia 12 de fevereiro do ano de 1988 deu-se a primeira ocupação do MST no estado de Minas Gerais, na referida Fazenda Aruega. Dizem que escolheram essa data por ser Carnaval, e assim, a polícia estaria ocupada com as festas, na noite da ocupação. Essa ocupação foi batizada com o nome que já era da



fazenda, passando a se chamar Acampamento Aruega, e mais tarde Assentamento Aruega.

Após aquela mobilização anterior à entrada na fazenda, feita nas cidades da região que identificou as famílias futuras acampadas, combinou-se a data e o local onde os caminhões e caminhonetes passariam recolhendo as pessoas, que levavam poucos mantimentos e roupas, em direção à ocupação da fazenda. A ocupação foi realizada em uma noite chuvosa, tensa, e muitas pessoas ao saírem das cidades encontraram problemas com a desconfiança da polícia, o que atrasou sua chegada ao local da ocupação e aumentou o clima de insegurança (ZANGELMI, 2010).

Na chegada à Fazenda Aruega, rapidamente as barracas de lona foram montadas e começou-se a organização interna, objetivando a inserção de muitas pessoas nas tarefas práticas. Assim, comissões e grupos de trabalho foram formados, tais como equipes de alimentação, saúde, segurança, moradia, etc. Já nesse momento, preocupados com a alfabetização das crianças, mas também com a preocupação de massificar e qualificar o trabalho dos novos acampados, em um dos barracos, improvisou-se uma escola, que no começo contava com professores do próprio acampamento (ZANGELMI, 2010).

Membros dos sindicatos, do MST e da Igreja Católica arrecadavam doações em várias cidades da região para garantir alimentação, remédios, roupas, etc., até que os acampados fizessem a primeira colheita agrícola. Havia também uma grande horta coletiva que rapidamente contribuiu na alimentação (ZANGELMI, 2010).

Segundo relatos e depoimentos de famílias que viveram aquele momento, foi muito difícil a luta inicial. E os enfrentamentos se davam constantemente, tanto com a polícia quanto com os fazendeiros que se articularam na região, inclusive como extensão da União Democrática Ruralista - UDR (CARVALHO, 2000, p. 65), que usava da violência física e até assassinatos para reprimir trabalhadores rurais e seus aliados, em várias regiões do Brasil.

Depoimentos, surgidos em nossa pesquisa, mostram ainda com riqueza de detalhes como era feito o cerco ao Acampamento pelos policiais para impedir a entrada e saída dos sem terra e apoiadores (inclusive impedindo a entrada de alimentos) e quais as estratégias desenvolvidas para levar a luta adiante. Muito apoio era recebido, uma intensa presença de autoridades no local e, acima de tudo, a disposição das famílias em continuar na luta sob quaisquer circunstâncias somou-se e conduziu à desapropriação da fazenda, ainda no ano de 1988. Mas, pelo fato da área ter condições de assentar somente 25 famílias, a luta necessariamente deveria prosseguir com aqueles excedentes, em outro espaço.

Ainda na luta pela desapropriação da fazenda, famílias que moravam em Aruega se organizaram e ocuparam a Fazenda Sapezinho, também no ano de 1988, no mesmo município, com mais de 250 famílias, da qual foram despejadas por ordem judicial. Um dos objetivos era dispersar a atuação dos inimigos de Aruega, outro era o assentamento concreto das famílias excedentes. Afora as 25 famílias assentadas em Aruega, os excedentes foram nos anos posteriores, em sua maior parte, para o Assentamento Santa Rosa, no município de Itaipé, e para o Assentamento 1º de Junho, no município de Tumiritinga, na região do Vale do Rio Doce, também em Minas Gerais (ZANGELMI, 2010).

Vale ressaltar que essas famílias não assentadas em Aruega ficaram dispersas em vários municípios da região, desde que receberam uma proposta feita pelo Estado, via seus órgãos competentes: INCRA e RURALMINAS, para o assentamento do grupo excedente dessas famílias. Nas palavras de Fernandes (1999):

Nos vales do Mucuri e Jequitinhonha, as famílias excedentes da Aruega continuaram pressionando o governo, que propôs assentá-las no município de Pedra Azul, no Projeto de Assentamento Craúna, de onze mil e noventa hectares, desenvolvido pela Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário – RURALMINAS. Levaram dois representantes das famílias para conhecer o assentamento. Os técnicos da Fundação mostraram apenas uma parte do projeto, de fachada, exatamente uma área com boa infra estrutura e próxima à cidade. Não mostraram a totalidade do projeto que compreendia os territórios dos municípios de Jequitinhonha, Itaobim e Pedra Azul. Os sem-terra aceitaram a proposta, todavia, as famílias foram colocadas em uma área isolada, sem nenhuma infra estrutura, distante oitenta quilômetros da cidade. As famílias se revoltaram e se recusaram a ficar. Retiveram os ônibus e caminhões

e reuniram-se com os técnicos do projeto para que autorizassem os motoristas a levarem as famílias de volta para a Aruega (FERNANDES, 1999, p.128).

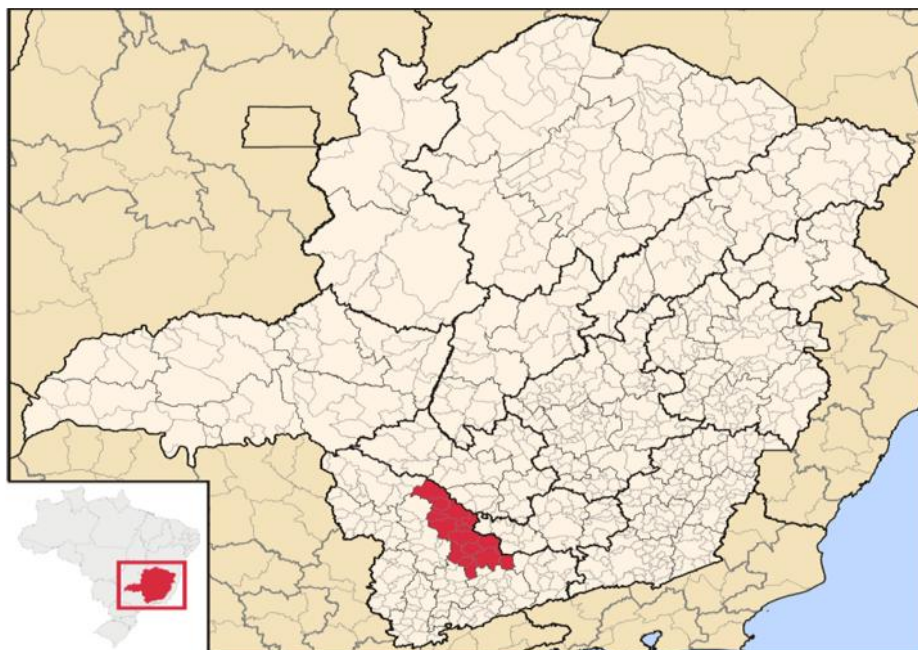
Essas famílias, que relutaram muito para não ficar nessa fazenda, saíram e montaram acampamento próximo à cidade de Padre Paraíso, nas margens da rodovia BR 116, onde permaneceram por três anos. De lá foram para a região do Vale do Rio Doce, para o município de Tumiritinga. Ocuparam a Fazenda Califórnia, conquistando a desapropriação e criando o assentamento, hoje denominado de Assentamento Primeiro de Junho (FERNANDES, 1999).

Relatos dão conta de que, com muitas dificuldades, o Movimento avançou na região do Vale do Rio Doce, inclusive, estimulando para que ousassem levar a bandeira do MST também para outras regiões do Estado. Despejos constantes, ameaças de mortes e o descaso do Estado faziam parte do cotidiano das famílias pioneiras da/na luta.

E foi nessa condição de ocupação e pressão que a luta pela terra do MST chegou ao Sul do estado de Minas Gerais, depois de ter se fixado no Vale do Rio Doce, leste desse estado. Foi nesse período (primeira década do MST em Minas Gerais) que o Movimento rumou para o Triângulo Mineiro e Região Metropolitana de Belo Horizonte, e, posteriormente, retomou suas atividades para o Vale Jequitinhonha e iniciou sua organização na região Norte do estado.

Os municípios de Campo do Meio e Guapé, ambos no sul de Minas Gerais (Ver Anexo, Figura 02 e 03), concentram os dois Assentamentos do MST nessa região e quase uma dezena de acampamentos.

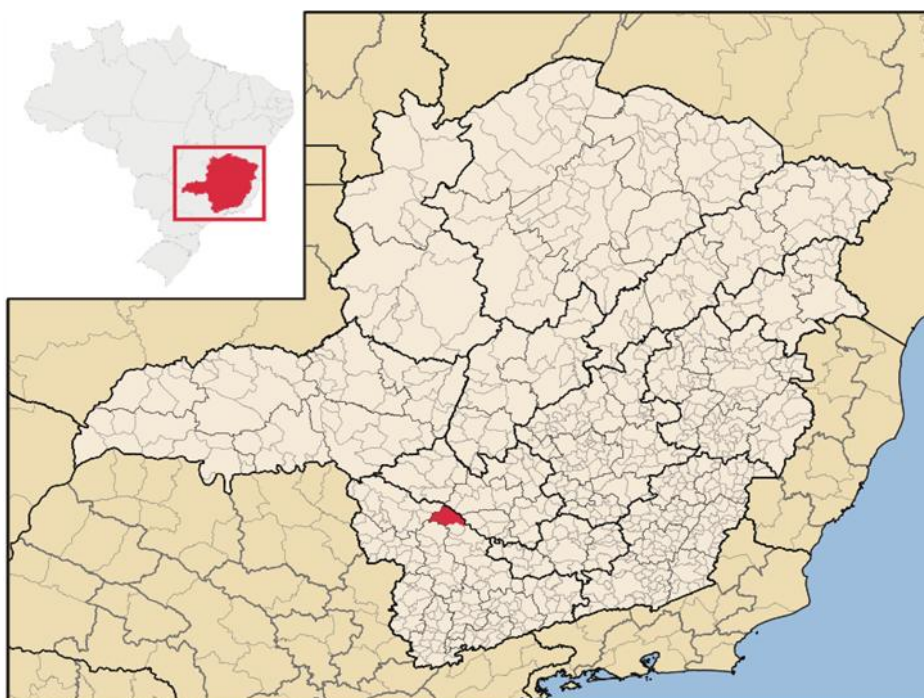
**Figura 04: Mapa com destaque para a micro região de Varginha, no Sul de Minas Gerais**



Fonte:

[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais\\_MesoMicroMunicip.svg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_MesoMicroMunicip.svg)

**FIGURA 05: Mapa com destaque para o município de Guapé**



Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File: MinasGerais\\_Municip\\_Guape.svg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Municip_Guape.svg)

A primeira área ocupada e desapropriada a partir da luta do MST no sul de Minas foi no município de Campo do Meio, às margens do lago de Furnas. É ali também que existe um conflito agrário que se arrasta há mais de dez anos,

tendo como foco de disputa uma antiga usina de açúcar falida com mais de 6 mil hectares de terras ociosas desde 1983 (MAGRINI *et al.*, 2010). Essa propriedade, chamada de Usina Ariadnópolis, estava imersa em uma dívida trabalhista com valores superiores a 180 milhões de reais ao governo federal. Também por isso, foi ocupada por quase 300 famílias ligadas ao MST, quando criaram nove acampamentos sobre as terras da ex-usina.

Com o propósito de massificarem sua atuação nessa região, além do MST criar seus acampamentos, outras organizações de trabalhadores rurais também criaram dois outros acampamentos ligados à FETAEMG (Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais) e mais outro acampamento “bandeira branca” (que não estava ligado a um movimento), com mais 100 famílias, a partir do ano de 1998 (MAGRINI *et al.*, 2010; PDA, 2008).

O outro município em questão, chamado de Guapé, é onde se localiza o Assentamento Santo Dias, distante 75 km de Campo do Meio, e é um dos objetos de nossa pesquisa. O Assentamento Santo Dias (o segundo que nos propomos refletir sobre seus aspectos históricos organizativos nessa pesquisa), localiza-se na Fazenda Capão Quente, e começou sua trajetória no ano de 2002. Os moradores afirmam que essa foi a primeira ocupação ocorrida no estado de Minas Gerais depois da eleição de Lula para presidente, ainda antes da sua posse no cargo.

A escolha desse nome se deu em referência ao costume dos Sem Terra homenagearem os lutadores e religiosos que morreram, mas que o seu legado os inspira na condução da luta pela libertação das pessoas e da natureza. Assim, na data de aniversário do acampamento, também se comemora o aniversário da morte do líder sindical Santo Dias, que era um trabalhador sensível aos problemas sociais, de formação cristã na linha da Teologia da Libertação, que lutou pelo direito dos trabalhadores através de sindicatos e da organização das CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), mas que foi assassinado pela Polícia Militar, em Santo Amaro, no estado de São Paulo (PDA, 2008, p. 03).

Essa fazenda está localizada a cerca de 20 km da sede do município, sendo necessário passar pelo distrito de Jacutinga (ou Aparecida do Sul como se chama oficialmente) nesse percurso. Vale ressaltar que esse distrito contribuiu para massificar o acampamento. Segundo informações do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA, feito em 2008 (PDA, 2008), 80% das 96 famílias que participaram da ocupação eram de Jacutinga.

Esse documento (PDA, 2008) relata ainda que essa fazenda fez parte dos planos de expansão do MST para a primeira ocupação desse movimento nessa região. Em 1996, o Movimento tinha a proposta de ocupar a fazenda, mas na época não deu certo e acharam melhor ocupar a fazenda Jatobá em Campo do Meio, hoje Assentamento Primeiro do Sul, o primeiro assentamento do Sul de Minas (PDA, 2008). Em 2002, o MST retornou para esse município, iniciando um trabalho de base nos distritos de Aparecida do Sul (Jacutinga), Santo Antônio e na sua sede (Guapé), em articulação com o Sindicato dos Metalúrgicos de Guapé, de Itajubá e da regional de Varginha. Com a identificação de grande quantidade de famílias dispostas a se mudarem para o acampamento, fizeram na madrugada do dia 30 de outubro de 2002, a ocupação da fazenda Capão Quente, onde se instalaram e ali parte das famílias ocupantes foi assentada.

A ocupação aconteceu em dia de muita chuva. Por se tratar de estradas de chão batido, o transporte das famílias foi impossibilitado pela lama, sendo necessário caminhar cerca de 4 km até o local onde o acampamento foi montado.

Em relação à história do município de Guapé, informações encontradas no PDA (2008) relatam que, a partir da construção da primeira capela no povoado, em 1825, surgem as primeiras referências ao município. Trinta anos depois o povoado é elevado à freguesia, recebendo o nome de São Francisco de Aguapé, pertencendo ao município vizinho de Boa Esperança, na época chamado de São Francisco do Rio Grande.

Em 1923, o distrito ascende e se emancipa, recebendo o título de município e passando a chamar-se Guapé. Este, que se situa entre os rios Rio Grande e Sapucaí, é banhado pela represa de Furnas. Com a construção dessa represa, o município teve parte de suas terras inundadas, inclusive a antiga sede do

município. Neste período houve um grande êxodo rural e, conseqüentemente, crise política, econômica e social no município. Assim, foi necessária a construção de uma nova cidade em um local mais alto e com isso foi-se retomando a vida e o crescimento da cidade (PDA, 2008).

Como de praxe, os primeiros momentos desse recém-criado acampamento são marcados pela falta de estrutura e diversidade de improvisos. Mas, a partir das experiências do MST, ao criar as comissões e equipes de trabalho, foi incentivada a participação e inserção de todos e todas na busca da solução dos problemas imediatos, relacionados à sobrevivência.

Após uma semana da ocupação, os acampados realizaram um mutirão de dois dias para limpeza de área e realizaram um plantio de subsistência de arroz, feijão, milho, e até a colheita as famílias recebiam doações de famílias de Aparecida do Sul e apoios do MST (PDA, 2008, p. 59).

Os conflitos na luta pela posse dessa terra não apareceram imediatamente após a ocupação. Até porque essa propriedade pertencia a uma empresa de produção de álcool, que foi fechada em 1995. Sem atividades ligadas ao ramo da cana, a fazenda era alugada por moradores locais para a criação de gado. Era queimada todos os anos, contribuindo cada vez mais para a desertificação da mesma (PDA, 2008).

Mas, é verdade também que, em alguns momentos, o clima ficou mais tenso. Circulavam entre os moradores informações constantes de possibilidades de despejos, impetrados pelos proprietários da fazenda; e houve também várias audiências com tentativas de negociações. Essa situação se arrastou até 2004, quando ocorreu o ápice da situação de instabilidade. Nessa ocasião, 240 policiais entraram fortemente armados e acompanhados por cães para executar a ordem de despejo das famílias. Nesse ínterim, foram feitas articulações táticas com um pequeno produtor próximo (irmão de um acampado) para cessão de seu imóvel em eventual mudança de local, no caso de cumprimento da ordem despejo.

Mas, com a ajuda de advogados de Alfenas e Belo Horizonte que se mobilizaram, conseguiu-se derrubar a liminar de despejo e ganhar mais vinte dias dentro do acampamento, enquanto outras tentativas para garantir a

permanência das famílias seriam colocadas em prática. Contando ainda com o apoio do delegado da comarca, do prefeito de Guapé, de advogados parceiros, do então presidente da câmara de vereadores de Guapé, de estudantes da Universidade Federal de Lavras – UFLA, e de outros apoiadores sensíveis à luta dos acampados e acampadas, conseguiu-se, ainda, a liberação de 250 hectares de terras para plantio autorizado pelo juiz da Vara de Conflitos Agrários (PDA, 2008), que foram destinados à lavoura coletiva.

O tempo foi se arrastando sem a definição da posse da fazenda, até que no período de 18 a 22 de dezembro de 2005, a fazenda Capão Quente foi avaliada no processo de desapropriação, assim como outras propriedades circunvizinhas foram vistoriadas, por peritos e engenheiros agrônomos do INCRA. E, no dia 12 de julho de 2006, foi registrada em cartório a emissão de posse de parte da fazenda Capão Quente, sendo destinados 1.780 hectares para a criação do assentamento com a capacidade para 49 famílias. O Assentamento teve o decreto de desapropriação assinado em 18 de março de 2005 e a imissão na posse ocorreu em 12 de julho desse mesmo ano, sendo o projeto de assentamento criado em 05 de dezembro de 2006.



## **6 - O COTIDIANO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS: A RELAÇÃO DOS CONHECIMENTOS EMPÍRICOS COM A FORMAÇÃO DOS SEM TERRA**

Com o intuito de contribuir na compreensão do nosso texto, iniciaremos nossas discussões pontuando algumas questões relacionadas ao conceito de cotidiano, que ganhará mais centralidade nesse capítulo. Para essa discussão vamos nos ancorar na perspectiva de cotidiano adotada e discutida por Damiani (1994) e Silva (2007).

Essas autoras descrevem o cotidiano, ou a vida cotidiana, como sendo um movimento que parte da apreensão teórica das práticas habituais dos seres humanos, localizando-as na reflexão teórica e as categorizando cientificamente. Para elas, a empiria do cotidiano é trazida para dentro da ciência e analisada no conjunto das categorias científicas.

Em outras palavras, ao descrever o que compreendem e adotam sobre esse conceito, atribuem a ele (ao cotidiano) a materialidade da vida social, política, econômica, etc., dentro do campo científico, sendo que essa materialidade é compreendida dentro de um contexto teórico, que parte das relações imediatas e alcança vários aspectos das vivências dos seres humanos que se somam nas práticas cotidianas.

Silva (2007) nos esclarece e localiza o conceito (usando a categoria de lugar) numa perspectiva de abarcar as várias relações que ali se estabelecem, incluindo o vivido, a subjetividade, as emoções, os hábitos e comportamentos, etc.

Assim, falar do cotidiano de um lugar (seja a rua, o bairro, a praça) nos remete à investigação das diferentes situações sociais vividas cotidianamente pelos seus moradores e nos leva a procurar elementos que justifiquem as diversas relações estabelecidas entre os grupos sociais a partir do trabalho, dos valores, por meio das relações de vizinhança, costumes e da reprodução de relações variadas (SILVA, 2007, p. 04).

Nesse sentido, percebemos que a imensidão de fatores que perpassam nossa vida cotidiana pode ser compreendida cientificamente, e essa categorização requer que analisemos sistematicamente em quais contextos eles se dão.

Para Silva (2007), cotidiano é a imersão por completo dos sujeitos e as “funções” dos seus sentidos nos seus afazeres, considerando que ali está a materialização da vida, dos laços sociais e das relações que esses sujeitos estabelecem. Mas, essa autora chama à atenção para a complexidade da realização da satisfação humana no cotidiano que, por se dar em um ambiente com relações muito amplas e distintas, apresenta, conseqüentemente, limitação para a efetivação por completo dessa satisfação humana cotidiana.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidade. Na vida cotidiana colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se nem de longe em toda a sua intensidade” (HELLER, 1972 *apud* SILVA, 2007, p. 03).

Assim, o cotidiano envolve aspectos gerais da vida, momentos da vida social, cultural, emocional, etc., que extrapolam as relações de trabalho. Realiza-se não somente em aspectos econômicos ou políticos, mas “*se materializa nas atividades desenvolvidas e vivenciadas pelo homem a partir de sua condição como ser individual e ser genérico*” (SILVA, 2007, p. 03).

E em se tratando, na nossa pesquisa, de sujeitos moradores de assentamentos de Reforma Agrária é importante considerar as várias dimensões que circulam nesses espaços. Sabe-se, como já descrevemos anteriormente, das atribuições político-formativas que são direcionadas a esses sujeitos pelo MST como forma de capacitá-los para a atuação prática, tanto no enfrentamento político da luta de classes, como das questões próprias da vida orgânica, produtiva e estrutural das famílias desses assentamentos. Além de vários outros contatos que esses sujeitos estabelecem, essa prática formativa incorporada ao cotidiano, modifica os modos convencionais da vida no campo, passando por “transformações” para atender às demandas da sociedade, ou desses sujeitos em coletivos.

Por exemplo, ao se criar as estruturas produtivas (como uma agroindústria de beneficiamento de cana, por exemplo) visando à coletivização da produção do Assentamento, a rotina das pessoas passa a obedecer a uma centralidade

determinada em função dessa produção. Assim, demais questões da vida cotidiana sofrem influências dessa relação social de produção, tais como tempos/horários, recursos financeiros, reuniões, cursos, etc.

E, da mesma maneira, podemos acrescentar a “qualificação” de caráter político para a resistência dos camponeses, sendo esses sujeitos atuantes constantemente na disputa de modelos de sociedade, sempre na perspectiva de continuarem morando e trabalho no campo com dignidade.

### **6.1 - O Assentamento Aruega**

A metodologia adotada para trabalhar os dados coletados, analisando-os, foi fazer um agrupamento dos mesmos a partir das respostas dos sujeitos que combinavam entre si, ou seja, as perguntas encaminhadas e apresentadas pelo pesquisador nas reuniões possibilitou que os assentamentos indicassem um número de famílias ou de sujeitos para respondê-las, respeitando sempre o critério de ampliar a participação na coleta de dados, abarcando a maior diversidade de sujeitos e, conseqüentemente, seus pontos de vistas.

Para alcançar esse propósito, as questões remetidas aos grupos de pessoas indicadas pelos assentamentos foram referidas ao contexto do dia a dia do Assentamento, tanto relacionadas ao trabalho produtivo, como também à organização interna, com o sentido de apreender os diferentes enfoques, tais como ligados à educação, à saúde, às relações sociais de vizinhança, etc. e assim deveriam necessariamente ter o caráter descritivo, direto das famílias moradoras, com suas experiências. Todas as famílias assentadas indicadas, de alguma maneira acrescentaram elementos à historicidade local, a partir do ponto de vista de sua participação, pessoal, e mesmo pela contribuição política como militante, reforçando sua inserção nas lutas desses assentamentos.

E nesse sentido, as perguntas que estavam direcionadas ao processo mais geral dos encaminhamentos e das demandas sócio-políticas dos Assentamentos, portanto, foram encaminhadas aos sujeitos que compunham as instâncias de coordenação desses espaços, qual seja, a diretoria das associações e coordenações política. E, como nesse caso, as perguntas

estavam voltadas para o levantamento das informações relacionadas à historicidade das articulações e mobilizações locais e regionais, bem como para a proposta política da época da criação do assentamento e para formação dos seus sujeitos, algumas pessoas foram destacadas para responder essas questões, apesar de não atuarem mais na coordenação política local, mas por atuado por muitos anos.

Notadamente as respostas às perguntas contêm muitas informações de caráter subjetivo, carregando também grande diversidade de opiniões e discordâncias, apesar de ser um conjunto das mesmas perguntas remetidas aos moradores do mesmo assentamento. Assim, estaremos relatando o contexto que evidenciaram essas respostas diversas, observando e cuidando sempre do risco de fortalecer essa ou aquela posição expressa pelos entrevistados, por compreender a dinâmica complexa de inserção, formação, participação, etc., diferentes em número, gênero e grau, conforme a formação das famílias/pessoas dos assentamentos.

Começaremos com os dados coletados das famílias do Assentamento Aruega. Como já referido, a Fazenda Aruega foi ocupada por cerca de 400 famílias Sem Terra em 12 de fevereiro de 1988, com sujeitos oriundos de vários municípios da região, sob forte pressão policial, mas com muita determinação por parte daqueles sujeitos sem-terra, que viam nessa forma de luta sua libertação e conquista da autonomia. Esse trecho da história foi muito bem descrita por Maria da Glória Carvalho (2000) e complementada por Geraldo Zangelmi (2010), entre outros autores.

A narrativa dos fatos do momento da ocupação resgata que ao chegarem ao local onde seria destinado às moradias dos sem-terra, inicia-se também de forma coletiva, a formação dos grupos coletivos e equipes para responder às demandas impostas pelo novo modo de vida, ainda em fase embrionária e, por isso mesmo, permeado de muitas carências e miserabilidade (CARVALHO, 1999; ZANGELMI, 2010).

Nas descrições desses autores, argumentos reforçados pelas entrevistas que fizemos nesta pesquisa, foi nesse momento do acampamento que surgiu a

primeira experiência prática dessas famílias se valendo da coletividade para resolver os problemas também coletivos, na construção da comunidade. Mas, mesmo os problemas de ordem pessoal/individual/familiar foram pontos importantes nas discussões e envolvidos na busca de saídas coletivas, tais como garantias de alimentação, segurança, higiene, saúde, entre outros. Essa experiência pode ser demonstrada pelos cultivos de hortaliças, lavouras, limpezas de terrenos, postos e guaritas de segurança, reuniões para tomada de decisões, etc. tudo feito pelas famílias agrupadas desde o início do acampamento. Como afirma Carvalho, “a *construção dos barracos foi uma das primeiras atividades para a qual se organizaram os acampados de Aruega. E na primeira noite, aconteceu a assembleia (...)*” (CARVALHO, 2000, p. 50).

Das famílias que ocuparam aquela fazenda, apenas 25 foram assentadas. Desse total, um homem assentado veio a falecer posteriormente e, por não ter mais membros da família morando no Assentamento, seu lote foi destinado à Associação Comunitária, e este passou a ser um espaço de uso da comunidade. Com o passar dos anos, os filhos das famílias assentadas e que permaneceram no Assentamento – já que a imensa maioria da juventude vai embora em busca de melhores condições de vida e de trabalho - constituíram novas famílias e se juntaram aos seus pais nos seus lotes.

As famílias moradoras que passaram a habitar esse espaço desde o início, antes da seleção efetiva das famílias a serem assentadas nesse lugar, passaram a identificar dificuldades relacionadas à organização comunitária da produção (mutirão, no início; grupos coletivos<sup>8</sup>, depois), e optaram por diferentes formas de “agrupamento” nesse período. No primeiro formato (mutirão) todos trabalhavam juntos, na mesma faixa de terras, sem repartições, cultivando as mesmas culturas, etc.; e a colheita era repartida igualmente entre

---

<sup>8</sup> Diferenciação entre grupo coletivo [ou núcleos], associação e cooperativa. Associação é uma entidade civil sem fins lucrativos. Presta serviço aos associados. O dinheiro que sobra, ao final do ano, deve ser reinvestido. Não paga imposto para o Estado. Tem estatuto e CGC. Não tem capital, tem bens. Cooperativa tem fins lucrativos, cada sócio poderá receber os dividendos sempre que sobrar. Paga imposto ao Estado. O estatuto deve seguir um modelo padrão - INCRA. Tem capital. Para ser sócio, o trabalhador precisa entrar com uma quota (estipulada pela assembleia). A cooperativa está vinculada ao INCRA. Pode exercer atividades comerciais, conforme suas condições. Grupo Coletivo é a forma de cooperação mais simples. Não precisa de Estatuto, organiza-se comissões, confecciona-se o regimento interno e o plano de produção (SOUZA, 1998, p. 04 – acréscimos nossos).

todos. Percebendo a fragilidade desse modo de organização (em mutirão), em função de limitação de espaço e recursos para essa produção e, conseqüentemente, pouca renda do trabalho, criaram vários grupos com mais de vinte pessoas cada grupo, como alternativa ao “grupo maior”, que se mostrava pouco produtivo (CARVALHO, 2000, p. 58).

Essa organização em grupos menores permaneceu até a saída dos excedentes do Assentamento. Enquanto permaneceram juntos, aquilo que no início era executado em mutirão, passou por uma reconfiguração e houve uma adaptação para a participação de todos os envolvidos, mas com a referência sendo o grupo menor à que fazia parte, como nos descreve a entrevistada A1<sup>9</sup>:

Seguinte, no início na Aruega teve as experiências de grupo coletivo e dividido em pequenos grupos de vinte famílias (...) foram numerados onze grupos de famílias pra estarem trabalhando, aí chegou numa certa altura (né?) que teve que separar o assentamento, aí então esses grupos foram desmanchados. Aí criaram dois grupos (né?). Aí criou um grupo coletivo com onze famílias e o outro restante com mais treze, individuais. E o que sobressaiu foi o individual porque o grupo coletivo depois também se desfizeram... e ficou, é... no grupo individual (Entrevistada A1, agosto de 2013).

Percebe-se, que com a redução das centenas de famílias, permanecendo somente as que ali foram assentadas, foi adotada uma nova reestruturação para a organização e desenvolvimento da produção. Na verdade, nesse momento não foram criados muitos grupos. Segundo a Entrevistada A1, foi criado um grupo de doze famílias que optaram pela cooperação, e as demais famílias (treze), com o recebimento do lote individual, optaram pela iniciativa familiar individualizada para progredir na produção.

Assim, como descreveu nossa entrevistada, o trabalho relacionado à vida comunitária permaneceu coletivo, tais como limpeza do Assentamento, a construção e manutenção das redes de abastecimento de água, a colheita do café, etc. – ou seja, tudo o que pertencia à associação, a todos. E o trabalho relacionado às atividades produtivas prosseguiu conforme a opção dos sujeitos: coletivo e familiar inicialmente, e posteriormente, só familiar.

---

<sup>9</sup> As pessoas entrevistadas nessa pesquisa serão identificadas pelo código “entrevistado/a A”, seguido de um número, com o objetivo de preservar as identidades das mesmas. Suas falas, no entanto, são transcritas na forma literal, sem sofrer alterações por parte dos pesquisadores.

Só que assim... tem o individual para o trabalho na lavoura e tem os trabalhos cooperados da associação, que quando é trabalho que envolve projetos, é... coletivos, faz coletivos. Como da área de café que foi feito numa época que era... individual [a entrevistada se corrige], mas o trabalho coletivo. Ela foi dividida em pequenas áreas, só que o trabalho foi coletivo (...) foi feito de máquina (né?). Aí que veio o trabalho manual e um foi cooperando com o outro na troca de dias de serviço (...). Grupos menores, que ficava... como era várias áreas, então dava pra poder, é... tá interagindo em pequenos grupos, né? Pra andar mais rápido (Entrevistada A1, agosto de 2013).

Desde essa época foi fundada a associação local dos moradores (Associação Comunitária do Projeto de Assentamento Fazenda Aruega – ASCOPAFA), com a função de encaminhar projetos e atender às demandas jurídicas da comunidade. Assim, o grupo coletivo/cooperado valeu-se dessa condição para “buscar” recursos e infraestruturas para melhorar suas condições de vida e de trabalho. E assim, aos poucos foram adquirindo recursos para plantação de café comunitário; para aquisição de caminhão; para instalação de fábrica de cachaça, fábrica de farinha, galpão comunitário, posto de saúde; posto telefônico; etc. Da mesma forma, organizadas coletivamente, as mulheres conquistaram algumas máquinas de costura e uma padaria, e por muito tempo produziram e aumentaram a renda das famílias através da cooperação no trabalho.

No cotidiano, as ocupações das pessoas que participaram da nossa pesquisa apresentaram uma diversidade de atividades, que podem ser assim resumidas: trabalhar na horta e na roça; trabalhar na rádio (pesquisar temas, planejar e levar ao ar os programas na rádio comunitária); encaminhar questões da Associação internamente e externamente; fazer a animação dos cultos e atividades religiosas; estudar; trabalhar no boteco; participar das reuniões e assembleias; realizar atividades da igreja; cumprir tarefas da diretoria da Associação; a professora entrevistada como família assentada diz que traz os trabalhos da escola para casa, além de cuidar da casa/família, fazer cursos, conforme a condição. Trabalhar na fabricação de cachaça; dividir as tarefas da casa com a esposa e filhos.

Surgiu também como parte do cotidiano o “afastamento” maior do assentamento em função de estar, atualmente, desvinculado das tarefas orgânicas do mesmo; ou por ter a recomendação médica para não trabalhar na

roça/atividades agrícolas; ou ainda, porque é aposentado, juntamente com a esposa: nesses casos as atividades são mais ligadas ao lar.

Diante de todas essas atividades do cotidiano das famílias desse Assentamento, é possível compreender a dinâmica nada sossegada dessas pessoas, muito menos ainda em determinados períodos de colheitas, festas, cursos, etc. Da mesma forma, aparece aqui a necessidade da formação contínua desses sujeitos.

Considerando que o movimento social é pedagógico (CALDART, 2005) tomamos uma afirmação de Roseli Caldart (2008) que servirá para esclarecer nossa concepção de formação humana, incluindo aqui as relações em torno desse fenômeno. Eis o trecho da autora:

Desenvolvo uma reflexão sobre a Pedagogia do Movimento e sua relação com a concepção de práxis como princípio educativo no texto “Teses sobre a Pedagogia do Movimento” (2005): na concepção da “práxis como princípio educativo” em Marx cabem diferentes matrizes pedagógicas: o trabalho, a cultura, a luta social, a organização coletiva. E seu raciocínio nos ajuda a compreender que nenhuma matriz pedagógica deve ser vista isoladamente ou deve ser absolutizada como matriz central ou única (de uma vez para sempre, a qualquer tempo e lugar); nenhuma das matrizes tem força material suficiente para dar conta sozinha da complexidade (que se revela cada vez maior) da formação humana. O ser humano se forma pela ação combinada, que às vezes é também contraditória, de diferentes matrizes pedagógicas; dependendo das circunstâncias a influência principal pode vir de uma ou de outra matriz, mas nunca a educação de uma pessoa, ou de um coletivo, será obra de um único sujeito pedagógico. É verdade que existem diferenças de natureza entre as matrizes formadoras. O trabalho é a prática social básica de constituição do ser humano (embora não a esgote) e para Marx tem centralidade na própria conformação da práxis (CALDART, 2008; pág. 08 – nota de rodapé).

Assim, imbuídos nessa visão de que a formação se dá no processo dinâmico da vida, entendemos as situações onde a mesma ocorre. E, quando indagamos aos assentados sobre os *aprendizados e ensinamentos nas relações cotidianas*, do mesmo modo, surge uma diversidade de relatos de momentos e espaços onde estes circulam, tais como: cursos, seminários, oficinas, sobre diversos temas, como saúde, meio ambiente, produção agroecológica, etc. Estes estão presentes nas relações cotidianas onde o respeito, a convivência e outros valores são reforçados. Citam também que alguns temas são debatidos na rádio – bem como fazem pesquisas na internet e divulgam na rádio.



Algumas pessoas entrevistadas fizeram referências à escola e aos debates de alguns temas da realidade da comunidade que estão presentes como: lixo, água, drogas, DST's, recursos naturais, etc., e que também estão presentes nos espaços de diálogo criados pela escola e que são estendidos para a comunidade. Vale ressaltar que a escola, por sua vez, tem um modo de ensinar diferente, canta o hino do MST todas às segundas-feiras - valorizando a identidade dos Sem Terra. Discute como cuidar e colher as plantações, a partir de uma horta existente nas suas dependências, etc. Para o MST, como já analisado em capítulo anterior, essa instituição tem a tarefa de formar os sujeitos assentados, se utilizando desse cotidiano. E de alguma forma, as pessoas confirmam essa troca de comprometimentos, entre a Escola e o Assentamento, ao expressarem tais exemplos.

Alguns entrevistados afirmam que aprenderam desde criança, no início do acampamento, ainda nos grupos de crianças e depois de jovens – fora da escola convencional. Nesse período, as crianças eram ensinadas a cultivar horta comunitária com o objetivo de aprender a trabalhar a terra – ensinar a trabalhar com as hortas e roças; bem como havia o incentivo ao uso de medicamentos caseiros (uma entrevistada cita como exemplo a “pomada milagrosa” que aprendeu a fazer nessa época). Atribuem esse aprendizado à organização do MST, já que não se vê esse modelo/formato fora dessa organização, ressaltando a importância da disciplina, valores, respeito, etc. Carregam os aprendizados até hoje e os colocam em prática. Além dos aprendizados do dia a dia, eles também se divertiam, conheceram autoridades importantes nas viagens que faziam (Ana Maria Freire; Lula; Brizola; Aleida Guevara; etc.).

Há também o sentimento de ter aprendido com a experiência de sofrer por decisões tomadas nas lutas. Um entrevistado (Entrevistado A2) nos chamou bastante à atenção ao reconhecer que “*correu um risco de vida grande*”, quando enfrentou a polícia, as ameaças, a fome. E afirma que, ocupação de terras, sem dúvida alguma, é muito perigosa, e acrescenta:

Não incentivo ninguém a ocupar terra. Ocupamos uma terra errada, por ser imprópria para assentamento; precisou adaptar muita coisa para conseguir sobreviver (Entrevistado A2, agosto de 2013).

O espanto maior se dá quando outro entrevistado, o Entrevistado A3, relata sobre o processo de mobilização em que ele contribuiu na articulação e convencimento dessas pessoas que viriam para a ocupação da Fazenda Aruega, indo inclusive ao estado do Espírito Santo, junto com outros três companheiros, conhecer as experiências nas ocupações de terras que lá estavam sendo gestadas lá, trazendo-as para a informação dos seus companheiros mineiros, que posteriormente as utilizariam na ocupação dessa fazenda.

Passado tantos anos, diante de opiniões tão opostas como a do Entrevistado A2, que também participou ativamente na condução do processo de ocupação da fazenda e organização das famílias, põem em xeque o poder de convencimento da viabilidade da Reforma Agrária, bem como a importância da luta pela terra no Brasil para a satisfação das pessoas (das suas necessidades objetivas e subjetivas), apregoadas esses anos todos. Longe de estar convencido da importância da luta pela Reforma Agrária, o Entrevistado A2 afirma que se converteu ao evangelho e, como religioso, repassa esse entendimento (do evangelho) aos demais moradores.

Por outro lado, essa afirmação torna-se compreensível quando entendemos que nem todas as pessoas estão no momento de assumirem quaisquer tarefas numa organização complexa, sendo necessário respeitar os estágios da formação da consciência desses sujeitos. Segundo Ademar Bogo (2003), *“há níveis de formação, com conteúdos e métodos específicos para cada etapa, respeitando os estágios do desenvolvimento da consciência”* (BOGO, 2003, p. 162). Da mesma forma que essa consciência precisa estar em constante processo de formação para não regredir de seu estágio mais avançado.

O Entrevistado A2 afirma ainda que aprendeu muito e lamenta, infelizmente, com a decisão dos assentados de dividir os lotes. Segundo ele, essa decisão causou prejuízo aos investimentos anteriores: os recursos investidos e as terras beneficiadas ficaram em alguns lotes, outros não ficaram com nada, além das matas. Mas afirma que depois de muito tempo está satisfeito com seu lote, porque já tem uma parte de pastagem formada, recebeu autorização para ampliar a área de pastagem, e aos poucos vai tornando-o produtivo.

Um desses entrevistados, o Entrevistado A3, menciona o cultivo dos valores como um aprendizado que é bastante difundido dentro do Assentamento. Este cita um exemplo de solidariedade para confirmar sua exposição. Relata que no dia da ocupação da Fazenda Aruega, estava desde cedo ajudando a carregar as mudanças das pessoas, quando no meio da tarde, sentiu fraqueza por falta de comida, estava quase desmaiando, e foi amparado pelos demais companheiros.

Ele nos dá ainda uma declaração de satisfação ao relatar as conversas/palestras que desenvolve com estudantes da Escola do Assentamento, contando como foi o início do acampamento. Esse entrevistado aproveita para se queixar da necessidade econômica que leva os filhos a saírem do Assentamento, por falta de estrutura. Afirma que contribui na escola contando a história do acampamento, do ponto de vista de quem participou, porque entende ser esse um momento de valorizar a história local e seus sujeitos.

A intenção, segundo ele, é tentar incentivar os mais novos, “*mas eles não se interessam*”, lamenta. E nosso entrevistado, emocionado ao contar trechos dessa história que também é sua, acrescenta:

*Então, é umas coisa na vida da gente que marca (...). Falar a verdade, eu, eu... falar a verdade, foi dura a luta, mas como diz o caso, é bom porque nada de graça num presta* (Entrevistado A3, agosto de 2013).

Nossa entrevistada (A1) diz que o Assentamento está ficando velho: não está conseguindo renovar nas tarefas, inclusive na recomposição da diretoria da Associação. De um lado o cansaço e do outro lado o desconforto: “*os jovens não aprenderam a lutar em prol da garantia dos seus direitos, por isso não se sentem à vontade de participar, nem estão satisfeitos com o que tem. E os mais velhos já estão cansados*”, afirma Entrevistada A1. Com essa afirmação, essa entrevistada menciona sua preocupação com a estagnação do Assentamento e os rumos para o futuro.

Para ela, já são 18 famílias moradoras do Assentamento que se originaram de casamento dos jovens que acharam um jeito de continuar morando ao lado de

seus pais. Na época do Acampamento, segundo informações do MIRAD (antigo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário), *“cerca de 46% da população acampada era constituída por crianças entre 1 dia e 10 anos de idade; 31% de 11 a 20 anos e o restante por pessoas com mais de 20 anos, de ambos os sexos (MIRAD, 1988<sup>a</sup> apud CARVALHO, 2000, p. 56)*. Por falta de acesso aos dados atualizados, não refletiremos sobre onde e/ou como estão esses jovens, bem como outras informações acerca desses sujeitos, mas percebe-se o esvaziamento do assentamento em relação ao seu início.

Compreendemos a partir desses dados, que o êxodo castigou enormemente a população jovem desse Assentamento. E ainda, segundo nossa entrevistada, os prejuízos não se resumem somente ao esvaziamento da juventude do Assentamento, mas também ao fato de não ter maior quantidade de terras disponíveis para a produção agrícola (área agricultável pequena) e a completa ausência de financiamentos para os projetos desses sujeitos que permaneceram. Em outras palavras, não há incentivo para os jovens continuarem morando com seus pais nos lotes dentro dos assentamentos de Reforma Agrária. E mais, além de não ter condições para investir na produção, há também a falta de maior compreensão desses pais ao entenderem que a terra será do filho no ato da partilha da herança, portanto, o filho precisa esperar no lote “subjugado” pelo pai, segundo nossa entrevistada.

Para Esmeraldo Santos (2007), é necessário envolver cada vez mais todos os membros da família em todos os processos desenvolvidos no assentamento e/ou no lote, possibilitando que essa juventude saia do anonimato, e adverte:

Destacamos, ainda, que a família tem um papel importante no MST, principalmente para os jovens. Ao longo da sua história, o MST, utiliza-se do termo “famílias assentadas” que abrange crianças, jovens, adultos e velhos, além de contemplar a distensão de gênero (filha, mulher, senhora, etc.). Aos poucos eles vão saindo do “anonimato”. Só nos últimos anos é que o termo juventude e mulher aparecem com mais assiduidade nas discussões do MST e são refletidos nos seus materiais (SANTOS, 2007, p. 09).

Por outro lado, os pais desses jovens também já contraíram dívidas decorrentes de projetos para investimentos no lote, o que impossibilita adquirir mais recursos e projetos em benefício de seus filhos. Aos filhos, longe de se verem imediatamente contemplados pelo processo de Reforma Agrária,

continuam à margem dos debates, das decisões e encaminhamentos feitos internamente nos assentamentos, que implicam no futuro do mesmo, bem como na sua formação e capacitação para o trabalho no lote, para “esse futuro”. Em outras palavras, muitos filhos/as se mudam do Assentamento para as cidades grandes, e os que continuam morando nesse lugar não se inserem na lógica organizativa e diretiva, continuando a cargo dos seus pais, que na imensa maioria estão em uma faixa etária que não projeta ousadia, rebeldia e perspectivas como o fizeram no início desse Assentamento.

E foi assim que, seguindo nesse percurso destinado à coleta de dados no Assentamento Aruega, momento especial para aprofundar o contato com os sujeitos desse lugar, que despertou-nos outras questões relacionadas indiretamente à pergunta principal dessa pesquisa, tais como: passado vinte e seis anos desde sua criação, qual o lugar dos filhos nesse Assentamento? Esses filhos veem na Reforma Agrária a possibilidade de se libertarem e alcançarem sua autonomia, como viam seus pais no início do Acampamento? A inserção desses filhos na vida política e social do Assentamento depende da posse da terra ou, em outras palavras, os recursos financeiros determinam quem irá atuar junto à coordenação local?

Essas respostas não serão obtidas a partir dessa pesquisa, mesmo porque não é nosso foco principal. Mas também porque estamos diante de muitas informações e perguntas novas sobre a vida desses sujeitos. A partir dos dados coletados, concentraremos nossa atenção em nossa questão principal, mesmo sabendo das limitações e enquadramentos à que fomos expostos.

Perguntados sobre quais foram as principais atividades já desenvolvidas no MST, os/as entrevistados/as citam uma grande quantidade de eventos e acontecimentos para ilustrar as participações, dentro e fora do Assentamento. Desde a participação em formação antes da ocupação, como também marchas; encontros de Sem Terrinhas; manifestações variadas (nas rodovias, no INCRA, nas ruas e avenidas da capital do estado - Belo Horizonte, etc.); encontros do MST no estado de Minas Gerais e também de outros movimentos sociais; reuniões; seminários; assembleias locais, regionais e estaduais; diretoria da Associação do Assentamento; trabalho de base para outras

ocupações no município, na região e em outras regiões do estado; ocupações de fazendas e prédios públicos, etc. E tem ainda um entrevistado que foi presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Novo Cruzeiro; outro participou do Conselho Municipal do Hospital de Novo Cruzeiro; um terceiro participou do CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável); outro foi vice-presidente da ARMICOPA (Associação Regional Mucuri de Cooperação dos Pequenos Agricultores). E todos atribuem essa atuação aos ensinamentos adquiridos nos processos formativos do MST.

Outro entrevistado cita a responsabilidade por contratar os caminhões que transportaram as famílias para a ocupação; e ainda afirma que esteve em reunião do INCRA (e outros órgãos) que encaminhou a desapropriação da Fazenda; foi diretor da Associação por vários mandatos. E, ao relatar isso, nosso entrevistado o faz expressando motivos de muita satisfação.

O outro entrevistado, que anteriormente demonstrou seu ressentimento pelas condições da fazenda ocupada, bem como seu não incentivo à ocupação de terras, afirma que foi organizador de um dos grupos de trabalho comunitário: coordenava o “*grupo 06*”. No ano de 1992 se tornou secretário da Associação, cumprindo a função por dois mandatos; depois se tornou membro do Conselho Fiscal. E daí em diante, nunca mais assumiu tarefas. Não participou de nenhuma marcha e nem menciona outras participações em eventos e espaços do MST, o que nos remete a associar suas mudanças de concepções à estagnação da formação de sua consciência.

Outra entrevistada diz que se mudou do Assentamento para estudar e retornou quando se formou professora e que se reconhece como militante do MST. Afirma ter participado de muitas atividades; na maioria delas sua atuação estava relacionada à luta do MST por educação, tais como: ocupações, marchas, lutas por escola no Assentamento. Já atuou também na diretoria da Associação; foi membro do grupo de jovens; e compôs o Setor Estadual de Educação do MST. Teve uma atuação como militante em outras regiões do estado de Minas, acompanhando os assentamentos da região do Triângulo Mineiro. Afirma ainda que participou de eventos nacionais como o I ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária e o I ENEJA – Encontro

Nacional de Educação de Jovens e Adultos; além de Congressos Nacionais do MST.

Nossa entrevistada (Entrevistada A1) faz parte do grupo de famílias dependentes, isto é, são os/as filhos/as dos assentados (24 famílias), que constituíram suas próprias famílias e continuaram morando no assentamento (18 famílias), como já descrevemos anteriormente. A mesma não tem acesso aos projetos viabilizados pelo INCRA (e outros órgãos públicos) e demais investimentos que são direcionados aos (demais) assentados. Apesar disso, nunca deixou de contribuir de diversas formas com a organização local, visando às melhorias da “sua” comunidade e do seu entorno. Refere-se a essas lutas e aos enfrentamentos ao poder público na luta pelo direito à escola - o prefeito da época preferia “a emancipação do assentamento” à criar a escola no mesmo; o documento da escola diz que a mesma é do INCRA e administrada pelo estado porque não foi criada pelo município/estado, mas pelo INCRA) - como sendo de suma importância para sua formação (formação da sua consciência).

Outra pergunta nossa busca identificar as diferentes formas e relações de trabalho no Assentamento. Para alcançar a resposta (dessa pergunta) foi necessário recorrer ao grande leque de modelos organizativos (muitos já mencionados anteriormente) que perpassaram a história do Assentamento, mas que ainda permanecem em maior ou menor medida nos dias de hoje. De toda forma, segundo os entrevistados, esse processo serviu para dar alternativas e opções de escolhas hoje para as famílias, que os adotam conforme a necessidade.

Assim, as variadas formas e relações de trabalho no Assentamento circulam em torno de: (i) trabalho individual/familiar no seu lote; (ii) trabalho remunerado, na forma de pagamento pela diária do companheiro assentado, da comunidade; (iii) trabalho não remunerado - troca dias de serviço com outros assentados, por exemplo; (iv) trabalho coletivo/comunitário, no cumprimento das tarefas e serviços da comunidade; (v) trabalho solidário para o atendimento às demandas dos companheiros, como de pedidos de anúncios na rádio, por exemplo; (vi) trabalho nas tarefas da Associação; (vii) trabalho coletivo entre as

pessoas da mesma família; entre outros. Ressaltando sempre que o trabalho de mutirão permanece até hoje nas áreas comunitárias e o individual/familiar na produção desenvolvida nos lotes.

Há ainda o depoimento de um companheiro que cedeu parte do seu lote para outros assentados cultivarem, *“porque a terra dos lotes deles são menos férteis”*, ou ainda como no caso desses exemplos dados por Entrevistada A1:

E hoje ainda continua mutirão para equipe de limpeza nas áreas comunitárias, no caso da farinha, ou quando tem uma pessoa doente também, as outras pessoas se preocupam de ir lá fazer o mutirão, sem cobrar nada em troca, né? De ir lá ajudar o companheiro (...) a área da pracinha... (Entrevistada A1, agosto de 2013).

A maioria desses entrevistados afirmou categoricamente que o trabalho do tipo cooperado não funcionou no Assentamento. Segundo o Entrevistado A2 *“somente dá certo em cooperativas porque têm recursos e muitas pessoas para tocar as atividades, diferentes desse Assentamento”*. Mesmo assim, fizeram alguns projetos que acabaram tendo a execução alterada: *“fez projeto pra uma coisa e investiu em outra produção; fez projeto pra farinha e investiram na plantação de capim”*, reclamam.

Outro exemplo está na instalação do poço artesiano, onde no início foi feito um debate de como seria a utilização da água do mesmo. Apesar disso, pelo fato de ter quantidade de consumidores diferentes em cada família, o valor do pagamento é o mesmo para todas as famílias dos moradores, o que não está correto, conforme questionou outro entrevistado. E assim, *“o coletivo não funcionou e nem funciona. Já tentou em grupinhos e grupão, e não funcionou”*, acrescenta o Entrevistado A2.

Nas perguntas relacionadas à formação teórica propriamente dita, no geral, as pessoas se colocam como participantes ou não dos espaços e eventos do MST. Vale lembrar que, esses entrevistados são famílias moradoras, com uma longa trajetória no Assentamento e no MST, mas que atualmente não atuam como coordenadores do Assentamento, apesar de alguns estarem na atual gestão da diretoria da Associação. Eles, portanto, não se reconhecem como militantes, que, preocupados com a qualificação e capacitação, buscam



promover situações para que a formação atinja um maior número de pessoas do Assentamento.

E, ao serem perguntados sobre como/em que identificam a formação do MST no Assentamento, as respostas vão na mesma direção, qual seja: o acompanhamento do MST, somado às diversas atividades desse Movimento, serviu para moldar as práticas da comunidade. Afirmam que, pelo fato de nem tudo ser seguido na prática cotidiana dos moradores, não significa que não tenham aprendido em algum momento com o Movimento, e exemplificam citando a relação com o meio ambiente (evitando desmatamentos e queimadas, preservando as nascentes, etc.). E ainda, que essa prática ficou mais acentuada depois que os lotes foram divididos, tornando mais individual.

A maioria deles/as afirma que participou de poucos estudos formais e das atividades formativas externas do MST, mas ressaltam que a formação desse Movimento é diferente: “a escola é diferente: nos temas trabalhados em sala de aula, o respeito aos educandos, etc.; a solidariedade entre as famílias, acudindo as necessidades dos demais; cuidado com as plantas; o respeito à opinião e vez do outro falar nas reuniões”, acrescentam.

Um desses entrevistados, o Entrevistado A2, relatou ainda que a formação do Movimento continua, mas não trouxe muitas vantagens não. *“Somente porque tornou o Movimento conhecido das famílias”*, resume.

Para outro entrevistado, o Entrevistado A4: *“segundo o que ouve, o Movimento tá quase falido, não ouve falar mais como antigamente. O Movimento não tá muito focado no Assentamento; tem um rapaz que faz parte do Movimento”*, acrescenta Entrevistado A4. Nesse trecho da fala dele, percebe-se seu não reconhecimento de pertencimento ao MST, que imagina ser uma instituição que as pessoas se vinculam e se filiam. De todo modo, ele não se sente MST. Ou seja, a formação do MST não deu conta de convencê-lo a se tornar parte orgânica, que ele atribui aos militantes que tem tarefas fora do Assentamento, ao citar o exemplo “desse rapaz”.

De acordo com a definição apresentada por Maria da Glória Gohn (1997):

Atuar segundo um movimento/organização implica na tarefa contínua de formar esses quadros. O processo de educação política ganha relevância e o educador que atua nos cursos de formação é também um formador político. Neste sentido, Boaventura Santos tem razão ao afirmar que 'os movimentos são produzidos pelo encontro entre intelectuais de pensamento crítico e pessoas das camadas populares onde se confrontam ideias, saberes, práticas, produzindo organizações que, aos poucos, vão se transformando em sujeitos coletivos, expressão de movimentos sociais populares (GOHN, 1997, p. 107).

Já uma entrevistada afirma que o que ainda se encontra de trabalho coletivo no Assentamento é traço da formação do MST que continua desde o início do Assentamento, a saber: as moradias em agrovilas (facilidade no acesso à energia, água, saúde, educação, telefone, etc.; bem como à possibilidade de contar com a vizinhança); o uso da bandeira do MST que está sempre à frente das atividades festivas, religiosas, etc.; a continuação da prática da celebração da mística, etc.

A questão seguinte se refere à socialização dos saberes dentro do Assentamento, buscando apreender as diferentes formas de aprendizado (bem como a diversidade desses aprendizados). Segundo esses entrevistados, sobre a socialização dos saberes é possível citar desde o encontro de Sem Terrinha, onde as crianças deveriam participar (mas ressaltam que não está acontecendo nos assentamentos) com todos os membros da família (e não só o pai ou a mãe que participa efetivamente). Citam também outros veículos e espaços como a rádio; a escola; as reuniões; as assembleias; as celebrações religiosas, que são momentos de socialização das vivências e experiências desses sujeitos.

Um entrevistado (Entrevistado A5) valoriza mais a assembleia como espaço de socialização por considerar o meio mais eficaz, em contraposição à rádio comunitária, que segundo ele, tem pouca função nesse sentido. Ele afirma ainda que os aprendizados dos cursos há alguns anos eram debatidos nos grupos – trabalhando juntos nas atividades produtivas. No entanto, ressalta que atualmente “*vai aprendendo e ensinando individualmente*”, conforme o convívio e o interesse de cada um. Para ele, esse cuidado dos militantes e dirigentes políticos do MST tem um sentido para que não deixar esquecer a história. E ainda, que é importante ler os documentos existentes (Estatuto da Associação,

Contratos de Concessão do INCRA, etc.) para evitar que os modismos tomem conta da comunidade e que alguns falem dos problemas dos outros, se baseando e se orientando coletivamente por esses documentos e acompanhamento.

Outro meio de socializar os conhecimentos é, por exemplo, no retorno das pessoas indicadas pela comunidade para estudarem em cursos fora do Assentamento, através da participação nas reuniões/assembleias para expor o que foi aprendido; outros repasses são feitos também na prática, dependendo do curso realizado (como no caso das oficinas que ensinaram a fazer defensivos agrícolas para combater pragas nas plantações – depois de prontos, os defensivos foram doados para a Escola do Assentamento).

Indagados acerca de quais foram as atividades relacionadas à formação já desenvolvidas no Assentamento, responderam com maior destaque para a existência de cursos e ensinamentos teóricos: cursos locais de formação abordando diversos temas. Apesar disso, nas observações e conversas informais foi possível identificar outras formas também práticas de formação, tais como as oficinas de arte/artesanato para fazer balaios, cestarias, enfeites, etc., de cipós e taquaras, desenvolvidas por um assentado aos alunos da Escola na forma de projeto pedagógico. Ou ainda, foi perceptível na nossa visita à rádio comunitária, a preocupação com a formação a partir da prática de orientar e preparar outros jovens para se assumirem comunicadores, a fim de trabalharem na mesma rádio comunitária, posteriormente.

Em resposta às perguntas anteriores, foi evidenciado que o Assentamento passa por um momento de estagnação das suas formas de organização, salientando a falta de participação das novas famílias na vida política e social do Assentamento. Quando a pergunta pediu luzes sobre as novas/ inovações nas relações de trabalho e de produção no Assentamento, foram apresentados muitos argumentos para reafirmarem essa situação. Assim, não havendo novidades nas relações de trabalho e de produção desse Assentamento, conclui-se que, de fato, formas antigas podem não atrair a atenção e incentivo aos mais novos, que gastariam energias nesse lugar.

Apareceram também como respostas à essa pergunta que as condições climáticas interferem nos cultivos (o que se plantava antigamente e as quantidades não foram possíveis manter nos dias de hoje); que há uma necessidade de fazer rodízio de culturas e de áreas cultiváveis, em função do desgaste do terreno e de seu pequeno “trecho”; que apesar de terem uma farinheira, ela não se encontra em funcionamento porque não tem nem mandiocal; ou mesmo, resumidamente, que não são percebidas novas formas/relações de trabalho no Assentamento. Mas, pode-se observar que outras estruturas também deixaram de receber maiores atenções, o que contribui para a impressão de parada no tempo.

Essas pessoas, que foram incumbidas de responder as perguntas desta pesquisa, ainda tiveram como desafio a caracterização de formação do MST, Reforma Agrária e implementação de mudanças no Assentamento, na tentativa de captar qual a associação que os mesmos fazem desses conceitos tão presentes na vida das pessoas em áreas de Reforma Agrária.

Aqui, a impressão é que eles seguem tecendo comentários sobre suas vivências, e com certo “ar de nostálgico”, do que conseguindo atualizar o debate sobre esses temas, na perspectiva de repensar a trajetória da comunidade e apontar novos caminhos.

Em respostas à pergunta, ao fazer os comentários relacionados à formação do MST, um dos entrevistados afirma que é necessário ter Centros de Formação mais próximo ao Assentamento para facilitar a participação dos Sem Terra assentados. Muitos desses entrevistados disseram que a formação é boa, citando variados exemplos, tais como: “não pode usar químicos nas plantações, fazer queimadas, respeitar a religião dos outros, etc.”. Outro entrevistado diz que o Movimento contribui na formação, mas as pessoas não conseguem implementar os aprendizados no Assentamento (Entrevistado A5).

E ainda, uma das pessoas entrevistadas disse que o conhecimento proporcionado pelo MST possibilitou às pessoas mudarem de vida, a buscarem mais e melhores condições de vida e de trabalho, a partir dessa formação do MST. Ilustra essa fala citando as estruturas que eles conquistaram, inclusive

economicamente, o que lhes possibilitou liberdade e autonomia frente às relações de trabalho existentes na região (assalariado, meeiros, posseiros, etc.), visto que não precisam ser empregados de fazendeiros.

No que se refere à Reforma Agrária, os comentários são de que há muitas conquistas, como também há frustrações pelas promessas feitas e que não foram cumpridas. Reclamam, inclusive, da burocracia dos órgãos ligados à Reforma Agrária: “os assentamentos esperaram muito tempo para receber os créditos”, contesta o Entrevistado A4.

Outra evidência citada é a dificuldade que enfrentaram para alcançar a desapropriação da fazenda, mas reconhecem que a dificuldade hoje em dia é maior do que foi no início desse Assentamento, havendo atualmente muitos acampamentos com quinze anos e sem expectativa de data para solução dessa situação levando a maiores índices de desistência das pessoas por conta da demora da desapropriação.

Afirmam ainda que a Reforma Agrária “*deveria dar mais certo*”. E justifica:

Muita gente pensava que era só um pedaço de terra, mas ela beneficia todo o país. Falta mais apoio dos governos competentes; a Reforma Agrária é boa, mas não pode ser realizada fora da política – dá certo, se não desistir (Entrevistado A5, agosto de 2013).

O Entrevistado A2 afirma que a Reforma Agrária, da maneira que está sendo feita, pode parar. Para ele “*Tem que ser feita do jeito que é na bíblia, quem tem 10 filhos, tem que receber mais terra que o outro que não tem essa quantidade de filhos*”, sugere o entrevistado. E acrescenta que “*precisa ser destinada a quem vai trabalhar na terra. Apesar de coisa do governo, os assentados devem bater duro para mudar. Se for tudo dirigido por Associação também não sai nada não – é mal sucedido*”. Segundo esse entrevistado, não pode ser conduzido por dirigentes da associação, porque assim o dinheiro “não sai nada” para a aquisição dos equipamentos e infra estrutura.

Nossa entrevistada (Entrevistada A1) afirmou que a Reforma Agrária naquela fazenda trouxe as condições de trabalho e renda aos assentados e também de pessoas de fora do Assentamento (trabalhadores/as da escola, da saúde, etc.);

e aponta como resultados diretos do processo de Reforma Agrária: saúde, trabalho/emprego, segurança, casa, etc. E justifica sua afirmação dizendo que os familiares dos assentados que não se inseriram na luta pela Reforma Agrária não estão em condições melhores que os ali assentados, independente de onde estiverem.

Quanto às mudanças locais, tem várias coisas precisando mudar, afirmam os entrevistados. No atendimento à saúde; na consciência política dos jovens; na extração de madeira das matas do Assentamento; no êxodo dos jovens do Assentamento. A Entrevistada A1 pergunta: *“quem vai tomar conta do assentamento?”* (Entrevistada A1, agosto de 2013).

Dizem ainda que as pessoas precisam se sujeitar mais aos combinados coletivos, como era no início, mas, que, com a divisão dos lotes foi ficando cada vez mais difícil centralizar as práticas individuais.

## **6.2 – O Assentamento Santo Dias**

Fugindo da ideia de tecer comparações entre os dois assentamentos pesquisados, entendemos que se faz necessário ressaltar que o assentamento Santo Dias, que tem como data da ocupação o dia 30 de outubro de 2002 se insere em um contexto histórico conjuntural bastante diverso do assentamento Aruega. Conforme já descrito em trechos anteriores, a trajetória da luta pela terra e do MST sofreram muitas alterações, dependendo da conjuntura política em geral, e dos governos em particular. E, com esse acúmulo de experiências, provavelmente os assentamentos mais novos fugiram de problemas vivenciados nos primeiros assentamentos do MST.

Assim, ao escolher esses dois Assentamentos para averiguação de nossas questões, levamos em consideração inclusive esse tempo conjuntural de criação dos mesmos e da correlação de forças em torno da bandeira da Reforma Agrária, na sociedade brasileira. Mas também, ressaltamos e consideramos importantes para a pesquisa outras diferenças de caráter mais

regionais como: geográficas, climáticas, culturais, econômicas, históricas, etc. Ou seja, estando cada um desses Assentamentos localizados em uma região completamente diferente da outra, do ponto de vista do clima, vegetação, relevo, cultura, historicidade, como do ponto de vista sócio econômico (sobre essas informações ver SANTOS & PALES, 2012), apesar de pertencerem ao mesmo estado da federação, fomos levados a crer que a luta pela terra e suas articulações possivelmente se deram de forma distinta, no tempo e no espaço.

Como já descrito, a Fazenda Capão Quente foi ocupada por 96 famílias de trabalhadores rurais, sendo 80% vindos da mesma localidade (Aparecida do Sul), mas só pudera assentar nessa fazenda, efetivamente, 49 famílias. Muitas dessas famílias hoje assentadas vieram do estado de São Paulo<sup>10</sup>: a princípio se mudaram para acampamentos na região do sul de Minas, posteriormente foram convidadas para assumir lotes no Assentamento Santo Dias (PDA, 2008).

Assim que se estabeleceram no local, ou fazendo barracos de lona ou ocupando as construções existentes na fazenda, que estava abandonada, se organizaram em um mutirão de dois dias para limpeza de área e posteriormente realizaram um plantio de subsistência de arroz, feijão, milho, e etc. Até o momento da colheita da plantação, essas famílias recebiam doações vindas de Aparecida do Sul e apoios do MST. Já fora mencionado anteriormente, também nesse texto, a importância que a organicidade interna cumpriu no primeiro momento, nesse acampamento.

Em épocas diferentes, mas mantendo a organização com a ênfase na coletividade, os dois Assentamentos pesquisados tem em comum, entre outras coisas, a preocupação política do MST relacionada ao fortalecimento dos laços e vínculos comunitários para fazer frente às adversidades próprias dessa forma de luta, como afirma Ademar Bogo (2003), *“assim se transforma, não só o espaço físico, mas também a conduta humana, e possibilita, através da convivência, o surgimento de um novo ser humano”* (BOGO, 2003, p.161).

---

<sup>10</sup> Aliás, Sidney Dias, que empresta seu nome à um núcleo do assentamento, foi um companheiro que colaborou com a luta do Movimento Sem Terra e morreu em um acidente de caminhão que trazia de mudança um grupo de companheiros e companheiras de Ribeirão Preto para Campo do Meio (PDA, 2008).

Aliás, vale ressaltar que o surgimento do MST se deveu ao fato de, em determinado momento histórico conjuntural, identificarem as fragilidades das ocupações localizadas e isoladas, quando optaram pela unificação em um movimento nacional, o MST (sobre esse contexto, ver CALDART, 2004). Isso explica a importância dos espaços coletivos e a sociabilidade dos sujeitos para a luta desse movimento.

Dessa forma, constata-se a partir dos dados levantados nos Assentamentos pesquisados, que, quando chegaram aos locais definidos para montarem os acampamentos, os sem-terra já “imaginaram” a necessidade de mobilizar recursos para tornar aquele espaço o mais comunitário possível, foram se territorializando, como afirma Bernardo M. Fernandes (2001):

Quando os movimentos contemplam objetivos mais amplos, que não seja apenas resolver o próprio problema, mas inserir-se no processo de luta, e as lideranças promovem espaços de socialização política, para a formação de novas lideranças e experiências, a tendência é de desenvolvimento da forma de organização, espacialização e territorialização. Dessa forma, amiúde, trabalham não somente com o próprio problema, mas carregam a dimensão da luta pela terra, organizando novos grupos de famílias, inaugurando novos lugares, espacializando e territorializando o movimento e a luta. Todo movimento socioterritorial nasce de um ou mais movimentos sociais isolados (FERNANDES, 2001, p. 08).

Uma válida experiência produtiva coletiva, desse Assentamento, pode ser destacada no ano de 2004, através de um projeto de incentivo à produção agrícola do governo estadual, o Prosan (Programa Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional), que foi implantado em Minas Gerais no ano de 2003 e era coordenado pelo Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea – MG. Com recursos desse projeto, foi iniciada uma horta coletiva maior e melhor estruturada no Assentamento – nessa época já havia outras hortas, inclusive coletivas. Junto com esse trabalho, também se iniciou os plantios das matas ciliares mais próximas do acampamento e o plantio de uma agrofloresta, e em 2005, o acampamento ganhou um prêmio de agroecologia pelo MDA (PDA, 2008).

E isso incluía todos “ramos” da vida que passariam a dividir entre si, daí a criação de várias equipes de trabalho, setores, coordenações, mutirões, etc. A



partir de então, o problema que antes era individual e/ou familiar, seria imerso num contexto comunitário, como afirma Roseli Caldart, “*por considerar e afirmar a luta social e a organização coletiva (constituidoras do Movimento Social) como matrizes formadoras*” (CALDART, 2008, p. 07). As conquistas seriam coletivas, mas as dificuldades também seriam repartidas entre os moradores. As relações de vizinhança precisavam se adaptar e inovar, sabendo que não haveria lugar para determinadas opiniões e condutas que estivessem em desacordo com a nova forma de organização coletiva dessas pessoas.

E foi no bojo de muitas dessas discussões que as famílias assentadas decidiram, depois de muitos debates e com a participação de técnicos e de mediadores do MST, numa argumentação de que era mais conveniente com as possibilidades e limitações geográficas e técnicas locais, que a área do Assentamento Santo Dias deveria ser parcelada e organizada em: (1) dois núcleos de moradias que se organizariam territorialmente em lotes individuais de produção, sendo um totalmente individual e o outro com 40% das terras do núcleo para uso coletivo; (2) os outros dois núcleos de moradias, em unidades familiares, porém um, com lotes individuais de produção e o outro com lotes coletivos de produção (PDA, 2007).

Relatos nos dão conta de que nessa discussão e combinação feita entre as famílias assentadas, respaldadas por questões técnicas, políticas e geográficas, verificou-se a defesa de questões objetivas e subjetivas desses mesmos sujeitos. Essas questões perpassarão toda a nossa discussão, daqui em diante, por estar diretamente relacionada aos interesses de melhorias das condições de vida e de trabalho, objetivo principal dos envolvidos, no entanto, insistindo para que isso se dê dentro de uma coletividade assumida inicialmente, mesmo agora diante de suas “determinações externas”.

A metodologia para coleta dos dados e sistematização dos mesmos nesse Assentamento é a mesma adotada e já descrita, utilizada no Assentamento Aruega. Baseia-se em, após apresentada a proposta na coordenação local, e pensando na diversidade de sujeitos que essa pesquisa almejava atingir, foram indicados/as pessoas, famílias, militantes e parceiros/as, que atenderiam aos

nossos critérios pré-estabelecidos. E assim, além das observações e dos estudos dos materiais já existentes, foi feito também as entrevistas para coleta de dados.

Vale ressaltar antecipadamente que, tanto as informações do cotidiano desses sujeitos, como os processos de formação em que são envolvidos pelo MST, salvo exceções relacionadas ao tempo histórico e localização geográfica-regional desses Assentamentos, não há muitas diferenças. Ao contrário, a vida dos Sem Terra desses Assentamentos pesquisados são muito semelhantes, e em alguns casos são iguais.

Em relação à nossa questão que visava captar *as ocupações do cotidiano dos sujeitos desse Assentamento*, obtivemos informações que giram em torno de trabalho mais intenso de segunda-feira a sexta-feira, em grande medida com pessoas que vão para fora do Assentamento e, ao chegar em casa depois das 16 horas da tarde, cuidam das atividades do lote, como também trabalham nos finais de semana, mas em menor intensidade. Aqui ficou evidente a necessidade de algum membro da família, de muitas famílias assentadas, sair para trabalhar fora do Assentamento, em geral para aumentar a renda da mesma, sobretudo, em épocas de colheitas de café. Mas há casos de empregos formais regulares fora do Assentamento, e ainda, há pessoas trabalhando em outras regiões mais distantes. A exceção se dá no caso de algumas famílias que têm algum membro aposentado.

No dia a dia, participam das assembleias e das reuniões do Assentamento, quando realizadas. Alguns fazem parte da diretoria da Associação, e por isso, também dedicam algum tempo para as questões da mesma. Cuidam da casa; dos filhos; dos animais de pequeno porte; das vacas e cavalos, cortando cana, dando extrato, preparando a silagem, etc. Há atividades executadas por tratores e equipamentos (sendo que um dos três tratores pertencentes ao Assentamento é conduzido por uma mulher – que também é motorista de carro). Tem ainda o concerto de cercas dos pastos, das roças e das hortas quando quebram; além do cultivo das hortas e roças que ainda são as atividades predominantes em todos os lares.

No geral, os lotes têm produção muito diversificada para além dos cultivos, e se somam homens, filhos, filhas e mulheres na execução do trabalho, na concepção de *“agricultura de base familiar, cuja renda total é produzida predominantemente pelo trabalho dos membros da família”* (FERNANDES, 2013, p. 02). E assim, sendo todo o trabalho de base familiar, não se tem a contratação do trabalho de outras pessoas na forma de remuneração em dinheiro, salvo raras exceções. Mas há troca de dias de serviço, aquele em que as pessoas se ajudam mutuamente: se juntam para realizar determinada atividade no lote do vizinho e em tempo oportuno recebe esses vizinhos no cumprimento de tarefas no seu lote.

As crianças e adolescentes em idade escolar estudam nas cidades pelo fato de ainda não haver escola dentro do Assentamento. Mas, há alguns desses filhos e filhas fazendo cursos de nível médio-técnico e superior fora do município. O transporte dos estudantes do Assentamento é realizado por um assentado, contratado pela prefeitura local.

As mulheres do Assentamento organizadas realizam as atividades que se voltam a capacitação das assentadas, principalmente, para os cuidados com a saúde, especialmente, através da medicina alternativa, o que possibilita a manipulação de muitas plantas medicinais, fazendo xaropes, licores, sabão, etc. Além disto as mesmas também fazem cursos de capacitação de corte, costura e culinária, aprendendo, ensinando, trocando receitas de doces, tortas, bolos, quitandas. Pra efetivar estas atividades as mulheres realizam reuniões e encontros regulares para estudo e preparo dos produtos.

Assim, essa organização das mulheres já foi capaz de articular recursos para melhorias e ampliação do ambiente de trabalho, oriundos de parcerias com ONG's e estudantes. Bem como já firmou contrato para entrega de produtos para alimentação escolar, vinculado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do governo federal.

Isso se configura numa prática muito proveitosa para a continuidade da formação, já que morando no Assentamento, as pessoas tendem a fazer uso de diversos conhecimentos que adquiriram no decorrer da vida para

acrescentá-los ao cotidiano, visando construir melhores condições de vida e de trabalho. E, ao colocarem em prática esses conhecimentos, acabam por ensiná-los à outras pessoas. Nessa troca, saberes novos surgem e vão se firmando e construindo identidades próprias desses sujeitos, nesse lugar.

Ao serem observados e perguntados sobre os *aprendizados e ensinamentos que circulam nas relações cotidianas*, dentro do Assentamento, ouviu-se muitos depoimentos contendo variadas formas de expressões onde esses saberes se manifestam. E foi possível perceber essas manifestações informadas nos relatos sobre formas de cuidar das roças: no preparo do solo, cultivo, colheita, beneficiamento e comercialização; havendo referências por serem diferentes de outras regiões e estados, já que alguns assentados não nasceram no sul de Minas Gerais. Por exemplo, os conhecimentos sobre o cultivo de café, tão comum no sul de Minas Gerais, não eram dominados por todos os acampados, menos ainda era o cultivo orgânico dessa planta e de outras culturas. Nesse quesito, há ainda o suporte técnico viabilizado por uma parceria com uma universidade da região, contribuindo para minimizar as dificuldades:

Eles acompanham esse café todo mês (...). é um projeto deles, dos alunos, professores e alunos (...). Eles fizeram a análise da terra (...). Eles colhem as folhas do café pra vê que doença tem, né? O café, eu tô levando ele orgânico, né? Levando ele só... sem veneno, sem nada (Entrevistado A8, setembro de 2013).

Assim, quem já tinha ou vai adquirindo experiência nesse cultivo consegue contribuir e disseminar para os demais assentados, expandindo o cultivo e os conhecimentos. Esse mesmo “formato” de socialização de conhecimentos nesse Assentamento pode ser usado para exemplificar o cultivo de lavouras e hortaliças com base na agroecologia. Esse modelo alternativo adotado pelas famílias desde o início do acampamento, para substituir o modelo convencional utilizado na região, que conta com o uso de máquinas, fertilizantes sintéticos, culturas únicas no mesmo local, etc.:

A Agroecologia deve se preocupar com uma agricultura estável em que concilie a sustentabilidade econômica, social, ecológica-ambiental e humana, tendo como referência alguns indicativos, tais como: (1) Investir em sistemas de produção diversificados, integrando a produção agrícola à produção animal. (2) Investir na produção sempre com a perspectiva de diminuição de custos, particularmente no de insumos externos. (3) Adaptar a produção aos potenciais das

unidades da paisagem: lavouras nas áreas de terra de cultura“, nas partes mais planas, férteis e úmidas do Assentamento, utilizando a distribuição natural das chuvas para a lavoura branca anual e o veranico para culturas temporãs; pastagens nas áreas onde estas já estão formadas (PDA, 2007, p.108).

E isso era novidade para muitos recém-acampados. Outros assentados afirmam que aprenderam no Assentamento a criar abelhas e produzir mel, assim como a fabricar as caixas dessas abelhas a partir de reciclagem de sobras de madeiras usadas.

Na alimentação, muitas foram as novidades. Como o que afirma um assentado, dizendo que sua família aprendeu a colocar frutas, verduras e legumes na alimentação diária, atitude que era negligenciada antes de morarem no Assentamento:

É um pessoal que não tem muita regalia, assim com maionese, mais isso, mais aquilo, não. É feijão, arroz, carne e farinha. Cê entendeu? É aquilo lá... Parece uma comida assim... é um dom, né? Um sistema que a pessoa nasceu e criou (...). Hoje não, hoje já mudou um lado porque eu sempre coloco uma couve, às vezes uma alface (...) tem que fazer uma salada, mas se deixar por conta dela os pés de alface fica desse tamanho, as folhas vai criando, secando... (Entrevistado A8, setembro de 2013).

Mas também mudanças se deram com o aprendizado e a inserção de novos “pratos” ao cardápio, muitas vezes com o recurso de mesmo prato feito com ingredientes diferentes, como esse exemplo dado pelo esposo de uma nordestina:

Em São Paulo ela comprava milharina (...). Aqui como não se encontra milharina pra comprar, ela tá descobrindo farinha de milho (...). Ela tá descobrindo aquilo lá pra fazer o cuscuz (...). E outra coisa, quando eu conheci ela, e outra coisa, mais até hoje, tem que tá um pouco brigano pra partir pro lado de verdura. É uma raça de gente que não gosta de verdura, não, não (Entrevistado A8, setembro de 2013).

Uma entrevistada (Entrevistada A7) afirmou que teve que aprender muitas coisas também pelo fato de o marido morar/trabalhar fora do Assentamento. Diante das demandas do lote, com tantas tarefas para cumprir no dia a dia, teve que aprender a dirigir trator e trabalhar com ele, por exemplo.

Outros aprendizados são da ordem da realidade específica local. As relações sociais são alteradas e onde prevalecia a individualidade, essa cede espaço

aos valores coletivos de igualdade, solidariedade, etc. Respeito aos companheiros adultos, crianças e idosos. Inclusive em relação às comunidades vizinhas, onde muitas amizades foram feitas das famílias do Assentamento com outras comunidades.

E ainda, o sentimento de produzir para beneficiar quem não tem essa condição: quanto mais se produz, mais acessível fica a alimentação aos mais pobres.

Outra questão desse Assentamento, atribuída à *socialização dos saberes*, se refere ao projeto que dá acompanhamento a produção de café orgânico, dos estudantes de Machado (cidade da região). Esses estudantes colhem amostras das folhas do café para analisar; trazem folhagens de café para jogar nas plantas; fazem análises do solo, etc. Com esse suporte, a iniciativa de produzir organicamente esse produto com as condições existentes no lote, está avançando. Servindo para divulgar no Assentamento e região essa iniciativa muito ousada e desafiadora.

Em se tratando das principais atividades já desenvolvidas por essas pessoas dentro de espaços e atividades do MST, registra-se a participação de muitos dos entrevistados na Coordenação política do Assentamento (acampamento, núcleos de base, setores e regional.) e na Coordenação Regional. Alguns já participaram de mobilizações fora da região e fizeram muitas viagens para reuniões e cursos. Outros atuaram junto à coordenação do Assentamento (núcleo e setores), na elaboração de planejamento e realização de mutirão (limpeza, roçada, cercas, etc.) e outras atividades. E, há também, os que estiveram em ocupação de outras fazendas e nas atividades orgânicas dentro dos acampamentos e assentamentos da região, como apoiadores. E assim, vale retomar o trecho já citado de Bogo (2003), quando ao comentar as formas que o MST utiliza para promover formação, apresenta a vinculação desse jeito do MST com a realidade e cotidiano dos assentamentos:

*(...) O MST desenvolve a filosofia da formação política dos militantes através da participação, na recriação da vida cotidiana, na cooperação em seus diferentes sentidos e no resgate dos valores com novo conteúdo* (BOGO, 2003, p. 161).

Como já mencionado, algumas famílias desse Assentamento vieram do estado de São Paulo, onde eram acampadas, havendo, por conta disso, relatos de atividades desenvolvidas também naquele estado.

Mas, como em todos os aspectos da vida, no Assentamento também aparece a dinâmica relacionada aos modos de vida e de trabalho, não sendo uniforme, certinho, ao contrário, havendo contradições e conflitos. Como exemplo, uma mulher entrevistada disse que se decepcionou com muitas coisas enquanto atuava na coordenação, e por isso, não pretende voltar a fazer o que fizera. Foi evidenciado nas falas dessa entrevistada, enquanto justificava sua decisão, que muitos dos assuntos são debatidos e encaminhados coletivamente, mas não há “obediência” aos critérios e combinados preestabelecidos e são facilmente abandonados pelos próprios sujeitos participantes. A isso ela atribui que muito do que se fala não se faz (faz diferente daquilo que fala), na prática cotidiana desses sujeitos.

Mas cabe aqui, ainda, a discussão da relação dialética que se estabelece em vários espaços e momentos da história dos assentamentos. De acordo com Ruckert (2012), o que se realiza no assentamento tem um pouco dessa combinação de intercruzamento de saberes do Movimento (MST) e dos sujeitos imediatamente envolvidos, com seus jeitos, valores, opções, etc.

Percebemos, portanto, que as relações entre sujeitos e Movimento na renormalização da atividade são suficientemente dialéticas ao ponto de afirmarmos que este apresenta grande influência na construção dos saberes e valores por parte desses sujeitos, e eles, por sua vez, também trazem saberes e valores que são compartilhados com o Movimento, no setor, na instância de coordenação, nos núcleos de base, no dia a dia, nas relações de convivência, na solidariedade, na luta, entre outros espaços (RUCKERT, 2012, p. 140).

Ainda sobre esse trecho, é possível perceber a partir dos dados, que as atividades organizativas que eram frequentemente realizadas visando a formação política, social, humana e capacitação para qualificar a prática dessas pessoas no seu cotidiano, com e para as pessoas do Assentamento, não estavam em evidência no momento das entrevistas. Assim, em alguns relatos, percebe-se uma insatisfação com esse “abandono” das atividades, que

costumavam fazer. Ou seja, com a mudança das famílias para seus lotes, se afastando da relação de vizinhança muito próxima, muitas pessoas tendem a se envolver com questões estritamente relacionadas à garantia de sobrevivência no lote, deixando questões (inclusive, as coletivas) em segundo plano (SOUZA, 1998).

No que se refere a formação como processo, a tendência é acirrada, uma vez que, esses descontentamentos em relação a determinadas práticas de pessoas, que não adquiriram a formação adequada ou estão “se esquecendo” dos acordos firmados. Em concordância com o que afirma Santos (2007) numa discussão sobre o pertencimento desses sujeitos ao movimento social:

Essa compreensão de movimento social, mais diretamente, do MST reforça a discussão que iniciamos acima, uma vez que evidencia a relação indissociável entre o processo de formação política e o processo de identificação de várias e distintas pessoas com o MST. Ou seja, é a partir do processo dialético (isto é, sem determinantes unilaterais) entre conteúdos, ideias, projetos político-sociais e as diversas experiências, necessidades, práticas individuais ou coletivas, confrontados e efetivados nos cursos de formação política, principalmente pelos jovens sem terra e/ou simpatizantes-colaboradores (jovens estudantes, professores, estrangeiros), que se constitui o processo de identificação com os ideais políticos e práticas do MST (SANTOS, 2007, p. 12).

Por isso, para o MST a formação é entendida como um processo que pressupõe uma relação direta entre a prática e a teoria, visando uma ação transformadora, buscando formar homens e mulheres novos, sujeitos da história e construtores de uma nova sociedade. Assim, o MST compreende o processo de formação, em uma primeira instância, enquanto vinculado à prática, isto é, conhecer é participar como ator da construção da luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação social (SANTOS, 2007).

Mas esse “distanciamento” é naturalmente compreensível, tendo em vista a quantidade de demandas para garantir a sustentação das famílias a partir dos lotes, sem recursos para investimentos, sendo todo o tempo consumido pelas tarefas diárias, não sobrando tempo para o estudo e/ou atividades de formação, com mais assiduidade.

Quando buscamos identificar, na coleta de dados, as relações de trabalho no Assentamento, percebemos que há certa unanimidade nas falas das pessoas e



nas nossas observações reafirmando que, inicialmente eram feitas em mutirão, depois por núcleos, setores e equipes, e posteriormente havendo diferentes formas de execução de trabalho, ou um pouco de cada experiência.

Essas respostas afirmam que o mutirão foi um recurso muito utilizado no início do acampamento, onde as atividades eram desenvolvidas por todos/as, em coletivo/mutirão. E que ainda permanece o trabalho coletivo por núcleos de moradia, além de mutirão nas atividades ligadas à Associação. Apesar disso, muitas falas se referiram ao trabalho individual como predominante – ignorando, inclusive, a presença de pessoas da família do trabalho do lote, transmitindo a impressão de entendimento de trabalho coletivo sendo aquele que envolve muitas pessoas de muitas famílias.

Segundo uma entrevistada (Entrevistada A7), agora dentro do Assentamento, tem as agroindústrias dos grupos de moradias. Na safra passada, por exemplo, ela trabalhou com os produtores de açúcar mascavo porque tem o trator, mesmo não sendo parte daquele núcleo e do coletivo de produtores de açúcar mascavo. Então, as pessoas combinam e se ajudam conforme a situação. Essa entrevistada relata também, que viu problemas nesse coletivo, citando o exemplo da definição de produzir de forma cooperada, mas que não consegue envolver todos os membros do núcleo.

Reconhece que seu núcleo fez a opção pela produção individual/familiar, e não coletiva/cooperada. Ela afirma que gostou da localização do seu lote, independente da forma e relações de trabalho a ser adotada. Mas o núcleo destinou uma pequena área para a produção coletiva – que ela utiliza uma pequena parte para produção familiar. Mas não tem perspectiva de trabalho coletivo/cooperado nesse núcleo.

Como já mencionado, foi decidido pelas famílias do Assentamento junto com técnicos e mediadores do MST, que em função da localização dos lotes de moradia, não seria possível trabalhar em coletivo de todas as famílias assentadas, a partir do momento da divisão dos lotes, pela distância entre os lotes/moradias e o lugar de produção coletiva, bem como pela opção de muitas

peças – que preferem as atividades já desenvolvidas no lote que ocupam e trabalham como podem.

Vale mencionar aqui nossa constatação e experiência de trabalho coletivo/cooperado acompanhado no período da coleta de dados, a partir da produção de açúcar mascavo, exercida por um núcleo de famílias, que manteve o trabalho, produção, beneficiamento, comercialização na forma cooperada - para a produção do açúcar mascavo. Durante os dias de trabalho dessas pessoas na produção propriamente dita de açúcar mascavo, envolvendo homens, mulheres, jovens e crianças, esse núcleo organiza uma escala dos participantes, com horários diferentes, possibilitando a participação das pessoas nesse coletivo e sua presença nas atividades diárias dos seus lotes, tais como aguar plantas, tratar dos animais, tirar leite, etc.

Quando acompanhamos essa produção, ela estava sendo feita no período de quarenta dias, somente uma vez ano, em função do tamanho do canavial. Mas o trabalho e o planejamento desse grupo para o preparo do solo, o cuidado com o canavial e com as máquinas da agroindústria, a comercialização, etc. fazem parte das discussões e do planejamento desse núcleo o ano todo. Assim, reconhecendo a limitação para a expansão dessa produção (técnica e economicamente), mas vendo a importância econômica da mesma para as famílias envolvidas nesse projeto, o que compensa o trabalho realizado, tem incentivado os cooperados a aumentarem a produção, o que estão fazendo gradativamente a cada colheita. Vale ressaltar ainda o caráter político dessa forma de produção, tão bem compreendida e explorada pelas pessoas envolvidas como a alternativa para driblar a vida árdua do Assentamento.

E na nossa busca para identificar, dentro do Assentamento, quais as novas/ inovação nas relações de trabalho e de produção, os dados coletados apontaram para o investimento em agroindústrias, a aquisição e uso de trator e outros equipamentos nas lavouras, e a produção com base na agroecologia. Além disso, tem ainda algumas propostas e alguns projetos que visam beneficiar a produção de café, produzir outros derivados de cana (além do açúcar mascavo), instalar refrigerador de leite e depois beneficiá-lo, agregando mais valor ao produto, aumento de horta para acessar programas do governo

federal como PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), que já existe a experiência, mas a produção ainda é pequena e os beneficiados são pequena minoria, entre outros projetos.

Outro assentado apresenta o aumento e diversificação da produção das famílias, bem como agro industrialização de alguns produtos, o uso de trator a preço acessível aos assentados, produção de mel, de queijos, de doces, etc. como resultado do contínuo processo de inovação. Para ele, hoje já têm muito mais que tinham no início e continuam buscando outras coisas.

Um entrevistado (Entrevistado A9) ressalta e acrescenta a importância da proposta de inovação das famílias, inclusive para além da agricultura. Por exemplo, tem a proposta de explorar o turismo ecológico local, um projeto já em construção. Já foram mapeados os pontos principais dentro do Assentamento, como também a prefeitura municipal, por meio de sua secretaria de turismo, já tem projetos de investimentos em andamento. A rota de exploração está articulada de forma que refeições e informações possam ser obtidas nas casas das famílias assentadas.

Que são poucas coisas que tem aqui na região, assim de oferecer para alguém de fora, então eles vê esse potencial aqui, né? Pelo menos tem essa proposta... o pessoal já *andaram* aí já, vendo os locais onde tem as reservas, onde tem as fontes de água, onde tem as cachoeiras, pra fazer turismo (...) (Entrevistado A9, setembro de 2013).

Apesar dos avanços obtidos e dos projetos em andamento ou em construção, para os assentados que participaram da pesquisa, a Reforma Agrária é uma política muito complicada, por falta de atenção do governo, além da burocracia. Para essas pessoas, se depender do INCRA não terão os problemas resolvidos nos assentamentos. E citam como exemplos, as moradias que não foram todas construídas ou o acesso a energia elétrica, que nem todas as casas foram beneficiadas. Exemplificam a burocracia afirmando que os serviços não seguem uma lógica, e sim a um projeto feito no escritório, e por conta disso o trabalho é dificultado. E assim, “passam” com a rede de energia próxima às casas, mas não instalam a energia. E para voltar nessa casa que ficou para trás, leva muito tempo: *“As mesmas casa que o INCRA fez, agora tá*

*numa etapa de 10 casas que vai colocar energia, o resto tá previsto para 2014, final de 2014'* (Entrevistado A8, setembro de 2013).

Mesmo com essas adversidades, as famílias estão satisfeitas, manifestam que reconhecem que esse lugar é bom e “de fartura”:

Pelo tanto que eu já andei nesse Brasil, pelo tanto que eu já pulei de galho em galho, eu tô é desconfiado que, eu acho que eu finalizo os meus tempos por aqui (...) Aqui é muito maravilhoso. Um lugar muito de fartura, um lugar assim... é... não desfazendo dos demais lugar, cê tem de viver num determinado lugar que tem um pouco de jeito pra sobreviver (Entrevistado A8, setembro de 2013).

E acrescentam que, por falta de conhecimento, existem pessoas que não tem nem o básico para sobreviver, pior do que os sem terra, e mesmo assim falam mal dos sem terra.

## **7 - A ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO POLÍTICA DOS ASSENTAMENTOS E A FORMAÇÃO COMO PARTE DAS SUAS RESPONSABILIDADES**

### **7.1 – Assentamentos Aruega e Santo Dias**

O poeta brasileiro Paulo Leminski escreveu um poema que diz: "*Na luta de classes, todas as armas são boas: pedras, noites e poemas*". Essas palavras, recorrentemente repetidas por pessoas dos movimentos sociais, além de comportar imenso valor subjetivo, diz sobre as muitas mudanças que fazem parte da luta de classes, evidenciando a correlação de forças em disputa nesta sociedade.

E, imersa nessa luta de classes (citada pelo poeta), está a luta pela terra no Brasil, requerendo a esperteza de saber usar essas diferentes "armas", nos momentos oportunos da batalha cotidiana, como disputa constante. E, em se tratando do MST, movimento social que arregimenta e organiza trabalhadores sem-terra e os coloca no campo de batalha a partir da luta pela terra, à duras penas aprendeu a manusear muitas dessas "armas" e a armar seus sujeitos nessa luta pela terra. Não sem muitas derrotas e perdas, infelizmente, busca a capacitação e preparação de sua base. Faz isso a partir da formação (política, social, técnica, cultural, etc.) de sua base social.

Essa formação se dá na prática cotidiana das diferentes atividades e ações desenvolvidas dentro e fora dos acampamentos e assentamentos, sempre com a responsabilidade de formar as pessoas como parte de uma organização coletiva, orientadas pela estruturação organizativa do MST. E dessa forma, essa organização coletiva proposta, e que ao final é o próprio MST, objetiva mudar a estrutura e as condições de vida das pessoas, a partir das alterações do uso e posse da terra, e conseqüentemente, se propõe a mudar a sociedade: mudando o jeito de se organizar, a partir de novas formas de organização da vida e de trabalho, irradiando a prática de valores humanistas e socialistas no dia a dia - resistindo cada vez mais "os ventos contrários" dessa forma atual da organização da sociedade que se baseia e se guia pelos parâmetros do sistema capitalista.

É óbvio que essa organização empreendida pelo MST o condicionou à criação de estruturas organizativas formais (regular e determinada) que possibilitasse unidade e dinâmica às suas ações, por isso, a formação é uma ferramenta e bandeira imprescindível do MST, que perpassa todos os seus espaços e atividades.

Como já fora tratado anteriormente, esse movimento nunca teve rigidez com essas formas de estruturação interna, podendo mudar o formato e adaptar às diferentes regiões e culturas conforme a demanda específica local, e por muitas vezes e motivos mudou, mas sempre as utilizou na sua trajetória: *“Por sempre ter se caracterizado como um ‘movimento de massas’, a preocupação nunca foi fazer da estrutura um dogma, mas adotar formas orgânicas que estivessem de acordo com as necessidades de cada época”* (BOGO, 2003, p. 53).

Essa estruturação organizativa do MST precisa dar conta de abarcar a realidade do cotidiano com toda a sua complexidade, e isso é o que varia muito de um lugar para outro. Nesse sentido, os trabalhadores camponeses não fazem maiores esforços para assimilarem as estruturas organizativas do MST, pelo contrário, ela se parece com uma colmeia, *“como as abelhas, todos sabem o que devem fazer e agem sempre em direção ao fortalecimento da coletividade”* (ibidem, p. 53).

Para garantir essa organicidade, o movimento tem concretamente espaços que representam muito bem esse objetivo. Assim, nos acampamentos e assentamentos, há uma Coordenação da Área, onde são eleitas duas pessoas (a recomendação do MST é que, de preferência, seja um homem e uma mulher, visando estimular a igualdade de gênero em todos os espaços) que já tem alguma “expressão” nos Núcleos de Base. Essa Coordenação da Área tem como objetivo centralizar as discussões, mantendo a unidade nos encaminhamentos. Como já nos referimos, é um espaço de debates, estudos e análises; as decisões devem ser remetidas para os Núcleos de Base a fim de envolver todos e todas, tanto na discussão como na decisão, e por isso, esta Coordenação se confunde com um espaço de tomada de decisão, o que não necessariamente é. E por frequentemente se confundir, algumas decisões são

tomadas com rapidez, sem uma disseminação para os outros espaços. Essa prática equivocada pode implicar em encaminhamentos chamados “de cima para baixo”, fazendo com que muitas famílias tenham resistência, já que não ajudaram a decidir, limitando a participação das famílias.

E assim, a formação do MST a partir das ações que são desenvolvidas nos assentamentos, está sob a responsabilidade direta desse coletivo. Pode ser subsidiada por militantes e dirigentes, locais, regionais e/ou estaduais, mas a efetivação das práticas formativas depende de seu gerenciamento. Assim, imerso nessa diversidade de formas organizativas, os assentamentos e acampamentos do MST no estado de Minas Gerais também se adequam. Nos dois Assentamentos envolvidos nessa pesquisa, percebemos diferenças quanto à lógica da organização interna local, muitas das quais descreveremos a seguir.

Em se tratando da organização política local, no Assentamento Aruega, tem-se a prática de reunir os membros da diretoria da Associação e, depois de discutir os pontos. Em assembleia reúnem-se para encaminhá-los juntos aos demais moradores, que moram próximos uns dos outros, formando núcleos habitacionais. Já no Assentamento Santo Dias, em função da organização das moradias serem à partir dos núcleos de base (e não em agrovila, como no Assentamento Aruega) dispersas espacialmente, os pontos são levantados na coordenação política e através das representações dos núcleos de moradias e dos setores (e não em associação, como em Aruega), realizam reuniões nos núcleos para encaminhar os pontos discutidos. Vale salientar que há também reunião da associação desse Assentamento, mas para discutir seus pontos especificamente, tais como aqueles ligados à questões “burocráticas” da Associação; à execução de projetos via essa entidade jurídica; à elaboração de projetos para aquisição de mais recursos; ao uso dos instrumentos e máquinas dos associados, bem como sua manutenção; ao pagamento mensal e contribuições especiais dos associados para fins determinados, etc. - e esta não acumula os debates das questões políticas locais.

Nos Assentamentos pesquisados, todas as pessoas da coordenação/diretoria entrevistadas estão há muitos anos morando na comunidade (o menor tempo

de residência registrado é do Assentamento Santo Dias, com mais de seis anos no local), como também já atuam há algum tempo na associação, havendo casos inclusive, de revezamento do cargo com outras pessoas, de outras diretorias. Nesse sentido, as atividades relacionadas à formação das demais pessoas desses Assentamentos, como também a ausência delas, é assunto comum e trivial para esses sujeitos, ou seja, compreendem bem que as atividades políticas, técnicas, culturais, etc. que são apresentadas como demandas para atender determinado momento/situação do assentamento, dependem do empenho e encaminhamento dessa instância.

Essas coordenações dos Assentamentos, a propósito do MST, entendem que é fundamental identificar e reconhecer a capacidade e disposição de cada pessoa do assentamento em participar, organizar e criar, em torno do desenvolvimento do trabalho cooperado, formas de convivência social e atividades coletivizadas, em outras palavras, precisam “saber escalar bem o time”, estimulando a participação coletiva. Aos moradores que avançaram menos nesse rumo, a tarefa da coordenação é tornar a formação na prática coletiva cotidiana cada vez mais evidente e convincente. Assim, a participação na vida do assentamento não é apenas uma opção, mas basicamente uma *necessidade social* (BOGO, 2003, p. 161). E assim, a formação deve guiar esses sujeitos rumo aos objetivos da organização.

No Assentamento Aruega, as ocupações do cotidiano dos diretores da Associação, com exceção das atividades ligadas ao cargo assumido na diretoria da associação, são exatamente iguais as atividades das demais famílias do Assentamento, acrescidas das atividades referentes ao cargo. Trabalham na lavoura, nas hortas, cuidando dos animais, etc. e executam as tarefas decorrentes do cargo junto à Associação. Como nesse Assentamento não existem núcleos de base e setores, as tarefas são executadas a partir da condição e disponibilidade de cada sujeito delegado, considerando a aptidão de algumas pessoas que se identificam com determinadas “áreas”, tais como saúde, educação, produção, religião, artesanato, música, etc.

Quanto ao que esses sujeitos, que tem a tarefa de dirigir ou coordenar o Assentamento, estes estudam e, como se capacitam para interagir na



perspectiva da formação dos Sem Terras, os espaços citados, utilizados e mais frequentados, geralmente são as reuniões de Núcleos de Base, Setores, Coordenações, Assembleias, Escolas, Oficinas e Seminários (dentro e fora da área), Cursos formais e informais, etc. Os materiais estudados com maior relevância normalmente são os elaborados pelo MST ou por pessoas com a mesma linha de concepção filosófica. Jornais, revistas, vídeos, cartazes, cartilhas e livros são reproduzidos e distribuídos na base social do MST, viabilizados por seus mediadores.

Sobre o que os/as coordenadores/as efetivamente leem no dia a dia, encontramos em suas respostas diferentes conteúdos: identificamos alguns que não leem e nem estudam nada, em função da falta de tempo e de disposição – não gostam de ler. Outros que estudam pouco, em função do tempo para as atividades de produção – quando estão em casa querem descansar do trabalho pesado. Há quem se dedica à ler e estudar um pouco dos documentos da Associação e de materiais produzidos pelo MST. E ainda, há quem se preocupa em se manter informado da conjuntura e dos acontecimentos no país, recorrendo a muitas fontes de leitura (jornais, revistas, sites, cartilhas, etc.) para continuar esclarecido. No geral, não costumam ler livros até terminá-los (“livros grossos”). O que a maioria lê são cartilhas, revistas, jornais, textos, o Estatuto da Associação, etc. Não citaram livros como parte de suas leituras.

E quanto às atividades relacionadas à formação que são desenvolvidas no Assentamento, eles mencionam basicamente as mesmas que haviam sido levantadas pelas famílias (nas nossas entrevistas anteriores com as famílias assentadas): seminários sobre diversos temas; oficinas (saúde alternativa, enxerto de plantas, mudas, defensivos, etc.); rádio comunitária; atividades da escola local; as atividades do grupo/coletivo de jovens; os debates e palestras das reuniões da Associação ou assembleias – tentando formar as famílias, etc. e ainda, a organização interna e a manutenção dessa forma de organização durante todos esses anos. Além disso, afirmam que realizam seminários e encontros regionais e de Brigadas fora do Assentamento, mas com pessoas do Assentamento, e assim, fazem estudos mais aprofundados. Realizam

atividades de esportes e cultura, com a presença de artistas regionais: “o processo de formação é constante” (Entrevistado A5, agosto de 2013). Segundo outro dos nossos entrevistados:

A rádio comunitária cumpre o papel de formação e de resgate de nossa cultura no dia a dia, em contraposição aos grandes meios de comunicação que tem o papel de não falar a verdade. Qualquer pessoa da comunidade tem a oportunidade de ir lá falar e expor suas opiniões, no ar (Entrevistado A10, agosto de 2013).

Quanto ao planejamento constante da coordenação para a formação dos demais assentados, essas pessoas não manifestaram muita preocupação e dedicação à essa causa, transparecendo acentuada dependência de “agentes” externos ao Assentamento no cumprimento dessa tarefa. Não colocam em pauta, nas suas rotineiras reuniões, propostas que articulem atividades cotidianas viabilizando a efetivação de ações com esse objetivo. Percebemos nas entrevistas e observações que há coordenadores que mencionaram que, muitas vezes, e por muitos motivos, os assentados não tem interesse em aprender, como também eles não ensinam algumas coisas que sabem em oficinas, cursos, seminários, etc. justificando o “desinteresse” pela tarefa.

A maioria dos nossos entrevistados reconhece que trabalhar a formação do MST com as famílias assentadas é um dever da coordenação. Fica evidente que embora as pessoas já tenham uma formação que aprenderam ao longo da vida, fica claro que dentro de um acampamento de Reforma Agrária, morando em uma “comunidade diferenciada”, é preciso passar por um processo constante de formação, muito intencionado e dirigido visando estimular e fortalecer a participação na coletividade e produzir novos laços sociais. Ao fazer parte de uma organização coletiva, de um movimento social, é preciso ter os conhecimentos dessa organização, para se identificar com ela.

Ademar Bogo (2003) nos chama à atenção sobre a capacidade organizativa do MST, alertando para o papel do trabalho do movimento em formar as pessoas que não são filiados ou associados, mas participam da luta pela terra e assim, assumem com muita responsabilidade as tarefas que lhes cabem. Para esse autor:

Há pessoas que já tem a prática histórica de participar de reuniões das igrejas ou dos sindicatos e, por isso, possuem noção de disciplina e de respeito às decisões coletivas. E há uma grande quantidade de pessoas que jamais participou de organização alguma, mas, no momento em que entram nas mobilizações ou nas ocupações, comportam-se como se tivessem uma longa experiência de participação política. Este é um mistério! (BOGO, 2003, p. 60).

E nesse sentido, concordando com esse autor, assim disse um entrevistado:

Tem que pertencer a essa organização para você atuar dentro dela e valorizar. A formação tem esse papel de formar as pessoas como parte dessa organização (Entrevistado A10, agosto de 2013).

Uma questão que demonstra a importância da coordenação política cuidar da formação das pessoas do Assentamento (já que requer mais dedicação dos coordenadores), segundo nossos entrevistados, é o fato do Assentamento ser diferente das demais comunidades, tanto do ponto de vista da estrutura de organização interna, como também da constante relação do cotidiano dessa comunidade com as questões políticas, ambientais, educacionais, etc. “*E isso é por causa da nossa formação*”, afirma o Entrevistado A5, que completa em seguida:

Por isso que nós temos que conscientizar nossas famílias para ser e fazer diferente. De tanto que somos diferentes que as comunidades vizinhas vêm participar aqui com a gente (Entrevistado A5, agosto de 2013).

As mudanças que acontecem no local são conquistas derivadas da formação da consciência social dos trabalhadores Sem Terra (BOGO, 2003, p. 161). Outro entrevistado (Entrevistado A6) afirma que “*se a pessoa não tem formação, não vai procurar melhorias*” (Entrevistado A6, agosto de 2013). Portanto, a formação propicia a participação na organização coletiva das famílias (associação/cooperativa), que possibilita aquisição dos meios de produção e desenvolvimento das forças produtivas, e conseqüentemente melhorias para as pessoas. Quando elas (as pessoas) passam por esse processo de formação e de organização coletivas, também assumem como seus os objetivos comuns dos demais sujeitos participantes, do assentamento e/ou do MST, e estabelecem metas e desafios, seguindo sempre na busca por melhores condições de vida e de trabalho.

Outro entrevistado descreve esse processo da mesma forma, mas com suas palavras:

Ao ocupar a terra a gente pergunta: o que vamos fazer de diferente aqui nessa fazenda? Sozinho não se conquista terra... sozinho não se adquire e toca uma agroindústria, mesmo se puder comprar, não dá conta de tocar ela sozinho. Então, dentro do MST, a gente forma as pessoas, de que só conquista um pedaço de terra no conjunto, na luta. O trabalho precisa ser em coletivo, mas se você não conseguir fazer em coletivo, você precisa se vincular à um coletivo e se organizar através desse coletivo. Qualquer coisa que você faz em conjunto é uma forma de cooperação e sozinho não vai... para fazer diferente precisa estar vinculado à uma organização (Entrevistado A10, agosto de 2013).

Bogo (2003) nos afirma que existem organizações que não conseguem avançar na formação de seus militantes e dirigentes com o objetivo de renovar as lideranças da base, embora façam muitas atividades e cursos (BOGO, 2003, p. 61). Esse autor sugere a alternativa, dizendo que *“o problema não está no conteúdo nem na capacidade de formar, mas na forma como se compõe a estrutura organizativa, que impossibilita a multiplicação de tarefas”* (Ididem, p. 61). Ou seja, as pessoas se formam no fazer coletivo, na capacitação para delegar e desempenhar as tarefas encaminhadas dentro de uma coletividade. Na junção dos conhecimentos teóricos com a ação prática: e tudo isso de forma planejada, acompanhada, avaliada, etc. pelo “coletivo”. Mesmo assim, nossos entrevistados concordam entre si e afirmam que a formação dentro dos assentamentos depende da conjuntura (política e econômica nacional), indo para além das vontades e planejamentos das reuniões da coordenação e diretoria dos assentamentos. Porque segundo eles: *“tem épocas que tem vontade de fazer as coisas e não tem condições financeiras; outras vezes depende de outros órgãos públicos competentes, que ficam à mercê dessa conjuntura”* (Entrevistado A5, agosto de 2013).

Já no Assentamento Santo Dias, criado em outro contexto e tempo histórico, a organização interna que visa fortalecer a luta pela coletivização das relações nesse Assentamento foi marcada pela adesão ao formato de organicidade proposto pelo MST em nível nacional e estadual naquele momento (as Brigadas), e que foi muito apregoada e difundida nos espaços e materiais desse movimento. Diferente do Assentamento Aruega, o Assentamento Santo Dias se beneficiou dessas experiências acumuladas (no estado de Minas

Gerais e fora desse estado), e essas questões posteriormente o ajudara a escolher que tipo de estrutura organizativa interna seria mais adequada para esse Assentamento, comportando tais características locais e regionais, habitado por sujeitos com aquelas especificidades, naquele período histórico conjuntural.

E assim, como já fora tratado em capítulo anterior, esse Assentamento se estruturou desde o início numa lógica de organização em setores, núcleos de base, equipes de trabalho, coordenações, trabalhos em coletivos/mutirões, etc.

Se a escolha for por um mesmo jeito de se organizar internamente, ou por jeitos diferentes, isso não tem muita importância para o MST. Esse movimento não abre mão da “unidade” proporcionada por essa prática organizativa interna dos assentamentos e acampamentos. Com maior ou menor grau de complexidade, envolvendo sua base, seus militantes e dirigentes, essa é a garantia que os debates internos e os encaminhamentos serão disseminados em todas as instâncias do movimento.

Para isso, as instâncias de representação são fundamentais para o MST, pelo fato de essa representação não se dar somente para compor as instâncias, e sim pela dinamização de funcionamento das mesmas. Não é para alguns quererem mais poder que os demais membros da organização (BOGO, 2003, p. 62). E sobre isso, Ademar Bogo se referiu dizendo que:

Há pessoas que pensam que a estrutura orgânica é simplesmente a hierarquia que compõe o sistema de poder dentro da organização. No MST compreende-se desde as pessoas até a realização das mínimas tarefas; dessa forma é que se consegue combater o burocratismo (BOGO, 2003, p. 63).

Como já demonstrado em trecho anterior, as ocupações no cotidiano das famílias assentadas que atuam nos espaços de coordenação do Assentamento, incluem as atividades nas lavouras (horta, café, pimenta, chácara, etc.); o cuidado da casa e dos bichos, como tirar leite e tratar do gado. Tem outros que mencionam as tarefas mais políticas, os quais são coordenadores de núcleos de base e coordenadores de área (Assentamento), estes atuam nas negociações no INCRA e fazem relações políticas com órgãos públicos, parceiros e apoiadores, sindicatos, etc. Tem ainda a atividade de um

assentado que trabalha nas roças dos lotes do Assentamento com o trator e outros equipamentos da associação – fazendo o trabalho das famílias associadas com um custo muito abaixo do mercado. Algumas mulheres disseram que ajudam nas atividades/questões coletivas eventuais (limpeza, preparação de comidas e bebidas para receber os visitantes, por exemplo). E ainda, há um motorista assentado que transporta os alunos do Assentamento para as escolas do distrito e da cidade mais próxima.

Nesse universo cheio de atividades, com distintos fazeres, há muitos aprendizados e ensinamentos decorrentes dessas relações cotidianas. Sobre isso, e concordando com Souza (1998), entendemos que ali é exatamente o lugar muito propício para o “ajuntamento”, criação e resgate de conhecimentos:

Portanto, o assentamento rural, oriundo da organização do MST, é analisado como um espaço social onde há um processo de criação e re-criação de ideias, de relações sociais, enfim, um espaço de aprendizado político constante, onde o assentado não se caracteriza como sujeito que deve ser transformado, mas um sujeito que participa do processo de construção de sua realidade, da história. O assentado pode não conhecer suficientemente as propostas dos dirigentes do MST; pode não concordar com as mesmas, entretanto, isto não o desqualifica, ao contrário, é um indicativo de que possui conhecimentos empíricos que o possibilitam analisar uma proposta, recusá-la e construir outra, partindo de seus objetivos e ideais, bem como da conjuntura político-econômica em que está inserido (SOUZA, 1998, p. 02).

E sobre essa diversidade de relações dentro dos assentamentos do MST, indagamos na nossa pesquisa quais são os aprendizados e ensinamentos que habitualmente circulam. As pessoas da coordenação do Assentamento Santo Dias que contribuíram com essas informações, como em outros casos já abordados, relataram saberes distintos e complementares.

Ouvimos de uma coordenadora entrevistada (Entrevistada A11) uma referência à uma família assentada (“*da dona Maria*”) que frequentemente repassa os ensinamentos sobre práticas de saúde alternativa (preventiva e curativa) para os interessados do Assentamento. Para ela essa é uma prática rotineira para se registrar. Essa mesma entrevistada lamenta que em outros tempos fosse muito melhor: “*hoje, se a gente for atrás de quem sabe eles ensinam, mas se não, não tem ensinamentos*” (Entrevistada A11, setembro de 2013).

Ela reconhece que se as pessoas demonstrarem interesse há sempre outras pessoas dispostas a ajudar, e complementa: *“tanto conhecimento que já vem da experiência, como outras coisas que tiver, como mudas e sementes, por exemplo”*. Ela destaca ainda que, no Assentamento, tem a prática de fazer catequese com as crianças e adolescentes, bem como tem o grupo das mulheres assentadas. Ela reconhece que não está participando efetivamente desse grupo, e justifica que isso se deve ao fato de não gostar de fazer artesanatos, crochê, etc. e que estas são as atividades atuais desse grupo. Mas se compromete que quando tiver sendo dado curso de doces, salgados, etc. ela vai voltar a participar. Ela adianta que já está na “agenda” do grupo ensinar às mulheres a fazerem doces, bolos, etc. posteriormente.

Outros exemplos de trocas e de circulação de conhecimentos e experiências foram citados por outro assentado, nas nossas entrevistas. Segundo esse entrevistado (Entrevistado A12), é possível perceber no dia a dia a notoriedade e divulgação da formação adquirida no Assentamento a partir do cultivo orgânico das lavouras e hortaliças; de como se organizam as famílias e se mantêm organizados em coletivos dentro do Assentamento, na luta para adquirir melhores condições, se valendo de muitas experiências dessas pessoas ou mesmo dos conhecimentos adquiridos em vários cursos ligados à agricultura familiar. Esse entrevistado ainda se mostra satisfeito ao falar de como é a vivência em comunidade, que para ele, é muito diferente das cidades (onde as pessoas vivem cada um pra si). Sua satisfação está no como se sentir útil, ser solicitado e poder contribuir com o outro companheiro: *“passar informações de como fazer uma aração sem causar prejuízos à natureza e aos equipamentos, por exemplo”*, ilustra o Entrevistado A12.

Ainda para esse assentado, o ritmo de atividades relacionadas à formação desenvolvidas no Assentamento diminuiu bastante, ultimamente (Entrevistado A12 e sua esposa Entrevistada A13). Eles lamentam ao lembrar e dizer que já fizeram muitas atividades formativas e justifica grande parte dessa ausência citando a luta das pessoas assentadas para garantir a sobrevivência, inclusive com o trabalho fora do Assentamento, que compromete as atividades de formação dentro do Assentamento. Para ele, enquanto não houver maior

estruturação do Assentamento, as pessoas terão mais limitações financeiras e de tempo. E ainda critica que há falta de interesse dos próprios assentados:

As famílias têm dificuldades de inserir as crianças e adolescentes nas atividades do assentamento; essas atividades não contam com a presença de muitas pessoas do assentamento, sempre as mesmas; as atividades também não atraem o público mais jovem. As pessoas se interessam pelos espaços que debatem projetos de caráter econômico – o que vai chegar no bolso deles (Entrevistado A12 e [sua esposa] Entrevistada A13, setembro de 2013).

Apesar de ser declaradamente apresentado pelo MST, a sua preocupação com a participação de toda a família. Em seu relato, percebemos as dificuldades para que essa prática se efetive no dia a dia dos assentamentos. Mas, o que mais nos chama a atenção são as formas de participação popular, como nos diz Stédile e Fernandes (1999):

Participam o idoso, a mulher e as crianças. Nesse ponto, ele se diferencia do sindicato, porque, tradicionalmente, somente o homem, adulto, participa das assembleias sindicais. (...) O adolescente, por exemplo, que antes era oprimido pelo pai, percebe que numa assembleia de sem-terra ele vota igual ao pai. Ele decide igual, tem o mesmo poder, tem vez e voz e se sente valorizado (STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 32).

Observando essas preocupações do nosso entrevistado e junto à orientação do MST, nos remetemos à memória das diversas situações vivenciadas pelos sujeitos dos assentamentos e dos desafios enfrentados pelo MST para viabilizar a formação dos seus sujeitos. Estes sujeitos vivem no dilema de participar das atividades internas do assentamento, no entanto, tem a necessidade imediata de garantir a sua sustentação, mesmo que seja tendo que trabalhar fora do assentamento, vendendo sua força de trabalho para fazendeiros e empresários, como será tratado no capítulo seguinte, dessa pesquisa.

Essas situações, inclusive contraditórias entre o modo de vida prático e sua relação com a filosofia da participação nos espaços do MST (visando elevar o nível de formação de sua base social e alterar a realidade que esses sujeitos estão submetidos), são resultado das condições árduas que esses sujeitos enfrentam e se desafiam a seguir na busca pela auto sustentação (mesmo que



em médio prazo). Essa é mais uma luta da relação de trabalho e renda incompatíveis com a lógica do MST, submetendo os Sem Terra aos mecanismos de “jogo de cintura”, dentro e fora do assentamento.

Mas tem outros problemas que estão relacionados à participação dos camponeses assentados. Por exemplo, o nosso entrevistado sugere, ainda, que dentro do Assentamento deveria ter um curso de oratória, objetivando a capacitação dos Sem Terra, tornando-os oradores que, no seu entender, contribuiria na massificação dos espaços de formação e de circulação de conhecimentos. Ele também aponta, como limitação da participação de muitas pessoas, essa timidez de falar para um grupo maior, apesar de serem moradores do mesmo Assentamento. Nas palavras do nosso entrevistado serviria para preparar as pessoas *“para (essas pessoas) falarem em público aquilo que ele fala com o companheiro, mas para um público maior, já que pra falar com muita gente eles não conseguem”* acrescenta o Entrevistado A12.

Talvez sem ter a clareza da dimensão estratégica do MST impregnada nessa “simples” fala (pelo menos não foi perceptível no momento da entrevista), nosso entrevistado nos deu dicas de como é o surgimento das demandas e de soluções dos problemas ligados à formação dos Sem Terra. Apesar de esse entrevistado fazer parte da coordenação política do Assentamento, o que nos surpreendeu foi a identificação de um problema subjetivo e sua simplicidade na elaboração de uma proposta nova direcionada à esse público, com um nível visionário de tamanha importância para o Assentamento. Ou seja, depois dele (ou eles e elas) identificar a dificuldade de seus companheiros em se expressar publicamente, pensando na formação de mais pessoas para dividir a tarefa de comunicar com os demais, e principalmente, sugerindo a superação dos limites individuais quanto à exposição em público das pessoas assentadas, a proposta é criar um curso de preparação e capacitação de oradores.

E mais: ele reforça sempre a importância da formação do MST dentro dos assentamentos e acampamentos porque, para nosso entrevistado, trabalhar essa formação com as famílias assentadas se faz necessário, e cita vários motivos. Acredita ele que se não tiver a formação, a organização dos trabalhadores não terão seus coordenadores: *“a formação precisa dar conta de*

*formar seus futuros líderes, com amor a causa e a manutenção dessa identidade*". Ele acrescenta que se não tiver a formação, que torna a prática das pessoas dos assentamentos diferentes das demais, as pessoas se acomodam como qualquer "sitiente".

Outro motivo, para ele, está relacionado à solidariedade das famílias assentadas com aquelas que ainda vivem nos acampamentos: *"Se a gente não se unir para contribuir com as famílias acampadas, esses acampamentos acabariam facilmente diante das constantes ordens de despejos"*. E assim a luta pela Reforma Agrária seria interrompida, por falta de famílias acampadas.

Outro motivo ainda, citado por nosso entrevistado, e atribuído à importância da formação dos sujeitos dos assentamentos, se refere à clareza em propor projetos que beneficiam (ou beneficiarão) a comunidade, mesmo de forma indireta. E ele cita um exemplo: *"como o turismo dentro do Assentamento: se as pessoas não tiverem a formação não tem essa visão de futuro, somente a imediatista. E isso é proposta de futuro"*.

Para esse entrevistado, o planejamento das ações das pessoas do Assentamento e seus projetos já demonstram o grau de consciência que adquiriram no decorrer da luta, e complementa dizendo:

*A nossa ideologia é diferente. Os nossos vizinhos trabalham à meia com as cooperativas. Aqui trabalhamos com a agricultura biodinâmica: de forma que uma coisa contribua com a outra. Eles trabalham a monocultura, mesmo sendo numa pequena propriedade; se os assentados seguirem nossa 'regra' terão muitos mais avanços...* (Entrevistado A12, setembro de 2013).

Nesse percurso de aprender técnicas e adotar políticas inovadoras dentro dos assentamentos, verifica-se também que há uma politização dos camponeses, que participam com entusiasmo de discussões políticas. Diferentemente do que se ouve no senso comum, eles não estão satisfeitos com as políticas públicas destinadas à esse setor e demonstram isso de muitas formas. Mencionam a ausência de assistência dos órgãos públicos competentes, bem como evidencia a desmobilização dos movimentos sociais na atualidade, principalmente nos tempos de governos de "esquerda", como afirma Entrevistado A12:

E depois da entrada de um governo de esquerda, ficamos muita na defensiva – antes não era assim: porque temos um governo que achamos que é nosso aliado, apesar de não demonstrar isso – mas nós paramos de bater; porque os deputados nossos aliados são do PT, e quando nosso foco é a oposição eles se juntam à nós, mas quando é o governo federal eles não podem nos ajudar, aí ficamos sozinhos – e com isso o agronegócio vai avançando... no governo FHC avançamos muito mais. Hoje não temos mais as centrais sindicais do nosso lado, que fazem shows ao invés de lutas. Além das bolsas que o governo federal dá aos trabalhadores pobres/miseráveis. Isso tudo nos coloca em uma situação desfavorável na correlação da luta de classes (Entrevistado A12, setembro de 2013).

Suas reclamações ainda se estendem à atuação dos órgãos da justiça em processos ligados aos conflitos fundiários. Segundo ele, se a justiça fizesse sua parte e disponibilizasse as fazendas que já tem decretos assinados, já resolveria o problema de milhares de famílias que precisam de tudo/do básico para sobreviver. E completa sua insatisfação, mencionando que hoje há um grande favorecimento às multinacionais: *“que levam embora nossas riquezas e deixam as doenças e poluições, não geram riquezas, empregos, investimentos nas regiões que atuam”*, lamenta o Entrevistado A12.

Assim, as coordenações dos Assentamentos, como descrito em capítulo posterior sobre os desafios enfrentados pelo MST para fazer formação de sua base social, convivem com as situações adversas no cotidiano dos assentamentos. E, como se não bastasse, precisam apresentar táticas e propostas novas para mobilizar esses sujeitos buscando, nas lutas concretas, a superação da situação de miserabilidade que se encontram.

## 8. APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS DE MAIS ESTUDOS

Nossa reflexão decorrente da análise dos dados da pesquisa evidenciou que há mudanças sendo implementadas dentro dos assentamentos, nas vidas e nas relações das pessoas, e que tais mudanças estão relacionadas às práticas coletivizadas que são adotadas e fortalecidas nesses espaços, originadas nos processos de formação coletiva desses sujeitos.

Com essa afirmação queremos referendar que, baseados nas leituras que fizemos, bem como nas análises dos dados coletados, acreditamos que é muito válida a permanente preocupação com a formação da consciência das pessoas moradoras dos assentamentos, visando a participação qualificada das mesmas, podendo alterar a forma organizativa interna, inclusive na perspectiva da resistência desses sujeitos frente às ofensivas que eles estão expostos no campo, nesse sistema de produção capitalista.

Assim como podemos atribuir à formação das pessoas as mudanças nas estruturas produtivas, que sendo conduzidas na forma coletiva/cooperada (consequência de algum processo de formação) pode possibilitar melhores condições de vida e estabelecer relações novas, baseadas em valores humanos.

Reconhecemos a limitação que essa afirmação nos impõe por considerar que essas pessoas estão construindo as possibilidades de mudanças profundas na sociedade, visando a transformação social. De fato, parece exagerado pensarmos a curto ou médio prazo nessas possibilidades, o que por outro lado, não nos parece absurdo afirmar que as transformações sociais são obras dos homens e mulheres, que *“as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens”* (Marx & Engels, 2009; p. 124), que estes podem criar *“os meios para realizar progressivamente o socialismo”* (Luxemburgo, 1900; p.08), e que esses sujeitos precisam de elementos concretos (LESSA & TONET, 2008; p. 43) para a conscientização das pessoas, evocando o valor das conquistas materiais objetivas como atributo pedagógico de mobilização social.

Concordamos com Marx (1845/1846), quando afirma que:

Para a produção massiva da consciência comunista, assim como para a realização da coisa em si, isto é, do comunismo, é preciso uma transformação massiva dos homens, mas essa transformação não pode efetuar-se senão por um movimento prático, por uma revolução. Portanto, a revolução é necessária, não somente porque não existe outra maneira de derrubar a classe dominante, mas também porque a classe subversiva, a classe revolucionária, só graças a uma revolução é que poderá libertar-se da velha merda (expressão utilizada por Marx), e tornar-se capaz de, desse modo, efetuar a fundação de uma nova sociedade. Na atividade revolucionária, a transformação de si mesmo coincide com a transformação das condições (MARX, 1845/1846 *apud* LOWI, 1988, p. 24).

No entanto, do nosso ponto de vista, pelo fato de a sociedade não estar em vias de um processo revolucionário, se faz necessário “adaptar” as formas de lutas aos espaços possíveis deixados pelas contradições do sistema dominante, o capitalismo. E, a participação democrática efetiva nos processos implementados pelo MST, nos parece pedagogicamente muito apropriado para determinado fim. Em outras palavras, no calor do processo revolucionário as pessoas se engajam e se “capacitam”; nos nossos dias, ao contrário, sem vivenciarmos tais processos revolucionários, se faz necessário usar de outros artifícios e possibilitar elevação dos níveis de consciência das pessoas, bem como adquirir conquistas concretas que melhore as condições de vida e de trabalho e massifique a valorização das relações humanas em detrimento da individualização própria do sistema capitalista.

Como afirma Lessa e Tonet (2008):

Para Marx, o mundo dos homens nem é pura ideia nem é só matéria, mas sim uma síntese de ideia e matéria que apenas poderia existir a partir da transformação da realidade (portanto, é material) conforme um projeto previamente ideado na consciência (portanto, possui um mundo ideal) (LESSA & TONET, 2008, p. 43).

E esses autores continuam dizendo que “(...) *para que as ideias revolucionárias possam se converter em ações revolucionárias, é necessário que elas reflitam adequadamente as necessidades e possibilidades de cada momento histórico*” (Ibidem, p. 43).

Do ponto de vista dos nossos dados ou dos autores e autoras que lançamos mão para fundamentar nossa compreensão sobre o processo de formação do/no MST foi possível verificar que os focos de resistência ao modelo atual de dominação do espaço agrário brasileiro, que inviabiliza a permanência dos

camponeses e camponesas no campo, passam pela acumulação de formação e luta coletiva das pessoas, muitas vezes relacionadas aos processos de produção material da vida. Ou seja, para enfrentar ao modelo hegemônico na agricultura é preciso que as pessoas tenham muita conscientização e ganhos materiais, perpassando por aspectos políticos, técnicos, culturais, ambientais, sociais, etc.

E Paulo Freire (1983), nos chama à atenção para a importância da educação nesse processo histórico-cultural, considerando que a mesma (a educação) não é neutra. E o MST, reconhecendo os ensinamentos de Freire, busca implementar a transformação do homem e da mulher, sabendo que esses vão sofrendo os efeitos de sua própria transformação, tendo a “*educação como prática da liberdade*” (FREIRE, 1983, p. 51).

É exatamente em suas relações dialéticas com a realidade que iremos discutir a educação como um processo de constante libertação do homem. Educação que, por isso mesmo, não aceitará nem o homem isolado do mundo – criando este em sua consciência -, nem tampouco o mundo sem o homem – incapaz de transformá-lo (FREIRE, 1983, p. 51).

Como já demonstrado no texto, os processos de formação propostos e direcionados para atender as demandas concretas e imediatas dos Sem Terras, são o mecanismo mais apropriado para o envolvimento dessas pessoas em todo o processo que permeia as relações do campo, e que precisa acompanhar a trajetória das mesmas, com todas as contradições que são inerentes à essas vivências. Apesar disso, esses mesmos processos de formação precisam ser fortalecidos e objetivados nas práticas de resistência cotidiana embasados em parâmetros calcados na valorização do ser humano, dentro de uma proposta política metodológica de coletivização dessas relações.

Diante da realidade e da conjuntura que oscilam tanto no tempo e no espaço, na disputa por modelos de agricultura e de desenvolvimento do campo, se torna imprescindível que esses sujeitos ajam pensando na massificação do envolvimento das pessoas nos processos de formação, a partir das mobilizações, reuniões, encontros, seminários, viagens, etc., tanto organizados

e coordenados pelo MST, quanto articulados por outros segmentos da sociedade e/ou do Estado.

Assim, as práticas educativas escolares e não escolares, bem como a importância da escola dos assentamentos no envolvimento com a vida prática da comunidade, ficam cada vez mais associadas às mudanças necessárias quando essas são incorporadas pelas pessoas na luta política. Da mesma forma, o valor atribuído ao trabalho produtivo, sobretudo, à coletivização e cooperação dessas práticas, precisam ser compreendidas no contexto da luta por modelos de sociedade, a partir do papel que cada espaço de vivências deve cumprir nesse campo de batalhas.

Visto por esse ângulo, a busca pela transformação da prática cotidiana, na construção do novo homem e da mulher nova (FREIRE, 1983, p. 48), somadas à “filosofia” da participação efetiva do MST, passa necessariamente pela luta de resistência dentro dos assentamentos, pela aquisição de infraestrutura, bem como pela melhoria das condições de vida e de trabalho desses sujeitos, e que estão condicionadas ao nível de organização coletiva que se estabelece nesse lugar, daí a importância da formação da consciência das pessoas.

Vale ressaltar, ainda, que a aquisição de infraestrutura pelos assentamentos não configuram melhores condições de vida e de trabalho. Essa diferença reside no fato de atribuído ao uso e funcionamento das estruturas adquiridas, e que está diretamente relacionada ao modelo e concepção que as relações sociais e de trabalho implicam no funcionamento das mesmas, que apresentam melhores resultados quando estão utilizadas sempre na forma coletiva cooperada, podendo conviver e superar os desafios próprios dessa forma de trabalho, dentro do grupo.

Nesse sentido, para continuar na luta por um modelo de sociedade que valorize a bandeira da igualdade e da justiça social, o campesinato brasileiro, representado nas práticas e proposições do MST, precisa investir e se dedicar ao uso de metodologias novas de trabalho popular, sempre valorizando a educação como instrumento de mudanças, contribuindo com a apreensão dos

conteúdos socialmente úteis à classe trabalhadora, bem como incentivando a coletivização das relações das pessoas.

Como meio de superação dos desafios colocados para o MST para viabilizar sua proposta de formação, junto aos Sem Terra, entendemos também que seria de grande utilidade a aquisição e massificação do uso de tecnologias junto aos sujeitos dos assentamentos. Apesar de insuficientes para dar conta da demanda da formação, que é ampla, permanente, integral, etc. (IASI, 1999), é necessário atrair mais pessoas para os processos de formação, como também para a coletivização das atividades produtivas. Essas tecnologias se fazem necessárias direta e indiretamente, tanto para os processos produtivos (por liberar tempo e poupar energias), quanto para a comunicação e informação (visando possibilitar outros canais e acessos de informações, para além da grande mídia, superando o déficit cultural da nossa época).

Ainda, como mecanismo de continuar elevando o nível de formação dos sujeitos Sem Terra, bem como ampliando a participação dos mesmos em todos os espaços e momentos do MST, é imprescindível que a aquisição de conhecimentos esteja no centro da meta desse movimento. Nesse sentido, o estudo escolar e não escolar continua sendo uma estratégia da classe trabalhadora, porque apresenta as mudanças que são necessárias para a sociedade (a partir do campo), além de ser a extensão de um direito básico. Nas palavras de Caldart (2001):

A educação dos sem-terra do MST começa com o seu enraizamento em uma coletividade, que não nega o seu passado, mas projeta um futuro que eles mesmos poderão ajudar a construir. Saber que não está mais solta no mundo é a primeira condição de a pessoa se abrir para esta nova experiência de vida. Este costuma ser o sentimento que diminui o medo em uma ocupação, ou que faz enfrentar a fome em um acampamento (CALDART, 2001, p. 221).

A criatividade para recuperar o trabalho de base, incorporando técnicas novas, tecnologias adaptadas para a linguagem camponesa e melhorias nas condições de vida e de trabalho das famílias, objetivando romper com os obstáculos postos por esse modelo de desenvolvimento do campo para a Reforma Agrária, são pressupostos para insistir na coletivização das relações sociais dos assentamentos, considerando que nesse lugar a luta não se dá de



forma individualizada, da mesma forma que as conquistas são pertencentes ao conjunto da classe trabalhadora. Mas, os desafios do MST estão relacionados ao trabalho direto de mobilização e conscientização dessas pessoas, como já tratamos anteriormente.

Nas palavras de Freire (1989), para a construção do novo homem, da mulher nova, a educação precisa ser:

Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração e não a competição. Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade. Uma educação que se fundamente na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo (FREIRE, 1989, p. 48).

E é basicamente isso que a sociedade, subjugada pelos interesses do capitalismo, requer como instrumento de libertação. Em se tratando de camponeses e camponesas, a história já mostrou que cabe aos homens e mulheres comprometidos com a transformação social, realizar tais mudanças.

## 09. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGRICULTURA Familiar. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Agricultura\\_familiar](http://pt.wikipedia.org/wiki/Agricultura_familiar)>. Acessado em 08/11/13.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thompson, 1999. p. 129-146.

ANPUH- RJ. XIII ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH – RIO. **IDENTIDADES**. [http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1208628034\\_ARQUIV\\_O\\_textoparaANPUH.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1208628034_ARQUIV_O_textoparaANPUH.pdf)

ARANHA, A. V. S; DIAS, D. S. Trabalho como princípio educativo na sociabilidade do capital. In: MENEZES NETO, A. J; CUNHA, D. M; FIDALDO, F; SOUZA JÚNIOR, H. P; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.); **Trabalho, política e formação humana: interlocuções com Marx e Gramsci**. São Paulo: Xamã, 2009. p. 115-127.

ARAÚJO, M. N. R. A. Trabalho e Educação na Pedagogia do MST: realidade e possibilidades. **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Marxismo, Educação e Emancipação Humana**. Abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC – Brasil.

ARROYO, M. G. Trabalho – Educação e Teoria Pedagógica. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 6ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2001, pág. 138-165.

BAUER, C. **Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica**. São Paulo: Edições Pulsar: Xamã, 2009. 151 p.

BOGO, A. **O MST e a Cultura**. Cad. De Formação, nº 34. 2ª Ed. Edição TERRA, 2001. 93 P.

\_\_\_\_\_ **Arquitetos de sonhos**. São Paulo; Expressão Popular, 2003; pág. 456.

\_\_\_\_\_ **Os desafios políticos atuais e a formação de quadros**. Curso Realidade Brasileira, março de 2005. Disponível em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:R4ZPN6Ut0GEJ:www.geocities.ws/crb\\_bh/textos/Ademar\\_Bogo\\_-\\_Desafios\\_da\\_Formacao.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:R4ZPN6Ut0GEJ:www.geocities.ws/crb_bh/textos/Ademar_Bogo_-_Desafios_da_Formacao.doc+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)

\_\_\_\_\_ **A Consciência e a Disciplina**. Fevereiro de 2008. Disponível em: [https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1AVNA\\_enBR576BR593&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=ADEMAR+BOGO++A+CONSCI%C3%8ANCIA+E+A+DISCIPLINA](https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1AVNA_enBR576BR593&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=ADEMAR+BOGO++A+CONSCI%C3%8ANCIA+E+A+DISCIPLINA).

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. 3ª Ed. Rio de Janeiro, 1974; pág. 48-81.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 207-224. ISSN 0103-4014 – Acessado em 20/07/2013.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2004.

CAMINI, I. **MST comemora 15 anos da Escola Itinerante**. Artigo publicado na Revista Caros Amigos, 23 Novembro 2011. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/717-escola-itinerante>. Acessado em 25/07/2013.

CARVALHO, H. M. de; **de produtor rural familiar a camponês. A catarse necessária**. Boletim DATALUTA – Artigo do mês: março de 2009. ISSN 2177-4463 - NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nerahttp://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2009.pdf)[http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes\\_2009.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2009.pdf).

CARVALHO, M. da G. **Lutas e Conquistas de Camponeses Sem Terra: a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega**. (Dissertação) Lavras: UFLA, 2000.

CECHIN, A. e TÁVORA, J. **Os números do IBGE e a Reforma Agrária**. 05 de outubro de 2009. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/8264>

CIAVATTA, Maria. **Trabalho como princípio educativo**. In: PEREIRA, I. B e LIMA J. F. **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2ª Ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. 478 p.

Conselho Escolar e a educação do campo / elaboração Regina Vinhaes Gracindo... [et. al.]. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 91 p.: il. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; 9).

CRUZ, D. **Até onde vai a popularidade do governo Lula?** 19 de Dezembro de 2008. Acessado em 20/01/2014. Disponível em <http://www.pstu.org.br/node/8050>.

CUNHA, M. G. C. **Campesinato brasileiro: origens e ressignificações de um modo de vida tradicional**. In: **II Colóquio Cidade e Região: Urbanidades e Ruralidades Contemporâneas**, Montes Claros, 2012.

DALMAGRO, S. L. & VENDRAMINI, C. R. **O trabalho no campo e no contexto do MST**. Revista Motrivivência Ano XXII, Nº 35, P. 130-146 Dez./2010.

DAMIANI, A. L. O lugar, O mundo e o cotidiano. In: 6º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 1997, Buenos Aires. **Territorios en Redefinición - Lugar y Mundo en América Latina**, 1997. v. CDroom.

DELPHINO, C. **Confederação dos Tamoios**. 2010. <http://www.historiabrasileira.com/brasil-colonia/confederacao-dos-tamoios/>

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e Territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**. 1999. 227 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_ **A formação do MST no Brasil**. Ed. Vozes. 2001. Petrópolis. 2ª edição. 316 p.

\_\_\_\_\_ **Questão Agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez. Editora, 2001.

\_\_\_\_\_ **A ocupação como forma de acesso à Terra. Trabalho organizado para apresentação no XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos**. Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001.

\_\_\_\_\_ **Quando a agricultura familiar é camponesa. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Por que e como apoiar as agriculturas camponesas na América Latina?** Grupo de Trabalho em Desenvolvimento Rural do Conselho Latino americano de Ciências Sociais (CLACSO), Comunidade de Estudos Jaina e Sistema de Investigação da Problemática Agrária no Equador (SIPAE). La Paz, Bolívia. 21 a 24 de outubro de 2013.

FERNANDES, O. **A Questão Agrária no Brasil, ensaio sobre as lutas sociais no meio rural**; Sinpro-MG, 1997.

FRANK, A. G. **O capitalismo e o subdesenvolvimento da América Latina**. 8ª ed. México, 1985. Tradução: Ana Corbisier.

FRANK, A. G. FUENTES, M. **Dez teses acerca dos movimentos sociais**. *Lua Nova* [online]. 1989, n.17, pp. 19-48. ISSN 0102-6445.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol. 7ª edição. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1983, 93 p.

\_\_\_\_\_ **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. 149 p.

\_\_\_\_\_ **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_ **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo. Autores Associados: Cortez, 1989.

FREITAS, I. de. **Sem perspectivas, 835 mil jovens deixam o campo em 10 anos;** disponível em <http://www.mst.org.br/Sem-perspectivas-835-mil-jovens-deixam-o-campo-em-10-anos>; acessado em 07 de setembro de 2011).

FRIGOTTO, G. “**O Brasil nos condena**”, diz o educador. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/2001/jun/03/1ger.htm>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

FRIGOTTO, G. *et al.* **A Política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido.** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005 1087. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

FRIGOTTO, G. Trabalho. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde /** I. B. Pereira & J. F. Lima (orgs.) 2ª Ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. 478 p.

GAIA, M. C.M. **Saúde como Prática da Liberdade:** as Práticas de Famílias em um Acampamento do MST e o Desenvolvimento de Estratégias de Educação Popular em Saúde. Belo Horizonte, 2005. Dissertação de Mestrado.

\_\_\_\_\_ **Agroecologia: a resistência do camponês e da camponesa Sem Terra.** Rio Pomba. Monografia [Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável] – Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba 2008.

GALLERT, C. Pedagogia do MST e Transformação Social. **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil.** Unioeste – Campus de Cascavel, 2005; 18p. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/trabalhos/educacao/me du30.pdf>. Acessado em 25/07/2013.

Garcia, D. **Jornal Correio Braziliense:** 26/10/2013. Acessado em 03/12/2013. Disponível em [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/10/26/interna\\_politica,395488/mst-reclama-do-ritmo-lento-em-que-reforma-agraria-e-feita-no-pais.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2013/10/26/interna_politica,395488/mst-reclama-do-ritmo-lento-em-que-reforma-agraria-e-feita-no-pais.shtml)

**GASPARIN, G. Jornal Sem Terra: Cadê a Reforma Agrária? Contra a ideia da força, a força das ideias.** Número: 295. Agosto, 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/295/entrevista>. Acessado em 25/07/2013.

GOHN, M. da G. **Os Sem-terra, ONGs e Cidadania.** São Paulo, Cortez Editora, 1997.

\_\_\_\_\_ **500 ANOS DE LUTAS SOCIAIS NO BRASIL:** movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. Ver, Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11 – 40, jan./jun., 2000.

\_\_\_\_\_ Movimentos sociais na contemporaneidade. **Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação**, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu (MG), 17 - 20 de outubro de 2010. Revista Brasileira de Educação, v. 16, n. 47, maio-ago, 2011.

\_\_\_\_\_ **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GROSSI, Mauro Eduardo Del e Vicente P. M. de Azevedo Marques. **Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, abril de 2010, vol. 18, n. 1, p. 127-157, ISSN 1413-0580.(Disponível em <http://r1.ufrj.br/esa/art/201004-127-157.pdf>. Acessado em 08/11/13).

IASI, M. L. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

IBGE, 2006. **Retratos do Brasil Rural: modernização da agropecuária contrasta com baixa escolaridade**. Acessado em 26/07/2013. Disponível em <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2242>>.

IBGE 2009. **Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários**. Acessado em 20/04/2014. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1466>

IBGE. **Censo Agropecuário 2010**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1766](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766)>. Acessado em 29 de setembro de 2011.

JST – Jornal Sem Terra. 2013: um balanço negativo para os trabalhadores do campo, em 27 de novembro de 2013. João Pedro Stédile. **Revista Caros Amigos** <http://www.mst.org.br/node/15489>

\_\_\_\_\_ Famílias Sem Terra estão ameaçadas de despejo em 19 acampamentos em Minas. 11 de janeiro de 2013. *Por Joana Tavares* - <http://www.mst.org.br/content/familias-sem-terra-estao-ameacadas-de-despejo-em-19-acampamentos-em-minas>

\_\_\_\_\_ MST ocupa novamente fazenda no Alto Paranaíba, em Minas Gerais. **20 de maio de 2013** - <http://mst.org.br/MST-ocupa-novamente-fazenda-no-Alto-Parana%C3%ADba-em-Minas-Gerais>

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R. ; CALDART, R. S. **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004 (Por uma Educação do Campo, 4).

LESSA, S. & TONET I. **Introdução à Filosofia de Marx**/ Sérgio Lessa e Ivo Tonet. 1ª Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2008. 128 p. 25.

LÖWI, M. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo. Cortez, 1988.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução**. Transcrição de: Fernando Araújo. Luxemburg Internet Archive (marxists.org), 2002. Disponível em: [http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/Reforma%20ou%20Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_0.pdf](http://www.consultapopular.org.br/sites/default/files/Reforma%20ou%20Revolu%C3%A7%C3%A3o_0.pdf). Acessado em março de 2014.

MAESTRI, M. **A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira**. Marxismo e ciências humanas. São Paulo: CEMARX/Xamã, 2003, pp. 130-158 e CENTRO DE ESTUDOS MARXISTAS. As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista. Passo Fundo: UPF Editora, 2002, pp. 149-176 (versão *on line*).

MAGRINI, P. R. *et al.* As relações de gênero no processo político-organizativo em um assentamento organizado pelo MST no sul de Minas Gerais. **Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro – RJ**, v. 4, n. 2, p. 429-463, 2010.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1981.

MARTINS, M. F. A; ARROYO, M. G. & AUGUSTO, R. C. Dossiê trabalho e educação: diversidade e lutas sociais no campo. In. Revista **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n.3, p.81-93, set./dez.2012.

MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. 1 ed. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

\_\_\_\_\_ **Manifesto do Partido Comunista**. 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2008. 70 pág.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 3. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 201-224.

MAYA, M. L.; CARRERA, N. I & CALVEIRO, P. **Luchas contrahegemónicas y câmbios políticos recientes da América Latina**. 1ª ed. Buenos Aires, Argentina. Clacso Livros, 2008.

MEC. Conselho Escolar e a educação do campo / elaboração Regina Vinhaes Gracindo... [et. al.]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 91 p.: il. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares; 9).

MENEZES NETO A. J. & BRANDÃO N. In: **Trabalho, política e formação humana**: interlocuções com Marx e Gramsci/ Antônio J. de Menezes Neto ... [et al.]; Antônia Vitória S. Aranha ... [et al.]. São Paulo: Xamã, 2009. 207 p.

MENEZES NETO, A. J. M: **Formação de Professores para a Educação do Campo**: projetos sociais em disputa. In. Educação do Campo: desafios para a formação de professores / Maria Isabel Antunes-Rocha & Aracy Alves Martins, (organizadoras). – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Coleção Caminhos da Educação do Campo; 1).

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo. Expressão Popular, 2001. 256 p.

MST. Movimento Sem Terra. **Dossiê MST Escola**: Documentos e Estudos 1990 – 2001. Cad. de Educação nº 13 (edição especial). 2ª Ed. Editora Expressão Popular, 2005. p. 263

\_\_\_\_\_. Escola, trabalho e cooperação. Boletim de educação nº 4, 1994. In: MST. **Cadernos de Educação nº13**. Edição especial. 2005, p. 89-103.

\_\_\_\_\_. **Funcionamento das Brigadas do MST**. Setor de Formação. Junho de 2005.

\_\_\_\_\_. **Textos para estudo e debate**: Os desafios da Reforma Agrária na atual conjuntura – 5º congresso nacional do MST. Brasília/DF, 2007.

\_\_\_\_\_. **Concentração de terras, rebanhos e devastação aumentam**. 30 de setembro de 2009. Acessado em maio de 2013. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/824>.

\_\_\_\_\_. **Caderno de Formação nº 37**. Escola Nacional Florestan Fernandes. Guararema, SP; 2009. p. 90.

NETO, A. J. M. **Educação do MST**. In: OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A. M. C; VIEIRA, L. M. F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

OLIVEIRA, A. A. de. **Brigada Botocudos: Potencialidades e Limites**. Monografia apresentada no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, FaE/UFMG. 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária**. *Estud. av.* [online]. 2001, vol.15, n.43, pp. 185-206. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>.

PDA. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Santo Dias. MST/INCRA. Guapé, 2008.

PELOSO, R. (org.). **Seleção de roteiros organizados pelo CEPIS**. Expressão Popular. São Pulo, 2012. 152 p.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Expressão Popular. 3ª Ed. 2003; 224 p.



PIZETTA, A. M. J. **A construção da Escola Nacional Florestan Fernandes: um processo de Formação efetivo e emancipatório.** Revista Libertas, Juiz de Fora, edição especial, p.24 - 47, fev. / 2007. Monografia – UFJF, agos. / 2005. Acessado em fevereiro de 2013. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:leYZI6cyJTIJ:ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/download/1881/1329+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>

PRINCESWAL, M. **MST e a Proposta de Formação Humana da Escola Nacional Florestan Fernandes para a classe trabalhadora: uma síntese histórica.** UERJ. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Dissertação de Mestrado, julho de 2007.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 1ª reimpressão. São Paulo; Companhia das letras, 2006.

RIBEIRO, E. M. (org.). **Lembranças da terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha.** Contagem: CEDEFS, 1996.

RIBEIRO, M. **Movimento Camponês, trabalho e educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios fins da formação humana.** 1ª ed. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

RODRIGUES, J. P. **2013 foi o pior ano da reforma agrária no Brasil.** Disponível em: <http://www.adufpa.org.br/340/2013-foi-o-pior-ano-para-a-reforma-agr%C3%A1ria-no-Brasil.html>. Acessado em 28 de janeiro de 2014.

\_\_\_\_\_ **MST 30 anos: estamos no canto do ringue.** Acessado em 02/2014 – Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/mst-30-anos-estamos-no-canto-do-ringue>.

ROSENO, S. M. & CAMPOS, R. C. de. Notas sobre “marcha” e “mística” no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: **Revista Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.21, n.3, p.293-302, set./dez.2012.

RÜCKERT, B. **As práticas de saúde no MST do Vale do Rio Doce, MG: normas e valores na atividade.** Dissertação de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte, 2012.

SAMPAIO, P. A. A questão agrária brasileira e a luta pelo socialismo. In: **A questão agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000.** STEDILE J. P. (org.). Douglas Estevam (assistente de pesquisa). 1ª Edição. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

SANTOS, E. L. dos. **Juventude, formação política e identificação no MST.** Revista Libertas Online, Juiz de Fora, edição especial, p.68 - 81, fev / 2007.

SANTOS, G. R.; PALES, R. C. Desenvolvimento Regional e Desigualdades Sociais entre as Macrorregiões de Planejamento de Minas Gerais. **36º Encontro Anual da ANPOCS**. Montes Claros – MG. Agosto de 2012.

SAUER, Sérgio. **Relator do Direito Humano à Terra, Território e Alimentação**. Brasília/DF, 06 de novembro de 2010. Disponível em [http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=413:informe-iv-qcpmi-do-mst&catid=135:relatorios&Itemid=160](http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=413:informe-iv-qcpmi-do-mst&catid=135:relatorios&Itemid=160).

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: **Revista Brasileira de Educação**. Jan. /abr. 2007, v. 12, n. 34, p. 152-180.

SILVA, R. M. L. da. **A Dialética do Trabalho no MST: A Construção da Escola Nacional Florestan Fernandes**/Roberta Maria Lobo da Silva. – Niterói: 2005. 320 p. Tese de Doutorado em Educação – Universidade Federal Fluminense, 2005.

SILVA, M. A. V. Cotidiano e lugar: interpretações conceituais numa leitura geográfica para uma prática de ensino. Anais: **II EDIPE II Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino 04 a 06 de novembro de 2007** – Anápolis – GO.

SILVA, J. de S. **A hybris do ‘ponto zero’ e o ‘autismo científico’**. Acessado em dezembro de 2013. Disponível em <http://www.mst.org.br/node/15454>

SOUZA, M. A. de. A Cooperação Agrícola em assentamentos rurais e os desafios na compreensão da cultura política dos assentados. **XXII Encontro anual da ANPOCS**. GT: Ciências Sociais, Sociedade e o Mundo Rural. Caxambu, 27 a 30 de outubro de 1998.

STEDILE, J. P. & FERNANDES, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, J. P.; OLIVEIRA A. U.; FORUM NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. **O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária**. Cartilha da Concrab, 2004. 103p.

VENDRAMINI, C. R. **Educação e Trabalho: Reflexões em torno dos Movimentos Sociais do Campo**. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72 p. 121-135, maio/ago. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, acessado em agosto de 2011.

WRIGHT, P. **Contribuição ao aprofundamento da análise das relações de produção na agricultura brasileira**. Publicado na revista Brasil Socialista, 1977.

ZANGELMI, A. J. **Mulheres e ação social na constituição do assentamento Aruega**. Viçosa, 2007, 156p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.

## APÊNDICES

### **Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Título do Projeto: “A formação política do MST e as relações de trabalho nas áreas de reforma agrária”.

Pesquisadora responsável: Profª Drª Maria de Fátima de Almeida Martins. E-mail [falmartins@ufmg.br](mailto:falmartins@ufmg.br) / Telefone: (31)3409 6226.

Pesquisador co-responsável: Antoniel Assis de Oliveira. E-mail: [antonielassis@yahoo.com.br](mailto:antonielassis@yahoo.com.br) / Telefone: (31) 3657 9665 / 8731 2732.

#### **1. Esta seção fornece informações acerca do estudo que você está sendo convidada/o a participar:**

Você está sendo convidada/o a participar de uma pesquisa que tem como objetivo verificar em que medida a formação promovida pelo MST modifica as relações de trabalho em áreas de Reforma Agrária e como contribui para a dimensão educativa do trabalho (produtivo) e suas relações sócio econômicas nessas áreas (assentamentos).

Os resultados dessa pesquisa poderão contribuir para dar visibilidade às mudanças nas relações de trabalho e de produção dos assentamentos à partir da formação do MST, que visa elevar a qualidade de vida das famílias de sua base social.

Se você concordar em participar deste estudo, os seguintes procedimentos poderão ser utilizados para construção de dados: observação/gravação das atividades cotidianas (filmagens, gravações em áudio e fotografias), entrevista (registros escritos e gravação em áudio) e observação participante (registros escritos da pesquisadora). Apenas os pesquisadores terão acesso a estes registros.

Em caso de dúvida, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis através dos telefones e endereços eletrônicos fornecidos neste termo. Informações adicionais em relação às questões éticas da pesquisa podem ser obtidas no Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais pelo telefone (31) 3409 4592 ou pelo endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627 Unidade Administrativa II – 2º andar, sala 2005 – Campus Pampulha, Belo Horizonte, MG – Cep: 31270 901.

Você não terá nenhuma despesa ou risco ao participar deste estudo.

#### **2. Esta seção descreve os direitos dos/as participantes desta pesquisa:**

A sua participação é voluntária. Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, bem como para se recusar a responder qualquer questão específica.

Qualquer pergunta acerca da pesquisa e seus procedimentos poderá ser feita aos pesquisadores responsáveis em qualquer momento da pesquisa e tais questões serão respondidas.

A sua participação é confidencial. Apenas os pesquisadores responsáveis terão acesso à identidade dos participantes. No caso de haver publicações ou apresentações relacionadas à pesquisa, nenhuma informação que permita sua identificação será revelada.

Os dados coletados (transcrições de entrevistas, registros de observação, gravações em áudio, filmagens e fotografias) serão guardados em local seguro. Após cinco anos, esse material será destruído, preservando-se apenas a dissertação de mestrado como registro.

Não há riscos da influência negativa desta pesquisa para os participantes e para o MST. Entretanto, caso haja relatos da influência negativa dos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa será imediatamente interrompida.

### **3. Esta seção indica que você está dando seu consentimento para participar da pesquisa**

#### **Participante:**

O pesquisador Antoniel Assis de Oliveira, aluno do curso de mestrado em “Educação: Conhecimento e Inclusão Social”, da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e sua orientadora, Professora Dra. Maria de Fátima de Almeida Martins (FAE-UFMG), solicitam sua participação neste estudo intitulado: “A formação política do MST e as relações de trabalho nas áreas de reforma agrária”.

Eu concordo em participar desta investigação nos níveis indicados a seguir:

- Registro em filmagem das atividades
- Registro em áudio das atividades
- Registro escrito de observação das atividades.
- Registro fotográfico das atividades
- Registro em áudio de entrevistas

Li e compreendi as informações fornecidas e recebi respostas para as questões que coloquei acerca dos procedimentos de pesquisa. Entendi e concordo com as condições do estudo, como descritas. Entendo que receberei uma cópia assinada deste formulário de consentimento.

Eu, voluntariamente, aceito em participar desta pesquisa. Portanto, concordo com tudo que está escrito acima e dou meu consentimento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

Assinatura: \_\_\_\_\_.

**Pesquisadores:**

Eu garanto que este procedimento de consentimento foi seguido e que respondi, da melhor maneira possível, as questões que o/a participante formulou.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Maria de Fátima de Almeida Martins  
Pesquisadora Responsável

\_\_\_\_\_  
Antoniél Assis de Oliveira  
Pesquisador co-responsável

## **Apêndice B - Roteiros das Entrevistas**

### **Identificação dos/das entrevistados/as**

1. Dados de identificação (nome, naturalidade, idade, etc)
2. Qual é a ocupação dentro da organicidade do assentamento
3. Quais são as ocupações do cotidiano
4. Aprendizados e ensinamentos nas relações cotidianas
5. Principais atividades já desenvolvidas no MST

### **Roteiro da Entrevista – Família Assentada**

1. Desde quando mora e trabalha no Assentamento
2. Relações de trabalho no assentamento – habituais e diferenciadas
3. Como/em que identifica a formação do MST no assentamento
4. Socialização dos saberes dentro do assentamento
5. Atividades relacionadas à formação já desenvolvidas no assentamento
6. Novas/ inovação nas relações de trabalho e de produção no assentamento
7. Formação do MST, Reforma Agrária e implementação de mudanças no assentamento

### **Roteiro de Entrevista – Coordenadores/as**

1. Desde quando atua na coordenação do Assentamento
2. Como percebe/identifica a formação do MST
3. O que lê de formação do MST

4. Quais atividades relacionadas à formação são desenvolvidas no Assentamento
5. Porque trabalhar a formação do MST com as famílias assentadas
6. Relacionar formação do MST e condições de vida das famílias assentadas
7. Relacionar formação do MST e lutas de classes no campo

### **Roteiro de Entrevista – Dirigentes do MST**

1. Qual é a concepção de formação política, técnica, social, humana e cultural
2. Fundamentos teóricos e metodológicos de formação do MST
3. Descrever a importância da formação para o MST
4. Como se dá a preparação/qualificação de lideranças – futuros formadores
5. Onde se percebe as dificuldades de apropriação da formação por parte das famílias
6. Em que a formação do MST consegue inovar/adequar à realidade atual
7. Relacionar Escola do Campo e formação do MST